

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXIV – 1995

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

PALÁCIO DE SUB-RIPAS

P — 3000 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO

Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha

P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO

Rua Gomes Leal, 93, cv.

P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir rechange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschwerkerhr erwünscht.*

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXIV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1995

(Página deixada propositadamente em branco)

JORGE DE ALARCÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUEOLOGIA

«Conimbriga» XXXIV (1995), p. 5-32

RESUMO: O autor começa por discutir o problema da existência de leis ou regularidades transculturais na Arqueologia. Analisando o trabalho do arqueólogo, distingue e caracteriza os seguintes momentos: interpretação, inferência, classificação e explicação. Defende a manutenção do conceito arqueológico de “cultura” por entender que não foi ainda proposto outro mais operacional. Diminui a importância da teoria no estabelecimento dos factos e considera que esta intervém sobretudo no campo da explicação.

SUMMARY: The author considers the theoretical debate about the formulation of laws or cross-cultural generalisations in archaeology. Examining the epistemology of the archaeological discourse, he distinguishes interpretation, deduction, classification and explanation. He advocates to maintain the archaeological concept of culture. Other concepts, such as horizon or configuration are examined, but that of culture is proposed as still best suited for the elaboration of archaeological discourse. The idea that data are theory-laden is criticized as maximalist epistemological position; theory is conceived as only involved in the explanation of facts, despite the historicity of all forms of interpretation and classification.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUEOLOGIA

As duas correntes mais influentes da Arqueologia contemporânea, a Nova Arqueologia e a Arqueologia contextuai, a primeira surgida, na década de 60, nos Estados Unidos da América e a segunda, na década de 80, na Inglaterra, reclamam-se de diferentes hermenêuticas. Binford, o fundador da Nova Arqueologia, adopta o modelo hempeliano. Hodder, o arauto da Arqueologia contextuai, confessa-se devedor de Collingwood e, através dele, de Dilthey; poderia citar igualmente Raymond Aron e Henri Marrou.

Hempel constroi a explicação em história sobre o modelo da explicação nas ciências da natureza, num influente artigo sobre *A função de leis gerais em História*, publicado em 1942 e traduzido para português em 1969 (HEMPEL, 1969: 421-435).

Em história há causas, efeitos e leis. “A explicação histórica, diz Hempel (1969: 426), tem em vista mostrar que o evento em causa não foi «uma questão de acaso», mas era de esperar em virtude de certos antecedentes ou condições simultâneas. A expectativa referida não é profecia nem adivinhação, antes antecipação científica racional que se baseia na admissão de leis gerais”.

Pode parecer que a perspectiva hempeliana esquece a intenção e a vontade do sujeito histórico, pelas quais se introduz o indeterminismo dos efeitos. Na realidade, Hempel não deixa de chamar a atenção para o facto de as hipóteses universais (termo que usa como sinónimo de lei) dizerem frequentemente respeito à psicologia individual ou social (1969: 427); não parece, pois, totalmente indiferente ao fenómeno da compreensão, se bem que diga que a sua tese “está em contraste flagrante com a ideia comum de que, em história, a explicação genuína se obtém através de um método que caracteristicamente distingue as

ciências sociais das naturais, ou seja, *o método da compreensão empática*” (1969: 431, *itálicos no original*). Este método da compreensão é, para Hempel, apenas um estratagema heurístico que pode conduzir à generalização sob a forma de leis.

Por outro lado, Hempel define as leis históricas não como leis deterministas gerais, isto é, leis sob a forma de condições universais, mas como leis de probabilidade. Na maior parte dos casos, ainda segundo Hempel, as leis que se invocam em história são antes “esboços” de leis, na medida em que sugerem, mas não demonstram, que são de facto relevantes as causas definidas.

Ricoeur afasta, talvez de forma demasiadamente sumária, a interpretação de Hempel, “condenado a nunca atingir o trabalho original e específico do historiador e a impor-lhe um esquema artificial que só satisfaz o epistemólogo”; e acrescenta: “o modelo hempeliano dificilmente dá conta do trabalho efectivo do historiador” (1986: 179-180). Ainda na linha de Dilthey, que aprofunda e renova, Ricoeur diz que a história se faz compreendendo e explicando, sem que a explicação tenha a ver com leis.

A compreensão, num sentido amplo, é a percepção de uma subjectividade alheia, isto é, das intenções e dos sentimentos do outro. Ricoeur distingue a percepção imediata ou espontânea dessas intenções e desses sentimentos, percepção à qual reserva o nome de compreensão, da percepção analítica. Toda a compreensão implica sinais, que são interpretados. A cólera do outro, compreendo-a eu através dos gestos que o outro faz, da sua ruborização, do seu discurso exaltado e cheio de invectivas. Mas, apesar de a percepção da cólera do outro se fazer a partir de sinais, não preciso de raciocinar sobre eles: a percepção é imediata ou espontânea. Ela é, na expressão de Ricoeur, o “momento não metódico” da interpretação. Nem sempre, porém, as intenções são imediatamente aparentes: às vezes requerem análise, dedução, comparação de sinais, exame das circunstâncias. E este o “momento metódico” da interpretação, a que Ricoeur chama explicação. Talvez, no caso de o outro ser uma personagem histórica, a compreensão seja sempre analítica ou, por outras palavras, requeira sempre o tal momento metódico.

Em 51 a.C., Júlio César, procônsul da Gália, solicita que lhe seja prorrogado o proconsulado, que terminava em 1.3.49, até 31.12.49; e solicita mais: que lhe seja autorizado apresentar-se às eleições de Julho de 49 para o consulado, estando todavia ausente de Roma. Que intenções tinha César?

Uma parece evidente: a de continuar e consolidar a conquista da Gália. Mas o problema é mais complexo, e não podemos compreender o pedido de César sem pensarmos na ameaça que Catão vinha lançando de o chamar a tribunal por irregularidades cometidas durante o primeiro consulado assim que terminasse a imunidade proconsular. Como procônsul, César era imune. Se terminasse o proconsulado em 1.3.49, poderia ser perseguido. Se o seu mandato fosse prorrogado até 31.12.49, e se fosse eleito como cônsul em Julho de 49, César passaria sem interrupção do proconsulado ao consulado, isto é, de uma imunidade a outra, e não poderia ser perseguido.

A compreensão das intenções de Júlio César passou por uma análise, que envolveu até o exame das instituições jurídico-políticas da República romana, neste caso, o da imunidade governamental: as intenções de César foram explicadas; não podiam ser imediata ou espontaneamente percebidas.

A explicação, em história, segundo Ricoeur, não consiste em mostrar que os factos obedecem a leis, mas em entender analiticamente as intenções dos actores. “A explicação é o que permite seguir, de novo, a história, quando a compreensão espontânea é bloqueada” (RICOEUR, 1986: 182). A explicação vem naturalmente prolongar a compreensão.

A história é uma narrativa de factos cuja relação é contingente, isto é, factos que não se podem deduzir uns dos outros segundo uma relação necessária. Do facto de Caio ter feito isto neste momento não se pode deduzir que fará aquilo no momento subsequente. Luís XVI, em 1789, reconheceu a ruptura financeira do Estado e convocou, para discutir o problema, os Estados Gerais. A reunião dos Estados Gerais não é um facto que se possa deduzir da bancarrota. Luís XVI poderia ter adoptado outras soluções, por exemplo, poderia ter decidido unilateralmente aumentar os impostos.

A função dos historiadores consiste em explicar o *porquê*. Porque é que Luís XVI tomou a decisão que tomou? E talvez o *porquê* se encontre quando se pode definir o leque de soluções ou de decisões que se ofereciam ao sujeito histórico, ponderar os *pro* e os *contra* das várias decisões e mostrar que aquela pela qual o sujeito optou foi, por tais e tais razões, considerada pelo sujeito como a mais conveniente.

A história não se pode fazer sem desvendar as intenções. A apreensão imediata das intenções é a compreensão; a apreensão analítica é a explicação.

Será que a hermenêutica de Ricoeur dá conta do trabalho do historiador mais adequadamente que a teoria de Hempel? Até certo ponto, sem dúvida. A preocupação de encontrar uma unidade profunda entre a narrativa literária e a narrativa histórica levou Ricoeur, porém, a considerar apenas uma forma de história: a história dos eventos. Será que a história económica e a história social se constroem inteiramente sem leis e apenas desenvolvendo analiticamente a compreensão? Será que a explicação, em história, é apenas esse momento metódico que desenvolve analiticamente a compreensão? Não será outra coisa? Será o termo «explicação» unívoco? Terá diversos sentidos?

Deixamos as perguntas aos historiadores. Aqui, queremos abordar o problema em Arqueologia. Até que ponto podemos, em Arqueologia, aceder a intenções e sentimentos? Formulamos ou não leis?

Consideremos, em primeiro lugar, esta segunda questão.

A Nova Arqueologia tem uma declarada intenção nomotética, isto é, de produzir leis. Watson, LeBlanc e Redman afirmam: “O que distingue a arqueologia científica é a sua consciência de que deve formular e comprovar leis hipotéticas gerais” (WATSON, LEBLANC e REDMAN, 1987: 25).

Na realidade, a Nova Arqueologia poucas leis produziu, e mesmo essas tão simples que Courbin lhes chamou lapalissadas desoladoras (COURBIN, 1982: 81) e Flannery as apelidou de leis de Mickey Mouse (FLANNERY, 1973, citado por HODDER, 1992: 100). Dunnell, por seu lado, escreveu: “O objectivo principal..., o estabelecimento de leis que relacionem o comportamento com a cultura material, não foi atingido, na melhor das hipóteses, senão de forma rudimentar. Podemos seriamente duvidar que possa ser de qualquer forma atingido” (DUNNELL, 1980: 471).

Apesar destas críticas, cremos que o arqueólogo aplica efectivamente leis que, de forma menos pretenciosa, se poderiam chamar *regularidades transculturais*, isto é, regularidades que transcendem os sistemas socioculturais particulares e se aplicam a todas as unidades sociais, em qualquer tempo ou espaço.

É conhecida a voga que hoje tem, em Arqueologia, a análise dos territórios de exploração (*Site catchment analysis*). A análise parte deste princípio: os habitantes de uma aldeia, dedicados à actividade agropastoril, exploram o território envolvente até ao máximo de uma hora de marcha; a exploração de campos mais distantes não é economicamente viável, porque se perderia demasiado tempo na deslocação.

Não é isto uma lei ou regularidade transcultural? Não inventada ou descoberta pela Arqueologia, é certo, mas pela Geografia e adoptada por aquela.

Um sistema de povoados situados numa zona ecologicamente diversificada tende a especializar-se, cada povoado na sua produção, e daí surge, naturalmente, um sistema de trocas. Não é isto outra regularidade transcultural?

Um bando de caçadores/recolectores tende a concentrar-se naquelas épocas do ano em que os recursos são abundantes e a dispersar-se, cindindo-se em unidades menores, eventualmente unifamiliares, nas épocas do ano em que os recursos escasseiam. Não é isto uma regularidade transcultural, desta vez derivada da Antropologia cultural?

Poderíamos citar mais casos. Bastam estes para exemplificar que o arqueólogo recorre efectivamente a generalizações similares a leis para explicar o registo arqueológico.

Nem todos os comportamentos, porém, se podem explicar por leis.

Em Lepenski Vir (Sérvia), entre 5400 e 4700 a.C., homens e mulheres adultos (mais raramente crianças) eram enterrados no interior das casas (HODDER, 1990: 25). Como explicar este comportamento? Não há lei que possa invocar-se. Mas talvez o comportamento se possa entender. Uma das conquistas espirituais do Neolítico terá sido aquilo que podemos chamar a domesticação do medo da morte. Este medo da morte ou dos mortos terá levado os homens, num primeiro momento, a desfazerem-se dos cadáveres em lugares que não frequentavam. Mas em Lepenski Vir os vivos conviviam com os mortos. A morte estava sempre presente e não era coisa que devesse esquecer-se. O facto não se explica por uma lei, mas compreende-se.

Nem todo o trabalho do arqueólogo se efectua, porém, em termos de compreensão de ideias ou sentimentos ou da aplicação de regularidades transculturais. Vejamos como é que o arqueólogo pratica o seu ofício e consideremos, sucessivamente, a interpretação, a inferência, a classificação e a explicação.

A interpretação

A interpretação em Arqueologia é uma ultrapassagem da aparência fenomenal da coisa em direcção ao *ser* da coisa. A interpretação responde à pergunta: o que é isto?

O arqueólogo descobre manchas circulares de cor negra no solo e infere daí que está em presença duma cabana pré-histórica; mas, para fazer essa inferência, teve de interpretar primeiro as manchas como vestígios dos prumos ou espeques que constituíam a armação de uma cabana. Teve de perguntar: o que são estas manchas?

As manchas são a coisa, que se pode observar e descrever mesmo antes de entender: são pequenas fossas de um certo contorno, certa dimensão, certa profundidade, cheias de uma certa terra. Mas o que são? Podem ser as covas em que se encaixaram os prumos de madeira de uma cabana, ou covas para plantio de arbustos, ou qualquer outra coisa ainda. Interpretar as covas é definir o que são (ou o que foram).

O arqueólogo escava uma pequena área quadrangular de tijoleiras dispostas horizontalmente, enquadradas por outras tijoleiras dispostas na vertical. Que são essas tijoleiras? São uma lareira. Mais uma vez temos aqui a definição do ser da coisa, que constitui o momento interpretativo.

Muitas vezes, o ser da coisa é-nos revelado de imediato e sem problemas. O que é esta fossa rectangular, definida por lajes verticais, e no interior da qual se encontram alguns ossos e vasos? É uma sepultura. Tão imediata é a apreensão do ser da coisa que não temos consciência de que estamos a interpretar. Mas basta pensar nas interpretações que se deram às antas ou dólmenes ou aos machados de pedra polida, para tomarmos consciência de como a interpretação é um momento essencial do raciocínio arqueológico e de como esse raciocínio pode conduzir ao erro ou à verdade.

O momento interpretativo está aí, a exigir todas as nossas faculdades de discernimento, quando encontramos um objecto ou uma estrutura que não sabemos para que serve. A coisa comparece como coisa sem sentido, como objecto que se percepçiona mas que nós não sabemos ainda o que é, e a interpretação é tanto mais difícil quanto maior for a distância cultural que nos separa daqueles homens que fabricaram e usaram o objecto ou a estrutura.

Em Toothsome, no Illinois, Binford escavou quinze fossas cheias de carolos de milho e de outros elementos vegetais carbonizados. O significado das fossas não era evidente. Binford interpretou-as como estruturas destinadas à combustão de um material que produziria muitos fumos; chamou-lhes, pois, *smudge pits*, fossas fumacentas. Admitiu, primeiro, que as fossas se destinavam a provocar fumos que afastariam os mosquitos; e mais tarde, revendo a sua interpretação, considerou-as como estruturas para curtir peles, através do fumo (BINFORD,

1972: 33-51). Temos aqui a percepção de estruturas cujo significado se apresenta, à partida, obscuro.

É exactamente nesta experiência do desconhecido, daquilo que não sabemos o que é, que se revela a diferença entre a percepção do objecto arqueológico e a percepção do mundo em que vivemos. Na nossa percepção do mundo, “o conhecimento e a acção não passam de duas faces abstractas de uma relação original e concreta” (SARTRE, 1993: 317). Essa relação não existe na percepção dos objectos arqueológicos, que são objectos de que nos não servimos, e dos quais até podemos ignorar para que é que serviram. A percepção arqueológica não é, como a percepção ordinária do nosso mundo, “un accouplement de notre corps avec les choses” (MERLEAU-PONTY, 1945: 370). Mas o objecto traz a marca do homem e refere-se a um mundo que eu posso conhecer, embora me não possa nunca ser presente e sensível. E se, como disse Bergson, “reconhecer um objecto utilitário consiste fundamentalmente em saber servir-se dele” (DUFRENNE, 1953: 123), interpretar um objecto arqueológico é saber para que é que ele serviu.

A interpretação pode ser mais ou menos analítica, mais ou menos discursiva. Digamos que as coisas têm um coeficiente de opacidade, de adversidade, de resistência à interpretação e que, correlativamente, a interpretação tem um coeficiente de segurança, pode ser mais imediata ou mais analítica. Este muro que eu ponho a descoberto é uma muralha, não é muro de casa. Ninguém terá opinião diferente. É evidente para todos que se trata de uma muralha, porque é demasiadamente grossa para ser muro de casa. Esta estrutura é uma cista funerária: é evidente, porque contem ossos humanos. O ser da coisa revela-se ao mesmo tempo que os atributos da coisa. Mas podemos perceber os atributos sem perceber o ser da coisa. É o caso das fossas fumacentas de Binford, cuja interpretação foi um processo de análise que teve de passar pela exploração de relatos etno-históricos onde o autor encontrou casos análogos.

Há que aprofundar ou alargar, porém, o conceito de interpretação. A partir do que dissemos, quase poderíamos concluir que interpretar é definir a função prática dos objectos: a função daquelas fossas que serviram para enterrar prumos, a função daquelas tijoleiras que serviram de lareira. O homem, porém, não se limita a construir coisas práticas. O homem cria símbolos. Põe à porta um ramo de loureiro e sabemos que ali se encontra uma taberna. Chamaremos semiose ao

processo segundo o qual qualquer coisa passa a desempenhar a função de signo (MORRIS, S. d.: 34). O torque de ouro que os Celtas usavam ao pescoço simbolizava a preeminência social do utilizador. Era, na expressão de Binford, um item sociotécnico. A expressão de item sociotécnico aplica-se a qualquer coisa que simboliza ou comunica o *status* social.

Os signos podem ser sinais ou símbolos. O sinal comunica uma ordem; o símbolo transmite um conhecimento ou representa materialmente uma ideia.

O monumento megalítico, para além de ter como função prática alojar os mortos, era um sinal, porque, implantado no espaço, afirmava a propriedade da terra; comunicava a outro grupo social uma ordem: a de que não podia ocupar aquele território, que já tinha dono.

No Lago Baringo (Quénia), Hodder observou a existência de três etnias, cada uma com seu tipo de brincos. Os brincos são um símbolo que transmite um conhecimento: qualquer indivíduo, cruzando-se com uma mulher, sabe pelos brincos a que etnia é que ela pertence (HODDER, 1982: 22).

Na Idade Média, a morte era representada por um esqueleto com uma roçadeira. O esqueleto é um símbolo que representa materialmente a ideia da morte.

A interpretação arqueológica é, para além da definição da utilidade ou funcionalidade das coisas, também uma leitura dos signos ou um desvendamento do seu significado. A leitura dos signos passa primeiro pela compreensão do ser da coisa como signo. Podemos, assim, dizer que interpretar é sempre desvendar o ser da coisa. Pode descobrir-se que o objecto é um objecto útil, e então o desvendamento do ser coincide com a identificação da sua função prática; mas se descobrirmos que o objecto é um signo, temos de prolongar a análise pelo exame do seu significado. Ora esta pesquisa de significado conduz-nos ao domínio das relações sociais, dos sentimentos e das ideias colectivas.

Em Çatal Hüyük, aplicadas às paredes internas das casas, encontram-se bossas mamiformes de argila, bossas que recobrem crânios de abutres cujo bico espreita no lugar do que seria o mamilo. As bossas representam seios, símbolos da mulher; e os crânios de abutres são símbolos da morte. A mulher e a morte são os referentes, aquilo de que se fala ou, neste caso, aquilo que se representa. Temos aqui um caso típico de interpretação: o ser do objecto foi definido como símbolo e

procurámos depois o referente ou ideia simbolizada. Mas a interpretação não acaba aqui. A construção dos símbolos insere-se num determinado contexto. Porque é que a morte há-de ter sido representada pelo abutre e não por um esqueleto, como na Idade Média ocidental? Porque em Çatal Hüyük, possivelmente, os mortos eram expostos para serem comidos pelos abutres.

A análise, porém, pode ir ainda mais longe: a associação dos símbolos da mulher e da morte em Çatal Hüyük revelará o medo da mulher como portadora da morte. Mas a mulher é, por outro lado, representada, no mesmo povoado, em determinadas estatuetas de terracota dando à luz animais. Nestas terracotas revela-se a mulher como fonte da vida. A representação da mulher era portanto ambígua e os sentimentos do homem perante ela, contraditórios (HODDER, 1987 e 1990: 4-11).

A análise da dimensão simbólica dos objectos é um dos objectivos da actual Arqueologia contextuai, que todavia assinala a impossibilidade de constituir um dicionário universal dos símbolos: ainda que os mesmo símbolos se possam encontrar em diferentes culturas, o seu significado varia consoante os contextos.

A inferência

A inferência arqueológica consiste em retirar, de um dado visível, um facto que se não pode presenciar directamente. Quando, da observação de uma coluna de fumo que sobe no horizonte, concluímos pela existência de uma fogueira ou incêndio que não presenciamos, estamos a fazer uma inferência. A inferência é, na expressão dos logicistas franceses, *déduction du fait au fait*.

A mais simples das inferências arqueológicas é a cronológica: se, levantando o pavimento de mosaico de uma casa romana, encontramos uma moeda cunhada em 250 d. C., inferimos que aquele pavimento foi lançado depois de 250 d. C.; a moeda dá-nos um *terminus post quem*.

Para além das inferências cronológicas, há inferências que, à falta de melhor termo, chamaremos comportamentais: de um vestígio, inferimos um comportamento. Se, num povoado pré-histórico, encontramos foices e moinhos de vaivém, inferimos daí que os habitantes daquele povoado praticavam a cerealicultura; se, no mesmo ou noutro povoado, encontramos um molde para o fabrico de artefactos de metal,

inferimos que nesse povoado se praticava a metalurgia, coisa que se não pode inferir da simples presença de objectos de metal, porque estes poderiam ter sido adquiridos, por aquela população, noutro lugar ou a um mercador itinerante.

Nos dois casos, escolhidos pela sua extrema simplicidade, inferimos o que se não pode presenciar: os homens cultivando os campos, um artífice a fabricar um objecto de metal.

O dado visível ou do qual se parte é um testemunho e o dado inferido é um dado testemunhado. A correcção da inferência verifica-se quando o dado testemunhado é a única inferência possível do testemunho. Frequentemente, porém, deparamo-nos com várias inferências possíveis. Vejamos um caso:

“A destruição geral de um povoado como o Castro da Senhora da Guia... e a coincidência por toda a região de achados análogos de joias e outros depósitos (Serrazes, S. Pedro do Sul; Figueiredo das Donas, Vouzela; Baralhas e Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra) mais apelam a uma interpretação com base em movimentos de povos... para as mudanças ocorridas...” (SILVA, 1986: 36). Neste passo, o autor infere a existência de uma invasão a partir da destruição de um povoado e da ocultação de tesouros que terão sido enterrados na previsão do ataque. Mas será segura a inferência? Não poderá a destruição do castro ter sido um simples incêndio provocado por uma fogueira que algum habitante deixou inadvertidamente alastrar? Não poderão os tesouros explicar-se como ofertas votivas? A invasão pressuposta não é um facto seguramente inferido.

A observação dos pólenes, no Neolítico inglês (aqui não temos um artefacto, mas aquilo a que se convencionou chamar um ecofacto), revela, grosso modo, três fases: numa primeira, pólenes abundantes da floresta primitiva; numa segunda, redução desses pólenes; numa terceira, recuperação dos pólenes da floresta. Segundo alguns autores, a segunda fase corresponderia à desflorestação intensiva praticada pelos primeiros agricultores neolíticos e à abertura de grandes clareiras nas quais se praticava a cerealicultura; e a terceira, nos meados do 3.º milénio a.C., a uma involução da agricultura, que se poderia atribuir à erosão dos solos e à passagem de a economia mais baseada na pastorícia do que na agricultura. Mas esta interpretação foi recentemente contestada por Thomas (THOMAS, 1991: 25-27). A quebra do pólen das árvores pode não ser um fenómeno antropogenético, mas corresponder a um fenómeno natural, de que a peste do olmeiro (hoje

demonstrada) é um caso; não temos, pois, que inferir, da quebra dos pólenes da floresta, a prática de uma agricultura intensiva e de uma grande desflorestação efectuada pelo homem. E da recuperação da floresta não temos que inferir uma passagem à pastorícia; talvez as unidades sociais fossem pequenas, cultivando reduzidas áreas cuja produção polínica dificilmente será visível.

Nestes casos em que os vestígios são passíveis de várias explicações, ou em que, a partir de um dado, podemos fazer várias inferências aceitáveis, como decidir sobre a inferência correcta? A verificação das inferências implica um processo de dedução ao qual já nos referiremos.

No caso da foice, dos moinhos de vaivém e do molde, temos objectos de função prática, que serviam para alguma coisa; sendo meios técnicos de produção, parece legítimo inferir a existência da produção a que eles serviram. Os comportamentos que deles inferimos situam-se ao nível da angariação da subsistência ou da produção de objectos, isto é, ao nível da vida económica. Podemos, porém, inferir relações sociais, mentalidades, ideologias.

O caso já citado de Çatal Hüyük é um exemplo de como se podem alcançar ideias e sentimentos colectivos via interpretação/inferência, processos que, neste caso, estão intimamente ligados, muito embora interpretação e inferência sejam dois momentos logicamente distintos.

A análise que Hodder faz da decoração da cerâmica neolítica holandesa é também um caso de inferência que conduz ao desvendamento das relações sociais. A cerâmica designada de *Trechterbeker* tem uma decoração contrastiva: os motivos opõem-se; zonas de motivos horizontais contrapõem-se a zonas de motivos verticais. A esta cerâmica sucede-se o estilo chamado *Protruding foot beaker*, em que a decoração é aditiva: o mesmo motivo vai-se repetindo, do bordo para o fundo, em zonas que são como as parcelas iguais de urna soma. Da primeira decoração pode inferir-se a existência de uma sociedade com tensões entre grupos dominantes e dominados, entre séniores e jovens, entre homens e mulheres. Da segunda, uma sociedade em que os grupos sociais estavam mais abertos a receber no seu seio indivíduos provenientes de outros grupos (HODDER, 1982, a).

Como diz Charlotte Brysting Damm (1991: 45), “a cultura material é um meio excelente para expressar ideias de um modo subtil, mas eficaz”. Na Dinamarca, na transição do Neolítico Antigo para o Médio, verifica-se uma selecção maior dos indivíduos com direito ao enterramento nos dólmenes de corredor: uma parte menor da população

é agora enterrada nesse tipo de monumento. Podemos inferir daqui uma hierarquização crescente da sociedade. Junto dos monumentos megalíticos surgem, porém, sepulturas individuais em simples fossas, donde se pode inferir “um silencioso protesto contra o direito restringido de enterramento em sepulturas monumentais”.

Em conclusão: a inferência, isto é, a dedução de factos não presenciáveis a partir de dados observáveis é um raciocínio básico da Arqueologia, que constantemente se pergunta: o que é que este dado implica? Mas se, nalguns casos, a inferência é segura, noutros é mais problemática. O espectro da incerteza anda sempre a rondar as inferências arqueológicas. Como demonstrar a veracidade? Binford diria: através do método hipotético-dedutivo. Isto é: o facto inferido, que é um facto hipotético, deve implicar outros factos (para além daquele que constituiu a base da inferência). Devemos, pois, deduzir ou predizer o maior número possível de factos que a hipótese implica e verificar se eles se observam. No caso da invasão que Armando Coelho F. da Silva inferiu do incêndio do castro da Senhora da Guia e do ocultamento de tesouros, se a inferência é correcta, isto é, se houve invasão, deviam verificar-se incêndios e destruições noutros lugares. Digamos, entre parênteses, que isso ainda se não observou, pelo que a inferência, se não incorrecta, é pelo menos improvada. Se da foice inferirmos a cerealicultura, a prática desta tem de ser confirmada por outros factos independentes, como, por exemplo, o achado de grãos carbonizados, a observação de espectros polínicos que confirmem a desflorestação, a existência de machados que serviam para abrir, na floresta, os campos de cultivo, etc.

A classificação

A classificação, isto é, a integração dos objectos em classes, é um processo de aprofundamento do conhecimento, porque implica a formulação de juízes de semelhança e de diferença, inicialmente não contidos na percepção dos objectos. As classes que o arqueólogo utiliza são *tipos e culturas*.

Os objectos são indivíduos; mas entre os indivíduos pode haver similitudes, cujo reconhecimento conduz à formulação de tipos. Um tipo é um conceito, um modelo, ao qual vários indivíduos se conformam. Uma das funções do arqueólogo é classificar os seus objectos

individuais numa tipologia existente. O investigador de ânforas romanas procurará classificar as suas peças na tipologia de Dressel ou de Peacock e Williams (1986). E se porventura o arqueólogo encontra materiais que nunca ninguém tipificou, o seu cuidado será o de elaborar uma tipologia própria para os seus objectos, como o fez, por exemplo, Susana Oliveira Jorge (1986: 672 e fig. 8).

Se os tipos são, ou não, émicos (usando a expressão inventada por Keneth Pike em 1954), isto é, se correspondem, ou não, aos arquétipos que tinha na mente o artífice que fabricou as peças ou a população que as utilizou, talvez não seja muito importante, tendo em vista os fins a que a nossa tipologia se destina, fins que já discutiremos (HAYDEN, 1984). Este problema de saber se os tipos são émicos, posto nos meados do século, deu origem a uma controvérsia que os norte-americanos apelidaram de *the typological debate* e que ainda se não extinguiu. Não há, talvez, meio de demonstrar a emicidade dos nossos tipos e possivelmente muitas tipologias são um misto de categorias émicas e éticas, estas apenas com sentido para nós, isto é, apenas heurísticas. Mas, conforme afirmou A. Spaulding já em 1953, a classificação deveria ser, idealmente, “um processo de descoberta de combinações de atributos preferidos pelos fabricantes dos artefactos e não um processo arbitrário do classificador”.

O tipo é definido por atributos ou é uma combinação de atributos: matéria, forma, dimensão, peso ou volume, etc. Deve ter coerência interna e isolamento exterior (ADAMS e ADAMS, 1991: 71). Existe coerência interna quando os atributos formam um conjunto relacional e existe relação de atributos quando a modificação de um implica a modificação de outro. Um tipo, que tem uma certa forma, deve ser fabricado sempre na mesma matéria; se a matéria muda, teremos outro tipo. Para além da coerência interna, o tipo deve ter isolamento externo, isto é, deve definir-se de tal forma que possa distinguir-se claramente de outro tipo. É importante definir com tal clareza os tipos que dois arqueólogos, tendo de classificar a mesma peça, encontrada numa escavação, e servindo-se da nossa tipologia, possam ambos integrá-la no mesmo tipo sem divergências nem hesitações.

Forma, matéria, dimensão, função, estilo - parecem-nos os cinco parâmetros ou variáveis fundamentais da definição dos tipos, ou, para usar a expressão de Adams e Adams (1991: 30), os atributos diagnósticos do tipo (*«diagnostic attribute or diagnostic attribute cluster»*).

A forma é, para muitos tipologistas, a variável principal. A matéria foi, porém, a variável principal que utilizámos no nosso estudo

A cerâmica comum local e regional de Conimbriga (Coimbra, 1974). O problema do tamanho é inevitável na constituição de uma tipologia. Podemos ter duas peças cerâmicas da mesma forma, mas uma com 500 e outra com 1.500 cm³ de capacidade. Deveremos fazer dois tipos? No caso vertente, diríamos que sim, porque tão grande diferença de capacidade deve corresponder a funções diferentes e a consideração das funções deverá entrar na definição dos tipos. Quanto ao estilo, sem entrarmos aqui numa discussão aprofundada do que deve entender-se por estilo, diremos que é tudo quanto se não pode explicar por utilidade prática. Dois potes da mesma matéria, forma e dimensões podem ser: um deles, liso; o outro, decorado. Falaremos então de dois estilos diferentes: a decoração é estilo, porque não acrescenta a utilidade prática do pote.

A tipologia é um instrumento para poder comunicar: os objectos saem às centenas ou aos milhares de uma escavação e não seria possível descrevê-los e ilustrá-los a todos. Mas é também um instrumento para poder raciocinar. Todo o arqueólogo sabe que tem de reduzir a multiplicidade dos objectos à unidade dos tipos antes de poder fazer comparações, elaborar estatísticas, traçar origens, determinar cronologias. A tipologia é um passo para determinar onde e quando é que o objecto foi feito. Só depois de termos definido um tipo é que podemos pôr o problema da sua origem geográfica e solucionar o da sua cronologia, através da pesquisa de exemplares encontrados em contextos datáveis. O problema da origem e o problema da tecnologia do fabrico dos objectos também só podem ser resolvidos, na prática, mediante tipologias: sendo inviável a análise laboratorial de todos os objectos, temos de reduzi-los a uma classe, seleccionar objectos representativos da classe, analisar essas amostras e extrapolar os resultados para o conjunto dos indivíduos que fazem parte da classe. O problema da função também passa pela formulação de uma tipologia. Que transportavam estas ânforas romanas? Não podemos determiná-lo na maioria dos casos individuais. Mas se reduzirmos a diversidade dos objectos à unidade do tipo, encontraremos alguns indivíduos cuja função será determinada por inscrições pintadas ou por restos do conteúdo, e da função do tipo poderemos deduzir a função do indivíduo.

A formulação de tipologias é uma maneira de representar a cultura material, isto é, de traduzir a multiplicidade dos itens concretos em conceitos abrangentes. Ora, passada esta fase, o que o arqueólogo verifica é que os mesmos tipos aparecem regularmente associados em

vários sítios, num largo espaço geográfico e que, noutro espaço, ao mesmo tempo, aparecem outros tipos, eles mesmo regularmente associados; ou que, no mesmo espaço, mas em épocas diferentes, aparecem conjuntos tipológicos divergentes. E esta verificação que conduz à formulação de *culturas*. A cultura é, para o arqueólogo, um conjunto de tipos que, entre determinadas balizas cronológicas e em específicas áreas geográficas, se encontram regularmente associados (CHILDE, 1961: 17 e 20 e CHILDE, 1969, 140).

David Clarke (1984: 220) reformulou o conceito de cultura, definindo esta entidade como série compreensiva e politética de tipos sistemática e concomitantemente presentes nos conjuntos arqueológicos de uma área geográfica limitada.

A cultura é uma série compreensiva, isto é, tem de englobar tipos representativos de várias actividades do sistema sociocultural. Não podemos definir uma cultura, por exemplo, só pela cerâmica, embora esta categoria de itens seja já pluri-específica, porque há cerâmicas de cozinha, de mesa, de armazenamento, funerárias e votivas: a cerâmica é portanto já de si representativa de várias actividades. Há, porém, que incluir, entre os tipos diagnósticos, outros que digam respeito a outras actividades, por exemplo, pesos de tear, que respeitam à tecelagem, alfaías agrícolas, que respeitam à lavoura, alfinetes e fíbulas, que respeitam ao vestuário, armas, que dizem respeito à caça e à guerra, etc. Há ainda que definir uma cultura por uma determinada forma de casa ou por uma determinada maneira de organizar o espaço doméstico, por um determinado tipo de enterramento (ou por tipos alternativos, porque o que às vezes se verifica é que uma cultura dispõe de formas de enterramento e de tipos de monumentos funerários diversos).

Ainda na definição de Clarke, o conjunto de tipos que define a cultura é um conjunto politético, isto é, nem todos os tipos que caracterizam a cultura se encontram em todas as estações que a integram.

O conceito de cultura é hoje muito atacado porque, na perspectiva dos atacantes, conduziu à definição de unidades estáticas, discretas e homogéneas. A cultura era definida por um conjunto de tipos materiais que não variava no tempo; por outras palavras, a cultura tinha um princípio e um fim, mas não uma evolução. As culturas tinham um quadro geográfico, para além de cujos limites haveria outras culturas; eram, por isso, unidades discretas, com fronteiras definidas. E toda a população usaria da mesma forma os mesmos itens, isto é, a cultura era

homogénea. Em segundo lugar, e isso também foi alvo de críticas, a cultura foi muitas vezes equacionada com a língua e a etnia: duas culturas diferentes corresponderiam a etnias e línguas diferentes.

Talvez pudéssemos dizer que estas censuras que se fazem à Arqueologia histórico-culturalista não são inteiramente justas. A Arqueologia histórico-culturalista divide frequentemente a cultura em fases. Armando Coelho F. da Silva, por exemplo, divide a cultura castreja em três fases, I, II e III, e subdivide cada uma em dois períodos, A e B (1986: 33s.). O que, porém, poderemos dizer com mais justiça é que a Arqueologia histórico-culturalista investigava pouco ou mal as razões ou os factores da mudança, recorrendo em demasia à explicação dela pela existência de invasões ou emigrações. E o caso de Armando Coelho F. da Silva, que explica por invasões ou imigrações a passagem da fase IA a IB e desta a IIA. A Arqueologia contemporânea descobriu as razões internas da mudança, ou outras razões de mudança. Com efeito, valorizou as transformações ambientais e o crescimento demográfico como factores de mudança. A erosão dos solos, por exemplo, pode justificar a passagem de uma economia agrária a uma outra pastoril; e o crescimento demográfico, tornando insuficiente a produção, pode conduzir à guerra ou, alternativamente, ao desenvolvimento dos meios técnicos de produção, de modo a retirar mais alimentos das mesmas terras, ou ainda à especialização com incremento das trocas; nesta última alternativa, os sistemas sociopolíticos podem tornar-se mais complexos, surgindo chefes para organizarem as trocas e a redistribuição dos produtos.

Se a Nova Arqueologia explica a evolução sobretudo pelas transformações ambientais e pelo crescimento demográfico, a Arqueologia marxista encara as tensões sociais intra ou intergrupais como principal motor da mudança.

A visão estática das culturas, que se critica à Arqueologia histórico-culturalista, não é uma conotação necessária do conceito de cultura. Também o não é a descrição. Podemos usar operacionalmente o conceito de cultura admitindo interacções e distinguindo zonas centrais ou nucleares e franjas em que os tipos característicos de duas culturas se misturem. Em terceiro lugar, pela chamada de atenção para o carácter politético das culturas, Clarke superou o problema da homogeneidade sem abandonar o conceito de cultura. E por último, cultura não tem necessariamente que equacionar-se com etnia e língua (HODDER, 1978: 3-24).

As críticas que têm sido dirigidas ao conceito de cultura, muitas delas pertinentes, a nosso ver não demonstraram ainda que o conceito não é hermeneuticamente válido nem propuseram outro mais válido que o substitua. Shennan, por exemplo (SHENNAN, 1978: 113-139), pretendeu demonstrar que o conceito mascara, mais do que desvenda, a realidade histórica; mas o que de facto provou, num ensaio aliás extremamente interessante de arqueologia quantitativa, foi que as culturas não são homogêneas. Para mais, escolheu um mau exemplo, o da cultura campaniforme, porque hoje ninguém atribui ao campaniforme o estatuto de cultura.

Shennan demonstrou apenas que, no interior de uma mesma cultura, diferentes áreas apresentam diferentes percentagens relativas dos mesmos itens; que pode haver variabilidade regional dentro de uma mesma cultura; que a cultura material pode ser diferentemente manipulada em diversas áreas; mas não demonstrou aquilo que pretendia provar: que a cultura é uma entidade insatisfatória. Ainda segundo Shennan, a definição das culturas como entidades politéticas, feita por Clarke, “aproximou-se mais da realidade mas ao mesmo tempo disfarçou algumas das dificuldades” (1978: 113). Não cremos que tenha disfarçado dificuldades; apenas chamou a atenção para o facto de diferentes populações, integráveis numa mesma cultura, não partilharem exactamente da mesma forma a cultura material que as identifica. Se escavarmos, numa cidade romana, uma *domus*, vivenda de gente rica, e uma *insula*, prédio de vizinhos de mais modestos recursos, encontraremos seguramente na primeira maior percentagem de *sigillata* relativamente à cerâmica comum do que na segunda. Concluiremos pela diversidade cultural dos habitantes da *domus* e da *insula*, ou apenas pela existência de níveis diferentes de riqueza?

A nossa posição relativamente à operacionalidade do conceito de cultura não significa que não aceitemos a necessidade de revisão de muitas das culturas que na primeira metade do séc. XX se definiram. O campaniforme é um exemplo de cultura inexistente. A cultura da cerâmica de Peterborough e a da *Grooved ware* são outros: a *Grooved ware*, afinal, não define uma cultura mas é apenas uma cerâmica usada em contextos festivos por uma população que, noutros contextos, usava cerâmica de Peterborough. Trata-se de “tradições cerâmicas paralelas específicas menos de regiões que de contextos” (THOMAS, 1991: 100).

Se, como pretendemos, o conceito de cultura mantém a sua operacionalidade ou valor heurístico, também é certo que os seus críticos não propuseram ainda outras unidades de análise mais válidas.

Renfrew (1986: 1-18) introduziu o conceito de *polity*, uma palavra dificilmente traduzível, cujo melhor equivalente, em português, será o de unidade sociopolítica. Mas se este conceito se aplica às sociedades estatais e proto-estatais, não nos parece que possa aplicar-se, salvo, nalgumas raras excepções, às sociedades pré-estatais. A sua aplicação, pelo próprio Renfrew, às sociedades do Neolítico Recente de Wessex (RENFREW, 1973: 539-558) parece sedutora; mas a extensão do conceito a outros casos, tentada por outros autores numa obra colectiva dirigida pelo mesmo Renfrew (RENFREW e CHERRY, 1986), não nos parece inteiramente convincente.

Outro conceito proposto é o de *horizonte*. Este pode ser definido por uma determinada cerâmica (como quando falamos do horizonte da cerâmica impressa e incisa neolítica ou do horizonte do vaso campaniforme), por um determinado sistema produtor (como quando falamos da “economia de espectro amplo” ou da “revolução dos produtos secundários”) ou por uma mentalidade (e agora, por exemplo, falamos de horizonte megalítico, em que o culto dos antepassados levou à edificação de monumentos funerários colectivos).

Para efeitos de análise, o *horizonte* é um quadro demasiadamente amplo, que carece de uma subdivisão. O horizonte enfatiza os contrastes no tempo. Mas é óbvio que, no mesmo horizonte, há contrastes no espaço: o horizonte megalítico alentejano não é idêntico ao horizonte megalítico de Entre Douro e Minho, e possivelmente no interior do Alentejo e do Entre Douro e Minho há contrastes que justificam a distinção de unidades de análise menores. Mas que unidades podem ser essas? Unidades geomorfológicas, isto é, regiões naturais?

Unidades geomorfológicas, como, por exemplo, uma bacia hidrográfica, são unidades práticas de investigação. Mas adoptá-las, por razões teóricas, não releva de um certo determinismo geográfico? As barreiras geográficas não são um total impedimento aos contactos e unidades sociais primitivas observáveis não se compartimentam necessariamente por áreas naturais.

Poderemos tomar como unidades de análise as *Siedlungskammern*, conceito alemão que os ingleses traduzem por *settlement cells*, isto é, núcleos ou áreas de povoamento denso, separados um dos outros por zonas desertas ou onde o povoamento é escasso? Se estes núcleos, separados por terras de ninguém, são visíveis nalgumas épocas ou áreas, como na Europa central, no Bronze Final (COLES e HARDING, 1979: 341), não parece que constituam um fenómeno frequentemente

observável e uma solução praticável para a resolução do problema das entidades de análise.

Uma alternativa à Arqueologia das culturas talvez possa ser uma Arqueologia por configurações.

O historiador, como escreveu Ricoeur, extrai configurações das sucessões (RICOEUR, 1981: 278). A configuração é um conjunto de factos ligados por um enredo, uma cadeia de factos com directriz, com um princípio, um desenrolar e um desfecho. A crise nacional de 1383-85 ou a Revolução Francesa são configurações.

O conceito de configuração é talvez adaptável à Arqueologia.

Na segunda metade do 3.º milénio a.C. surgem, em diversos pontos de Portugal, povoados de cumedeira protegidos com muralhas, do tipo de Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal. A emergência destes povoados coincide com a invenção do cobre.

Dada a diversidade da cultura material que nestes povoados se observa, é impossível integrá-los a todos numa única cultura. Não tem sentido falar da “cultura” dos povoados fortificados calcolíticos. Mas é legítimo fazer deles uma unidade de análise, tentar explicá-los por uma conjuntura (que seria de afrontamento social?), tentar explicar as razões desse mesmo afrontamento, verificar se o fenómeno material de emergência dos povoados coincide com o fenómeno social de aparecimento de chefias eventualmente estáveis, analisar se há transformações ao nível das estruturas de produção e da ideologia que se verifiquem contemporaneamente.

Também não podemos falar de uma cultura megalítica; mas é legítimo, num manual de Pré-história, falar em bloco do megalitismo como uma configuração, que se traduz, no plano material, pelas antas ou dólmenes e, no plano ideológico, por um culto dos antepassados que “parece ter tido por função ultrapassar simbolicamente a incapacidade em que uma tecnologia rudimentar se achava de superar as forças da natureza” (TRIGGER, 1989: 342) ou que “regulava a exploração da terra e dos recursos da floresta, evitando uma competição destruidora ao mesmo tempo que, por meios rituais, fundamentava a natureza progressivamente hierarquizada da sociedade” (KRISTIANSEN, 1984: 80).

A esta configuração caracterizada pelo culto dos antepassados e as sepulturas colectivas sucede, na Dinamarca, uma outra configuração definida, no plano material, pelas sepulturas individuais e, no plano económico, por uma vida essencialmente pastoril. A pastorícia prati-

cava-se numa paisagem que os homens não percepcionavam como construída pelos antepassados: não era necessário desflorestar, despedregar os campos. A paisagem era natural, não era uma coisa que tivesse implicado a acção de gerações precedentes. Daí a ausência do culto dos antepassados. E os grupos eram pequenos, de três ou quatro famílias, autónomos, não hierarquizados.

A configuração, em Arqueologia, não implica o enredo a que Ricoeur se refere; é antes um facto multiplicado em diversos lugares, sensivelmente na mesma época, e que carece de uma explicação globalizante, abrangente, que se encontrará no campo sócio-económico ou ideológico. Configurar implica comparar, descobrir uma unidade de sentido em factos inicialmente avulsos. Configurar, para usarmos uma expressão de Susana Oliveira Jorge (in ALARCÃO, 1990, 188), exactamente aplicada à emergência dos povoados fortificados calcolíticos, configurar é procurar esse *sistema subjacente* à realidade arqueológica que poderá explicar porque é que as fortificações aparecem, a razão (ou razões) de ser da sua implantação, o teor geral das suas características arquitectónicas, etc., etc.”

Ora, exactamente porque é a procura de um sistema subjacente, e este só se pode encontrar numa estrutura social e/ou ideológica, a Arqueologia por configurações não põe a tónica nos objectos, nos fósseis directores, como a Arqueologia por culturas. É necessário, porém, evitar que esta Arqueologia por configurações seja uma Arqueologia de instantâneos desligados; é necessário encadear as estruturas para produzir um discurso coerente. Discurso que não tem, como o discurso histórico, um enredo, mas desvenda um processo. Por enredo entendemos um encadeamento de actos com intenção e que conduzem a um desfecho e, por processo, um encadeamento de formações sócio-económicas ou, para usar um conceito marxista, de modos de produção. A dificuldade maior do arqueólogo reside em mostrar como uma formação conduz a outra.

A explicação

A explicação é uma resposta ao *porquê* e neste sentido distingue-se da interpretação, que é desvendamento do ser da coisa, e da inferência, que é dedução de um facto (ou de um comportamento) a partir de um dado visível.

De certa forma, a inferência contém em si mesma uma explicação, mas uma explicação dos vestígios, não uma explicação dos comportamentos. Porquê esta foice neste local? A existência da foice permite-nos inferir a prática da agricultura e esta explica a presença da foice. A existência do molde de fundição permite-nos falar da metalurgia e esta explica a presença do molde. Mas uma coisa são os vestígios e outra são os comportamentos, de que aqueles constituem os testemunhos. Porque é que se começaram a praticar a agricultura e a metalurgia? Serão os comportamentos explicáveis, ou apenas observáveis sem que se possam explicar?

Porque é que os índios da região dos Grandes Lagos começaram a utilizar itens de cobre no período arcaico?

A explicação parece simples: os índios descobriram o cobre e, como os objectos deste metal eram mais eficientes que os de pedra, passaram a fabricar instrumentos de metal. Na realidade, não parece haver vantagem na utilização do cobre: este tinha de ser procurado a grandes distâncias e implicava um complicado processo de fundição; os itens de cobre eram assim muito menos económicos que os de pedra e talvez não fossem muito mais eficientes. Poderemos dizer que tinham pelo menos a vantagem de serem mais duradouros. Mas na realidade não o eram, porque os itens de cobre eram enterrados com os seus proprietários quando estes morriam, isto é, rapidamente saíam da circulação. Assim, os instrumentos de cobre não se explicam por razões práticas. Os itens eram sociotécnicos, isto é, eram símbolos de *status* social. Usavam-se instrumentos de cobre porque eram raros e caros e não acessíveis a todos (BINFORD, 1972: 26-32).

No exemplo dado há simultaneamente uma interpretação e uma explicação. Há interpretação na medida em que os objectos de cobre são classificados de sociotécnicos e não técnicos, isto é, não utilitários. E há explicação porque se responde a um porquê. Porque é que se começaram a utilizar instrumentos de cobre? Porque os indivíduos socialmente superiores têm necessidade de manifestar, de tornar visível, de simbolizar o seu poder através de objectos raros ou, como lhes chamou Clark, *symbols of excellence* (1986).

Como se explica o incêndio do castro da Senhora da Guia e o ocultamento de jóias na Beira central? Porque (segundo Armando Coelho F. da Silva) houve uma invasão. A invasão é a explicação daqueles factos.

Estas explicações implicam ideias gerais: no primeiro caso, a ideia de que os chefes têm necessidade de simbolizar o poder por meio

de objectos raros e, no segundo, a ideia de que, em face de uma invasão, as pessoas ocultam as suas posses mais valiosas.

A estas ideias gerais que servem para explicar chamamos teorias. “Uma teoria, no sentido estrito do termo, é um conjunto de generalizações semelhantes a leis, usadas para explicar e prever fenómenos empíricos. Contudo, existem poucas teorias nas ciências sociais (se é que existe alguma) e nelas o termo é geralmente usado no mesmo sentido de modelo” (SEYMOUR-SMITH, 1986 s.v. *theory*). E, relativamente a modelo, diz a mesma autora que “um modelo procura explicar as relações entre um conjunto de fenómenos específicos ou de variáveis por meio de uma representação dessas variáveis numa forma simplificada”. Lalande define teoria como “ampla síntese que se propõe explicar um grande número de factos e admitida, como hipótese verosímil, pela maior parte dos investigadores de uma época” (LALANDE, 1972, s.v. *théorie*). A teoria serve, portanto, para explicar.

As ideias de que o crescimento demográfico e as alterações ambientais conduzem a transformações culturais, ideias centrais ao funcionalismo da Nova Arqueologia, são uma teoria. A ideia, desta vez marxista, de que as tensões sociais são inerentes a qualquer grupo social e que a mudança se explica pelo jogo dessas tensões, é também uma teoria. A tese de que a cultura material se explica por relações sociais e por ideias é ainda uma teoria, desta vez contextualista. A ideia de que a racionalidade económica explica os comportamentos rituais é uma teoria; a ideia contrária de que a exploração económica se pode explicar por rituais é também uma teoria.

Rappaport (citado por CLARKE, 1984: 124-125) examina os rituais dos Tsembaga da Nova Guiné e explica-os como mecanismos reguladores do ecossistema. Há períodos alternados de guerra e paz entre os Tsembaga. Os períodos de paz são caracterizados por um ritual de agradecimento aos antepassados, durante o qual se matam numerosos porcos. Esta matança ritual tem por função estabilizar o número de porcos que, de outro modo, multiplicando-se em excesso, destruiriam as hortas e causariam danos ao ambiente. Aqui, o ritual deriva de uma função reguladora do ecossistema.

Por outro lado, os Kalasha da Índia, que vivem da criação de gado caprino, têm bodes em demasia. O comportamento parece irracional, porque o número de bodes é muito superior ao que seria necessário para cobrir as cabras. A explicação reside em que a riqueza se mede pelo número de bodes e não de cabras e no facto de serem ape-

nas os primeiros que se sacrificam em cerimónias religiosas (GRANT, 1991: 111).

A nosso ver, há uma teoria, explícita ou implícita, em toda a explicação dos comportamentos; mas também só há teorias neste domínio da explicação; no domínio da interpretação e da inferência pode haver perspectivas e pressupostos mas não teorias.

Mais radicais, Shanks e Tilley defendem que o estabelecimento dos factos implica já uma teoria. “Os factos são, assim, construções carregadas de uma teoria a que a resistência dos dados obriga”; ou: “os dados correspondem assim a uma apreensão teórica do real” (SHANKS e TILLEY, 1992: 111).

No mesmo sentido se pronuncia Neustupny (1993: 11) para quem é “facto indiscutível que a própria descrição depende da teoria”.

Que teoria subjaz, porém, à minha interpretação deste objecto como machado? ou desta estrutura como cista funerária? ou, indo mais longe, que teoria está implicada na minha inferência de que os habitantes desta aldeia, onde se encontraram numerosos machados com intensivos sinais de uso, praticaram a desflorestação?

“Não há maneira, dizem ainda os mesmos autores, de escapar à interpretação” (SHANKS e TILLEY 1992: 105). Nisso concordamos, se definirmos interpretação como o desvendamento do ser da coisa. E admitimos mesmo que esse desvendamento pode ser um processo analítico no qual se pode introduzir o erro. Basta pensar, uma vez mais, nos *smudge pits* de B inford, primeiramente interpretados como fossas fumacentas para afugentar os mosquitos e depois como fumadoiros para curtir peles. Mas poderemos deduzir, do facto de tudo passar necessariamente por uma interpretação, que tudo implica também uma teoria?

O vício de Shanks e Tilley deriva do facto de não definirem o que entendem por teoria; a nosso ver confundem a historicidade da percepção e os pressupostos da inferência com teoria.

A percepção é historicamente situada. Duas épocas não vêem o mesmo objecto da mesma maneira. Basta pensar no que nos diria um arqueólogo de fins do séc. XIX de um machado neolítico e o que nos diz um arqueólogo, hoje, do mesmo objecto. Aquele diria: recolhi um machado de pedra polida, fracturado e incompleto. O arqueólogo de hoje dirá: recolhi um machado polido de anfibolito, de secção oval, com evidentes sinais de ter sido utilizado. O arqueólogo do séc. XX não pensava que era importante identificar o material de que era feito o

machado, nem a secção obtida por um corte transversal ideal da peça, nem observar os traços de uso.

A observação dos temas de investigação em voga nos últimos anos relativamente às civilizações meso-americanas é um bom exemplo de como as nossas análises são historicamente condicionadas. Durante os anos de guerra do Vietnam, os arqueólogos norte-americanos preocuparam-se intensamente com os problemas da guerra nas sociedades da América central; concluída a guerra, este interesse diminuiu. Por outro lado, à medida que na sociedade norte-americana aumentava o interesse pelos problemas ambientais contemporâneos, aumentava também o interesse dos arqueólogos pelos problemas ecológicos das sociedades meso-americanas e o número de artigos publicados sobre este tema atingiu o seu máximo no ano em que os norte-americanos publicaram a sua Lei de protecção às espécies em vias de extinção (BINTLIFF, 1988: 11).

Se a percepção dos objectos e a natureza dos temas investigados é historicamente situada, a inferência assenta em pressupostos. Vejamos.

Num monte de ossos de animais encontrados num povoado identificamos 65% de ovicaprinos, 35% de suínos e nenhum bovino. Inferimos daqui que a população daquela aldeia criava só ovicaprinos e suínos, nessa proporção. A inferência pode parecer segura. Na realidade, não o é, porque assenta num pressuposto: a de que a lixeira é representativa dos gados criados. Mas será? Talvez aquela lixeira represente apenas a alimentação da gente mais pobre do povoado, que não criaria bovinos nem comeria a carne deles. Ou talvez os bovinos fosse criados, não para serem mortos pela carne, mas apenas para serem utilizados como força de trabalho. Neste caso, quando morriam, podiam ser enterrados noutro local, não na lixeira dos alimentos.

A análise que Hodder faz da deposição dos lixos entre os Nubas (Sudão) revela que, por razões ideológicas, os ossos de suínos são lançados por aquelas gentes em lixeiras diferentes das dos ossos de bovinos (HODDER, 1982: 159). Assim, todas as inferências que se têm feito sobre a composição dos gados a partir dos ossos das lixeiras assentam num pressuposto: a de que as lixeiras representam a composição real dos gados criados.

Um pressuposto não é uma teoria; um pressuposto é um juízo que se forma sem se ter jamais pensado na possibilidade do juízo contraditório (GOBLOT, 1947: 167) e serve para inferir; a teoria é uma ideia geral semelhante a uma lei e serve para explicar.

A explicação é a última palavra do arqueólogo e ela envolve, como acabámos de ver, a teoria. Seria talvez o momento oportuno para examinar as três grandes teorias gerais que hoje se oferecem ao arqueólogo: a funcionalista, a marxista e a contextualista. Serão elas mutuamente excluíveis ou compatíveis? Terá chegado o momento de, dialécticamente, estabelecer a unidade numa Arqueologia cognitiva/ /processual de que Renfrew e Bahn apontam os princípios (RENFREW e BAHN, 1991: 431)? Deixaremos para outra ocasião a análise deste problema.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, William Y. e ADAMS, Ernest W., 1991: *Archaeological typology and practical reality. A dialectical approach to artifact classification and sorting*, Cambridge.
- ALARCÃO, Jorge de, 1990: *Portugal. Das origens à romanização (= Nova História de Portugal)*, Lisboa.
- BINFORD, Lewis R., 1972: *An archaeological perspective*, New York.
- BINTLIFF, John, 1988: "A review of contemporary perspectives on the "meaning" of the past", in BINTLIFF, J. (ed.) *Extracting meaning from the past*, Oxford, p. 3-36.
- CHILDE, V. G., 1961: *Introdução à Arqueologia*, Lisboa.
- CHILDE, V. G., 1969: *Para uma recuperação do passado*, Lisboa.
- CLARK, Grahame, 1986: *Symbols of excellence*, Cambridge.
- CLARKE, David, 1984: *Arqueologia analítica*, Barcelona.
- COLES, J. M. e HARDING, A. F., 1979: *The Bronze Age in Europe*, Londres.
- COURBIN, Paul, 1982: *Quest-ce que Varchéologie*, Paris.
- DAMM, Charlotte Brysting, 1991: "Burying the past: an example of social transformation in the Danish Neolithic", in GARWOOD, (ed), 1991: p. 43-49.
- DUFRENNE, Mikel, 1953: *Phénoménologie de la perception esthétique*, I, Paris.
- DUNNELL, Robert C., 1980: "Americanist archaeology: the 1979 contribution", *American Journal of Archaeology*, 84(4), p. 463-478.
- FLANNERY, Kent, 1993: "Archaeology with a capital S", in REDMAN, C. (ed.), *Research and theory in current archaeology*, New York.
- GARWOOD, D. et alii, 1991: *Sacred and profane*, Oxford.
- GOBLOT, Edmond, 1947: *Traité de logique*, Paris.
- GRANT, Annie, 1991: "Economic or symbolic? Animals and ritual behaviour", in GARWOOD (ed.), 1991, p. 109-114.
- HAYDEN, Biran, 1984: "Are ernie types relevant to archaeology", *Ethnohistory*, 31(2), p. 79-92.
- HEMPEL, Carl, 1969: "A função de leis gerais em História", in GARDINER, Patrick (ed.), *Teorias da História*, Lisboa, p. 412-435.

- HODDER, Ian, 1978: "Simple correlations between material culture and society: a review", in HODDER (ed.) *The spatial organization of culture*, Londres, p. 3-24.
- HODDER, Ian, 1982: *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*, Cambridge.
- HODDER, Ian, 1982 a: "Sequences of structural change in Dutch Neolithic", in HODDER (ed.), *Symbolic and structural archaeology*, Cambridge, p. 162-177.
- HODDER, Ian, 1987: "Contextual archaeology: an interpretation of Çatal Hüyük and a discussion of the origins of agriculture", *Bulletin of the Institute of Archaeology*, Londres, 24, p. 43-56.
- HODDER, Ian, 1990: *The domestication of Europe*, Oxford.
- HODDER, Ian, 1992: *Theory and practice in Archaeology*, Londres.
- JORGE, Susana Oliveira, 1986: *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves -V.ª P.ª de Aguiar*, Porto.
- KRISTIANSEN, Kristian, 1984: "Ideology and material culture: an archaeological perspective", in SPRIGGS, Mathew, *Marxist perspectives in archaeology*, Cambridge.
- LALANDE, André, 1972: *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*, Paris.
- MERLEAU-PONTY, M. 1945: *Phénoménologie de la perception*, Paris.
- MORRIS, Charles, s.d.: "Fundamentos da teoria dos signos", in NATTIEZ, J. J., *Problemas e métodos da Semiologia*, Lisboa, p. 31-41.
- NEUSTUPNY, Evzen, 1993: *Archaeological method*, Cambridge, 1993.
- PEACOCK, D. P. S. e WILLIAMS, D. F., 1986: *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*, Londres.
- RENFREW, C., 1973: "Monuments, mobilization and social organization in Neolithic Wessex", in RENFREW (ed.), *The explanation of culture change. Models in Prehistory*, Londres, p. 539-558.
- RENFREW, C. e BAHN, Paul, 1991: *Archaeology. Theory, methods and practice*, Londres.
- RENFREW, C. e CHERRY, John F., 1986: *Peer polity interaction and socio-political change*. Cambridge, 1986.
- RICOEUR, Paul, 1981 : *Hermeneutics and the human sciences*, Cambridge.
- RICOEUR, Paul, 1986: *Do texto à acção*, Lisboa.
- SARTRE, Jean-Paul, 1993: *O Ser e o Nada*, Lisboa.
- SEYMOUR-SMITH, Charlotte, 1986: *Mac Millan Dictionary of Anthropology*, Londres.
- SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher, 1992: *Re-constructing archaeology. Theory and practice*, Londres.
- SHENNAN, S. J., 1978: "Archaeological cultures: an empirical investigation", in HODDER, I., *The spatial organization of culture*, Londres, p. 113-139.
- SILVA, Armando Coelho F. da, 1986: *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- SPAULDING, A. 1953: "Statistical techniques for the discovery of artifact types", *American Antiquity*, 18(4), p. 305-313.
- THOMAS, Julian, 1991: *Rethinking the Neolithic*, Cambridge.
- TRIGGER, Bruce G., 1989: *A history of archaeological thought*, Cambridge.
- WATSON, Patty Jo; LEBLANC, Steven A.; REDMAN, L., 1987: *El método científico en Arqueologia*, Madrid, 1987.

JOÃO LUÍS CARDOSO

Professor da Universidade de Lisboa. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras

O BRONZE FINAL E A IDADE DO FERRO

NA REGIÃO DE LISBOA: UM ENSAIO

«Conimbriga» XXXIV (1995), p. 33-74

RESUMO: Apresenta-se um ensaio da evolução do povoamento verificada na região de Lisboa, do Bronze Final ao fim da Idade do Ferro

A evidente estratificação da sociedade do Bronze Final, com a correspondente existência de *elites*, detentoras de apreciável sobre - produto económico, que concentravam o poder político-militar e das quais dependia a administração permanente e estável de territórios bem determinados, foram factores que muito beneficiaram o sucesso da penetração e difusão de produtos de origem fenícia, através de estabelecimentos - como a quinta do Almaraz (Almada) e a plataforma da Sé (Lisboa) - instalados em ambos os lados do grande estuário, controlando a navegação e o comércio nele efectuados, comportando-se complementarmente, como verdadeiros “lugares centrais” à escala regional, sedes do comércio de troca e pólos difusores dos produtos exógenos ali transaccionados. A estes, nos quais pontificam as cerâmicas fenícias - cujos elementos até agora suficientemente estudados não ultrapassam, quando datáveis, os meados do século VII AC - sucedem-se, ao longo do século VI AC, materiais ainda fortemente influenciados pelos protótipos orientais, porém quase exclusivamente produções locais ou regionais. Esta situação é consubstanciada nos materiais recolhidos não apenas nos primitivos estabelecimentos junto ao estuário, mas também nos obtidos em pequenos “casais agrícolas”, descendentes directos daqueles que, no Bronze Final, se dispersavam pela região, vocacionados para uma exploração agropastoril permanente e intensiva dos férteis solos basálticos que se desenvolvem em torno de Lisboa. Tal continuidade no

tipo de povoamento sugere a manutenção do modelo de organização social herdado do Bronze Final, que a introdução de novas tecnologias, novos gostos e outras concepções religiosas não terá alterado significativamente.

No século V AC emergem outras produções exógenas, de origem púnica; porém, a maioria dos materiais revela, como anteriormente, fabricos locais ou regionais, melhor adaptados aos gostos e necessidades dos respectivos utilizadores; acompanham-nos raros fragmentos de cerâmicas áticas (presentes em Almaraz e em Lisboa), aqui chegadas graças ao comércio púnico sediado em Gades.

A partir do século II AC, tais produções, onde avultam as ânforas neopúnicas de origem norte-africana, coexistem com outras, de origem itálica, consubstanciando uma III Idade do Ferro, tal como as anteriores de evidente raiz mediterrânea. Estes materiais ocorrem em contextos de carácter agrícola e familiar, idênticos aos que, desde o Bronze Final, pontuavam, de forma dispersa, o “agro olisiponense”. Alguns destes lugares, cuja presença humana nalguns casos remonta ao Bronze Final, ou ao início da Idade do Ferro, continuaram a ser intensamente ocupados até à Alta Idade Média, consubstanciando um dos traços mais marcantes da presença humana proto-histórica da região.

A permanência de uma formação económica e social estável, bem como a continuidade dos estímulos culturais meridionais, estreitamente ligados ao comércio mediterrâneo, primeiro de origem fenícia, depois púnica e, finalmente, itálica, configuram um notável, prolongado e bem sucedido processo de aculturação, viabilizado e suportado pelos recursos naturais e condições oferecidas pela situação geográfica da região, que os habitantes souberam explorar activamente e com êxito.

SUMMARY: An essay is attempted on the evolution from Late Bronze Age to Final Iron Age on the region of Lisbon. The obvious social hiérarchisation and the existence of elites which concentrated the economic and military power and from whom a permanent and stable occupation of several territories was dependent, were the main factors that benefited the success for the entrance and act as factors of diffusion of Phoenician products. Phoenician establishments like Almaraz (Almada) and, possibly the platform of the Cathedral (Lisbon), installed on both sides of the estuary, controlled its navigation and commerce, behaved as “central sites”, or heads of trade markets, and diffusion of exogenous products (ceramics, iron tools, glasses, etc.). The earliest of these importations - namely the Phoenician ceramics and the beads of vitreous mass - are not earlier than the second half of the VII century BC, like elsewhere (Alcácer do Sal, Abul, Santa Olaia, Rocha Branca). The Phoenician importations of the second half of the

VII century BC were followed along the next century by materials still strongly influenced by oriental prototypes, but almost exclusively produced local or regionally. The fertile basaltic soils still continued to be intensively and extensively explored by a well succeeded farming economy. This evidence of continuity suggests that the social organization inherited from Late Bronze Age was not significantly altered by the introduction of new technologies or products, or even new religious conceptions.

In the V century BC, accompanying the decay of the Phoenician commercial activity, other exogenous products appeared, from Punic origin. Most of the ceramics, however, still indicate a local or regional specific characteristics, better adapted to the needs and traditions of its users; also present are rare fragments of atic ceramics (in Almaraz and Lisbon) due to the punie trade from Gades. This suggests that the primitive establishments founded by the Phoenicians still continued to be centres of trade of manufactured articles from the Mediterranean sea by local or regional productions (wine, cereals, salted meat and fish, salt, gold and, eventually, metals, like tin, from the Beiras region, carried out along the Tagus river by boat).

Since the beginning of the II century BC such productions, now represented by neopunic amphorae of african origin coexist with italic productions, corresponding to a new phase of the cultural and trade relations between this region and the Mediterranean area. Such materials occur in sites whose characteristics are similar of those occupied, in the same region, since the Late Bronze Age.

The permanence of a socially and economically stable system, closely related to a Mediterranean trade, firstly carried out by the Phoenicians, afterwards from Punic and finally from Italic origin, reveals a remarkable long, continuous and well succeeded process of aculturation, supported by the regional resources, as well as by the excellent geographical conditions offered by the Tagus estuary, which the inhabitants fully, actively and successfully explored along the first millenium BC.

(Página deixada propositadamente em branco)

O BRONZE FINAL E A IDADE DO FERRO NA REGIÃO DE LISBOA: UM ENSAIO

1 - INTRODUÇÃO

A baixa Estremadura, na qual a região de Lisboa se insere foi, no decurso do Bronze Final e de toda a Idade do Ferro, densamente ocupada por comunidades que, no decurso deste longo lapso temporal, devido a factores diversos, aqui encontraram condições adequadas ao seu quotidiano e sobrevivência.

Com efeito, do Bronze Final à Idade do Ferro, durante mais de um milénio, foi esta região palco de notável “transformação na continuidade”, consubstanciada em original processo de evolução económico-social, que, embora absorvendo estímulos externos de vária ordem, com dominância dos de origem mediterrânea, conduziu, progressivamente e sem sobressaltos, a uma formação económico-social organizada segundo modelo proto-estatal, em sintonia com a realidade que então pontificava em outras áreas peninsulares.

2-0 BRONZE FINAL

O Complexo Basáltico (ou Vulcânico) de Lisboa, cujos afloramentos cobrem extensa área, de Oeiras a Loures, desenvolvendo-se em forma de arco de círculo em torno de Lisboa, deu origem a solos muito férteis (vertissoles crómicos), até à actualidade intensa e extensamente explorados, sobretudo por culturas cerealíferas, que só a expansão urbana veio definitivamente interromper. Encostas suaves, boa exposição solar, disponibilidade de água, retida em aquíferos

confinados, a pequena profundidade, foram outras tantas razões que justificaram a preferência que lhe foi conferida, afirmando-se como área agro-pastoril de excepção desde, pelo menos, a Idade do Bronze.

Deste modo se explica a ocupação dispersa aqui verificada, através de pequenas unidades de carácter familiar, dedicadas à exploração exaustiva do solo e à criação de gado bovino, ovino e suíno, desempenhando a caça papel insignificante, segundo os resultados do estudo faunístico dos restos recuperados na Tapada da Ajuda (CARDOSO *et al.*, 1986). São as “granjas” ou “casais agrícolas” (MARQUES & ANDRADE, 1974), cujo prolongamento, por vezes talvez em continuidade, pela Idade do Ferro e Período Romano, se encontra comprovado por testemunhos materiais. Este tipo de ocupação do território, aparentemente disperso e pouco hierarquizado, vem na continuidade do verificado no final do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze, período correspondente aos derradeiros portadores das cerâmicas campaniformes, em que se verifica uma proliferação dos pequenos “habitats”, abertos, em detrimento dos grandes povoados por vezes fortificados (CARDOSO, 1995 a), que então já se encontravam, em geral, abandonados.

A estação da Tapada da Ajuda, na área urbana de Lisboa, corresponde à única ocorrência deste tipo objecto de extensas explorações (CARDOSO *et al.*, 1980/81; CARDOSO, *et al.*, 1986; CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1990; CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARDOSO, 1994 a, c; 1995 b). Situa-se em encosta suave, de exposição meridional e voltada para o estuário do Tejo, junto a linha de água, que nele desaguava. Tratar-se-ia de pequeno povoado, constituído por habitações dispersas. A única que foi escavada é uma casa de planta oval cujo eixo maior media cerca de 6 m de comprimento. O embasamento era constituído por muro, definido por uma dupla fiada de blocos basálticos não aparelhados, obtidos no local. Esta estrutura - a única até agora reconhecida para a época e região em causa - tem afinidades com outras, do Bronze Final, reconhecidas em outras áreas do País. No Norte de Portugal, mencionam-se as dez cabanas exumadas na citânia de São Julião, Vila Verde, escavada por M. Martins (*in* FABIÃO, 1993); tal como se verificaria na casa da Tapada da Ajuda, apenas o embasamento era definido por alinhamento de blocos, sendo a super-estrutura constituída por elementos perecíveis, que não se conservaram. Outro exemplo, no centro do actual território português, é o das casas do monte de Santa Luzia, Viseu (SENNA-MARTINEZ,

1994, p. 219, nota 3), bem como as encontradas no castro de São Romão, Seia (SENNA-MARTINEZ, 1989; FABIÃO, 1993, p. 91) e no outeiro dos Castelos de Beijos (SENNA-MARTINEZ, 1994). No sul, foram identificadas duas casas deste tipo no povoado de Neves II, subjacentes a habitações de planta rectangular da Idade do Ferro (MAIA & MAIA, 1986). Pode concluir-se, deste modo, que a casa da Tapada da Ajuda se integra em modelo bem conhecido e de larga distribuição geográfica no Bronze Final.

As casas de planta oval foram consideradas como testemunhos de influências centro-europeias no Ocidente peninsular, através da meseta espanhola (GOMES, 1992, p. 110). Conquanto tal interpretação seja possível, é bem conhecida sua ocorrência em ambientes francamente mediterrâneos. É o caso das casas ovais de Cerro del Real de Galera, Granada e da colina de Los Quemados, Córdoba, entre outras (PELLICER, 1979/80, p. 237, nota 52). Saliente-se que, já no final do Calcolítico, época do campaniforme inciso, tal modelo era conhecido na região de Lisboa, como se comprova pelas duas cabanas postas a descoberto em Leceia, Oeiras (CARDOSO, no prelo d), pelo que uma evolução regional é talvez a hipótese mais provável.

PELLICER (1979/80) situa no Bronze Final antigo - a que pertence a Tapada da Ajuda - os exemplos apresentados do sul peninsular. Com efeito, as cinco datas de radiocarbono indicam, depois de calibradas, época precoce do Bronze final. Os resultados foram os seguintes, após calibração utilizando a curva de PEARSON & STUIVER ("Radiocarbon", 28 (2B), 1986, p. 839-862), considerando intervalo de confiança de dois sigma, correspondente a 95% de confiança (resultados inéditos):

ICEN - 100 (ossos) - 3000 ± 40 BP - 1381 - 1113 cal AC;

ICEN - 184 (carvões) - 3000 ± 100 BP - 1466 - 962 cal AC;

ICEN 96 (conchas) - 3450 ± 40 BP - corrigida - 3090 ± 50 BP - 1484 - 1237 cal AC;

ICEN 97 (conchas) - 3370 ± 50 BP - corrigida - 3010 ± 60 BP - 1403 - 1067 cal AC;

ICEN 99 (conchas) - 3340 ± 40 BP - corrigida - 2980 ± 50 BP - 1377 - 1058 cal AC.

Considerando a função densidade de probabilidade resultante da combinação das cinco datas, podemos atribuir o respectivo contexto aos séculos XIII ou XIV AC (informação de A. Monge Soares, que agradecemos).

Tais resultados estão conformes, com efeito, às informações obtidas do estudo arqueológico dos materiais. Assim, entre os milhares de fragmentos cerâmicos observados, não se identificou um único da cerâmica com ornatos brunidos, que seria característica, como na Andaluzia, da última etapa do Bronze Final (TEJERA-GASPAR, 1980; BELÉN *et al.*, 1983). Esta jazida corporiza, pois, um momento inicial do Bronze Final, ou Bronze Final I, hipótese formulada pelo signatário (CARDOSO, 1990) e seguida por outros (GOMES, 1992 b).

As cerâmicas com ornatos brunidos foram identificadas pela primeira vez no território português por E. da Cunha Serrão (CARDOSO, 1995 d). Aceita-se que a emergência de tais cerâmicas corresponda a influxos mediterrâneos, actuates desde o século XI AC, os quais se evidenciam, de forma paradigmática, no monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et al.*, 1973/74), atribuível aos finais do século X ou começos do IX AC (GOMES, 1995 a), o qual continha um grande vaso com ornatos brunidos. Na Andaluzia, a tal período, de fins do século X a inícios do VIII AC, corresponde fase cultural designada por “Horizonte de Huelva”, “período proto-orientalizante” ou “pré-colonial” (ALMAGRO, 1973, 1990), cujo *terminus* coincide com a data da instalação das primeiras colónias e feitorias fenícias.

A região de Lisboa correspondia, então, a espaço geográfico onde se cruzavam influxos atlânticos e mediterrâneos. Não devem, contudo, estes últimos ser excessivamente valorizados, mesmo que sejam atribuídos às actividades comerciais desenvolvidas pelos fenícios, sem requererem a sua fixação efectiva ao território. De facto, a própria cerâmica de ornatos brunidos evidencia regionalismo marcado, sendo os exemplares do centro e sul de Portugal - onde coexistem formas abertas e fechadas - quase exclusivamente decorados no exterior, enquanto que na Andaluzia a decoração se circunscreve à parede interna de formas abertas. Tal regionalismo poderá entender-se, pois, como expressão de realidades culturais diversas, como diferentes eram, também, as características económicas e sociais das respectivas comunidades. Por outro lado, estão bem comprovados os influxos culturais mediterrâneos que, desde o Neolítico antigo, e no decurso de todo o Calcolítico, actuaram, de forma marcante, na região em apreço, sem que por isso sejamos obrigados a considerar um Neolítico ou um Calcolítico “orientalizante”. Os achados metálicos de objectos de prestígio ou de culto, dos séculos XI a VIII AC, embora documentem importante intercâmbio entre o sul peninsular e o Mediterrâneo central

(Sardenha, Sicília) e, mesmo, oriental (Chipre), nada dizem quanto aos responsáveis pela sua difusão; os Fenícios poderiam, deste modo, ter apenas recuperado circuitos comerciais já existentes (AUBET, 1994, p. 186). Com efeito, estão referenciadas cerâmicas calcolíticas de origem anatólica, na região de Alicante (GONZÁLEZ PRATS *et al*, 1995), sem que saibamos algo sobre os mecanismos de difusão e chegada de tais materiais provindos do outro extremo do Mediterrâneo. Idêntica observação é válida para as cerâmicas micénicas, cuja cronologia se situa entre 1300 e 1100 AC, recolhidas em Montoro, Cordo va (CRUZ, 1990).

No que ao território português diz directamente respeito, GOMES (1992 b) assinala a existência de “contas de pasta vítrea translúcidas da necrópole da Idade do Bronze da Atalaia (Ourique), com origem egípcia ou micênica ... “ (p. 27), figuradas por SCHUBART (1965). A confirmar-se tal observação e, a menos que sejam intrusões mais modernas, tratar-se-ia da primeira ocorrência documentada em território português, de produtos importados em época situável entre 1500 e 1400 AC. Outros indícios de “significativas trocas comerciais com os comerciantes de metais originários do Mediterrâneo oriental a partir da segunda metade do II milénio a. C.” (idem, p. 27) seriam, segundo o mesmo autor, as representações de armas, machados, espadas e punhais, insculptados nas chamadas esteias alentejanas. Tais indícios suportariam a hipótese de contactos com o oriente mediterrâneo, de onde proviriam, especialmente, objectos sumptuários, sem que a sua presença force a extensão, à região em apreço, da aceitação do discutível período pré-colonial ou proto-orientalizante da Andaluzia, defendido por ALMAGRO-GORBEA (1973; 1990).

A riqueza da Estremadura no Bronze Final baseava-se essencialmente em dois factores naturais: a fertilidade das suas terras, propícias às actividades agropastoris, e consequentemente à produção de excedentes, susceptíveis de comercialização, e a sua excelente posição geográfica, já por outros valorizada (KALB, 1980), capaz de assegurar a articulação do comércio atlântico com o mediterrâneo, tanto através de navegação de cabotagem, ao longo da costa, como utilizando rotas terrestres ou fluviais (desempenhando neste aspecto importância fulcral o rio Tejo), já existentes. O enriquecimento destas comunidades estaria assim justificado, sem que seja necessário recorrer a outros factores, como a exploração do sal e do ouro, ambos suscep-

tíveis de se obterem no estuário do Tejo ou no litoral oceânico adjacente. Assim se explicará a variedade dos achados metálicos do Bronze Final. Um dos exemplos mais expressivos é constituído pela espada pistiliforme recolhida no Tejo, em Cacilhas; corresponderá a fase inicial do Bronze Final, em que predominaria o fabrico de armas (GOMES, 1992 b), característico de um comércio trans-regional, atlântico-mediterrâneo.

A espada de Cacilhas poderá relacionar-se com oferendas a divindades aquáticas, então muito em voga por toda a Europa. De facto, a recuperação de armas do Bronze Final em dragagens fluviais é frequente. Já CARTAILHAC (1886, p. 200) declarava: “... des renseignements donnés par l'Histoire permettent de croire qu'une partie, très petite si l'on veut, mais notable, encore, de ces cachettes de bronze, doit son origine à des pratiques religieuses et qu'elles constituent des dépôts sacrés”. Para alguns investigadores, o elevado grau de fragmentação de certas peças seria ainda indício de práticas rituais efectuadas no âmbito das referidas oferendas. Coombs *{in* FERNÁNDEZ-MANZANO, 1984), referindo-se a depósitos ingleses, recorda que o número de achados subaquáticos aumenta consideravelmente do Bronze médio para o Bronze Final, explicando-se tal fenómeno pelo desenvolvimento daquelas oferendas. Ao encontro desta hipótese, PAUTREAU *et al* (1983/84) observam que, no Bronze antigo e médio, predominam as peças inteiras, enquanto que os depósitos do Bronze Final possuem, em percentagens variáveis, objectos partidos intencionalmente.

A crescente invocação de divindades aquáticas, ou do culto das águas, que parece cada vez mais frequente à medida que se aproxima o fim da Idade do Bronze, poderá estar relacionada com eventual degradação climática então verificada, tal como sugeriu Burgess *{in* FERNÁNDEZ-MANZANO, 1984). Com efeito, a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro seria caracterizada, ao menos nalgumas regiões europeias - para o território português, a falta de estudos impede quaisquer certezas - por marcado arrefecimento climático (THEOBALD, 1972), embora não no sentido da aridez. Nesse período de possíveis dificuldades, exacerbar-se-ia o espírito religioso; daí o elevado número de ocorrências a que se poderá atribuir carácter ritual (CARDOSO *et al*, 1992).

O final do Bronze Final na região em estudo, tal como em outras, seria acompanhado pelo aumento de peças metálicas de carácter

utilitário, mais acentuadamente de fabrico local do que as armas produzidas anteriormente. Este facto encontra-se excelentemente ilustrado pelo molde de foices de Rocanes, Sintra (FONTES, 1915), usado para fundir exemplares de bronze (“foices de tipo Rocanes”) como o recolhido em Pedreiras, Sesimbra (SERRÃO, 1966), que substituirão as foices utilizando lascas de sílex com bordo denteado, encabadas em madeira, ainda em voga no início do Bronze Final, como se conclui pelas centenas de exemplares recolhidos na Tapada da Ajuda (CARDOSO *et al*, 1980/81; CARDOSO *et al*, 1986).

Pode, pois, aceitar-se que uma crescente afirmação da capacidade económica da Estremadura, no decurso do Bronze Final, decorreria, ao menos em parte, da melhoria das capacidades produtivas, na sequência da introdução de novos e mais eficazes instrumentos agrícolas, os quais, na verdade, não foram acompanhados de melhorias ao nível da farinhação; na Tapada da Ajuda, continuam a utilizar-se mós do tipo neolítico, cuja sobrevivência na Idade do Ferro se encontra igualmente ilustrada no “casal agrícola” de Rei Mouro, Sintra (SERRÃO, 1980, Fig. 6). A realidade de uma metalurgia local, destinada a consumo próprio e, ao mesmo tempo, a comercialização extra-regional, pode, assim, ser vista como causa e, ao mesmo tempo, consequência, da melhoria das condições económicas e do poder de compra das comunidades aqui instaladas.

Cabe ainda referir, entre os produtos de bronze, as fíbulas com enrolamento no arco, como a do monumento da Roça do Casal do Meio, o primeiro exemplar deste tipo exumado em Portugal (SPINDLER *et al*, 1973/74) e cuja origem mediterrânea é evidente, tal como o pente de marfim que a acompanhava - denotando a existência de produtos sumptuários, além dos metálicos - é norte-africana. A distribuição daquele tipo de fíbula no território peninsular e além-Pirenéus (SENNA-MARTINEZ, 1994, p. 225) ilustra, exemplarmente, a sua difusão continental e atlântica, através do comércio trans-regional. Estas fíbulas têm sido, segundo o referido autor, confundidas com as fíbulas “de codo”, ou “cotovelo”, cujos primeiros exemplares portugueses foram recentemente publicados (CARREIRA, 1994, Fig. 9 e Est. 33, n.º. 1), além do exemplar gravado na estela de Ervidel II, do século IX AC ou inícios do seguinte (GOMES, 1995 b). Sendo fíbulas de origem igualmente mediterrânea, mais precisamente cipriota, como COFFYN & SION (1993, Fig. 5) evidenciaram através da respectiva distribuição geográfica, constituem, tal como as anteriores, exemplo frisante do

comércio mediterrâneo-atlântico do Bronze Final, de produtos sumptuários.

Tais rotas comerciais a longa distância, estáveis e regulares, pressupõem comunidades socialmente estruturadas e repartidas por territórios bem delimitados e permanentes. De facto, a crescente hierarquização social desta sociedade pode ser vislumbrada através da evolução das esteias funerárias, no decurso do Bronze Final, nas quais a representação da figura do chefe se encontra progressivamente afirmada.

Aquela situação, bem patente nas comunidades que no decurso do Bronze Final habitaram a região de Lisboa, teria sido, como se disse, em parte viabilizada pela acumulação de riqueza resultante de uma bem sucedida adaptação ao território da baixa Estremadura. Da sua exploração activa, tanto ao nível do aproveitamento ou captação dos recursos potenciais naturalmente disponíveis, como ao nível dos benefícios económicos resultantes da sua excelente posição geográfica, favorável à recolha de mais-valias da redistribuição comercial dos produtos metálicos aqui manufacturados ou do próprio minério em bruto, resultou uma nova ordem social, progressivamente imposta. E assim que, naturalmente, emergem povoados fortificados, como o do Cabeço da Amoreira, Loures (FABIÃO, 1993 - alguns talvez nunca abandonados desde o Calcolítico - onde se sediaria o segmento dominante da sociedade, em que pontificava a figura do “chefe”, rodeado da “elite” guerreira que o acompanhava e, talvez, dos metalúrgicos, a quem cabia actividade de grande projecção económica.

Pastores e agricultores, sobre os quais recaía a função de assegurar o sustento dos grupos mais destacados socialmente, não directamente ligados às actividades produtivas, dispersar-se-iam pelos férteis campos adjacentes, que continuaram a ser intensamente explorados. Enfim, as funções litúrgicas poderiam ser já desempenhadas por um grupo específico, entendido, tal como os anteriores, como expressão da segmentação e estratificação social crescentemente afirmadas. Os dois indivíduos - adultos e do sexo masculino - sepultados no monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et al.*, 1973/74) - cuja afinidade com os *tholoi* micénicos tardios, dos finais do II milénio AC são evidentes (GOMES, 1995 a) - não se encontravam, significativamente, acompanhados de armas, apesar da elevada categoria social que evidentemente detinham no seio da sua comunidade, aliás expressamente afirmada por outros objectos

de prestígio (pinça, fíbula, pente), igualmente elementos comuns nas estelas estremenhas do Bronze Final.

Em resumo, a evolução económico-social verificada no decurso do Bronze Final na região de Lisboa explica a emergência de povoados em sítios com boas condições de defesa, fortificados ou não, no fim deste período (Bronze Final II).

Com efeito, todos os lugares altos que, na região de Lisboa, revelaram ocupações do Bronze Final, forneceram cerâmicas de ornatos brunidos, o que não acontece com os sítios abertos, de índole agro-pastoril, nos quais escasseiam tais cerâmicas. É o caso dos povoados de altura do Cabeço dos Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971), do Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, em preparação) ou do Cabeço do Mouro, Cascais (CARDOSO & CARDOSO, no prelo), para só citar três casos de diferentes concelhos em torno da capital. Todos estes locais revelaram peças de bronze, avultando as seis xorcas do Cabeço dos Moinhos constituindo provavelmente um esconderijo, como o descoberto em elevação próxima daquela, o Cabeço do Lexim, Mafra (ARNAUD, 1971, p. 131), integrando dois machados de aselhas e alvado, sem vestígios de utilização e aparentemente produzidos no mesmo molde, ou o achado de machado de bronze com uma aselha, associado a lâmina de punhal, em pequena gruta do morro de Monte Sereno, Sintra (PEREIRA, 1957, p. 21-22).

A ocorrência de tais “tesouros” em locais de altura habitados, ou próximo deles, reforça o que antes se disse sobre a sua ocupação por um segmento da comunidade, já diferenciado daquele que se ocuparia, nos campos adjacentes, da agricultura e do pastoreio. De tais lugares, as “elites”, que os ocupavam, além de neles se poderem mais vantajosamente defender, controlariam vastos territórios e as vias de comunicação que os atravessavam, e que asseguravam o comércio trans-regional de produtos metálicos, à semelhança do verificado em outras regiões do País (SENNA-MARTINEZ, 1994, p. 226). Com efeito, os processos sociais observados na região de Lisboa, no decurso do Bronze Final, são indissociáveis de uma realidade muito mais ampla, como seria lógico em comunidades francamente voltadas para as relações económicas trans-regionais, que veiculavam estímulos de carácter supra-regional, de vária ordem.

De salientar que, na Idade do Bronze do Baixo Alentejo, os povoados de altura surgem apenas no Bronze Final (PARREIRA, 1995,

p. 132), comportando-se como lugares onde, segundo o referido autor, se sediaria o poder instituído.

O enriquecimento resultante das actividades produtivas (agricultura), comerciais (redistribuição de metais, manufacturados ou não) e industriais (metalurgia do bronze e do ouro, exploração deste metal e do sal), corresponderia a processo crescentemente afirmado no decurso do Bronze Final. A fundação de sítios fortificados, a partir dos quais se administrariam territórios circunscritos e bem definidos seria, apenas, uma expressão da complexificação social em curso. Não se evidencia, no entanto, a ascendência de determinados povoados em relação aos outros, o que significa que ainda não poderemos considerar a existência de verdadeiros “lugares centrais”.

A presença das referidas *elites*, enriquecidas por qualquer das causas expostas é uma realidade bem demonstrável na região de Lisboa, no final do Bronze Final. Saliente-se o extraordinário colar de ouro da Quinta da Penha Verde, Sintra, com o peso de 1260 g, descoberto ocasionalmente em uma sepultura (PEREIRA, 1896). Trata-se de peça única, que, pelas características e decoração geométrica que ostenta, se pode situar no final do Bronze Final, ou na transição para a Idade do Ferro (ARMBRUSTER, 1995).

Em resumo, a existência de povoados onde se sediariam comunidades independentes e certamente concorrentes entre si, não apenas na posse das melhores terras, mas, sobretudo, no domínio dos circuitos comerciais trans-regionais configura uma sociedade já firmemente hierarquizada - ao contrário do defendido para a região tartéssica, no Bronze Final (WAGNER, 1995, p. 115) - e organizada, francamente aberta a estímulos culturais de origens diversas, mediterrâneos e atlânticos, viabilizados e suportados pelas intensas actividades comerciais aqui efectuadas, que estiveram, afinal, na origem do seu próprio enriquecimento. Era este o ambiente económico-social da região de Lisboa nos tempos imediatamente antecedentes dos primeiros contactos directos com comerciantes fenícios, sendo assim francamente propício, sobretudo pela presença de uma sociedade já hierarquizada, à rápida afirmação e difusão dos produtos resultantes de tais contactos (AUBET SEMMLER, 1990, p. 33).

Além das considerações anteriores sobre práticas litúrgicas do Bronze Final, importa salientar que boa parte das cerâmicas com ornatos brunidos da região estremenha provém de grutas naturais, sem que a elas se possam associar práticas funerárias; a escassez ou

ausência de testemunhos antropológicos compatíveis, não é explicável por condições de conservação adversas. Assim, é crível que a ocupação das grutas se possa relacionar com áreas cultuais. Na região que nos interessa, salienta-se a gruta do Correio Mor, Loures (CARDOSO, no prelo c) e a Lapa do Fumo, Sesimbra, onde, pela primeira vez, tais cerâmicas foram reconhecidas e caracterizadas, por E. da Cunha Serrão, na década de 1950 (CARDOSO, 1995 d).

3 - A IDADE DO FERRO

No decurso de escavações efectuadas em Portugal nos anos 80 e já na presente década, foi documentada, de forma categórica, a existência de povoados que receberam directamente produtos de fabrico oriental, através do comércio fenício, efectuado ao longo do litoral atlântico. Tais descobertas vieram revolucionar o “dogma” da inexistência de estabelecimentos fenícios para Oeste de Cádiz (SCHUBART, 1982). Com efeito, as características de implantação destas estações são condizentes com a intensa navegação e comércio com que estavam relacionadas. Correspondem a colinas, dominando vastos estuários, e em fácil comunicação, a um tempo, com o litoral oceânico adjacente e com o interior, através da via fluvial respectiva, propícia à circulação e ao escoamento de produtos, cuja existência era, afinal, a principal justificação para a presença, neste confim do mundo mediterrâneo, de comerciantes fenícios. Tal presença foi atribuída, no baixo vale do Tejo (alcáçova de Santarém) aos inícios do século VIII AC (ARRUDA, 1993). Porém - na ausência de estudos concludentes sobre materiais exumados - tal cronologia baseia-se, apenas, em uma única data de radiocarbono, de limitada representatividade (ICEN - 532 - 2640 $\pm$ 50 BP), a qual, depois de calibrada pela curva de Pearson e Stuiver, para 2 sigma, correspondente a 95% de probabilidade, forneceu o intervalo de 900 - 780 cal AC.

Por outro lado, as duas datas obtidas no povoado do Almaraz, situado em colina em forma de esporão debruçado sobre o estuário do Tejo, defronte de Lisboa, obtidas, respectivamente sobre conchas e ossos recolhidas na parte inferior de uma fossa de acumulação de detritos foram as seguintes (BARROS *et al*, 1993): ICEN - 914 - 2640 $\pm$ 50 BP e ICEN - 926 - 2660 $\pm$ 50 BP, correspondem os intervalos, respectivamente, de 900-780 cal AC e de 910-790 cal AC, para 95% de probabilidade.

A elevada antiguidade destas três datas deve, por ora, ser interpretada com reserva. Com efeito, no Almaraz, os materiais mais antigos, recolhidos no mesmo contexto fechado dos materiais datados - uma fossa de acumulação de detritos, por certo rapidamente preenchida - susceptíveis de serem datados com segurança, não ultrapassam o século VII AC (CARDOSO, 1990; BARROS *et al.* 1993); além disso, o único estabelecimento de fundação inquestionavelmente fenícia — Abul, no baixo Sado (MAYET & SILVA, 1993, 1994), não ultrapassa os meados daquele século, tal como se verifica com a ocupação do castelo de Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980/81), cujas características de implantação são idênticas às da alcáçova de Santarém ou do povoado de Almaraz.

Assumem a maior importância em tais ocupações orientalizantes, as cerâmicas de engobe ou verniz vermelho, características da primeira fase da presença fenícia peninsular, dos séculos Vili e VII AC (SCHUBART, 1988 a). Na área de Lisboa, reconheceram-se exemplares destas cerâmicas em Almaraz e no morro da Sé de Lisboa. No primeiro daqueles sítios, os quase dois mil fragmentos recuperados em fossa de acumulação de detritos, correspondem ao conjunto mais numeroso até agora estudado em Portugal (BARROS *et al.*, 1993). No seio de tais cerâmicas, os pratos revestem-se de grande interesse no estabelecimento de cronologias, através da respectiva largura do bordo (SCHUBART, 1982, 1988 a). Em Almaraz, observou-se a seguinte distribuição:

- largura do bordo até 35 mm - 2 exemplares;
- largura do bordo até 55 mm - 4 exemplares;
- largura do bordo superior a 55 mm - 12 exemplares.

Tendo presentes as palavras de SCHUBART (1988), apenas um número representativo de exemplares poderá conduzir a resultados cronológicos credíveis. Isto significa que, se acaso considerássemos apenas os pratos com larguras do bordo menores (os dois exemplares com 25 mm) obteríamos uma cronologia para o sítio do último terço do século VIII AC, tomando como comparação directa os pratos bem datados dos estratos II e III de Tiro (SCHUBART, 1982, Fig. 18) e não do fim do século VII AC, ou início do seguinte como indica o conjunto. Acresce que apenas um único estabelecimento fenício de todo o litoral espanhol tem cronologia tão recuada, e ainda assim apenas compatível com o limite superior do intervalo a dois sigma: das datações atrás referidas trata-se do Morro de Mezquitilla, Málaga (SCHUBART, 1982).

Cremos, por conseguinte, ser imperiosa a confirmação de idêntica antiguidade para locais tão periféricos e longínquos como Lisboa e (especialmente) Santarém através das análises arqueográficas das cerâmicas recolhidas, ainda não efectuadas.

A cerâmica de verniz vermelho está representada em Almaraz por um conjunto numeroso de taças carenadas, de paredes bicóncavas, que não têm equivalente conhecido em outra estação peninsular. Tanto em Huelva (RUFETE TOMICO, 1988/89), como em Toscanos (SCHUBART *et al.*, 1969; SCHUBART & MAASS-LINDEMANN, 1984) ou Morro de Mezquitilla (SCHUBART & NIEMEYER, 1976) ou outros estabelecimentos fenícios peninsulares, tal forma não é conhecida. Este facto revela a notável diversificação das produções cerâmicas de inspiração oriental, correspondentes ao apogeu da presença fenícia peninsular, nos séculos VII e VI AC. Deste modo, pode admitir-se que, após a introdução de formas de evidente inspiração e fabrico orientais, as técnicas de produção foram rapidamente apreendidas pelos peninsulares, que as aplicaram ao fabrico de recipientes mais ao seu gosto, necessidades e tradições. As taças carenadas bicóncavas do Almaraz poderiam ter sido fabricadas em qualquer das feitorias fenícias ocidentais ou, eventualmente, no próprio local. De facto, é tentador atribuir a este estabelecimento o carácter de feitoria fenícia, de tal forma é esmagadora, no conteúdo da fossa de detritos referida, a predominância de cerâmicas fenícias ou de imitação fenícia, nas quais se inscrevem também as ânforas e os *pythoi*, ou outros grandes recipientes, ornados frequentemente de pinturas em bandas policromas, vermelhas, brancas, negras e outros desenhos geométricos, como os reticulados, a que se associam as cerâmicas cinzentas, nas suas diversas variantes. Tal hipótese é reforçada, se se considerar a evidente semelhança das condições geomorfológicas do local, a que não faltava uma enseada na base da colina (a actual Cacilhas), propícia, ainda na actualidade, a ancoradouro, ou mesmo à acostagem de navios, como se observa em diversos estabelecimentos fenícios peninsulares. É o caso do Cerro del Prado, na embocadura do rio Guadarranque (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 6) e de Mondila (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 5), situados no topo ou na encosta de colinas. Em extremo de esporão, como o Almaraz, implantou-se o estabelecimento fenício de rio Antas (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 3, nº. 7), tal como Toscanos, estação ocupada do último terço do século Vili a meados do século VI AC, situada em pequeno promontório dominando, de 18 m de altitude, a embocadura do rio de

Vêlez, Málaga (SCHUB ART, 1982, Fig. 8; SCHUB ART, 1988 b, Abb. 1). Tais paralelos reforçam, pois, as características de carácter comercial do local, bem evidenciadas pelo espólio exumado.

Na margem oposta do grande estuário, em pequena plataforma do morro onde se implanta a Sé de Lisboa, voltada para o Tejo, foram também recuperados vestígios de ocupação idênticos aos de Almaraz. Os materiais exumados por Vergílio Correia, no início do século, incluem pratos de verniz vermelho (um exemplar com 27 mm de largura do bordo), ânforas fenícias e *pythoi* com decoração de bandas pintadas, vermelhas e negras, além de cerâmicas cinzentas e comuns (CARDOSO & CARREIRA, 1993, Fig. 5, n.º. 1 a 4). No conjunto, os materiais publicados indicam a primeira metade do século VI AC. As escavações ali recentemente efectuadas vieram ilustrar tal ocupação com importante conjunto de cerâmicas fenícias, atribuído aos séculos Vili - VII AC (MATOS, 1994), embora tais atribuições cronológicas careçam de confirmação por estudo específico, ainda não efectuado.

A relação entre a plataforma onde se encontraram tais materiais e o alto que a domina, actualmente ocupado pelo castelo de S. Jorge, levou AMARO (1993, p. 186) a considerar a “hipótese da existência de um povoamento indígena na área do actual castelo e a instalação de um entreposto comercial na plataforma sobranceira ao rio e onde se situa a sé de Lisboa”. A discussão de tal modelo, em que a um povoado pré-existente, do Bronze Final, se teria sucedido outro, de fundação fenícia, coevo ou não daquele, coloca-se igualmente em Almaraz, exactamente nos mesmos moldes e com maior riqueza de elementos materiais. Aqui, observou-se distribuição diferenciada do espólio orientalizante, face aos testemunhos do Bronze Final, os quais se espalhavam em uma plataforma sobranceira, do mesmo esporão rochoso, em estrato muito erodido, com máximo de cerca de 10 cm de espessura.

Não é crível que os dois locais tenham coexistido. Com efeito, a percentagem da distribuição espacial de cerâmicas indígenas na plataforma inferior é quase sempre menor que 10%, e isto apesar de boa parte delas poderem ter derivado, por gravidade, dos sítios mais altos da estação, onde predominavam (BARROS *et al.*, 1993, Fig. 1). Por outro lado, dos 21947 fragmentos recolhidos na fossa de acumulação de detritos existente na plataforma inferior, apenas 3,6% eram de cerâmicas manuais indígenas, percentagem que justifica, como antes se referiu, o carácter exógeno do estabelecimento, cujo cunho orientalizante é

demonstrado pelo extraordinário conjunto de 1926 fragmentos de cerâmicas de verniz vermelho que ali se recolheram. Deste modo, a situação descrita configura-se semelhante tanto àquela que SCHUBART & NIEMEYER (1976) depararam na feitoria fenícia de Morro de Mezquitilla, junto da desembocadura do rio Algarrobo, como à descrita na homóloga da foz do rio Guadiaro, Cádiz (SCHUBART, 1987).

Na primeira daquelas estações, depois de referirem a presença de cerâmicas calcolíticas e da Idade do Bronze, incluído formas muito tardias destas últimas, declaram (p. 102, 103): “Esta fase tardia del poblado de la Edad del Bronce en el Morro de Mezquitilla, caracterizada únicamente por escasos hallazgos, corresponde cronologicamente al establecimiento fenicio en este mismo lugar o por lo menos completamente en sus inmediaciones, según la respuesta que se dá a la pregunta de dónde estuvo la colonia fenicia. Habría que considerar los hallazgos prehistóricos de los estratos ya fenicios como las últimas huellas del poblado primitivo o de uno contiguo.

Hay, sin embargo, otra interpretación que explicaría los fenómenos arriba descritos y a la que puede atribuíse tal vez incluso mayor verosimilitud: entre un poblado más antiguo de carácter puramente prehistórico y el establecimiento fenicio allí mismo pudo haber existido una interrupción en la continuidad. Pero hay que tener en cuenta la dificultad de demostrar por medio de urna excavación la existencia de un hiatus, especialmente tratándose - como en nuestro caso - de la cima de una colina, cuya superficie ha estado muy expuesta a los procesos de erosión (...)”. Estas palavras aplicam-se integralmente a Almaraz servindo assim para reforçar os estreitos paralelismos entre a situação aqui observada e a respeitante a alguns dos estabelecimentos fenícios do litoral do país vizinho. Os autores consideram mais plausível, na sequência da discussão, a última hipótese por eles apresentada, aceitando que “Las ultimas construcciones de este poblado (...) podrían haber estado hace ya tiempo destruidas al establecerse una factoría fenicia sobre la cima del Morro de Mezquitilla, que entonces parecería de nuevo completamente virgen”. E a hipótese que consideramos igualmente mais aceitável para explicar a situação verificada no Almaraz, e talvez na plataforma da Sé de Lisboa, embora aqui a falta de elementos não nos permita, sequer, aceitar a existência de um povoado indígena no alto da elevação.

Outro estabelecimento fenício, na foz do rio Guadiaro, Cádiz, reforça a possibilidade de o Almaraz poder corresponder, na sua fase

mais moderna, a uma feitoria fenícia. Também ali é nítida a diferenciação da distribuição espacial de materiais indígenas e orientalizantes. Porém, ao contrário do caso anterior, ambos os núcleos teriam coexistido. A hipótese que Schubart prefere admite uma influência directa do estabelecimento fenício sobre o vizinho povoado indígena; tal hipótese encontrar-se-ia corroborada pelo facto de, ali, ocorrerem crescentemente materiais orientalizantes, a partir dos estratos médios. Este caso aplica-se à situação observada no Almaraz, na hipótese de o núcleo indígena se encontrar habitado à data da chegada dos Fenícios: estes poderiam perfeitamente ter estabelecido a sua feitoria em zona adjacente, considerando as boas relações que pretendiam desenvolver com os autóctones.

Num caso ou noutro, isto é, estando o núcleo indígena do Bronze Final ainda ocupado ou já abandonado, chegaríamos à conclusão que consideramos mais aceitável: o carácter exógeno do estabelecimento da plataforma inferior do Almaraz, compatível com uma feitoria fenícia.

Não é, contudo, legítimo estender tal conclusão à margem fronteira do estuário, até que elementos de maior pormenor e mais exaustivos se publiquem das importantes escavações ali realizadas pelo IPPAR e dirigidas por J. L. de Matos e C. Amaro.

Seja como for, não será a curta distância que separa aquela estação do Almaraz que inviabilizará a hipótese de, também ela, poder corresponder a uma feitoria fenícia. As feitorias fenícias de Morro de Mezquitilla e de Toscanos encontram-se separadas apenas de alguns km. Por outro lado, é de salientar que se trata de dois estabelecimentos situados em margens opostas de um grande estuário; teriam, pois, funções complementares no domínio do tráfego e comércio fluvial. Para além de promoverem o comércio com regiões bem diferenciadas, situadas nos respectivos “hinterlands”, receberiam, sobretudo, os produtos escoados através do curso inferior do Tejo, sendo primordial o papel desempenhado pelo povoado da alcáçova de Santarém, já referido, complementado por outros, como o existente em Chões de Alompé, onde DIOGO (1993) evidenciou ocupação documentada por ânforas fenícias do século VII AC.

Além da via fluvial, tanto o morro da Sé como o Almaraz seriam igualmente complementares, como elementos da via terrestre que ligaria Olisipo - topónimo que se adequaria ao de uma cidade turdetana (ALARCÃO, 1990) - a Tartesso, em quatro dias (GOMES, 1992a). Com efeito, o Tejo transpor-se-ia em Cacilhas, no sopé do esporão do

Almaraz, tal como ulteriormente se continuou a praticar na época romana (ALARCÃO, 1992), e até à actualidade.

Tendo presente a advertência de Luis Marinho de Azevedo:

“Que Reyno? Que cidade?

que lugar humilde

não se prezaria de fundações antigas

e qualificadas?

Qual não pretende ser fundação

de Phenicios, Tyrios, Gregos,

Carthagineses, Romanos?”,

SILVA (1960) apresenta e discute as numerosas hipóteses com que, ao longo dos séculos, se procurou explicar o nome de Lisboa. Entre elas, uma reveste-se de particular interesse para este estudo: trata-se da que foi formulada por Samuel Bochart, na segunda metade do século XVII, que supôs o vocábulo constituído por dois elementos fenícios, *alis* e *ubbo*, cuja significação é “enseada amena”. Esta hipótese, que foi ulteriormente defendida pelo Visconde de Castilho, entre outros, está, de facto, conforme à realidade observada.

Quais os produtos que se transaccionariam nestes locais, os quais constituíam, afinal, o principal motivo da presença fenícia nesta finisterra?

E frequente apontar a riqueza aurífera do Tejo - o próprio topónimo árabe “Al-Madan”, “a Mina”, confirma-a. São de VASCONCELOS (1905, p. 24, 25) as seguintes palavras: “sem querer espriar-me em citações, lembrarei apenas alguns autores. Ovídio diz, nas *Metamorphoses*, II, 251 : *Quodque suo Tagus amne vehit, fluit, ignibus, aurum ...*

Silício Italico, nos *Punicorum* I, 155, falla do *auriferi fontis*, II, 404, das *opibus Tagi*, e em XVI, 560, tem o verso: *Qua Tagus auriferis pallet turbatus harenis ...*

em Catullo, XXIX, 20, figura o *amnis aurifer Tagus*; em Juvenal, III, 54-55, lê-se:

urum Omnis barena Tagi, quodque in mare volvitur a ...

ideia que se repete mais adiante, XIV, 298-299:

...aurum

Quod Tagus ... volvit...

e também se encontra em Lucano, na *Pharsalia*, VII, 755:

Quidquid Tagus expulit auri.

O ouro do rio tornou-se urna especie de *logar communi* nos

poetas, o que não quer dizer que também alguns prosadores o não citassem”.

Entre eles, destaca-se Plínio-o-Velho, IV, 115: “O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas”.

Tais tradições ainda recentemente tinham expressão concreta. Com efeito, sabe-se que as areias pliocénicas que afloram para sul da foz do Tejo, ao longo da Península de Setúbal, têm uma longa história de exploração aurífera, provavelmente originária no Calcolítico. Naturalmente que hoje nada subsiste daqueles trabalhos nem, tão-pouco, dos que se lhes sucederam. Na Idade Média, tais explorações constituíam uma fonte importante de abastecimento do precioso metal, gozando de privilégios especiais do Rei quem nelas trabalhasse, até finais do século XVI (os adiceiros).

Os trabalhos foram reactivados no início do século XIX e, ainda em 1832, se cunharam moedas de D. Miguel com o ouro dali extraído. CHOFFAT (1912/13) fornece os seguintes resultados da exploração, quando os trabalhos foram dirigidos por técnicos de nomeada:

- Andrada (5 anos e 4 meses) - 48,609 kg;
- Vandelli (4 anos e 4 meses) - 37,160 kg;
- Eschwege (1 ano e 4 meses) - 3,878 kg.

Tais montantes expressam o interesse de tais explorações, apenas abandonadas pelo encarecimento da mão-de-obra, situação que se manteve até o presente.

Outro metal que poderia ser processado em Almaraz era o ferro; com efeito, foram reconhecidos testemunhos da sua metalurgia, tal como em outros estabelecimentos fenícios do litoral meridional da Península, constituindo tal prática uma das evidências mais importantes das actividades industriais praticadas pelos Fenícios (SCHUBART, 1988 a).

O sal era outra matéria-prima de elevado valor em toda a bacia do Mediterrâneo, e que provavelmente foi comerciada pelos Fenícios. Além de poder ser exportado em bruto, o sal era indispensável à indústria de conservas e preparados piscícolas. A grande quantidade de restos ictiológicos recolhidos na fossa de acumulação de detritos do Almaraz parece demonstrar tal realidade.

Enfim, a grande riqueza agropecuária desta região possibilitava a produção de trigo, azeite e vinho, além de carnes, em quantidades tais que justificavam - se outros produtos não houvesse - a sua procura pelos Fenícios, ao longo de todo o curso do baixo Tejo, o qual atravessa

as melhores terras de aptidão agropecuária do País. Com efeito, AUBET-SEMMER (1991, p. 622) declara que as produções agropecuárias, nas zonas mais férteis dentre aquelas com que os Fenícios estabeleceram contacto, seriam suficientes para justificar a sua presença. No caso do Cerro del Vilar, Málaga, a ausência de recursos mineiros na região leva a “descartar, por conseguinte, la búsqueda y explotación de metales como uno de los móviles relacionados con las estrategias de control de recursos de los colonos fenicios del Guadalhorce. Por el contrario, una agricultura de regadío y, como complemento, la actividad ganadera bastarian por sí solas para justificar el origen de la colonia insular del Villar”. No caso do Almaraz, encontraram-se, no enchimento da aludida fossa de detritos, abundantes restos de mamíferos, sendo predominantes, em termos de carne consumida, os grandes bovídeos, seguindo-se os ovinos/caprinos. A importância da bovinicultura foi já evidenciada em outros estabelecimentos fenícios da costa portuguesa (CARDOSO, 1993). Em compensação, os suídeos estão apenas presentes vestigialmente pelo javali. A ausência de porco doméstico pode ser indicio de presença no local de populações semitas ou semitizadas, tal qual o verificado em outros contextos fenícios peninsulares como Toscanos, embora tal situação não possa ser tomada como regra, sem que antes se disponha de um conjunto mais significativo de elementos.

Ainda sobre a importância da criação de gado no baixo vale do Tejo, recorde-se a tão mencionada passagem de Terêncio Varrão (117 — 27 AC) e de Caio Plínio Segundo (23 - 69 DC), segundo a qual as éguas da Lusitânia, por serem tão velozes, concebiam do vento... alusão clara à excelência destes animais, que encontrariam nas vastas campinas de Ribatejo, então como na actualidade, as condições propícias à sua existência.

Entre as culturas salientava-se a da vinha, cuja importância se encontra evidenciada pelas análises polínicas correspondentes a sondagem efectuada em local adjacente ao Alto do Castelo, Alpiarça: cerca de 600 AC, observa-se, no diagrama polínico obtido, um pico de *Vitis*, cuja forma muito abrupta aponta para um cultivo intencional, confirmando-se, deste modo, a menção de Estrabão, embora reportando-se a alguns séculos mais tarde, de ser esta uma região “fértil e bem revestida de vinha “ (KALB & HOCK, 1988, p. 199). A cultura da vinha - também documentada em Almaraz por grainhas - cuja introdução se costuma atribuir aos Fenícios, e a consequente produção

vinícola, destinar-se-ia, sobretudo, à exportação, através da via fluvial, especialmente no trecho em que ela é facilmente navegável, pelo menos até Abrantes, por navios de pequeno calado. Tais embarcações fluviais - talvez do tipo das representadas em asses de Brutobriga, cerca de 50 AC - permitiam o imediato escoamento dos produtos, tanto os produzidos localmente, como os oriundos de regiões mais interiores, como o estanho das Beiras.

As feitorias de Almaraz e de Lisboa, implantadas estrategicamente de ambos os lados do estreitamento terminal do estuário, controlariam facilmente o comércio fluvial de e para o interior, isto sem prejuízo de também poderem servir de apoio à navegação atlântica de cabotagem, na busca do estanho das Cassitérides. Podemos ainda aceitar que a chegada dos Fenícios terá contribuído para a intensificação da produção dos produtos referidos - designadamente o vinho, a carne, as conservas de peixe, além de diversas indústrias extractivas, como o sal, o ouro e o estanho - por forma a se obterem excedentes susceptíveis de serem trocados por produtos manufacturados. A produção agropecuária e industrial teria, então, sido incrementada, fortalecendo a informação das *elites* que a controlavam (WAGNER, 1995, p. 110)

E que produtos eram esses?

No grupo das cerâmicas, avultam, como já se referiu a propósito do Almaraz, as ânforas, *pythoi* e cerâmicas finas, especialmente as de verniz vermelho, a maioria das quais poderia ser fabricada nas feitorias e colónias fenícias da região do estreito de Gibraltar ou da costa marroquina, o que explicaria a existência de tipos desconhecidos no Mediterrâneo oriental. As ânforas e outros grandes contentores, além de poderem ser utilizados para o transporte de preparados piscícolas, do azeite e do vinho, produzidos localmente, poderiam constituir unidades de troca, tal qual o verificado na costa andaluza (PELLICER, 1979/80, p. 329).

As cerâmicas cinzentas são outro grupo que importa referir. A elevada qualidade dos exemplares exumados em Almaraz - superiores, mesmo, às verdadeiras produções fenícias (CARDOSO, 1990) - documenta o elevado nível técnico atingido por artífices locais ou regionais que, sediados ou não em estabelecimentos fenícios, promoviam o fabrico em série de recipientes mais ao gosto local.

No grupo dos produtos metálicos do quotidiano, são de destacar as fibulas. São agora correntes as do tipo de “dupla mola”, que vieram substituir as “de cotovelo”, do final do Bronze Final, com larga distribuição por toda a área tartéssica e de colonização fenícia, cuja

cronologia se centra no século VII AC (PELLICER, 1979/80, p. 330; ALMAGRO-GORBEA, 1973; SCHUBART & NIEMEYER, 1976, p. 226; AUBET-SEMMLER, 1989, p. 312). Os únicos exemplares até ao presente registados na região de Lisboa provêm de Freiria, Cascais (informação de Guilherme Cardoso, que agradecemos) e de Casais de Vila Chã, Amadora, este último pertencente ao tipo Schúle 2b (PONTE, 1982/83 b). Ainda em área interessada a este estudo, é de referir um outro exemplar, recolhido no povoado de altura e fortificado de Chibanes, Palmeia (COSTA, 1910).

No capítulo dos objectos metálicos de carácter litúrgico, é de destacar o *oinochoe* recolhido em uma sepultura perto de Torres Vedras, conjuntamente com as asas do respectivo “braser” (TRINDADE & FERREIRA, 1965), que, como é sabido corresponde à bacia de libação. Trata-se de produtos oriundos provavelmente da área tartéssica (GAMITO, 1988). Tal achado, que se inscreve no apogeu do comércio fenício, nos séculos VII/VI AC, vem mostrar que tal expansão foi acompanhada, por parte dos autóctones, ou ao menos, das suas “elites”, da adopção de práticas religiosas exógenas, nas quais estes artefactos desempenhariam papel relevante. A presença de produtos sumptuários como este ilustra, por outro lado, a intensa interacção do importante foco civilizacional tartéssico, como uma região já então periférica. Trata-se de uma das melhores evidências de que poderíamos dispor para ilustrar a integração ideológica das “elites” locais, expressa pela adopção de novas crenças e práticas religiosas: corresponde a uma das três vias ou mecanismos sócio-políticos de interacção que habitualmente se observam na Antiguidade (AUBET-SEMMLER, 1990) e que, na fachada ocidental peninsular, asseguraram o sucesso da empresa fenícia, por pouco expressiva que o fenómeno da aculturação tenha sido na região em apreço, como em outras (ALARÇÃO, 1990); “La aculturación orientalizante se constituye en una estrategia no violenta de explotación colonial...” (WAGNER, 1995, p. I11)

Na segunda metade do século VI AC, assiste-se a profunda crise nos estabelecimentos fenícios do Ocidente, bem expressa pelo abandono de alguns deles, em pleno auge da sua actividade, como Toscanos ou o Cerro del Villar (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 41). A explicação aduzida pela autora pressupõe uma evolução interna das características económico-sociais destas comunidades, com a deslocação dos centros económicos para zonas então periféricas, como o alto Guadalquivir. Outra é a interpretação de PELLICER (1979/80, p. 330, 331). No decurso do século VI AC, a importação de cerâmicas orientais já não seria tão rentável, considerando a alta qualidade das

produções locais, além disso melhor adaptadas às necessidades e preferências dos seus utilizadores. Por outro lado, a quebra de importações orientais - como bem demonstra o decréscimo de ânforas fenícias no decurso da segunda metade daquele século, no cerro Macareno - resultaria, entre outras circunstâncias, da queda de Tiro, em 576 AC. Esta explicação é rejeitada por AUBET-SEMMLER (1990, p. 41), considerando que “La caída de Tiro es muy anterior a los acontecimientos de finales del siglo VI”. PEREIRA (1993, p. 300) avança com outra hipótese, atribuindo o declínio da presença fenícia no Ocidente à exaustão das minas de prata peninsulares as quais, para continuarem em exploração, necessitariam de tecnologias à data desconhecidas.

Outras explicações foram aduzidas para explicar o declínio brusco das importações fenícias peninsulares. GOMES (1992 b, p. 138) invoca a migração de povos de origem continental, ou a hostilidade de outros, habitando áreas menos privilegiadas, como estando na origem do desaparecimento da brilhante cultura orientalizante do litoral meridional peninsular, no que também é contestado, antecipadamente, por AUBET-SEMMLER (1990, p. 41), declarando que não se entrevêm provas arqueológicas de tais movimentações étnicas. GOMES (*op. cit.*) invoca, ainda, a derrota dos Tartéssicos, aliados aos gregos focenses, na batalha naval de Alalia, Córsega, em 535 AC, como estando na origem do poderio cartaginês na Península Ibérica. Contudo, segundo FABIÃO (1993, p. 165), em tal confronto “não parece ter estado em causa qualquer tentativa de controle do tráfego marítimo para ocidente, como por vezes alguns têm defendido”. O mesmo autor adianta (p. 128) outras explicações; o excesso da oferta da prata peninsular teria conduzido à quebra do seu valor comercial, provocando, pela sobrevalorização de outros produtos, uma crise económico-social, de que teria resultado a decadência de Tiro. Dela decorreria o abandono dos estabelecimentos tírios peninsulares, bem como o desaparecimento do reino de Tartesso, devido aos laços de dependência económica estabelecidos com aqueles.

Por crise interna, ou mais provavelmente pela conjunção de diversas causas, o certo é que o fim da brilhante cultura orientalizante tartéssica, concomitante com o da presença fenícia, que constituiu o estímulo indispensável para a sua formação e plena afirmação, mantém-se como uma das questões ainda por esclarecer (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 42).

Na região de Lisboa, tais factos têm, como não podia deixar de ser, expressão ao nível do registo arqueológico. Por um lado, encontra-se bem documentada a referida ruptura do abastecimento fenício, pelo desaparecimento de um dos elementos mais característicos: a cerâmica de verniz vermelho orientalizante, cuja presença cessa no final do século VI AC. Por outro lado, aos materiais característicos de uma I Idade do Ferro orientalizante, sucedem-se, no século V AC - limite inferior "clássico" da II Idade do Ferro, coincidente com a chegada dos Celtas, ao Sudoeste peninsular - outros, ainda pior conhecidos, embora marcados por nítidas influências mediterrâneas, ou púnicas, que persistem, em nítida continuidade com as anteriores. Tal situação encontra-se exemplarmente exposta no corte estratigráfico registado no castelo de Alcácer do Sal, a cujas camadas da I Idade do Ferro se sucedem outras, que contêm materiais de uma II Idade do Ferro, mantendo as características mediterrâneas (SILVA *et al*, 1980/81); não é lícito considerar qualquer descontinuidade na ocupação, muito menos de ordem étnica ou cultural.

Os elementos disponíveis para a região de Lisboa configuram, igualmente, uma continuidade da presença directa ou influência material de povos mediterrâneos. Prova disso é a dificuldade em separar produções da segunda metade do século VI das do século seguinte.

Às importações fenícias e respectivas imitações, dos séculos VII e VI AC, sucedem-se materiais de produção púnica, também eles mesclados com produções locais ou regionais. Os testemunhos recuperados demonstram a continuidade das relações comerciais desta área com o mundo mediterrâneo. Entre eles, avultam os materiais provenientes do subsolo da baixa lisboeta. Os primeiros a serem identificados, no início do século, por Vergílio Correia, provêm da rua dos Douradores (CARDOSO & CARREIRA, 1993) e podem ainda inscrever-se no mundo fenício da primeira metade do século VI AC, sendo, desta forma, coevos dos restos exumados na plataforma da Sé e que constam da referida publicação. Os materiais e estruturas recentemente exumados nas escavações das fundações da sucursal do Banco Comercial Português da Rua Augusta, mais tardios, documentam, como o verificado na Sé, a nítida continuidade de ocupação da zona baixa da actual cidade. Da publicação preliminar dos notáveis trabalhos arqueológicos ali realizados, dirigidos por C. Amaro, avultam as produções ibero-púnicas, onde se evidencia um

suporte de ânfora, de forma anelar, com duas marcas zoomórficas impressas; trata-se, evidentemente, de uma peça de origem púnica. O conjunto sugere cronologia centrada no século IV AC, embora algumas peças remontem ao V e outras atinjam o III AC (AMARO, 1995). Evidencia-se, deste modo, continuidade funcional do sítio de Lisboa, do século VII até pelo menos o século III AC; enquanto a encosta da Sé era ocupada, ao longo de todo este período, pela zona residencial, na parte baixa situava-se a zona portuária, ao longo da margem esquerda de antiga enseada e junto da sua confluência com o estuário.

Um fragmento de cerâmica ática daqui proveniente é datável no século IV AC, tal como dois outros, recolhidos no Almaraz. Tais exemplares demonstram a difusão de produtos cerâmicos de luxo, talvez a partir do importante foco comercial púnico de Gades. A importância do comércio marítimo, responsável pela chegada de tais materiais ao estuário do Tejo, encontra-se expressivamente registada por desenho, feito na pasta fresca, de um fragmento de provável prato, de uma silhueta de nave de comércio fenício-púnica, munida de dois lemes laterais à ré (AMARO, 1995, p. 11).

Porém, não é apenas nos artefactos recolhidos que as influências mediterrâneas se afirmam. As estruturas de planta rectangular, que então se desenvolveriam ao longo da praia arenosa, reforçam-nas. Trata-se de habitações e talvez de armazéns, possuindo por vezes lareiras de grandes seixos de quartzito, de contorno circular, inexistentes no local, mas abundantes nos terraços plistocénicos da margem esquerda do Tejo, mais para montante, o que é uma prova adicional da intensa navegação fluvial, em que tais materiais poderiam desempenhar as funções de lastro. Os muros destas construções eram constituídos por blocos de calcário conquífero do Miocénico, disponíveis na zona, cuidadosamente dispostos e argamassados com barro. A regularidade do topo, que não ultrapassa 40 cm de altura, leva a considerar tais muretes como o embasamento de paredes que se desenvolveriam superiormente por blocos de argila ou taipa. Foi, aliás este argumento que conduziu ROCHA (1905/1908, p. 316) a idêntica conclusão sobre as habitações por ele exumadas em Santa Olaia, em tudo semelhantes a estas. As coberturas das casas do subsolo lisboeta, tal como ali, seriam de colmo, cobertas de argila, conforme vestígios encontrados pela recente investigadora da estação (PEREIRA, 1993, p. 290). Assim se poderá interpretar o fragmento exumado de cerâmica de revestimento com impressões de cana (AMARO, 1995, p. 12).

O carácter comercial, e também industrial, do conjunto é ilustrado pela presença de um pequeno forno de caldeira circular, sobreposto a uma das habitações anteriormente referida, sendo-lhe, desta forma, pouco posterior. Os materiais recolhidos no seu interior correspondem a momento imediatamente ulterior ao seu abandono - não podendo, pois, relacionar-se com a sua actividade - são caracteristicamente púnicos. Avultam ânforas com asas convexo-côncavas, com aguada branca na superfície externa. A actividade deste forno, atendendo às suas pequenas dimensões, não poderá estar relacionada com o fabrico de recipientes para a indústria de preparados piscícolas, destinados à exportação, antecessora daquela que, no Período Romano, se viria a instalar no mesmo local.

A presença púnica encontra-se, pois, bem comprovada no próprio subsolo de Lisboa, podendo considerar-se como extensão ocidental do comércio mediterrâneo - espaço cultural de que fazia - até pela sua posição geográfica - parte integrante. Pelo seu porto continuariam a ser escoados os produtos produzidos ou transportados ao longo do baixo Tejo, além daqueles directamente provenientes do “hinterland”, como se vinha praticando desde os primórdios da Idade do Ferro.

Na adjacência da cidade comercial espriavam-se, pelos férteis campos agrícolas, numerosas “granjas” ou “casais agrícolas”, sucedâneas das suas homólogas do Bronze Final, documentando a continuidade do povoamento disperso e de pendor agropastoril desta região: pode concluir-se que as novas tecnologias trazidas pelos Fenícios, designadamente a possibilidade de produção de cerâmicas em série, mediante a introdução do torno rápido, ou a melhoria dos níveis de produção agrícola, decorrente da adopção de utensílios de ferro, não se repercutiram de forma evidente na estrutura económico-social destas comunidades.

A estratificação social, já bem evidente no fim do Bronze Final, embora ainda não tendo talvez expressão numa hierarquização dos povoados de altura, acentua-se no decurso da I Idade do Ferro, com a possível emergência de um poder de carácter hereditário sediado em lugares que, mercê do desenvolvimento que auferiram com o comércio fenício, se assumiram, então, como verdadeiros “lugares centrais”. A emergência de Olisipo, a “enseada amena” dos Fenícios, poderá corresponder a essa realidade. Trata-se de um processo que, embora não possa ser cabalmente demonstrado na área de Lisboa, por escassez de elementos, corresponde ao que foi verificado noutras regiões arqueologicamente mais bem conhecidas.

Os espólios exumados nos pequenos núcleos rurais situados no território adjacente, como o dos moinhos da Atalaia, Amadora e Outurela I e Outurela II, Oeiras, denunciam o vigor da presença mediterrânea que se continuou a fazer sentir, desde o final do século VI, e no decurso de todo o século V AC, a partir do foco difusor situado em Lisboa. Embora correspondam a pequenos locais de encosta, alguns assumem maiores dimensões, situando-se a cotas mais elevadas, mas não defendidos. É o caso do povoado de Santa Eufémia, Sintra (MARQUES, 1982/83). A presença de ânforas na tradição ou afins da F. R. 1, associadas a outras, da forma Mañá/Pascual A4, sugerem a referida cronologia. Este povoado dominava uma extensa e fértil planície, onde a agricultura poderia ser intensiva.

As cerâmicas exumadas nestas estações - de onde estão ausentes as de verniz vermelho - caracterizam-se pela permanência de formas de tradição fenícia, como ânforas e *pythoi* - estando ausentes as asas de duplo rolo - e urnas, recipientes por vezes pintados com bandas brancas e vermelhas, sobre superfícies por vezes engobadas de branco, acompanhadas de uma grande quantidade de cerâmicas de fabrico ao torno rápido local ou regional e de onde estão quase ausentes as cerâmicas de fabrico manual, embora estas possam, nalguns casos, ter coexistido com produções mediterrâneas, como se verificou no povoado de Pedrada, Almada (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 105); as cerâmicas cinzentas estão representadas por exemplares afins dos Grupos A e B de Alcácer do Sal (SILVA *et al*, 1980/81).

As estações de Outurela I e Outurela II correspondem a uma única ocupação de carácter habitacional e por certo durante um curto período de tempo, o que confere ao espólio exumado uma coerência interna do maior interesse. As cerâmicas cinzentas do Grupo A, em Alcácer do Sal, coexistem com as do grupo B, embora denotando uma evolução percentual inversa, até ao domínio romano. Segundo os autores, é provável que o Grupo A se tenha prolongado artificialmente no tempo, por revolvimentos verificados na estação: “este tipo de cerâmica deixa de ter expressão nos estratos posteriores ao século V nas numerosas jazidas do sul de Espanha, onde tem sido identificada” (SILVA *et al*, 1980/81, p. 179). Tal afirmação confere um limite inferior à ocupação de Outurela I e Outurela II, o final do século V AC, como já anteriormente havia sido proposto (CARDOSO, 1990). Segundo opinião de C. Tavares da Silva, que agradecemos, os materiais por ele observados daquelas duas estações inscrevem-se nos finais do século

VI ou no século seguinte. Além das cerâmicas cinzentas referidas, ocorre um outro grupo com características específicas: trata-se de recipientes de formas diversas (jarros, pratos, taças, vasos de carena alta, etc), de pastas muito finas, cinzentas a negras, e com acabamento superficial brilhante, de toque metálico, obtido por brunimento. Alguns exemplares parecem situar-se na descendência directa de formas da Idade do Bronze, hipótese reforçada tanto pela coloração das superfícies, como pelo respectivo acabamento. Trata-se de grupo presente na região de Lisboa (PINTO & PARREIRA, 1978; CARDOSO, 1990), em Conimbriga (ALARCÃO, 1974; CORREIA, 1993) e em Santa Olaia (ROCHA, 1905/08), mas ausente no vale do Sado (Setúbal, Abul, Alcácer do Sal), facto que lhe confere cunho regional, de momento limitado ao norte do Tejo. Tal conclusão é apoiada pelo facto de se saber que o fabrico de cerâmicas cinzentas era independente, mesmo em povoados próximos, como Conimbriga e Santa Olaia (*in* CORREIA, 1993)

Nos moinhos da Atalaia, Amadora, estação com espólio muito idêntico, a ocupação sidérica foi situada nos século V/IV AC (PINTO & PARREIRA, 1977, p. 152), ainda que com evidentes reminiscências fenícias, como documenta a ânfora de tradição ou afim da F. R. 1, também presente em Outurela I e Outurela II. Nesta estação recolheu-se uma fibula anular idêntica a exemplar de Outurela I e também a outra, recuperada na baixa lisboeta e atribuída ao século IV AC (AMARO, 1995). A tipologia da fibula de Outurela I é compatível com a cronologia anteriormente proposta para a estação, sendo o exemplar de Lisboa nitidamente mais moderno.

As estruturas habitacionais identificadas em Outurela I e Outurela II (CARDOSO, 1987, 1990) correspondem a casas de planta rectangular, de tipologia e técnica construtiva em tudo idênticas às da baixa lisboeta, de Santa Olaia e de Alcácer do Sal, com cronologias extremas dos séculos VII ao IV AC. O embasamento é de alvenaria, como naqueles casos, sendo aqui constituído por blocos basálticos não aparelhados, disponíveis localmente. Verifica-se, pois, a manutenção da arquitectura mediterrânea, em tudo coerente com a tipologia dos materiais exumados, por um largo período de tempo. Acessoriamente, observam-se zonas lajeadas, como em Outurela I ou na pequena casa de planta rectangular de Rei Mouro, Sintra (SERRÃO, 1980).

A substituição de casas de planta oval, típicas do Bronze Final da região, como a da Tapada da Ajuda, por habitações de planta

rectangular, na Idade do Ferro, é uma das evidências mais interessantes da evolução material destas comunidades da região de Lisboa, com paralelos muito próximos no Baixo Alentejo. Aqui, as duas casas ovais do povoado de Neves II, Castro Verde, dão lugar, no mesmo local, a casas de planta rectangular da Idade do Ferro, idênticas às de Outurela I e Outurela II, ou das exumadas na baixa lisboeta (MAIA & MAIA, 1986). Tais casas terão antecedentes mais antigos na mesma região, corporizados pelos exemplos reconhecidos em várias estações dos concelhos de Castro Verde, Almodovar e Ourique (BEIRÃO, 1986). O seu carácter mediterrâneo é irrecusável, sendo reforçado pelos espólios encontrados, tal como se verificou na área de Lisboa. A estratégia de povoamento por elas documentada é também idêntica; tais habitações corresponderiam a pequenas comunidades, de raiz familiar, dispersas por toda uma vasta região, de economia marcadamente agropastoril. A pobreza dos espólios exumados sugere, porém, o deficit agrícola da região, onde a ocorrência de algumas peças aparentemente sumptuárias nas necrópoles correspondentes, mais não são que produtos fabricados em série e massivamente difundidos pelos Fenícios, os quais não deverão iludir-nos quanto ao verdadeiro estatuto económico dos respectivos possuidores (FABIÃO, 1993).

A preponderância do comércio púnico, verificada na área de Lisboa no decurso da II Idade do Ferro e, de uma maneira mais alargada, em todo o baixo Tejo, do qual fazia parte integrante, encontra-se expressivamente documentada por numismas hispano-cartagineses do último quartel do século III AC (FARIA, 1987), um proveniente do castro de Curvaceiras, Alenquer, outro recolhido nas escavações efectuadas no Cabeço da Bruxa, Alpiarça (KALB & HOCK, 1981/82, Est. XIII, n.º. 5, 6). Com efeito, as cerâmicas estampilhadas da II Idade do Ferro, a que se atribuem origens continentais, da Meseta central (ARNAUD & GAMITO, 1974/77) estão, de facto, quase ausentes desta região, como seria lógico em áreas fortemente marcadas pelo comércio mediterrâneo. Ocorrem apenas escassos exemplares, de diversas épocas, dois na Lapa do Fumo e outros no castro de Chibanes, Palmeia (COSTA, 1910, Est. III e IV); um único fragmento recolhido em Alcácer do Sal, atribuído aos séculos III/II AC (DIOGO & FARIA, 1987), explica-se, como os anteriores, por intercâmbios comerciais de carácter transregional (FABIÃO, 1993), e não pela presença directa das populações célticas continentais, que fabricavam tais recipientes, aliás desmentida pela própria escassez de tais materiais.

Em trabalho recente (ARRUDA *et al.*, 1995) defende-se a marcada influência mediterrânea que, sem soluções de continuidade, teria dominado toda a II Idade do Ferro do Sul de Portugal. A situação exposta para a região de Lisboa confirma plenamente aquela realidade.

Na margem sul do Tejo, à transição da I para a II Idade do Ferro pertencerão, igualmente, pequenas estruturas de carácter agropecuário, idênticas às da margem norte. Os materiais exumados, ainda inéditos, indicam a sua filiação clara no mesmo mundo comercial, de raiz púnica. É o caso dos recolhidos por equipa do Centro de Arqueologia de Almada em terrenos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, no Monte de Caparica (CARDOSO, no prelo, b). Trata-se de sítio de relevo muito suave, aplanado, pertencente a plataforma que culmina os relevos da margem sul, muito semelhantes aos da margem norte, não fosse a sua menor aptidão agrícola, que justifica também a menor densidade da sua ocupação. O espólio integra numerosos fragmentos de ânforas, estando igualmente presentes cerâmicas cinzentas.

Desconhecem-se quase completamente testemunhos sepulcrais do período entre o século V e finais do III AC, na região de Lisboa. Exceptua-se a necrópole do Casalão, Sesimbra (SERRÃO, 1964), na qual se escavaram cinco sepulturas de inumação individuais, correspondendo a caixas rectangulares definidas por lajes. O espólio exumado não deixou dúvidas ao seu explorador quanto à integração da necrópole na II Idade do Ferro, a qual veio a ser recentemente confirmada pelo radiocarbono, tendo-se obtido a data de 2290 ± 40 BP (SERRÃO, 1994, p. 58).

Tal facto mostra que a prática da incineração coexistiria com a da inumação, no sul do País, no decurso da Idade do Ferro, ao menos na sua orla costeira, sendo explicável pela existência de tradições culturais específicas. A referida coexistência foi observada por vezes em uma mesma necrópole, como em Mealha Nova ou Cerro do Ouro, Ourique (*in* FABIÃO, 1993, p. 136). Talvez que a esta época se possa também reportar a sepultura do mesmo tipo, acidentalmente descoberta no século passado, na Tapada da Ajuda (SILVA, 1879); porém, os elementos disponíveis são insuficientes para se lhe atribuir cronologia definida.

Na região de Lisboa, os derradeiros momentos da Idade do Ferro revelam, tal como os antecedentes, marcadas características mediterrâneas, afirmando-se em evidente continuidade com aqueles.

Consubstanciam uma III Idade do Ferro, segundo o critério adoptado em Alcácer do Sal: o estratótipo para este período pode encontrar-se no corte publicado (SILVA *et al.*, 1980/81), corporizando a Fase V de ocupação do sítio, entre os séculos H e I a. C. Tal fase é marcada pela chegada de materiais romanos, que se juntam às produções púnicas.

Sem se pretender entrar na abordagem do domínio romano, são de mencionar achados de ânforas neo-púnicas, últimas produções de uma tradição anfórica que remonta ao século VIII AC: as numerosas asas anulares, de secção circular, de ânforas que ocorrem nestas estações, mantêm-se inalteradas desde a época fenícia até aos inícios do século I AC, tal como na Andalusia (PELLICER, 1978), então já plenamente coevas de fabricos itálicos, aos quais, por vezes, surgem associados. Na região de Lisboa, reconheceram-se fragmentos de ânforas da forma Dressel 18, Mañá C2 no Casal Cabanas, Sintra (MAIA, 1978, Est. III, Fig. 7; PIMENTA, 1982/83, Est. I, n. 2 e 3) e na zona de Oeiras (CARDOSO, no prelo). Esta ânfora, segundo COELHO-SOARES (1986) que inventaria as ocorrências conhecidas em território português, serviria para o transporte de preparados piscícolas, conhecendo uma grande difusão por todo o Mediterrâneo ocidental, de meados do século II AC, até ao século seguinte, a partir de olarias norte-africanas.

Certas estações, como Freiria, são exemplo de notáveis permanências, até à plena Romanização, de pequenas comunidades que faziam da agricultura a sua actividade principal; com efeito, ali, encontra-se documentada uma prolongada ocupação da Idade do Ferro, que terá começado no século VII/VI AC, como sugere uma conta de pasta vítrea oculada (ENCARNAÇÃO, 1994, p. 204). Da mesma forma, em Areia, Cascais, que depois viria a tornar-se um importante núcleo romano, foi recolhido o arco de uma fíbula da I Idade do Ferro (PONTE, 1982/83 b), que acompanhava outros materiais sidéricos; de referir ainda a recolha, no nível subjacente às construções da *villa* de Freiria, de um asse de Salacia, com a legenda IMP SAL (informação de G. Cardoso, que se agradece), topónimo que substituiu o nome indígena, cerca de 54/44 AC, em honra de Sexto Pompeio (FARIA, 1989, p. 79).

Neste intenso comércio ao longo do litoral mediterrâneo e atlântico, sítios mais majestosos assumiriam especial importância na navegação. Por isso, ficaram assinalados pela construção de templos, alguns por certo de fundação pré-histórica. Um dos raros casos em que terá sido possível documentar uma dessas situações situa-se no litoral da serra de Sintra, no Espigão das Ruivas, Cascais, rochedo isolado em

forma de abrupto promontório. As escavações permitiram recuperar materiais da Idade do Ferro de várias épocas e romanos (CARDOSO, 1991, p. 31; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1992), talvez relacionados, segundo os autores, com um templo associado ao culto de Poseidon, ou da Lua, como sugere o topónimo de “Porto Touro”. Com efeito, o achado de cepos de âncora na Berlenga, cujos restos de madeira conservados na “alma” depois de datados pelo radiocarbono, indicam os séculos V/IV cal AC - os mais antigos que se dataram até o presente (ALVES, 1993) - vem materializar tais navegações.

Outro templo, talvez de fundação pré-romana, situado sobre o mar, no Alto da Vigia, Praia das Mações, Sintra, era consagrado ao Sol e à Lua (RIBEIRO, 1982/83), tal como outros que se dispersariam por toda a serra de Sintra, na verdade toda ela uma montanha sagrada (*idem, ibidem*). O culto de divindades aquáticas, especialmente patente naquela região no decurso do Período Romano (RIBEIRO, 1983), teria, igualmente, raízes anteriores, que não custa fazer remontar à Idade do Bronze.

São, com efeito, escassas outras provas documentais, na região em apreço, de práticas litúrgicas sidéricas. Uma delas consiste em uma pequena figura de carneiro (FERREIRA & FRANÇA, 1954; PONTE, 1982/83 a) ou de cavalo (GOMES, 1986), de bronze, fundida em molde, recolhida junto da vila de Sintra. GOMES (1986) inventaria, na região sul do País, cerca de vinte estatuetas zoomórficas, predominando largamente (cerca de 50%) as representações de cabras; de carneiro, reconheceu duas e apenas uma de cavalo. O exemplar de Sintra é difícil de datar, atendendo à conhecida sobrevivência estilística de tais representações (PONTE, 1982/83 a), dificuldade acrescida nos exemplares mais estilizados, como este. De qualquer modo, integrar-se-á na II Idade do Ferro, altura em que se assistiu à vulgarização de santuários rupestres ou campestres, a partir da segunda metade do século IV AC (GOMES, 1986). Outra finalidade possível para a peça em causa poderia ser a de integrar adereço mais complexo, como parece sugerir um possível embasamento, ligando as patas dianteiras do animal. Com efeito, as peças usadas independentemente, como ex-votos, assentavam directamente pelas extremidades dos membros (GOMES, 1986).

Seja como for, e na hipótese de tal peça representar um carneiro (como parecem sugerir as suas características, demasiado diferentes das do cavalo representado por VASCONCELOS, 1920), poderia

relacionar-se com o culto de Atégina, o qual abrangia parte da Lusitânia e da Bética (Vasconcelos, *in* PONTE, 1982/83 a).

Outro testemunho material que importa referir, no âmbito da análise de vestígios litúrgicos da região de Lisboa da Idade do Ferro, é o petroglifo de Magoito (SOUSA, 1990), o qual poderá ser, contudo, ainda do Bronze Final (informação de Mário Varela Gomes, que agradecemos). A representação principal consta de um orante, gravado na rocha branda.

Os testemunhos materiais, cuja caracterização e interpretação constituiu o objecto deste estudo, e especialmente os de carácter habitacional, sugerem que as condições económico-sociais das comunidades que habitavam a região ribeirinha do estuário do Tejo, não se terão modificado sensivelmente desde o Bronze Final. É nítida a continuidade quanto à estratégia de ocupação e de aproveitamento dos recursos, de carácter exclusivamente agropastoril, que constituíam a sua principal fonte económica, verificada neste prolongado lapso de tempo.

A identidade cultural de tais populações, durante mais de um milénio, do Bronze Final à plena romanização é, também, um notável exemplo de continuidade, constituindo um raro exemplo de aculturação de populações de uma área periférica face aos grandes estímulos e impulsos civilizacionais meridionais que marcaram todo o I milénio AC. A evolução retratada a traços largos neste largo intervalo cronológico é comparável, deste modo, à conhecida em outras regiões peninsulares, como a Estremadura espanhola (ALMAGRO-GORBEA, 1990, p. 110), então também ela uma região periférica face ao grande polo civilizacional que fora a área tartéssica.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1974) - *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*.

Suplemento de Biblos, 8, 211 p. Coimbra.

ALARCÃO, J. de (1990) - Recensão bibliográfica. *Conimbriga*, 29, p. 149-153.

ALARCÃO, J. de (1992) - As estradas romanas de Portugal. *Cuadernos de San Benito*, 3, p. 69-75. Fundación San Benito de Alcántara. Madrid.

ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. & PONTE, S. da (1976) - *Fouilles de Conimbriga. VI - Céramiques diverses et verres*, p. 3 - 17. Diffusion De Boccard. Paris.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1973) - *El Bronce Final y el inicio de la Edad del Hierro en la Meseta sur*. Publicación en extracto de Tesis Doctoral. Universidad Complutense. Madrid.

Conimbriga, 34 (1995), 33-74

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1990) - El Periodo Orientalizante en Extremadura. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. Cuadernos Emeritenses, 2, p. 85-125.
- ALVES, F. J. S. (1993) - Typologie et chronologie des jas d'ancre en plomb découverts dans les eaux portugaises. *Méditerranée*, 2, p. 311-328.
- AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do claustro de Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, 4, p. 183-192.
- AMARO, C. (1995) - *Núcleo arqueológico da rua dos Correeiros*. Fundação Banco Comercial Português. Lisboa.
- ARMBRUSTER, B. (1995) - O colar de Sintra. In *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 103. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- ARNAUD, J. M. & GAMITO, T. J. (1974/77) - Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do sul de Portugal. 1- Cabeça de Vaiamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português*, S. III, 7/9, p. 165-202.
- ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S. & JORGE, V. de O. (1971) - O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra). *O Arqueólogo Português*, S. III, 5, p. 97-131.
- ARTEAGA, O.; HOFFMANN, G.; SCHUBART, H. & SCHULTZ, H. D. (1988) - Geologische-archeologische Forschungen zum Verlauf der andalusischen Mittelmeerküst. *Madridrer Beiträge*, Band 14, p. 107-126.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*, 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995) - O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal?. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (2), p. 237-257.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1990) - El impacto fenicio en el interior del mediodía peninsular. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. Cuadernos Emeritenses, 2, p. 29-44.
- AUBET, M. E. (1994) - *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Edición ampliada y puesta al día. Crítica. Barcelona.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1989, coord.) - *Tartessos. Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir*. AUSA. Sabadell.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1991) - Notas sobre las colonias del Sur de España y su función en el marco territorial: el ejemplo del Cerro del Villar (Málaga). *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, 2, p. 617-626. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Roma.
- BARROS, L. de; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*, 4, p. 143-181.
- BEIRÃO, C. M. M. (1986) - *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal* (I Age du Fer). Diffusion De Boccard. Paris.
- BELÉN, M.; AMO, M. del & FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1982) - Secuencia cultural del poblamiento en la actual ciudad de Huelva durante los siglos IX-VI a. C. *Huelva Arqueológica*, 6, p. 21-39.
- CARDOSO, G. (1991) - *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

- CARDOSO, J. L. (1987) - No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *In Arqueologia no vale do Tejo*. IPPC/DA. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*, 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1993) - Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4, p. 109-126.
- CARDOSO, J. L. (1994 a) - Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. *In Lisboa Subterrânea*, p. 192-193. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1994 b) - Comentário ao sítio arqueológico de Outurela (Oeiras). *In Lisboa Subterrânea*, p. 206. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1994 c) - Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos dez anos. *Al-Madan*, S. II, 3, p. 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1995 a) - Ocupação campaniforme do povoado de Montes Claros. *In A Idade do Bronze em Portugal*, p. 35. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *In A Idade do Bronze em Portugal*, p. 48. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1995 c) - Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. *In A Idade do Bronze em Portugal*, p. 126. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1995 d) - As cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo. *In A Idade do Bronze em Portugal*, p. 88. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (no prelo a) - A III Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6.
- CARDOSO, J. L. (no prelo b) - Ocupação da Idade do Ferro do campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Monte de Caparica). *Al-Madan*, 5.
- CARDOSO, J. L. (no prelo c) - Cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6.
- CARDOSO, J. L. (no prelo d) - Duas casas de época campaniforme de Leceia. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 4. Colibri. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (em preparação) - A ocupação do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra).
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (em preparação) - O povoado da Idade do Bronze do Cabeço do Mouro.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d'(1992) - Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais). *Al-Madan*, S. II, 2, p. 150.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) - Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*, 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J. L.; ROQUE, J.; PEIXOTO, F. & FREITAS, F. (1980/81) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 117-138.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1986) - A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa. Revista Municipal*, S. II, 15, p. 13-18.

- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. & GIL, F. B. (1992) - O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*, 1, p. 231-252.
- CARREIRA, J. R. (1994) - A Pré-história recente do abrigo grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 47-144. Colibri. Lisboa.
- CARTAILHAC, E. (1886) - *Les Âges préhistoriques de T Espagne et du Portugal* C. Reinwald. Paris.
- CHOFFAT, P. (1912/13) - Sur les sables aurifères, marins, d'Adiça et sur d'autres dépôts aurifères de la côte occidentale de la péninsule de Setubal. *Comunic. Serv. Geol. Port.*, 9, p. 5-26.
- COELHO-SOARES, A. (1986) - Achados arqueológicos na vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 87-92.
- COFFYN, A. & SION, H. (1993) - Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze final atlantique. *Mediterraneo*, 2, p. 285-310.
- CORREIA, V. H. (1993) - Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*, 4, p. 229-283.
- COSTA, A. I. M. da (1910) - Estações prehistóricas dos arredores de Setubal. Appendice. Homem protohistorico. Idades do Bronze e do Ferro no castro de Chibanes. *O Arqueólogo Português*, 15, p. 55-83.
- CRUZ, J. C. M. de la (1990) - Die erste mykenische Keramik von der Iberischen Halbinsel. *Praehistorische Zeitschrift*, 65, p. 49-61. Berlin, New York.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais*, 4, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, J. C. L. (1987) - Cerâmica estampilhada da Idade do Ferro, proveniente de Alcácer do Sal. *Arqueologia*, 16, p. 95-96.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1994) - "Conta de colar". In *Lisboa Subterrânea*, p. 204. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- FABIÃO, C. (1993) - O passado proto-histórico e romano. In *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 1, p. 77-229. Ed. Estampa. Lisboa.
- FARIA, A. M. de (1987) - Guerras e conflitos no vale do Tejo na antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários. In *Arqueologia no vale do Tejo*, p. 60-61. IPPC/DA. Lisboa.
- FARIA, A. M. de (1989) - A numária de Cantnipo. *Conímbriga*, 28, p. 71-99.
- FERNÁNDEZ-MANZANO, J. (1984) - Armas y utiles metálicos del Bronce final en la Meseta norte. *Studia Archaeologica*, 14, p. 5. Univ. Valladolid.
- FERREIRA, O. da V. & FRANÇA, J. C. (1954) - Ex-voto pré-romano inédito do Museu Regional de Sintra. *Revista de Guimarães*, 64 (3/4), p. 290-297.
- FONTES, J. (1916) - Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casai de Rocanes. *O Arqueólogo Português*, 21, p. 337-347.
- GAMITO, T. J. (1988) - *Social complexity in southern Iberia 800-300 BC. The case of Tartessos*. BAR International Series. Oxford.
- GOMES, M. V. (1986) - O touro da herdade de Corte Pereiro (Alcácer do Sal). *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 59-73.

- GOMES, M. V. (1992 a) - As comunicações na Proto-história em Portugal. *Cuadernos de San Benito*, 3, p. 17-30. Fundación San Benito de Alcántara. Madrid.
- GOMES, M. V. (1992 b) - A Idade do Bronze Final. In *Proto-história de Portugal*. Universidade Aberta, 36, p. 103-125.
- GOMES, M. V. (1995 a) - A sepultura da Roça do Casal do Meio. In *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 94. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- GOMES, M. V. (1995 b) - As esteias funerárias da Idade do Bronze Final, no centro e sul de Portugal. In *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 130. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- GONZÁLEZ-PRATS, A.; RUIZ SEGURA, E.; FUENSANTA, J. G. & SEVA ROMÁN, R. (1995) - Cerámicas anatólicas en el poblado calcolítico de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España). *Trab. Antropol. Etnol.*, 35 (1), p. 133-137.
- KALB, P. (1980) - O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 1, p. 112-138. Sociedade de Martins Sarmento. Guimarães.
- KALB, P. & HOCK, M. (1981/82) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*, N. S., 2/3, p. 61-69.
- KALB, P. & HOCK, M. (1988) - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*, 17, p. 193-200.
- MAIA, M. (1978) - Ânforas neopúnicas do sul de Portugal. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977), 1, p. 199-207.
- MAIA, M. & MAIA, M. (1986) - *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Somincor. Lisboa.
- MARQUES, G. (1982/83) - Aspectos da Proto-história do território português. II - Povoado de santa Eufémia (Sintra). *Sintria*, 1/2, p. 59-88.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G. M. (1974) - Aspectos da Proto-história do território português. I - Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, p. 125-148.
- MATOS, J. L. de (1994) - As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In *O Livro de Lisboa* (coord. I. Moita), p. 32-34. Livros Horizonte. Lisboa.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1993) - Presença fenícia no baixo Sado. *Estudos Orientais*, 4, p. 127-142.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1994) - L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). *Les Dossiers de l'Archéologie*, 198, p. 22-25. Faton. Quétigny.
- PARREIRA, R. (1995) - Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo interior. In *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 131-134. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- PAUTREAU, J. P.; GENDRON, C. & BOURHIS, J. R. (1983/84) - *L'Âge du Bronze en Deux-Sèvres (2500-800 av. J. C.)*. Musée de Niort.
- PELLICER, M. (1978) - Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir, según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*, 9, p. 365-400.

- PELLICER, M. (1979/80) - Ensayo de periodización y cronología tartesia y turdetana. *Habis*, 10-11, p. 307-333.
- PEREIRA, F. A. (1957) - *Sintra do pretérito*. Câmara Municipal de Sintra.
- PEREIRA, G. (1894) - O collar da Penha Verde. *Bol. Real Assoc. Arch. Cívica e Archeol. Port.*, 7 (1), p. 77-78.
- PEREIRA, I. (1993) - Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais*, 4, p. 285-304.
- PIMENTA, F. C. (1982/83) - Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*, 1/2, p. 117-150.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977), 1, p. 147-163.
- PONTE, S. da (1982/83 a) - Bronze ibérico votivo de Sintra. *Sintria*, 1/2, p. 89-94.
- PONTE, S. da (1982/83 b) - Algumas fíbulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer. *Sintra*, 1/2, p. 107-116.
- RIBEIRO, J. C. (1982/83) - Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudiculus. *Sintria*, 1/2, p. 151-476.
- RIBEIRO, J. C. (1983) - Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de caráter aquático relativos ao território do Município Olisiponense. *Bol. Cultural da Ass. Distr. Lisboa*, 89 (1), p. 331-369.
- ROCHA, A. dos S. (1905/08) - Estações pré-históricas da Idade do Ferro nas visinhanças da Figueira. *Portugalia*, 2, p. 301-359.
- RUFETE TOMICO, P. (1988/89) - Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*, 10/11 (3), p. 11-40.
- SCHUBART, H. (1965) - Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, 22, p. 7-136.
- SCHUBART, H. (1982) - Asentamientos fenicios en la costa meridional de la Península Ibérica. *Huelva Arqueológica*, 6, p. 71-99.
- SCHUBART, H. (1987) - Hallazgos fenicios y del Bronce Final en la desembocadura del río Guadiaro (Cádiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1986, p. 200-227.
- SCHUBART, H. (1988 a) - Los primeros asentamientos fenicios en las costas de la Península Ibérica. *Homenaje a Enrique Pla y Ballester*, p. 31-43. Diputació de Valencia.
- SCHUBART, H. (1988 b) - Alarcón, Vorbericht über die Grabungs-Kampagne 1984 im Bereich der phönizischen Siedlung und der Befestigungsanlagen. *Madrid Beiträge*, Band 14, p. 172-188.
- SCHUBART, H. & NIEMEYER, H. G. (1976) - Trayamar. Los hipogeos fenicios y el asentamiento en la desembocadura del río Algarrobo. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 90. Madrid.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (1984) - Toscanos. El asentamiento fenicio occidental en la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1971. *Noticiario Arqueológico Hispanico*, 18. Madrid.
- SCHUBART, H.; NIEMEYER, H. G. & PELLICER CATALÁN, M. (1969) - Toscanos. La factoría paleopúnica en la desembocadura del río de Vélez. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 66. Madrid.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1989) - *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia, 3 vol., ed. policopiada. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994) - Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 215-232. Ed. Colibri. Lisboa.
- SERRÃO, E. da C. (1964) - *A necrópole proto-histórica do Casalão - Sesimbra*. Junta Distrital de Setúbal.
- SERRÃO, E. da C. (1966) - Bronzes de Alfirim e de Pedreiras, Sesimbra. Subsídios para o estudo do Bronze Atlântico. *In Memoriam do Abade Henri Breuil*, 2, p. 303-330. Faculdade de Letras. Lisboa.
- SERRÃO, E. da C. (1980) - A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) - Negrals (Sintra). *Arqueologia*, 1, p. 28-35.
- SERRÃO, E. da C. (1994) - *Carta arqueológica do concelho de Sesimbra. Do Vilafranquiano médio até 1200 d. C.* Câmara Municipal de Sesimbra.
- SILVA, A. V. da (1960) - Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa. *Dispersos*, 3, p. 321-331. Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, J. da (1879) - Tumulo da Idade de (sic) Pedra. *Boi Real Assoe. Arq. Civis e Arqueol. Port.*, S. II, 2 (10), p. 177.
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrabida*. Col. Parques Naturais, 15. SNPRCN. Lisboa.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980/81) - Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 141-218.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. da (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 159-184.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A. de; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1973/74) - Le monument à coupole de Läge du Bronze Final de la Roça de Casal do Meio (Calhariz). *Comunic. Ser. Geol. Port.*, 51, p. 91-153.
- TEJERA-GASPAR, A. (1980) - El Bronce Final del bajo Guadalquivir y su problematica. *Huelva Arqueológica*, 4, p. 181-196.
- THEOBALD, N. (1972) - *Fondements géologiques de la Préhistoire*. Masson. Paris.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) - *Religiões da Lusitania*, 2. Imprensa Nacional. Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. de (1920) - Hierologia lusitanica. *O Arqueólogo Português*, 20, p. 270-286.
- VICENTE, E. P. & ANDRADE, G. M. (1971) - A estação arqueológica do cabeço de Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 2, p. 223-238.
- TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da V. (1965) - Acerca do vaso “piriforme” tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boi. Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 63/64, p. 175-183.
- WAGNER, C.G. (1995) - Fenicios y autóctones en Tartessos. Consideraciones sobre las relaciones coloniales y la dinámica de cambio en el suroeste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 52 (1), 109-126.

ANTÓNIO DE CARVALHO QUÍNELA
Professor Catedrático. Departamento de Engenharia Civil
Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa

JOÃO LUÍS CARDOSO
Professor Auxiliar. Universidade Nova de Lisboa
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras

JOSÉ MANUEL MASCARENHAS
Professor Auxiliar. Departamento de Ecologia - Universidade de Évora

BARRAGENS ROMANAS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO
E BARRAGEM DE ALFERRAREDE
"Conimbriga" XXXIV (1995) p. 75-127

RESUMO: Descrevem-se os vestígios das barragens do distrito de Castelo Branco atribuídas ao período romano e procura-se reconstituir as suas características iniciais. Caracteriza-se ainda a barragem de Alferrarede, pós-romana, em bom estado de conservação, de duplo muro e aterro intermédio, e apresentam-se dados retirados da bibliografia relativos à "Presa de Penamacor", que sofreu um rombo no primeiro quartel do século XVI e da qual não há vestígios.

Das oito barragens atribuídas ao período romano, duas são de alvenaria e seis de terra. Estas últimas parecem não ter sido dotadas de descarregadores de superfície (nem de órgãos fixos para assegurar a utilização da água). A conservação de vestígios dos aterros poderá dever-se à existência de brechas que asseguram a passagem da água sem galgamento.

Algumas das barragens de terra eram estruturas importantes, que envolveram grandes movimentos de terra e a utilização de boas técnicas de compactação como atesta a caracterização geotécnica. As maiores barragens são a da Egitânia e da Lameira com alturas de 11 e 9 m e volumes de aterro de 12 000 e 16 000 m³, respectivamente.

As barragens de terra estudadas assumem, assim, grande importância no Mundo Romano em face da escassez de estruturas comparáveis, exclusivamente de terra.

A atribuição das barragens ao período romano apoia-se nos seguintes factos:

- vestígios romanos nas imediações de cinco das barragens;
- analogias entre elas relativamente aos tipos construtivos;
- referência à barragem da Orca em documento de 1505;
- história da ocupação da região no período pós-romano;
- enquadramento histórico da construção de barragens medievais na Europa.

A finalidade de grande parte das barragens deve ter sido o apoio à mineração, visto verificar-se para cada caso, pelo menos, uma das seguintes situações:

- inexistência de *villae* a jusante;
- desconhecimento de vestígios de canais de adução entre as barragens e os habitats romanos a jusante, quando existem;
- recurso verificado a nascentes para a alimentação das *villae* nas proximidades das barragens (ou possibilidade do recurso a nascentes ou poços);
- inexistência a jusante de solos propícios à rega.

A ocupação romana da região e, particularmente, a actividade mineira são documentadas com base na bibliografia, sendo referenciados os achados de numerosos tesouros (joias e moedas) que atestam acumulação de riqueza, em resultado daquela actividade mineira.

SUMMARY: The dams vestiges in the district of Castelo Branco, attributed by the authors to the Romans, are described and the original characteristics of those dams are reconstituted.

Two post-Roman dams, probably built in sixteenth century, are also described:

- the Penamacor masonry dam, from which there are no vestiges, whose notice results only from bibliography;
- the 13 m high Alferrarede dam, with two masonry walls and an earthfill core, which remains in a fairly good condition.

From the eight dams attributed to the Romans, two were built in masonry and six in earthfill.

The earthfill dams do not seem to have been provided with spillways and outlets. The vestiges of each of these dams consist of two earthfill reaches separated by a gap, which, nowadays, allows the water to pass. Some of those earth dams were important structures which implied the movement of large amount of earthfill and the use of adequate

compaction technics, as shown by the geotechnical characterization. The most important dams are those of Egitania and Lameira, with heights of 11 and 9 m and an earthfill volume of 12000 and 16000m³, respectively.

The earth dams studied in this work were of great importance within the Roman World, considering the scarcity of comparable earth structures (without a masonry wall).

The dams were attributed to the Roman period in the basis of the following facts:

- existence of Roman vestiges in the neighbourhood of five dams;
- dam construction types analogies;
- reference to Orca dam in a document of the year 1505;
- history of the country occupation in post-Roman period;
- history of dam construction in Europe.

The purpose of the most of studied dams was, very probably, the water supply to gold mining, because, at least, one of the following situations occurs for each dam:

- non-existence of *villae* downstream of the dams;
- absence of connecting channels vestiges between the dams and the roman *habitats* downstream, whenever existent;
- non-existence of appropriated soils to irrigation, downstream of the dams.
- existence of springs that were surely used to supply water to *villae*, located near the dams; the use of nearby springs and wells was also possible in other sites.

The Roman occupation of the country and namely the gold mining activity are documented by the bibliography and the discovery of many treasures (jewels and coins) proves the accumulation of wealth as result of gold mining activity.

(Página deixada propositadamente em branco)

1 - PREÂMBULO

O presente trabalho *Barragens Romanas do Distrito de Castelo Branco e Barragem de Alferrarede* foi elaborado para a Direcção-Geral dos Recursos Naturais, DGRN, pelo Centro de Estudos de Hidrossistemas (CEHIDRO) do Departamento de Engenharia Civil, do Instituto Superior Técnico. Inserido na linha de investigação do CEHIDRO sobre história e arqueologia da Hidráulica, foi realizado pela mesma equipa que no CEHIDRO já apresentara vários trabalhos na linha referida.

Tem como objectivo contribuir para o inventário e caracterização das barragens romanas do distrito de Castelo Branco, bem como caracterizar a barragem pós-romana de Alferrarede (ponte-represa, como é localmente conhecida).

De algumas das barragens estudadas já os autores haviam apresentado breves referências no seu trabalho de 1986 *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*.

Não obstante a metodologia seguida no estudo e descrita no Capítulo 2, admite-se a possibilidade de existirem naquele distrito vestígios de barragens romanas não reconhecidas pelos autores, especialmente em zonas de mais difícil acesso.

No Capítulo 3 faz-se a apresentação geral dos principais resultados decorrentes da caracterização das barragens reconhecidas, a qual é objecto do Capítulo 4.

Os aspectos dessas barragens que foram considerados relevantes são destacados no Capítulo 5, separadamente para as barragens romanas de terra e de alvenaria e para a barragem de Alferrarede. Nesse capítulo são descritas barragens de aterro pré-romanas e romanas doutras regiões, com a finalidade de possibilitar o enquadramento para

o estudo apresentado das barragens de terra romanas do distrito de Castelo Branco e de demonstrar a importância que as mesmas assumem, perante a escassez no mundo de vestígios de barragens romanas deste tipo.

O Capítulo 6 analisa os problemas relativos à finalidade e cronologia das barragens estudadas e, finalmente, o Capítulo 7 contém as principais conclusões do estudo.

2 - METODOLOGIA DO ESTUDO

Na sua obra de 1986 *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo* os autores caracterizaram, embora sumariamente, algumas barragens a norte daquele rio, devido ao especial interesse de que as mesmas se revestiam. Incluíram a barragem pós-romana de Alferrarede e as seguintes barragens romanas do distrito de Castelo Branco:

- Rochoso,
- Egitânia,
- Nossa Senhora de Mércules,
- Lameira,

de terra, com excepção da de Nossa Senhora de Mércules (de alvenaria). As barragens do Rochoso e de Nossa Senhora de Mércules haviam sido referenciadas pela primeira vez pelos autores, tendo as de Alferrarede e Egitânia sido objecto de curtas referências anteriores.

A investigação bibliográfica e o reconhecimento de campo, com base no exame da fotografia aérea, a que se procedeu no período inicial do presente trabalho, permitiram identificar mais duas barragens de terra:

- Lajinha,
- Orca,

esta última citada por SILVA 1988.

Para todas as barragens anteriormente mencionadas foram obtidos, pela Direcção-Geral dos Recursos Naturais, levantamentos topográficos respeitantes a:

- planta da albufeira (escala 1:2000);
- planta da barragem e da área envolvente (escala 1:200);
- perfis transversais da barragem (escala 1:50).

Nestes levantamentos, as cotas altimétricas são referidas ao zero topográfico e as coordenadas em planta ao sistema Hayford-Gauss (com origem em Vila de Rei). Posteriormente, foi reconhecida mais uma barragem de terra (Monforte) e outra de alvenaria (Souto do Penedo), esta última de vestígios escassos.

As barragens de que se obtiveram os levantamentos topográficos mencionados são caracterizadas pormenorizadamente no Capítulo 4 com base nesses levantamentos e no reconhecimento local. As restantes barragens são caracterizadas com base unicamente no reconhecimento local.

Como orientação para a localização de barragens romanas e em complemento da recolha da bibliografia, procedeu-se, com base na consulta da Carta Militar de Portugal à escala 1:25000 e do correspondente inventário toponímico, à identificação de locais designados por topónimos sugestivos, tais como “presa”, “represa”, “muro” e “lagoa”. Em seguida, efectuou-se a selecção de locais a serem posteriormente objecto de exame estereoscópico em fotografia aérea vertical à escala aproximada de 1/27000, da Missão USAF, de 1958.

Aquele exame permitiu seleccionar os locais onde mais provavelmente se poderiam situar vestígios de barragens romanas, a maioria das quais foi objecto de reconhecimento de campo.

Em consequência desse reconhecimento, identificaram-se numerosas estruturas pós-romanas (açudes e barragens) e uma única barragem romana, a da Lajinha.

No decurso do reconhecimento de campo, que incidiu também sobre as barragens romanas identificadas a partir de referências bibliográficas, procurou-se obter dos habitantes informações relativas à localização exacta das barragens e à existência doutros vestígios romanos que permitissem avaliar a finalidade das mesmas.

3 - APRESENTAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

Localizam-se na Fig. 1 as barragens reconhecidas cujas principais características se resumem no Quadro 1, com excepção da presa de Penamacor (há muito desaparecida e de que só existe informação bibliográfica).

Salvo a de Alferrarede, as barragens constantes do Quadro 1 são consideradas como romanas. Deve notar-se a importância de se terem

reconhecido, adjacentes àquela barragem, do lado de montante e ao nível do coroamento, blocos de *opus signinum*, que parecem levar a admitir a anterior existência no local de uma barragem romana, com altura aproximada da actual.

No Quadro 1 não se inclui a presa de Penamacor, provavelmente de origem romana, de alvenaria, mas de que não existem vestígios na actualidade. Um documento genealógico dá conta da sua rotura no primeiro quartel do século XVII e de outras vicissitudes, o qual é resumido no item 4.10.

As bacias hidrográficas, com excepção das da Orca e do Souto do Penedo, desenvolvem-se em zonas com precipitação anual média inferior a cerca 800 mm. Os cursos de água em que foram construídas as barragens, com a excepção já mencionada, têm regime muito irregular, estando secos em grande parte do ano. Assim, o aproveitamento das águas superficiais só era possível mediante o armazenamento da água em albufeiras, a criar por barragens.

A distribuição do número de barragens em função da área da respectiva bacia hidrográfica, A (km²), é a seguinte:

$A = 0,7$	- 1 barragem (aterro);
$9,2 > A > 2,4$	- 5 barragens (4 de aterro e 1 de alvenaria);
$39,7 > A > 12,3$	- 3 barragens (1 de aterro e 2 de alvenaria).

De muito pequeno porte é apenas a barragem de Nossa Senhora de Mércos, com a altura máxima de 2,5 m. A distribuição do número de barragens por alturas máximas, H (m), é a seguinte:

$H = 2,5$	- 1 barragem (alvenaria);
$8 > H > 5,0$	- 5 barragens (aterro);
$13,5 > H > 11$	- 3 barragens (2 de aterro e 1 de alvenaria).

Quadro 1 - Barragens Romanas do Distrito de Castelo Branco
e Barragem de Alferrarede
(Ordenadas de norte para sul)

Designação	Tipologia e volume do aterro, V (m ³)	Altura, H Desenvol., L(m)	Á. da bacia hidrográ. (km ²)	Albufeira Vol., V (m ³) Desenvol., D (m)
Lajinha (Penamacor)	Terra V = *	H = 5,5 L = 100	2,4	V = 45 000 D = 300
Orca (Fundão)	Terra V = 8 700	H = 6 L = 145	7,1	V = 51 000 D = 420
Rochoso (Idanha-a—Nova)	Terra V = *	H = 7 L = 116	0,7	V = 10 600 D = 150
Egitânia (Idanha-a-Nova)	Terra V = 12 000	H = 11 L = 110	23,9	V = 180 000 D = 560
N.S. de Mércules (Castelo Branco)	Alvenaria	H = 2,5 L = 60	12,3	V = 7 200 D = 260
Monforte (Monforte)	Terra V = *	H = 5 L = 130	4,8	—
Lameira (V. Velha de Ródão)	Terra V = 16 000	H = 8 L = 380	9,2	V = 840 000 D = 1 330
Souto do Penedo (Vila de Rei)	Alvenaria	H = 10	5,3	—
Alferrarede (Abrantes)	Duplo muro de alvenaria e terra	H = 13,5 L = 55	39,7	V = 147 000 D = 700

* Estimativa carecendo de rigor.

O desenvolvimento das barragens de alvenaria de que se obtiveram levantamentos topográficos (Nossa Senhora de Mércules e Alferrarede) pouco excede 50 m; o das barragens de aterro varia entre

cerca de 100 e 150 m, com excepção da barragem da Lameira que atinge 380 m.

O traçado das barragens é rectilíneo, com excepção da Lameira, em que o grande desenvolvimento e a topografia impuseram um traçado poligonal.

Nenhuma das barragens estudadas está presentemente em funcionamento, fazendo-se a passagem da água através de rombo aberto na zona do talvegue (ou de rombo na base, no caso da barragem de Alferrarede).

Não foram reconhecidos vestígios de descarregadores de cheias de superfície, a não ser na barragem da Egitânia, onde uma depressão, no encontro da margem direita, poderia ter funcionado como tal. Deve notar-se que a barragem de Alferrarede, muito mais recente e bem conservada, não apresenta actualmente descarregador de superfície, não obstante a área da bacia hidrográfica ser de 39, 7 km²; uma galeria transversal à barragem, cuja abertura no paramento de montante parece ter sido obturada, poderá ter servido como descarregador.

Também não foram detectados vestígios de disposições para saída da água das albufeiras. Nas barragens de aterro, condutas com estas funções revestem-se de dificuldades especiais, não sendo de excluir a hipótese de elevação por rodas hidráulicas (hipótese citada por VITA-FINZI 1961) ou por outros aparelhos de elevação. No local do rombo na base da barragem de Alferrarede poderia ter existido uma conduta de saída de água.

E interessante registar o procedimento que no início do século XVII era adoptado para assegurar a protecção da presa de Penamacor contra o galgamento (alínea 4.2.11). Segundo a tradição, o *lago* (albufeira) necessitava, de quando em quando, de ser *sangrado*; no caso contrário, rebentaria. Em dia de festa em Penamacor, o *sangrador* demorou-se naquela vila e o lago rebentou. Por se tratar de uma barragem de alvenaria, admite-se que o lago pudesse facilmente ser sangrado através de um descarregador de superfície ou de uma descarga de fundo, com possibilidade de obturação.

As capacidades das albufeiras de que foram obtidos levantamentos topográficos, para as condições actuais de assoreamento e correspondentes às cotas admitidas para o coroamento, são:

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| - barragem da Lajinha | - 45 000 m ³ , |
| - barragem da Orca | - 51 000 m ³ , |

- barragem do Rochoso	- 10 600 m ³
- barragem da Egitânia	- 180 000 m ³ ,
- barragem de N. Senhora de Mércules	- 7 200 m ³ ,
- barragem da Lameira	- 840 000 m ³
- barragem de Alferrarede	- 147 000 m ³ .

O assoreamento verificado nas albufeiras não é muito pronunciado, sendo acentuado no caso das barragens de Alferrarede e Rochoso e pequeno no caso da barragem da Lameira.

4 - CARACTERIZAÇÃO DAS BARRAGENS

4.1 - Preâmbulo

Procede-se neste capítulo à caracterização das barragens estudadas.

Para melhor sistematização, adoptou-se um modelo de ficha descritiva, no qual se indicam, para cada estrutura, as características principais relativas a:

- localização;
- área da bacia hidrográfica;
- tipo de barragem;
- características geométricas dos vestígios;
- características da albufeira.

Para além destas características, são mencionadas outras informações, incluindo as de natureza bibliográfica, susceptíveis de possibilitar a avaliação da cronologia e da finalidade respectivas, como indicado nas alíneas 7.1 e 7.2.

A informação que foi possível recolher não permitiu a elaboração de ficha descritiva da barragem do Souto do Penedo e da Presa de Penamacor, apresentando-se, todavia, nas alíneas 4.9 e 4.11 a síntese dos elementos recolhidos.

As coordenadas das plantas topográficas das barragens e das albufeiras referem-se ao sistema Hayford-Gauss com origem num ponto próximo de Vila de Rei. As plantas das bacias hidrográficas nos locais das barragens, reproduzidas a partir da carta 1/25000, têm coordenadas com projecção de Gauss e origem no ponto de referência a oeste do Cabo de S. Vicente.

4.2 - Barragem da Lajinha

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 285,2 P= 349,2
- Concelho de Penamacor.
- Ribeira do Vale do Gris (ou da Aldeia de João Pires), sub-afluente do Ponsul.

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 2) 2,4 km²

3 - Barragem de terra.

4 - Características geométricas iniciais

- Cota do coroamento 430,5 m
- Cota do talvegue 425,0 m
- Altura máxima (diferença das cotas anteriores) 5,5 m
- Desenvolvimento 100 m
- Volume do aterro Impossível de avaliar

5 - Características dos vestígios (Fig. 4 e 5; Fot. 1 e 2)

- Troços de aterro nas duas margens (mais longo o da margem direita).
- Largura da brecha na base 20 m
- Declive (V:H) dos paramentos (Perfil A-A, Fig. 5)
 - de montante 1/5,0
 - de jusante 1/1,7
- Características do aterro:
 - Saibro granítico.

6 - Características da albufeira, para a cota 431 m (Fig. 3)

- Área inundada 32 000 m²
- Volume armazenado 45 000 m³
- Desenvolvimento 300 m (*)

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

A ribeira, na zona da barragem, corre entre muros de pedra arrumada, existindo um pequeno dique de pedras e terra entre muros que provoca a retenção de água utilizada para rega. O topónimo presa, se bem que designe o local da barragem, é associado pelos residentes próximos àquela retenção de água e não aos vestígios da barragem.

Na margem direita, um pouco acima do leito notam-se blocos graníticos que se admite terem sido colocados para evitar o desmoronamento do aterro.

No decurso do reconhecimento de campo efectuado, encontraram-se abundantes vestígios de uma importante *villa* romana (Fig. 2), próximo do local onde existiu uma fonte e, segundo a tradição, apareciam “mouras encantadas”. Observaram-se à superfície restos de escória, na margem direita e na margem esquerda. O local da referida fonte é referenciada na carta 1/25000 por *fonte das Casas*, embora, segundo informação localmente obtida, seja designado por *fonte das Cales* pelos habitantes da aldeia de João Pires e por *fonte das Cais* pelos habitantes de Aranhas.

É admissível que a alimentação de água da *villa* se realizasse através de caleiras (*cales*) que transportariam a água da fonte.

A jusante da barragem, o vale é relativamente aberto e os solos propícios à agricultura, em especial, os aluviões do fundo do vale. Deve notar-se que na actualidade existem várias hortas regadas a partir de poços, o que, também a verificar-se na época romana, não justificaria uma barragem destinada à rega.

A utilização da água represada pela barragem seria a rega ou a lavagem de minério.

Crê-se que a *villa* atrás mencionada esteja inédita, pois a mais próxima de que há referência (LEITÃO, M. 1983; ALARCÃO, J. 1988 b) se situa junto da Tapada do Cabeço, 500 m para sul.

4.3 - Barragens da Orca

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 267,3 P = 343,0

- Concelho de Fundão.
 - Ribeira das Paredes (bacia hidrográfica do Ponsul).
- 2 - Área da bacia hidrográfica (Fig.6) 7,1 km²
- 3 - Barragem de terra.
- 4 - Características geométricas iniciais
- Cota do coroamento 342m
 - Cota do talvegue 336m
 - Altura máxima (diferença das cotas anteriores) 6m
 - Desenvolvimento 145m
 - Volume do aterro 8700 m³
- 5 - Características dos vestígios (Fig. 8 e 9; Fot. 3 a 5)
- Troços de aterro nas duas margens (bem definido o da margem esquerda com cerca de 90 m, apenas se conservando o arranque do da margem direita).
 - Largura da brecha 40 m
 - Declive (V:H) dos paramentos (Perfil A-A, Fig. 9)
 - de montante 1/6,2
 - de jusante 1/1,5
 - Características do aterro:
 - Camadas de areão granítico grosseiro com raros
 - Blocos de granito dispersos (Fot. 4).
- 6 - Características da albufeira, para a cota 341 m (Fig. 7)
- Área inundada 56 000 m²
 - Volume armazenado 51 000 m³
 - Desenvolvimento 420 m

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

A ribeira das Paredes na zona da barragem corre entre muros de pedra arrumada, assinalados na Fig. 8. Nesta figura está também representado, na zona da brecha, um muro transversal à ribeira, de pedra arrumada, que terá sido construído para evitar a erosão dos terrenos a jusante, durante a ocorrência de cheias. (*)

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

O tonónimo *presa* é utilizado localmente para designar o local da barragem (o caminho que parte da povoação, junto à escola, é o *caminho da presa*), se bem que as pessoas inquiridas não o associem aos restos da barragem.

Imediatamente a jusante, pode observar-se na margem esquerda uma depressão cuja observação pormenorizada é dificultada pela vegetação, sendo, todavia, reconhecível na fotografia aérea vertical (à escala aproximada de 1:15000), que se reproduz na Fot. 6. Esta depressão pode corresponder à extracção de terras, utilizadas na construção da barragem, parecendo, todavia, mais plausível a hipótese de ser o resultado de exploração mineira.

A existência de água subterrânea na zona, revelada pela abundância de poços e nascentes, torna pouco provável ter sido a barragem construída com a finalidade exclusiva de alimentar a *villa* localizada a jusante (Fig. 6) ou de fornecer água para rega. O reconhecimento do campo efectuado pelos autores sugere que esta *villa*, referenciada por SILVA 1979, seria de pequena importância e, por conseguinte, desproporcionada em relação às dimensões da barragem.

A barragem apresenta nítido assoreamento a montante (desnível entre montante e jusante da ordem de 2 m).

Sobre os sedimentos da antiga albufeira e a cerca de 80 m a montante da barragem, pode observar-se uma estrutura hidráulica (Fig. 7; Fot. 7 e 8), construída de blocos graníticos aparelhados. Esta estrutura consta de:

- poço com bocal de planta octogonal parcialmente conservado e uma abertura rectangular ao nível da plataforma;
- tanque escavado num bloco granítico, que provavelmente receberia a água elevada do poço;
- plataforma lajeada.

Do tanque parte um canal que teria conduzido a água para jusante da barragem e que está assinalado na planta da barragem (Fig. 8).

A barragem é seguramente muito anterior à estrutura hidráulica que, pela tipologia do bocal do poço, poderá remontar ao século XV ou XVI.

De facto, a barragem (represa) aparece citada em documento datado de 20 de Setembro de 1505, o Tombo da Comenda de Castelo

Novo e Alpedrinha (Ordem de Cristo), transcrito por SILVA 1991, do qual se extrai a seguinte passagem:

e de hi se vay direito aa portella que estaa antre hos maninhos e has Cabeças de Mendralham e da dita portella se mete logo hi na agua do ribeiro das Paredes, e vay pello dicto ribeiro abaixo atee ha Represa que estaa de hi huum quarto de legoa pouco mais ou menos; e de hi vay ainda pello dito ribeiro abaixo atee se meter na ribeira de Taveirol...”

Pelo trecho transcrito, parece concluir-se que a barragem já estaria desactivada naquela data, pois, de contrário, haveria certamente referência à albufeira (opinião, aliás, já expressa por SILVA 1991).

Materiais recolhidos por aquele autor na *villa* da margem direita, em particular *terra sigillata* hispânica, bem como um fragmento de vidro de cor verde-gelo, apontam para uma cronologia dos séculos I a II. Nesse mesmo local, foi recolhida (SILVA 1991) uma moeda de bronze de Antonino Pio (138-161 d. C.).

4.4 - Barragem do Rochoso

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 285,7 P = 344,2
- Concelho de Idanha-a-Nova.
- Afluente da ribeira de Monsatela (bacia hidrográfica do Ponsul).

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 10) 0,7 km²

3 - Barragem de terra.

4 - Características geométricas iniciais

- Cota do coroamento 474m
- Cota do talvegue 467m
- Altura máxima (diferença das cotas anteriores) 7m
- Desenvolvimento 116 m
- Volume do aterro Impossível de avaliar (*)

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

- 5 - Características dos vestígios (Fig. 12 e 13; Fot. 9 e 10)
- Troços de aterro nas duas margens (mais longo o da margem direita, o único praticamente visível - 90 m)
 - Largura da brecha 20 m
 - Declive (V:H) dos paramentos (Perfil A-A, Fig. 13)
 - de montante 1/4,4
 - de jusante 1/2,2
 - Características do aterro: Saibro granítico.
- 6 - Características da albufeira, para a cota 474 m (Fig. 11)
- Área inundada 8 000 m²
 - Volume armazenado 10 600 m³
 - Desenvolvimento 150 m

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta barragem localiza-se numa área bastante romanizada, destacando-se, a 880 m a jusante, uma importante *villa* romana junto à quinta de S. Lourenço.

O padre Ayres Francisco de Proença e Sylva, em nota datada de 20 de Maio de 1758 (*in* JPBB 1944, p. 45) faz a seguinte descrição da zona envolvente da barragem, sem a esta se referir:

“Ao norte está a Serra chamada da Mouraria, (hoje conhecida pela Serra da Moureirinha e nela existem ainda restos de fortalezas em distância de um quarto de légua, chamada assim por ser habitada de mouros, que para vexarem e combaterem Monsanto principiaram fortalezas cujos vestígios existem. Dela saiem muitas águas, e um aqueduto, por fortíssima cantaria, até S. Lourenço de Monsantel. Deste sítio de S. Lourenço de Monsantel, tem saído centenas de pedras aparelhadas, e ainda ali existem muitas e muitas enterradas.”...

Neste local foram efectuadas escavações arqueológicas dirigidas por Maria da Graça Moreira que permitiram descobrir vestígios de uma *villa* romana, com termas e restos de canalizações (*in* *Conimbriga* 1960/61, 2, 3, p. 425). Foram também encontradas sepulturas romanas, algumas com rico espólio, incluindo uma rara *bull*a de ouro do século I d. C. (ALMEIDA e FERREIRA 1956, 1958).

Os autores, no reconhecimento de campo efectuado, verificaram que o aqueduto tinha origem numa fonte provavelmente romana (Fot. 11), localizada a montante da barragem e acima do seu coroamento. Identificaram três troços do aqueduto constituído por caleiras em blocos graníticos aparelhados: um próximo da fonte, outro um pouco a montante da barragem (Fot. 12) e o terceiro a meia distância entre esta e a *villa*.

Deste modo, é de crer que a água represada pela barragem se destinasse ao regadio, hipótese possível de acordo com a topografia dos terrenos a jusante, ou a apoio da actividade mineira.

A área da bacia hidrográfica no local da barragem do Rochoso é extremamente pequena (0,7 km²) e a sua albufeira encontra-se fortemente assoreada. É, assim, de admitir uma vida útil prolongada para a barragem. O assoreamento da albufeira justificará a configuração pouco usual do aterro na actualidade, especialmente do talude de montante, com pendente muito suave em parte do seu desenvolvimento.

4.5 - Barragem da Egitânia

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 283,2 P = 337,9
- Concelho de Idanha-a-Nova.
- Ribeira de Rio de Moinhos (afluente do Ponsul).

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 14) 23,9 km²

3 - Barragem de terra.

4 - Características geométricas iniciais *

- | | |
|--|-----------------------|
| • Cota do coroamento | 295m |
| • Cota do talvegue | 284m |
| • Altura máxima (diferença das cotas anteriores) | 11m |
| • Desenvolvimento | 110m |
| • Volume do aterro | 12 000 m ³ |

5 - Características dos vestígios (Fig. 16 e 17; Fot. 13 a 17)

- Troços de aterro nas duas margens (mais longo o da margem direita - 70 m).

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

- Largura da brecha 20 m
- Declive (V:H) dos paramentos (Perfil A-A, Fig. 17)
 - de montante 1/3,2
 - de jusante 1/1,1
- Características do aterro:
Matriz argilosa com abundantes elementos de xisto de granulometria muito extensa, podendo atingir 20 cm (Fot. 16 e 17).

6 - Características da albufeira, para a cota 294 m (Fig. 15)

- Área inundada 81 000 m²
- Volume armazenado 180 000 m³
- Desenvolvimento 560 m

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta barragem situa-se a cerca de 1500 m NW de Idanha-a-Velha, a antiga Egitânia das épocas romana e visigótica.

Trata-se de uma importante estrutura de aterro que terá tido a altura máxima de cerca de 11 m e dado origem a uma albufeira com volume de armazenamento de 180 000 m³. Subsistem dois troços de aterro separados por uma brecha, na zona do talvegue da ribeira (Fot. 20). Os taludes laterais da brecha são muito abruptos devido à estrutura do aterro, tendo o da margem direita uma altura de cerca de 9 m. Nota-se, em relação ao reconhecimento efectuado pelos autores em 1985, o acréscimo da erosão deste talude, um pouco acima do talvegue, devido à passagem de cheias, tornando-se necessária intervenção que evite o prosseguimento da erosão.

A observação da sua planta mostra a existência, próximo do arranque direito, de uma depressão que poderia ter correspondido a um descarregador de superfície, de que não há outros vestígios.

Mesmo que não tivesse sido construído expressamente um descarregador de superfície, essa depressão teria funcionado como tal em período anterior ao da abertura da brecha actualmente observável.

A primeira referência à barragem, de que se tem conhecimento, deve-se a Fernando de ALMEIDA 1956. Segundo este arqueólogo, a barragem “serviria para irrigar os campos vizinhos e dar assim melhores possibilidades de vida aos Igeditanos, ou ainda para abastecimento da população”.

Se bem que fosse possível o abastecimento mediante adução por gravidade, como se pode observar na carta topográfica 1:25 000, essa adução teria exigido obras de arte de certo vulto, de que não há quaisquer traços visíveis (QUÍNELA *et al* 1986). Por outro lado, os autores observaram, no adro da torre de menagem de Idanha-a-Velha, trechos de caleira em blocos graníticos (Fot. 18), análogos aos encontrados nas proximidades da barragem do Rochoso e provenientes, segundo informações locais, da área da Horta da Serra, a 880 m a norte da aldeia, e que poderiam ter pertencido a um sistema de abastecimento de água a Egitânia, a partir de uma nascente.

Esta hipótese parece ser confirmada, pelo seguinte trecho das memórias paroquiais de 1758 (Tomo XVIII, folha 56), *in* AZEVEDO 1898:

«Ao norte tem a fonte chamada da Serra Obra dos Romanos cupiosa Agoa e admiráveis acueductos que os rusticos tem demullido em grande parte...»

Outra razão justificativa de uma diferente finalidade da barragem relaciona-se com a descoberta de um *habitat* romano adjacente, localizado numa plataforma da margem esquerda da ribeira (Fot. 19) e que já havia sido referenciado por ALMEIDA 1956 (p. 113). Este autor encontrou naquele local grande quantidade de ladrilhos romanos, fragmentos de *tegulae* e de tijolo, parte do fundo de um grande vaso, um fragmento de fuste e um pequeno silhar, ambos de granito. Tratar-se-ia de um *habitat* de artesãos que utilizariam a água para força motriz ou com outra finalidade ou antes de um *habitat* relacionado com a actividade mineira?

Quanto à hipótese de utilização da água para rega, tal não parece plausível devido à inexistência nas proximidades da barragem, a jusante desta, de solos propícios.

4.6 - Barragem de Nossa Senhora de Mércoles

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 258,3 P = 317,2
- Concelho de Castelo Branco
- Ribeira da Senhora de Mércoles, subafluente do Ponsul designada por ribeira da Represa (DIAS 1966).

- | | |
|---|-----------------------|
| 2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 19) | 12,3 km ² |
| 3 - Barragem de alvenaria <i>{opus incertum}</i> . | |
| 4 - Características geométricas iniciais (Fig. 20 e 21; Fot. 21) | |
| • Cota do coroamento | 332,6 m |
| • Cota do talvegue | 330,1 m |
| • Altura máxima (diferença das cotas anteriores) | 2,5 m |
| • Desenvolvimento | 60 m |
| 5 - Características dos vestígios | |
| • Troços nas duas margens (mais longo o da margem direita, 50 m) | |
| • Largura da brecha | 3 m |
| • Perfil de gravidade, com taludes inclinados a montante e a jusante (Perfil A-A, Fig. 21). | |
| 6 - Características da albufeira, para a cota 333 m (Fig. 19) | |
| • Área inundada | 14 000 m ² |
| • Volume armazenado | 7 200 m ³ |
| • Desenvolvimento | 260 m |

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

O muro de jusante apresenta aparelho de *opus incertum*, com altura máxima observável na parte central. O muro de montante apresenta-se de construção idêntica, embora mais dificilmente observável devido à acumulação de sedimentos e à densa cobertura vegetal.

Esta estrutura fora observada anteriormente pelos autores (QUÍNTELA *et al* 1986), que verificaram a inexistência de vestígios romanos com ela directamente relacionados. ALMEIDA 1956 sugeriu que o outeiro onde actualmente se localiza o santuário de Nossa Senhora de Mércules, dominando o vale em que se situa a barragem, pudesse ter servido como local de culto a Mercúrio. Porém, tal hipótese não se baseia em observação segura (GARCIA 1982), não obstante na região serem conhecidos abundantes vestígios romanos (PROENÇA 1905; GARCIA 1979), em particular no triângulo definido pelas ermidas de Senhora de Mércules, São Martinho e Santana (SALVADO 1980). (*)

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

Mesmo confirmando-se tal hipótese, a barragem não se poderia destinar ao abastecimento em água desse local, devido à diferença de cotas. Todavia, a finalidade mais provável da barragem seria a de fornecer água a uma *villa* localizada algures a jusante, ou para apoio a actividades mineiras.

4.7 - Barragem de Monforte

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 264,4 P = 308,4
- Concelho de Castelo Branco
- Afluente da ribeira da Farroupinha (afluente do Ponsul).

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 22). 4,8 km²

3 - Barragem de terra.

4 - Características geométricas iniciais

- Altura máxima (aproximada) 5 m
- Desenvolvimento 130 m

5 - Características geométricas dos vestígios (Fot. 22)

- Troço de aterro na margem direita
- Largura da brecha 20 m
- Características do aterro:

Matriz argilo-arenosa com calhaus rolados

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta barragem foi localizada pelos investigadores locais F. Henriques e J. Caninas (HENRIQUES *et al* 1990) e reconhecida pelos autores em 1990.

Os investigadores que a localizaram designaram-na por barragem do Represão, o que se terá devido à existência do curso de água Vale do Represão, que conflui com outro um pouco a montante do local da barragem. (*)

(*) Valores estimados a partir do reconhecimento dos vestígios (não foram obtidos levantamentos topográficos da barragem nem da albufeira).

A designação de barragem de Monforte substitui a de Represão, termo que se refere a uma estrutura pós-romana, constituída por blocos de xisto, localizada cerca de 600 m a montante.

Procuraram-se informações sobre os antecedentes da barragem junto da família Almeida Garrett, proprietária do Monte da Represa situado nas proximidades. Na documentação dessa família, não há referência à barragem, até porque é relativamente recente a posse daquele monte na família (há cerca de 80 anos). Obteve-se a informação de que “existem vestígios de mineração nas proximidades do monte, o que leva a admitir ter a represa sido construída pelos Romanos para utilizar a água no tratamento de minério. Não foram, porém, encontrados na zona vestígios de *habitats* romanos, nem de restos de cerâmica”. Adicionalmente, obteve-se a informação de que os vestígios de mineração correspondem a escórias. Admite-se que estas estejam relacionadas com forjas para fabrico e reparação de utensílios agrícolas.

Não há referências bibliográficas a *villae* nas proximidades desta barragem. Porém, foram achadas na freguesia de Monforte da Beira várias xorcas de prata e uma de ouro, as primeiras associadas a denários (VASCONCELOS 1920, p. 104). Outro tesouro encontrado na zona de Monforte da Beira era constituído por mais de 800 denários republicanos (PROENÇA 1910, citado por ALARCÃO 1988 b).

4.8 - Barragem da Lameira

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 249,8 P = 302,5
- Concelho de Vila Velha de Ródão.
- Ribeira do Ribeirão, afluente do rio Tejo.

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 23) 9,2 km²

3 - Barragem de terra.

4 - Características geométricas iniciais ‘

- Cota do coroamento 80 m
- Cota do talvegue 172 m
- Altura máxima (diferença das cotas anteriores) 8 m

(*) Valores estimados a partir dos vestígios.

- Desenvolvimento 380 m
- Volume do aterro 16 000 m

5 - Características dos vestígios (Fig. 25 e 26; Fot.23 a 25)

- Troços de aterro nas duas margens (mais longo o da margem direita).
- Largura da brecha na base 130 m
- Declive (V:H) dos paramentos (Perfil A-A, Fig. 26)
 - de montante 4/1
 - de jusante 4/1
- Características do aterro:
 - Matriz argilo-arenosa com blocos de xistos e grauvaques, mal rolados e mal calibrados.

6 - Características da albufeira, para a cota 180 m (Fig. 24)

- Área inundada 353 000 m²
- Volume armazenado 840 000 m³
- Desenvolvimento 1 330 m
- Volume do aterro 16 000 m³

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta barragem foi localizada pelos investigadores locais F. Henriques e J. Caninas e A. Henriques e reconhecida pelos autores em 1985 (HENRIQUES *et al* 1985; QUÍNTOLA *etal* 1986).

Trata-se de uma barragem de aterro, cuja estrutura se pode observar na secção executada recentemente junto do talvegue da ribeira do Ribeirão, com vista à passagem da água em situação de cheia, provavelmente onde existia uma brecha no aterro. Sobre o aterro existem numerosas azinheiras de grande porte.

Devido à largura do vale, a barragem apresenta grande desenvolvimento que excede largamente o das outras barragens de terra estudadas neste trabalho. O seu traçado singular, constituído por três troços rectilíneos, foi condicionado pela necessidade de adaptação à topografia do vale.

Para montante, espraia-se a área da antiga albufeira, vasta e denotando pouco assoreamento e onde se observam, próximo da barragem, duas noras antigas.

Um agricultor do local, nascido em 1905, informou não ter ouvido qualquer referência ao represamento de água pela barragem. Para

jusante, o vale é apertado e os terrenos não têm aptidão agrícola. Por outro lado, não se identificaram até ao presente estações romanas nas proximidades que pudessem ter beneficiado da água represada.

Os dois *habitats* romanos mais próximos até agora identificados localizam-se para montante da barragem, a 3 km a norte e 2,6 km a noroeste (Fig. 23), segundo informações prestadas pelos investigadores locais F. Henriques e J. Caninas. Pode, pois, aceitar-se que a barragem estivesse relacionada com a actividade mineira. Em reforço desta hipótese, cita-se o achado de uma xorca de prata e de fragmento de outra (semelhantes às de Monsanto e de Monforte), peças conservadas no Museu Nacional de Arqueologia (VASCONCELLOS 1920, p. 104).

4.9 - Barragem do Souto do Penedo

A barragem de Souto do Penedo situa-se a cerca de 2 km SE de Vila de Rei, na ribeira do Pisão (subafluente do Zêzere) num local com as seguintes coordenadas quilométricas Gauss: M = 200,3; P = 299,4. A área da bacia hidrográfica é de 5,3 km² (Fig. 27).

Não foram obtidas para este trabalho as plantas do local da barragem e da albufeira, pelo que não é possível apresentar a correspondente ficha descritiva.

Segundo informação localmente obtida, teria tido lugar, nos anos setenta, derrube de um grande troço do muro da barragem para a construção de um pontão da nova estrada, de Abrantes a Vila do Rei.

A única referência que se conhece desta obra é de FÉLIX 1985 (p.47). Este autor refere-se a uma importante represa no “penedo do Souto do Penedo”, seguindo hipoteticamente a água a partir deste local, através de um aqueduto, para a região de Milreu e talvez da Lousa e Cabecinha. Na sua opinião, a “Lomba das Torres” deve o nome às torres ou pilares do velho aqueduto». No reconhecimento efectuado não se identificaram, todavia, quaisquer vestígios desta obra. FÉLIX 1985 refere ainda a existência de outras represas que estariam relacionadas com explorações mineiras, nos ribeiros da Quinta das Laranjeiras, na de Codes, na de Souto e a outros aquedutos não especificados, o que o reconhecimento realizado pelos autores não confirmou.

É provável que, na realidade, a finalidade da barragem estivesse relacionada com a mineração, não só pela inexistência de so-

los a jusante para regadio (declives muito acentuados), mas também devido aos inúmeros vestígios de antiga actividade mineira existentes na zona.

A barragem situou-se numa zona do vale que se apresenta estrangulada em consequência de um grande afloramento granítico na margem esquerda da ribeira, que deu origem à designação toponímica “Souto do Penedo”.

O afloramento apresenta uma escarpa do lado da ribeira, a qual teria constituído o encontro esquerdo da barragem. Desta apenas restam dois curtos troços de *opus incertum*, um situado no topo do Penedo, junto à escarpa (Fot. 26), e outro colmatando uma pequena brecha no rochedo com cerca de 2 m de altura.

4.10 - Barragem de Alferrarede

A) CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

1 - Localização

- Coordenadas quilométricas Gauss M = 196,4 P = 280,0
- Concelho de Abrantes (distrito de Santarém)
- Ribeira de Alferrarede, afluente do rio Tejo.

2 - Área da bacia hidrográfica (Fig. 28) 39,7 km²

3 - Barragem de alvenaria (duplo muro com aterro intermédio).

4 - Características actuais (Fig. 29 a 31; Fot. 27 a 33).

- | | |
|--|--------|
| • Cota do coroamento | 52,62m |
| • Cota do talvegue | 39,11m |
| • Altura máxima (diferençatias cotas anteriores) | 13,5m |
| • Desenvolvimento | 55m |

5 - Características da albufeira, para a cota 52 m (Fig. 29)

- | | |
|---------------------|------------------------|
| • Área inundada | 88 000 m ² |
| • Volume armazenado | 147 000 m ³ |
| • Desenvolvimento | 700m |

B) OUTRAS INFORMAÇÕES

Na Carta Militar de Portugal, à escala de 1/25 000, esta estrutura encontra-se designada por “Ponte dos Mouros”. Embora tenha servido de ponte (mais propriamente ponte-represa), a sua atribuição ao

período de dominação árabe revela, apenas, uma conhecida tradição arreigada no imaginário colectivo.

Uma das primeiras obras que lhe faz referência deve-se a Diogo OLEIRO 1952, da qual se transcrevem os seguintes trechos (p. 289):

“...Da sua antiguidade, solidez e estilo deduziram os arqueólogos que os filhos do Islão a utilizavam, simultaneamente, como ponte e como barragem para irrigar os terrenos marginais”.

E toda construída de pedra e acha-se muito bem conservada, a despeito da sua remota origem. O leito do rio e as margens são de rocha.

A consulta do tombo de Manoel Estevão de Almeida Vasconcellos Rebelo Quifel Barberino, antepassado dos actuais proprietários da Quinta do Bom Sucesso, com data de 1887, apenas revelou referências isoladas do “Alto da Repreza da Agoa”.

Trata-se de uma estrutura constituída por um duplo muro, de alvenaria, com aterro intermédio. Tal tipologia é comum a barragens que durante o período filipino foram construídas em Espanha.

A barragem de Alferrarede tem a altura máxima de 13,5 m, o comprimento de 55 m e a espessura de 11 m. Junto do encontro esquerdo, do lado de jusante, observa-se um contraforte, com cerca de 1,5 m de comprimento e 1,0 m de espessura. Entre este e o talude daquele encontro, situa-se uma galeria que atravessa, perpendicularmente, quase todo o corpo da barragem, sem que a sua função esteja completamente determinada - Fot. 30. A abertura desta galeria no paramento de montante aparenta ter sido obturada, pelo que anteriormente a galeria poderia ter funcionado como descarregador de cheias.

Os muros de montante e de jusante, com uma espessura média de cerca de 2,00 m, apresentam-se constituídos de alvenaria de blocos arrumados, cuja argamassa não revela as características habituais das suas congéneres romanas.

O muro de montante é revestido no seu paramento aparente por blocos mais ou menos regulares com as juntas refechadas com argamassa que contém elementos de cerâmica obtidos por moagem, à semelhança do *opus signinum* romano. A utilização deste tipo de argamassa em obras pós-romanas não é frequente.

Os muros extremos da estrutura da barragem ultrapassam em altura o caminho de terra batida (daí o nome de ponte) que percorre o coroamento da barragem e corresponde ao enchimento intermédio em

aterro e servem, assim, de guarda àquele caminho. Junto do encontro da margem direita e encostado ao muro de jusante, situa-se um tanque ao qual se ligam duas caleiras que se prolongam pela margem esquerda - Fot. 32.

A água passa para jusante através de um rombo aberto na base da barragem, com os bordos superiores, a montante e a jusante, cobertos por água. Não há qualquer vestígio de guias para instalação de uma comporta, se se tratasse de uma descarga de fundo.

A planta topográfica da albufeira - Fig. 29 - e as Fot. 32 e 33 mostram assoreamento muito importante, com uma espessura que se poderá estimar em cerca de 4 m, sobre o terreno marginal a montante da barragem. O efeito da passagem da água pelo rombo na base da barragem é evidenciado na Fig. 29, pela superfície cónica dos sedimentos junto ao rombo.

Para a realização dos levantamentos topográficos, a Direcção-Geral dos Recursos Naturais promoveu, em 1988, uma operação de desmatização; figueiras, outras árvores e arbustos, nomeadamente silvas, impediam o reconhecimento - Fot. 27. Passados quatro anos, a vegetação voltou a crescer, impedindo novo reconhecimento.

A relativa modernidade desta construção foi reforçada pela descoberta, pelos autores, acompanhados por J. Candeias da Silva, em Abril de 1988, de restos de uma estrutura romana que antecedeu a barragem, no mesmo local. Trata-se de um muro de *opus signinum*, de cerca de 5 m de comprimento, desviado da vertical, situado na margem esquerda, a montante, mas sugerindo ter possuído idêntico desenvolvimento ao da estrutura actual. Este muro está assinalado na planta da barragem (Fig. 30); vestígio análogo, mas de menor comprimento, encontra-se na margem direita - Fot. 28 e 29.

Julga-se, pois, demonstrada a origem romana da “ponte represa” de Alferrarede, aliás já suspeitada por J. Candeias da SILVA, 1986, quando afirmava: “em face da descoberta de uma “nova” estação romana a jusante, hipotética *villa*, era possível que os fundamentos da chamada ponte-represa fossem mesmo romanos”.

Se a finalidade dessa primitiva estrutura se poderia relacionar com o abastecimento à referida *villa*, localizada a 850 m, a sul, (não obstante o volume de armazenamento da albufeira, de 147 000 m³, parecer excessivo para o efeito) já a da construção moderna que actualmente ali se encontra é mais problemática. Deveria servir essencialmente, à semelhança de outras congéneres hispânicas do período filipino, para produção de força motriz, como sugere a existência de restos de um

moinho de roda horizontal encostado ao muro de jusante (lado direito do talvegue). Serviria ainda para a rega dos campos, se bem que talvez não tivesse sido esse o objectivo primordial da sua construção.

4.11 - Presa de Penamacor

A barragem *{Presa}* de Penamacor situar-se-ia a cerca de 5 km NE de Penamacor, na ribeira da Presa (subafluente do Erges), num local suposto com as seguintes coordenadas quilométricas Gauss: M = 359,2; P = 286,1.

Nas cercanias indicadas da carreira de tiro da guarnição militar de Penamacor podem observar-se duas grandes sanjas mineiras, muito provavelmente de origem romana: a Corta da Presa e o Covão do Urso. Estas sanjas fizeram parte de um prédio rústico denominado “Couto da Arrancada e Monsanta” tal como se deprende da doação feita ao Ministério da Guerra, em 4/12/1903, no Cartório Notarial de Penamacor, dos terrenos para a instalação da Carreira de Tiro e suas dependências (LOBATO 1982).

Têm sido numerosos os traços da presença romana encontrados até agora nos terrenos deste antigo couto. Num local sobranceiro à ribeira da Bazaguedinha encontraram-se nos anos trinta “pedestais de coluna, bocados de fustes e capitéis de granito” de provável origem romana. Na serra de “Monsanta”, contígua à Carreira de Tiro, foi encontrado, em 1948, um tesouro monetário romano, constituído por denários consulares, tendo também o Padre João Lobato recolhido naquela zona “fragmentos de tégula, de tijoleiras, de atafonas, de urnas funerárias e de colunas” (LOBATO 1982, p. 165).

Segundo José Manuel LANDEIRO (1938, p. 170-173), o primeiro “dono ou senhor” do Lago da Presa foi Salvador Taborda Negreiros (1584-1626). Indica-se no Título Geneológico da Lamília Taborda que, no tempo deste proprietário, o lago rebentou. Aquele autor menciona que, de acordo com a tradição lendária, “o lago necessitava, de quando em quando, ser sangrado, caso contrário rebentaria. Para isso, havia um encarregado para proceder a essa operação. Sucedeu, porém, que num dia de festa, em Penamacor, o sangrador se demorou na vila. O lago rebentou e a detonação foi ouvida na vila! “*{idem}*, p. 171).

Landeiro menciona que, de acordo com o Título Geneológico da Lamília Taborda, o lago seria “mais de divertimento do que de interesse, porque muitas vezes, se tentou tapar o lago para fazerem

engenhos e moendas. O lago ficava a meia légua do sítio da Carreira de Tiro, onde ainda se podem admirar os seus restos. Tinha de comprimento cerca de meia légua”.

De acordo, ainda, com Landeiro 1938, o Dr. Francisco Taborda Negreiros, proprietário do Lago a partir de 1711, fez grandes despesas na Presa, havendo conduzido para ali pedras que mandou lavar e tendo mandado vir do Alentejo mais de sessenta moios de cal. O mesmo autor refere um manuscrito datado de 1885, da autoria do Dr. Adelino Galhardo, em que se encontra escrito que no Lago da Presa, ainda nesse ano, se encontrava grande porção de cal soterrada, provavelmente restos da que mandou vir o Dr. Francisco Taborda. José Manuel LANDEIRO (1938, p. 173) afirma ainda que o lago desapareceu “mas ainda se pode admirar os Covões do Urso, que faziam parte do referido lago”.

A Presa aparece também citada em 1758 pelo Pároco de Santa Maria de Penamacor, no Dicionário Geográfico, do seguinte modo: “na distância de meia légua, para a parte nordeste está entre colmados montes um grande lago chamado a Presa, que conserva abundantes águas em todo o tempo, mas sem especial qualidade”. Diz ainda que “Antigamente estava tapado com forte muro de alvenaria, serviam-se das suas águas os engenhos de Pisões, Moinhos e Cubos; porém rebentando a parede que suspendia as águas, com o peso delas alagou todos os engenhos de que ficaram alguns alicerces” (*in* LOBATO 1982, p. 168).

Várias questões suscitam as informações contidas na documentação citada (Dicionário Geográfico e Título Genealógico da Família Taborda). Na primeira obra indica-se que a Presa se situa a meia légua de Penamacor para NE. Na segunda, que o lago ficava a meia légua do sítio da Carreira de Tiro. Uma vez que uma légua são cerca de 5 km, nunca tal localização poderá coincidir com o topónimo “Presa” da Carta Militar de Portugal (folha 248), onde se situa efectivamente uma grande corta ou sanja mineira. Por outro lado, os Covões do Urso referidos por J. M. Landeiro e representados naquela carta militar não só se encontram a uma cota muito superior à da ribeira para onde drenam, como se encontram a cerca de 500 m da Carreira de Tiro.

Finalmente, há que referir ser muito pouco provável que a citada Presa tivesse sido de feitura romana devendo, na realidade, ter sido construída por Salvador Taborda Negreiros em inícios do século XVII, considerado o primeiro “dono ou senhor” do Lago.

Nenhuma referência existe a qualquer barragem pré-existente a esta última, se bem que as cortas actualmente visíveis sejam prova evidente de grande actividade mineira a céu aberto, em épocas remotas.

Segundo LOBATO 1982 (p. 172), “um dos caprichosos montões de terra que ficaram para “modelo” na Corta Grande conserva ainda o nome de “Cabeço da Mina”.

De acordo com os elementos recolhidos, é de concluir:

- a barragem designada por “Presas” terá sido construída no início do século XVII;
- existem discrepâncias sobre a sua localização exacta segundo os testemunhos constantes das diferentes fontes consultadas.

No decurso dos reconhecimentos aerofotográfico e de terreno, efectuados pelos autores deste estudo, não se encontrou qualquer traço da referida barragem.

5 - ASPECTOS RELEVANTES DAS BARRAGENS ESTUDADAS

5.1 - Barragens romanas de aterro

5.1.1 - *Barragens de aterro pré-romanas e romanas doutras regiões*

Para enquadrar os aspectos relevantes das barragens romanas de terra do distrito de Castelo Branco, apresentam-se exemplos característicos de barragens de aterro (de terra e de enrocamento) pré-romanas e romanas e ainda de outras barragens antigas notáveis.

Tais exemplos são extraídos sobretudo do estudo da evolução de barragens de aterro até à actualidade, de que é autor SCHNITTER 1988.

A construção de barragens de aterro iniciou-se no Médio Oriente há cerca de 5000 anos.

Está bem documentada a barragem de Jawa (construída cerca de 3000 anos a. C.) destinada a criar uma albufeira para alimentar de água a cidade do deserto de Jawa, cerca de 100 km a nordeste de Amman, na Jordânia. Trata-se de uma estrutura de aterro, complexa, com um núcleo central constituído por duplo muro de alvenaria com aterro intermédio, a qual, após alteamento, atingiu a altura de 5,5 m e a largura máxima na base de 23 m.

Merece referência especial a barragem de Kaffara (2600 a. C.), num pequeno afluente do Nilo, destinada a proteger um porto no Nilo das cheias desse afluente. Era constituída por um núcleo sobredimensionado, de areia siltosa e seixo, e por maciços laterais de enrocamento com o paramento de jusante revestido de blocos de pedra aparelhados. Tinha a altura máxima de 14 m e foi destruída por galgamento durante a construção.

A barragem de Kofini (1300 a. C.), na Grécia, tinha como objectivo desviar a água das cheias a fim de proteger a cidade micênica de Tirinto. Estando ainda intacta, o seu perfil interno não é conhecido, mas a excessiva largura da barragem na base (cerca de 6 a 10 vezes a altura máxima de 10 m) leva a supor ter perfil homogéneo.

A barragem de Marib serviu para a rega do norte do Iémen entre o século VI a. C. e o século VII d. C. Os vestígios levam a admitir tratar-se de uma barragem de terra de perfil homogéneo, que, no seu estágio final, atingiu 20 m de altura e 680 m de desenvolvimento.

Com vida longa, comparável à barragem de Marib, foi construída antes desta, no México, a de Puron, a qual, ao longo de 1800 anos, sofreu sucessivos alteamentos, para alturas de 3, 7, 10, 18 e 19 m. Dois desses alteamentos foram obtidos por meio de células de alvenaria cheias de solo arenoso compactado. No estágio final atingiu a altura de 9 m e a largura na base de 105 m.

Na mesma época teve lugar a construção de barragens de aterro noutras regiões. Por exemplo no Sri Lanka, entre 380 a. C. e 80 d. C. foram construídas barragens de terra de perfil homogéneo com desenvolvimentos excepcionais, com o máximo de 8,6 km. Estas barragens eram dotadas de descarregadores e de notáveis estruturas para permitir a saída da água, constituídas por condutas e por poços para instalação de comportas, situados no paramento de montante da barragem.

A barragem mais alta do Sri Lanka tinha a altura de 17 m (foi alteada com mais 17 m no ano 460 d. C.).

Embora desde muito cedo tenham sido construídas barragens na China, só se encontraram vestígios importantes das construções realizadas a partir do século III a. C. As mais antigas barragens de terra chinesas, com importância, são as de Qianlubei e Marenbei (48 a 32 a.C.) - LIANDI 1991.

A barragem de Marenbei, com cerca de 15m de altura e 820m de desenvolvimento, era de perfil homogéneo, de solo argiloso. Era dotada de descargas para saída da água e de descarregador de superfície.

Pouco posterior à época romana é a importante barragem de Fushan, de terra, de que há registos escritos e vestígios de dois troços (LIANDI 1991).

A barragem, situada no rio Huai, 150 km a norte de Nanning, teria a altura aproximada de 30m, o volume de aterro de $2 \times 10^6 \text{m}^3$ e criaria uma albufeira de $10\,000 \times 10^6 \text{m}^3$.

A sua finalidade era bélica: a de inundar a povoação de Shouyan, a montante, para desalojar a sua forte guarnição militar.

O fechamento do rio foi tentado, sem êxito, no ano de 514 d.C. e conseguido no ano seguinte pelo lançamento de caixas de pedra, de dezenas de milhares de toneladas de ferro e outros materiais.

A barragem tinha dois descarregadores de superfície, um com 70 a 80 m de largura e 10 m de profundidade. Não obstante, a barragem foi galgada no ano da conclusão (515 d. C.), tendo deixado escoar rapidamente o volume de $10\,000 \times 10^6 \text{m}^3$, o que deu origem a um ruído que «troava como trovão e podia ser ouvido a 150 km de distância» e provocou severos danos a mais de 10 000 habitantes a jusante.

Os Romanos construíram, de preferência, barragens constituídas por muros, muito frequentemente reforçados por contrafortes. SCHNITTER 1988 afirma que os Romanos nas suas poucas barragens de terra sempre introduziram um elemento de alvenaria, frequentemente um muro de retenção de água a montante.

Exemplos deste tipo de solução são as importantes barragens de Alcantarilla e Proserpina em Espanha. Nesta última barragem, o muro a montante do aterro é reforçado por contrafortes, para montante, com a finalidade de obstar ao derrube no caso de esvaziamento, devido à pressão da água instalada no aterro (Fot. 34). Uma variante àquela solução é a barragem de Cornalbo, também em Espanha; em vez de muro a montante, são utilizadas células de alvenaria inseridas na parte de montante do aterro. Estas três barragens destinavam-se ao abastecimento populacional e estão ainda em funcionamento, embora, com outra finalidade, a rega.

A afirmação de Schnitter anteriormente citada está em contradição com a notícia de VITA-FINZI 1961 (*in* QUÍNTELA *et al* 1986) de barragens de terra construídas pelos Romanos em vales largos na Tripolitânia (Líbia). Tais barragens eram providas, nos dois extremos, de descarregadores de superfície, de alvenaria, que constituem os únicos vestígios dessas barragens. Aquela afirmação de Schnitter é também contrariada por referências mais recentes a barragens romanas de terra.

É o caso das barragens de Sergiopolis, na Síria, de Lostugun, na Anatólia, e das barragens da zona mineira de Rosia Montana (Roménia).

A barragem de Sergiopolis, de perfil trapezoidal e altura actual de 1,7 m e com a base do lado de montante protegida por enrocamento, destinava-se a promover a entrada de água do rio para o canal de alimentação das cisternas que abasteciam a cidade de Sergiopolis, actualmente Resafa (CALVET e GEYER, 1992; GARBRECHT 1991b, p. 248).

A barragem de terra de Lostugun na Anatólia, tem a altura de 12 m, a largura no coroamento de 20 m e destinava-se à rega (GARBRECHT 1991a). Situava-se numa zona em que o rio se divide em dois braços separados por um maciço calcário. A barragem era constituída por duas partes (com 60 e 70 m de desenvolvimento), estando muito bem conservada a parte direita e destruída a parte esquerda. Era provida de um descarregador de cheias em túnel horizontal, de 1,50 m² de secção, escavado no maciço calcário. GARBRECHT (*idem*, p. 98) sublinha que considerar-se esta barragem como construída na Antiguidade Tardia é mais suposição do que certeza.

Segundo BOTZAN *et al* 1991, conservam-se, ainda hoje, na região de Rosia Montana (Roménia) seis barragens de terra originariamente construídas pelos Dácios, que utilizavam a água das respectivas albufeiras para a lavagem de minério aurífero. As barragens represam água na actualidade, devendo-se a sua boa conservação aos restauros promovidos pelas populações que sucessivamente procederam à exploração de ouro na região, entre as quais os Romanos.

Regista-se que relevos do *forum* de Trajano, em Roma, representam a retirada de ouro e prata da Dácia. Segundo BOTZAN *et alii* 1991, investigações recentes permitem supor que Trajano retirou da Dácia 150 t de ouro e 300 t de prata, com o que financiou obras sumptuosas. Este imperador retomou a exploração das minas de Alburnus Maior (hoje Rosia Montana).

BOTZAN *et alii* descrevem as barragens de terra de Mare, Tzari-nei, Corna, Brasilor, Anghe e Silistea. A barragem de Mare é a de maior altura (25 m) e a sua albufeira a de maior capacidade (160 000 m³). É interessante notar que estas barragens foram construídas numa região com precipitação anual média de 780 mm, que se não afasta da correspondente à região das barragens estudadas neste trabalho.

Assinala-se que se não encontra justificação para os perfis transversais que algumas destas barragens apresentam. É o caso dos

paramentos de montante com grandes declives 1:1, 2:1 e 3:1 (V:H), que parecem dever comprometer a estabilidade da barragem em caso de esvaziamento da albufeira. Também se apresenta anómalo o perfil transversal da barragem de Mare: com a impermeabilização a jusante, por meio de revestimento do paramento de jusante por um muro de alvenaria, apoiado em três contrafortes.

E referida a existência actual de descarga de fundo nas barragens de Mare, Tzarinei, Corna e de descarregador de superfície nessas barragens e na de Brasilor.

Para a barragem de Tzarinei é referido expressamente que aqueles órgãos foram construídos em 1749. A construção das descargas de fundo será muito provavelmente pós-romana também nos outros casos e, seguramente, no caso da barragem de Corna em que o tubo da descarga de fundo é de aço.

Aliás, depois da descrição individual das barragens, BOTZAN *et al* 1991 referem que “Embora as barragens da região de Rosia Montana tenham adquirido o actual aspecto na segunda metade do século XVIII, não se deve esquecer que sua origem se situa cerca da data do nascimento de Cristo”.

Do que foi dito relativamente à escassez de barragens comprovadamente romanas exclusivamente de terra, pode concluir-se da importância das barragens romanas do distrito de Castelo Branco.

E interessante assinalar que na Ásia, nomeadamente no Japão, Sri Lanka, China e Índia, se continuaram a construir, durante a Idade Média (europeia), importantes barragens de aterro, muitas de perfil homogéneo, algumas com altura superior a 30 m (SCHNITTER 1988).

Por seu turno, na Europa, foi necessário que decorresse quase um milénio após a época romana para se retomar a construção de barragens que promovessem a criação de albufeiras, ainda que barragens de derivação tenham sido frequentemente construídas. Fazem excepção, na Idade Média, barragens de alvenaria, construídas em Espanha, de que se destacam as barragens de Almansa (1384) e Almonacid de Cuba (anterior a 1431) e pequenas barragens de terra construídas em várias partes da Europa, para rega, piscicultura e accionamento de rodas hidráulicas (ORDONEZ 1984, p. 12; SCHNITTER 1988, p. 29).

5.1.2 - *Tipologia das barragens de terra estudadas*

Das seis barragens romanas de terra estudadas no distrito de Castelo Branco, as de Egitânia, Lameira e Orca são as que possuem o conjunto de características mais notáveis

Características	Egitânia	Lameira	Orca
Altura (m)	H	8	6
Desenvolvimento (m)	110	380	145
Volume de aterro (m ³)	12 000	16 000	8 700
Volume da albufeira (m ³)	180 000	840 000	51 000

Segundo as indicações disponíveis e como mais pormenorizadamente será analisado na alínea 6.3, serão confirmadamente romanas as da Egitânia e da Orca, acabadas de mencionar, e as da Lajinha e do Rochoso, havendo menor evidência nesse sentido quanto à da Lameira e, sobretudo, à de Monforte.

As barragens de aterro estudadas têm traçado em planta rectilínea, salvo a da Lameira, com traçado poligonal, devido ao seu maior desenvolvimento (380 m) e à necessidade de adaptação à topografia.

Os taludes dos paramentos têm declives variáveis, em geral, mais suave o de montante, podendo o de jusante apresentar-se bastante áspero (relação entre comprimentos na vertical e na horizontal de 1: 1,7 a 1: 1,1 - Fig. 32) como no caso das barragens da Lajinha, Orca e Egitânia, o que poderá dever-se à erosão pluvial.

As barragens apresentam brechas na zona do talvegue que evitaram a destruição dos troços restantes pela acção das cheias.

Não foram encontrados vestígios de descarregadores de superfície e de descargas de fundo.

O aterro, cuja estrutura está aparente nos taludes das brechas, é sensivelmente homogéneo, embora a sua constituição seja diferente em várias barragens, em consequência das diferentes características dos solos localmente disponíveis.

Assim, é essencialmente constituído por saibros graníticos (Lajinha, Orca e Rochoso), por matriz argilosa com calhaus rolados (Monforte) e por matriz argilo-arenosa com elementos de xisto de

dimensões variáveis (Egitânia) ou com blocos rolados de xisto e grau vaque (Lameira).

Na barragem da Egitânia, o aterro, de matriz argilosa, apresenta, nas zonas em que os elementos de xisto são de pequena dimensão, e de forma lamelar, forte coesão.

Revela, assim, uma boa técnica de execução, com adequadas condições de adição de água e de compactação.

Poderia dizer-se que, de certo modo, foi exemplo precursor da técnica da utilização de xistos no aterro de barragens, que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil veio a desenvolver nos anos sessenta.

Assim se explica que o talude de jusante, que está desnudado de vegetação, apresente um talude de 1:1,1, sem se notarem vestígios de erosão acelerada.

Os taludes das barragens estão, em geral, defendidos da erosão por vegetação variada, desde a de pequeno porte (vegetação herbácea e arbustiva) a árvores.

5.2 - Barragens romanas de alvenaria

As barragens romanas de alvenaria estudadas nesta obra são a de Nossa Senhora de Mércules e a do Souto do Penedo, esta com vestígios muito escassos, mas que permitem supor ter tido altura superior a 10 m.

A barragem de Nossa Senhora de Mércules está mal conservada, é de pequena altura e não tem aspectos relevantes que se comparem com as de algumas das barragens romanas de alvenaria reconhecidas em Portugal a sul do Tejo.

5.3 - Barragem de Alferrarede

Os aspectos mais relevantes da barragem de Alferrarede são a sua estrutura, de duplo muro de alvenaria com aterro intermédio, relativamente em bom estado de conservação, altura de 13,5 m e considerável volume da albufeira, de 147 000 m³. Esta barragem, que também serve de ponte (ponte-represa), tem analogias com a barragem da Represa (Gavião), cujos muros estão desmoronados na sua maior parte e de que não restam vestígios do aterro (QUÍNTELA *et al* 1986, p. 108-112).

Dada as analogias dessas duas barragens com as de Madrid e de Antígola, mandadas construir por Filipe II de Espanha, não é de excluir

que datem dessa época, podendo terem sido seus autores engenheiros hidráulicos célebres que Filipe II fez deslocar a Portugal, como Juan Bautista Antonelli e Leonardo Turriano (QUÍNTELA *et al* 1986, p. 34 - 35, 108-112). Trata-se de hipótese que carece de ser comprovada por estudo arqueológico e documental; no entanto, foi aceite, com as devidas reservas por GARCIA TAPIA 1985.

6 - OCUPAÇÃO ROMANA DA REGIÃO

6.1 - Território e rede viária

A área do estudo localiza-se no território da província romana da Lusitânia, criada por Augusto, que teve como capital *Colonia Augusta Emérita* (ou *Colonia Iulia Augusta Emérita*), a actual cidade de Mérida.

J. ALARCÃO 1988a apresenta uma descrição sucinta do que terá sido a reorganização administrativa do território português efectuada no tempo daquele imperador, que terá consistido não só na criação da província da Lusitânia, mas também na fundação de novos centros urbanos, na urbanização de *oppida* pré-existentes e na delimitação dos *territoria* das diferentes *civitates*. A inscrição da ponte de Alcântara menciona onze dessas *civitates*, uma das quais se refere aos *Igaeditani*, que tiveram a sua capital em *Egitania* (a actual Idanha-a-Velha).

Esta cidade, criação de Augusto, já existia em 16 a. C. *cit.*, p. 35) tendo sido um simples *oppidum* governado por quatro mais tarde, na época de Vespasiano, foi elevada a *municipium*.

Constitui, sem dúvida, o principal aglomerado urbano dentro da área objecto de estudo deste trabalho. O limite sul do território desta *civitas* era o Tejo, os limites nascente a poente eram definidos respectivamente pelo rio Erges e pelas serras da Gardunha e Muradal. O limite norte é difícil de traçar, se bem que seja definido pelos dois *termini augustales* (padrões) encontrados em Salvador (Penamacor) e em Peroviseu (Fundão). Verifica-se, assim, que sete das oito barragens estudadas no distrito de Castelo Branco se localizariam na *civitas* dos *Igaeditani*.

Na Fig. 33 apresenta-se a localização das estações romanas descritas e cartografadas por J. ALARCÃO 1988b na região de implantação das barragens estudadas, bem como a rede viária identificada até finais dos anos 80 (*idem*, 1988a).

Verifica-se que cinco das barragens se situam em áreas fortemente romanizadas, em que, além da agricultura, se praticou a actividade mineira. Uma das razões que pesam para a selecção do local de implantação da cidade de Egitânia poderá mesmo ter sido a riqueza de toda a região em ouro de aluviões (*idem*, 1988a).

No que respeita a rede viária romana desta zona, a via de maior importância corresponde, sem dúvida, à que, vinda de *Emerita Augusta*, passava por Egitânia, seguindo daqui para Viseu.

Neste último troço, essa via, após atravessar a ribeira de Meimoa, afluente do Zêzere passaria pelo *vicus Talabara*, que corresponde à actual povoação de Capinha (*idem*, 1988a). A barragem de Egitânia situa-se nas proximidades imediatas desta via, enquanto que as barragens do Rochoso, da Lajinha e da Orca distam dela, respectivamente cerca de 5, 8 e 7 km.

Na Fig. 33 podem observar-se vários cruzamentos desta via principal com outras. Um desses cruzamentos corresponde a uma estrada que parte na direcção de Penamacor, passando de seguida no *vicus Venia* (Cabeço do Lameirão), após o atravessamento da ribeira de Meimoa, seguindo para norte. De Egitânia partiam outras duas vias: uma para *Lancia Oppidana*, que Jorge de Alarcão (informação pessoal de 1993) julga situar-se em Portugal actualizando opinião anterior (*idem*, 1988a), e outra com destino a Castelo Branco, verificando-se passar nas proximidades imediatas da barragem de N. Senhora de Mércules. Naquela cidade dar-se-ia o cruzamento desta via com outra vinda do norte, que passaria pela capital dos *Tapori*, antes do atravessamento do Zêzere, por *Ocellum*, entre este rio e a ribeira de Meimoa, e por outros *vici* ou *castella*. Descia para sul, inflectindo, antes do Ródão, para ponte, com destino a *Aritium Vetus*, já na margem esquerda do Tejo. A barragem da Lameira dista menos de 4 km desta via.

A maioria das estações romanas representadas na Fig. 33 corresponde a diversos tipos de *habitat*, principalmente a *villae*, *vici* e *castella*.

6.2 - Actividade agrícola

As *villae* eram o equivalente às actuais quintas, constituindo, pois, um tipo de *habitat* directamente relacionado com a actividade agrária e pecuária, podendo ter havido casos em que os seus proprietários se

tivessem também dedicado a actividades de outra natureza, como a exploração mineira.

A paisagem beirã egitaniense, se bem que apresentando particularismos próprios, deve ter sido determinada no período romano pelas três componentes essenciais que caracterizam o espaço geográfico romanizado: o *Ager* ou área agrícola, por excelência; a *Silva* ou área de mata pouco antropizada e o *Saltus* ou área de charneca ou de mata muito intervencionada pelo Homem, com predominância da actividade pastoril, localizando-se, em geral, numa situação intermediária entre as duas primeiras.

O *Ager* ibérico foi essencialmente um espaço de sequeiro caracterizado pela tipologia mediterrânica: cereal, olival e vinha.

Todavia, a agricultura de regadio esteve quase sempre presente, se bem que limitada, em geral, a área muito mais restrita. Segundo LEVEAU 1987, pode depreender-se dos textos de Varrão e de Columela que as culturas hortícolas eram consideradas como uma “especialização suburbana intensiva”. Do estudo de geografia rural antiga feito por este autor na região da antiga cidade romana de Cesareia de Mauritània pode verificar-se repartirem-se as estruturas hidráulicas reconhecidas (tanques, barragens, captações, etc.) ao longo de uma cintura em torno da cidade.

Se esta paisagem hortícola era comum nos arrabaldes dos centros urbanos, também o deve ter sido nas áreas adjacentes das *villae*. Neste caso os produtos desta agricultura de irrigação reverteriam para o autoabastecimento das *villae* e, no caso de estas se encontrarem na periferia de centros urbanos, para esses centros (NAVARRO 1989).

Pouco se sabe quanto à natureza das culturas de regadio. Vários autores clássicos (Plínio, Columela e Justino) referem-se à irrigação da vinha na Península Ibérica (*op. cit.*), se bem que esta cultura predominasse na situação de sequeiro. Árvores de fruto foram também, certamente, irrigadas. Plínio refere-se à cultura de alcachofras nos arredores de *Corduba* e de alface nos arredores de *Gades* (*op. cit.*). Descrição mais pormenorizada das culturas de regadio é dada por Santo Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.), nas suas *Etimologiae*. Nesta obra, cita-se que nas hortas do Sul peninsular se cultivavam muitas plantas, como a couve (*caulis*), o nabo (*napus*), o rabanete (*rabanus*), o aipo (*apium*), a alface (*lactuca*), o alho (*alium*), o feijão verde (*phaselus*), o

pepino (*cucumis*), a abóbora (*cucurbita*), o espargo (*asparagus*), etc. (VENTURA 1989). Também se refere um tipo de uvas pela designação de ⁴⁶*uvae suburbanae*” (porque se cultivavam nos subúrbios das cidades) que eram muito possivelmente produto de cultura irrigada (*op. cit.*).

Os sistemas de irrigação romanos na sua maioria devem ter-se alimentado a partir de nascentes e de captações em poços e rios, mediante a utilização de sistemas elevatórios. Santo Isidoro cita três tipos distintos: a *ciconia* (a tradicional cegonha), o *girgillus* (cilindro com corda enrolada ou sarilho) e a *rota* ou *austra* (tipo de nora) (VENTURA 1989). Outras fontes de alimentação hídrica utilizadas pelos Romanos foram os açudes e as barragens de retenção, obras construídas em cursos de água, a partir das quais partiam canais de adução às áreas de irrigação (QUÍNTELA *et al* 1986, 1991).

6.3 - Actividade mineira

“É notável que por todo o aro de Monsanto apareçam com frequência denários da idade consular. O povo já os conhece perfeitamente ...” (VASCONCELOS 1917, p.305).

Tal riqueza deverá explicar-se, ao menos em parte, pela ocorrência de explorações mineiras. HIPÓLITO (1960/61) noticia o achado no concelho de Penamacor de dois tesouros monetários, ambos constituídos por denários republicanos e de Augusto, um no Carregai, freguesia de Águas, e outro na Barroca do Antero, perto de Aldeia do Bispo. Existirá, pois, com grande probabilidade, uma relação directa entre a exploração mineira ali testemunhada e este tesouro.

HIPÓLITO 1960/61 refere, também, vários achados de tesouros monetários no concelho de Idanha-a-Nova:

- em Idanha-a-Nova, cerca de 10 kg de moedas de bronze do Baixo Império;
- nas proximidades de Idanha-a-Velha, denários republicanos;
- no sítio de Atalaia, herdade do Poço do Salvado, a 5 km de Monsanto, denários republicanos, dentro de um vaso de prata,

Noticia ainda aquele autor o achado no concelho de Castelo Branco, na freguesia de Monforte da Beira, “juntamente com xorcas de prata, de denários da República romana” (*op. cit.*, p.71).

No concelho de Proença-a-Nova, no sítio designado por Castelo do Chão do Trigo, freguesia de Peral, foram achados, cerca de 1712, mais de 300 denários imperiais, como HIPÓLITO 1960/61 indica ter sido registado nas *Memorias Parochiaes de 1758*.

Outros locais em que foram achados tesouros monetários romanos, com interesse para este estudo, são os seguintes (HIPÓLITO 1960/61):

- em Alcaide (Fundão), pequeno tesouro de denários com legenda ibérica;
- em Sendinho da Senhora (Oleiros), conjunto constituído por mais de 100 denários, dos quais os 79 examinados eram republicanos.

No concelho de Penamacor, perto das “cortas da Presa”, foram encontrados numa vasilha de barro, 60 denários, os quais, tendo sido estudados por Elias Garcia, revelaram ser 36 consulares, 4 de Marco António e 17 de Augusto (ALBERTOS e BENTO 1977, p. 1203). A cronologia deste tesouro é análoga às duas anteriores.

A riqueza da região na época romana encontra-se, ainda, bem expressa pelo achado de objectos preciosos, como os que constituem o conhecido tesouro funerário da Lameira Larga, limite de Aldeia do Bispo, concelho de Penamacor, do século I d.C. Sobressai a conhecida pátera de prata representando a cena mitológica da expedição de Perseu (ROCHA 1909). Pela tipologia de uma lucerna que acompanhava o conjunto, VASCONCELOS (1920, p. 107) situa-a entre os séculos I a. C. e I d. C.

Por se relacionar com a *villa* de S. Lourenço, a jusante da barragem do Rochoso, menciona-se, também, a existência de uma *bulia* de ouro, encontrada em uma sepultura do século I d. C., pertencente por certo à necrópole da dita *villa*, bem como moedas, anéis e brincos de ouro, de outras sepulturas (ALMEIDA e FERREIRA 1956, 1968).

No Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior, em Castelo Branco, conserva-se um conjunto de joias de prata - xorcas e fíbulas - encontradas num esconderijo ao pé das muralhas de Monsanto da Beira (VASCONCELOS, 1920, p. 102). Estas peças estavam associadas a denários republicanos dos séculos III - I a. C. O mesmo autor cita o aparecimento de outros objectos valiosos no aro de Monsanto, como

um conjunto de 73 denários republicanos e de um vaso de prata que os continha, na herdade do Poço do Salvado, a cerca de 5 km de Monsanto.

A ara encontrada na zona de Monsanto e dedicada a Júpiter, em acção de graças pela recolha de 120 libras (cerca de 40 kg) de ouro pelo consagrante, que recebeu a cidadania provavelmente de Cláudio, bem demonstra o que ficou dito. ALARCÃO, na síntese que apresenta sobre a mineração romana em Portugal, refere que, como aquele, “muitos outros proprietários haveria, na Beira Baixa, enriquecidos por explorações privadas deste metal” (*op. cit.* 1988, p. 127).

Pode verificar-se, pelos elementos expostos, que a larga maioria dos achados remonta ao século I a. C. ou ao século seguinte; desta forma, associando-os com as explorações mineiras, estas terão, também, finalizado ou reduzido a sua importância no decurso do século II d. C. O luxo destes objectos prova a riqueza dos habitantes - da tribo *Igaeditani* - certamente enriquecidos pelas explorações mineiras da região enquanto elas existiram.

Com efeito, é conhecida de há muito a riqueza aurífera do Tejo e dos seus afluentes, na região em estudo. Plínio o Velho no capítulo XXII do quarto livro da sua *História Natural* refere que “as areias deste rio (do Tejo) são ricas e abundantes de ouro...” (*in* LANDEIRO 1938, p.75). Segundo este autor, no Dicionário Geográfico do P.^e Luís Cardoso há duas referências à exploração de ouro no Tejo, uma relativa à Amieira, outra a Malpica. A procura de palhetas de ouro prolongou-se até época recente, apenas a tendo interrompido a subida das águas em resultado da construção da barragem de Cedilho (LANDEIRO 1938, p. 76).

As afirmações de Plínio encontram-se, pois, não apenas documentadas em tempos recentes, mas também por vestígios coevos.

Na área que interessa a este estudo, SCHWARZ 1936 (p. 36) refere ter encontrado “vestígios de explorações auríferas romanas... nos aluviões dos rios Baságueda, Erges, Aravil e Ponsul e dos diversos afluentes do Erges e do Tejo, nos sítios de Monfortinho, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, etc.”

O mesmo autor refere ainda (*op. cit.*, p. 36):

“Estes vestígios de trabalhos romanos podem-se dividir em duas categorias:

1º - Trabalhos a céu aberto; e

2º - Trabalhos subterrâneos.

Aos primeiros pertencem as grandes escavações existentes no sítio da Carreira do Tiro, perto de Penamacor, e os montes de pedras aluviais alinhados nas beiras do Erges, no sítio das Caldas de Monfortinho, numa extensão de alguns quilómetros.

Aos segundos pertencem as antigas galerias subterrâneas que existem na região de Rosmaninhal, nos sítios do Cabeço do Mouro, Couto, Minas, Santa Marinha, Algarves, Fonte Santa, Cubeira, etc.”

Segundo Schwarz, os muitos pesquisadores de ouro que reconheceram essas galerias não encontraram “uma só fractura filoniana de quartzo aurífero”. Assim, as galerias serviam de “canais para onde as águas, arrastando as terras auríferas, eram encaminhadas por meio de poços de comunicação”, sendo o ouro depositado nas galerias, o que assegurava protecção contra o roubo durante a exploração. Os poços de comunicação, segundo aquele autor, eram na época reconhecíveis com nitidez.

Cita LOBATO 1982 (p. 171): “Na Bazaguedinha ainda eu assisti, muitas vezes, a este género de procura de ouro feito por homens das Aranhas e do Salvador.” CARVALHO e FERREIRA 1954 referem a importância aurífera dos aluviões do Erges, onde, na época, se encontravam registadas diversas concessões na freguesia de Salvaterra do Extremo.

Ainda em 1825, o Barão de Eschwege referia num relatório “a actividade dos povos da região que apanhavam o ouro da terra, vendendo-o aos ourives das vilas próximas” (*in* CARVALHO e FERREIRA 1954, p. 28). Na área em estudo, os vestígios mais espectaculares observam-se na região de Penamacor, próximo da Carreira de Tiro. Trata-se das “cortas da Presa”, segundo a designação de ALBERTOS e BENTO 1977. Dali se retiraram, como no Rosmaninhal, muitos milhões de m³ de sedimentos; a técnica utilizada para estas explorações poderia ser a que descreve Plínio. ALLAN 1965, p. 155, citando-o, refere que os Romanos armazenavam a água em tanques situados a cotas elevadas, munidos de comportas, que abriam repentinamente; a água, em jorros, fazia o desmonte dos depósitos

(*ruina montiuni*)\ o transporte ulterior destes promovia o depósito das partículas auríferas em caleiras, pelo efeito das diferenças de densidade, sendo os blocos ou seixos de maiores dimensões retirados manualmente. Só explorando grandes quantidades de sedimentos se poderia atingir rentabilidade, visto o teor de ouro ser muito baixo.

BENTO 1975 refere que à data se podiam observar, próximo da Carreira de Tiro de Penamacor, no local conhecido pela “Presa”, grandes represas e canais para condução de água destinadas às explorações mineiras” (p. 952) o que, contudo, não se confirmou no reconhecimento de campo efectuado para este estudo. No entanto, a observação da fotografia aérea revelou a existência de um possível reservatório a cota susceptível de permitir a utilização para desmorte hidráulico. Desse reservatório partiriam dois canais de adução de água para a costa principal, segundo a fotointerpretação realizada.

Do que ficou dito, pode concluir-se que toda a região em causa contém abundantes vestígios de mineração romana, explorando-se, essencialmente, o ouro aluvionar e dos depósitos terciários, os quais constituem, por vezes, extensas coberturas detríticas sobre o substrato paleozoico. Existem abundantes provas arqueológicas da riqueza da região através do achado de tesouros monetários e de objectos preciosos em sepulturas. O testemunho mais expressivo é a inscrição de uma ara de Monsanto, que um cidadão romano dedica a Júpiter em acção de graças por ter recolhido 40 kg de ouro. As explorações iniciaram-se no século I a. C., ou ainda antes, e decaíram no século II d. C., como se deduz pela cronologia dos achados. O declínio das explorações auríferas romanas é, com efeito, assinalado a partir do século II d. C. (ALLAN 1965, p. 158).

7 - CRONOLOGIA E FINALIDADE DAS BARRAGENS ESTUDADAS

7.1 - Cronologia das barragens

Com excepção da Presa de Penamacor (de que não há vestígios e de que só se dispõe de informação bibliográfica) e da barragem de Alferrarede, as restantes oito barragens estudadas são consideradas do período romano. Destas, duas são de alvenaria (Nossa Senhora de

Mércoles e Souto do Penedo) e seis de terra (Lajinha, Orca, Rochoso, Egitânia, Monforte e Lameira).

A atribuição da origem romana às barragens de Nossa Senhora de Mércoles, Lajinha, Orca, Rochoso e Egitânia justifica-se, em primeiro lugar, pelos muito abundantes vestígios romanos nas suas imediações. Para as restantes barragens aquela atribuição baseia-se na analogia tipológica: barragem de Souto do Penedo comparável à de Nossa Senhora de Mércoles (e outras barragens estudadas a sul do Tejo) e barragens de Monforte e Lameira comparáveis às de Lajinha, Orca, Rochoso e Egitânia).

Existe, porém, uma informação adicional sobre a barragem da Orea que é muito relevante para apoiar a atribuição da sua origem romana. Trata-se de uma referência, datada de 1505, constante dum tomo da Ordem de Cristo, admitindo-se pelo texto da mesma que nessa data a barragem já estivesse desactivada.

Em face das características da ocupação da zona no período entre o termo da ocupação romana e a data da referência mencionada, não se apresenta verosímil que a barragem da Orca (e analogamente as restantes) tivesse sido construída nesse período.

Com efeito, “só muito tardiamente a Beira Baixa recebeu colonização intensiva. Nos séculos medievos, a Ordem do Templo e a sua sucessora de Cristo, grandes proprietárias das regiões beirãs, parece terem-se preocupado apenas com a defesa militar e descurado as práticas da terra” (segundo refere Orlando Ribeiro, citado por MARQUES, 1978, p. 70). Deste modo, dificilmente se justifica a atribuição da barragem da Orca à Idade Média, quer ela se destinasse à agricultura, quer à exploração mineira.

Por outro lado, para o período entre a ocupação romana e o final da Idade Média (próximo da data da referência da Orca, 1505) o número de barragens na Península destinadas a criar albufeiras é muito escasso (ver 5.1.1).

Considera-se, assim, confirmada a origem romana da barragem da Orca. Em virtude da analogia tipológica e dos abundantes vestígios romanos nas imediações, as barragens da Lajinha, Rochoso e Egitânia terão a mesma origem.

As barragens de Monforte e da Lameira, com características análogas às das atrás mencionadas, mas sem vestígios romanos abundantes nas proximidades imediatas, serão, também, provavelmente, do período romano.

Dentro desse período, é de admitir que as barragens estudadas tenham sido construídas entre os finais do século II a. C. e os inícios do século II d. C., intervalo de tempo em que a mineração atingiu a sua maior importância, partindo do princípio que estas estruturas estivessem relacionadas com tal actividade económica.

7.2 - Finalidades das barragens

A finalidade de grande parte das barragens terá sido provavelmente o apoio à actividade mineira. Apenas no caso da barragem do Rochoso se encontraram com o abastecimento doméstico de uma importante villa e eventualmente com o regadio da zona adjacente.

A actividade mineira está bem documentada região, como foi amplamente exposto em 6.3.

Por outro lado, pôde verificar-se, para cada barragem estudada, com excepção da do Rochoso pelo menos, uma das seguintes situações:

- inexistência de *villae* a jusante;
- desconhecimento de vestígios de canais de adução entre as barragens e os *habitats* romanos a jusante, quando existem;
- recurso verificado a nascentes ou poços para a alimentação das *villae* nas proximidades das barragens (ou possibilidade desse recurso);
- inexistência a jusante de solos propícios à rega.

A actividade mineira teria consistido essencialmente na extracção de ouro dos aluviões ou de depósitos detríticos mais antigos que se podem observar a jusante de qualquer das barragens estudadas e relativamente próximo delas.

Ainda que a exploração dos recursos auríferos, no mundo romano, fosse geralmente reivindicada pelo Estado, não seria talvez esse o caso da exploração aluvionar do território dos *Igaeditari* (Alarcão, informação pessoal de 1993).

Sendo assim, a construção das barragens terá sido obra de ricos proprietário da região cujas *villae* se devem sistematicamente procurar, quer a jusante, quer a montante. A sua ausência poderá levar a concluir por uma exploração municipal ou estatal. Neste caso, porém deveriam encontrar-se os povados dos exploradores. A hipótese que parece de excluir é a de uma população modesta, dispersa por casais, conjugando esforços para a construção de barragens de interesse colectivo (*idem*).

DOMERGUE 1986 afirma que, dum modo geral, todos os depósitos detríticos (aluviões, terraços quaternários e depósitos terciários) de Portugal a norte do Tejo (Fig. 34), qualquer que fosse a sua importância, teriam sido explorados pelos Romanos. Tal afirmação é, portanto, aplicável à região em estudo.

DOMERGUE 1986 refere ainda o teor de 20 a 40 mg/m para os sedimentos mais pobres (depósitos terciários) e algumas décimas de g/m¹ * 3 para os mais ricos (parte superficial dos terraços quaternários). Tais explorações a grande escala exigiram, por outro lado, consideráveis volumes de água, que de facto se encontra disponível no local. Aquele autor avaliou que o tratamento de 1 m³ de sedimentos requeria 10 a 12 m³ de água, tanto mais que a água era também indispensável à evacuação dos estêreis.

Conhecem-se no mundo romano vários casos de utilização para mineração de água armazenada em albufeiras.

Em território português são de há muito conhecidas três barragens em Jales (Vila Pouca de Aguiar) e duas em Três Minas (*idem*) que forneciam água para a exploração aurífera.

Também em Espanha se conhecem cinco barragens em Melque (S. Martin de Montalbán) cuja água era provavelmente utilizada em minas de galena argentífera (CABALLERO ZOREDA e SANCHEZ RAMOS 1982).

Outras barragens utilizadas pelos Romanos para apoio à mineração aurífera localizam-se em Rosia Montana (Roménia), como referido em 5.1.

8 - CONCLUSÕES

Estudam-se no presente trabalho os vestígios de seis barragens de terra e duas de alvenaria do distrito de Castelo Branco e uma de alvenaria (barragem de Alferrarede) do distrito de Santarém.

São possíveis as seguintes conclusões:

- 1 - As barragens de terra assumem características relevantes nalguns casos, atingindo os seguintes valores máximos:
 - altura de 11 m (barragem da Egitânia);
 - desenvolvimento de 380 m (barragem da Lameira);
 - volume de aterro de 16 000 m³ (barragem da Lameira);
 - capacidade da albufeira de 840 000 m³ (barragem da Lameira).

Não se observaram vestígios de descarregadores de superfície e de descargas de fundo.

2 - As barragens de terra foram atribuídas ao período romano, essencialmente, com base nos seguintes elementos:

- abundância de vestígios romanos nas áreas envolventes;
- ausência de referências a barragens de terra constituídas na Europa, durante a Idade Média, com a finalidade de criar albufeiras;
- escassa ocupação humana desta região da Beira Baixa durante a Idade Média e referência à barragem da Orca em documento de 1505.

3 - As barragens de terra caracterizadas assumem, assim, grande importância no contexto do Mundo Romano em face da escassez de estruturas comparáveis exclusivamente de terra.

4 - Os vestígios dos aterros evidenciam o recurso a técnicas adequadas na sua execução.

5 - A finalidade mais provável da maior parte das barragens de terra terá sido o apoio à actividade mineira (exploração de ouro, amplamente documentada na região) que exigiria assinalável disponibilidade de água.

6 - As duas barragens de alvenaria do distrito de Castelo Branco são análogas às barragens romanas estudadas pelos autores a sul do Tejo.

7 - A barragem de Alferrarede é muito mais moderna do que as restantes; as suas características aproximam-na da barragem da Represa (Gavião) e de barragens construídas em Espanha na época filipina. Assinale-se, porém, que se reconheceram, junto dos encontros, muros de *opus signinum* que pressupõem a anterior existência de uma obra romana.⁸

8 - A construção de barragens na área em estudo com a finalidade de criar albufeiras era justificada pela irregularidade dos cursos de água determinada pela escassa precipitação anual média, em geral, inferior a 800 mm.

AGRADECIMENTOS

À Direcção-Geral dos Recursos Naturais e, em particular, aos seus Directores-Gerais Francisco Nunes Correia, António Miguel Cavaco e Rui Roda, agradecemos o apoio dispensado e o interesse manifestado por este trabalho.

Ao Eng^o Dias Agudo e Eng^o Moacyr de Melo daquela Direcção-Geral agradecemos as suas intervenções respectivamente, para a desmatação da área envolvente da barragem de Alferrarede e para a obtenção dos elementos topográficos de barragens e albufeiras, utilizados neste trabalho.

Agradecemos ainda:

- ao Dr. J. Candeias da Silva, as informações relativas às barragens da Orca e de Alferrarede;
- a João Caninas e a Francisco Henriques, as informações relativas às barragens de Monforte e Lameira;
- ao Dr. António Salvado, a Pedro Salvado e a Joaquim Baptista dos Santos, as informações relativas às barragens de Rochoso e Nossa Senhora de Mércules;
- ao Padre José Maria Félix, as informações relativas à barragem de Souto do Penedo e a outras estruturas de concelho de Vila de Rei;
- ao Eng^o Miguel Paes do Amaral, informação e documentação familiar sobre a barragem de Alferrarede;
- a Aristides Galhardo Mota, encarregado do Museu Municipal de Penamacor, informações sobre a "Presa" de Penamacor.
- ao Eng^o Manuel de Almeida da Garrett, informações complementares sobre a barragem de Monforte.

Um agradecimento muito especial é devido ao Prof. Doutor Jorge de Alarcão pela leitura crítica do original, de que resultaram úteis sugestões, bem como pelo amável convite para este volumoso trabalho, que gostosamente aceitámos.

O processamento do texto esteve a cargo de Cristina Nunes e a preparação gráfica de Bernardo Ferreira e de José Machado, a quem agradecemos a colaboração.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de 1988 a - *Roman Portugal*. 2 voi. Aris & Philips. Warminster.
- ALARCÃO, J. de 1988 b - *O Domínio Romano em Portugal*. Pub. Europa-América. Lisboa.
- ALBERTOS, M.L. e BENTO, M. Pires 1977 - Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira-Baixa). *Actas XIV Congresso Nacional de Arqueologia* (Vitoria, 1975), p. 1197-1208.
- ALLAN, J.C. 1965 - *A mineração em Portugal na Antiguidade*. *Bol. de Minas*, 2(3), p. 139-175.
- ALMEIDA, F. de 1956 - *Egitânia*. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.
- ALMEIDA, F. de e FERREIRA, O. da Veiga 1956 - Antiguidades de Monsanto da Beira. *Revista de Guimarães*, 66(3/4), p. 407-425.
- ALMEIDA, F. de e FERREIRA, O. da Veiga 1968 - Uma bula de ouro encontrada em Portugal. *O Arqueólogo Português*, S.III, 2, p. 71-75.
- AZEVEDO, P. A. 1898 - Extractos archeologicos das Memorias Parochias de 1758. *O Arqueólogo Português*, 4, p. 321-322.
- BENTO, M. Pires 1975 - Inscrições romanas de Meimoa. Beira Baixa. *Actas XIII Congreso Nacional de Arqueologia* (Zaragoza, 1975), p. 951-956.
- BLAZQUEZ, J.M. 1975 - *Historia social y economica de la España romana. Segunda parte. Siglos III-V*. Confederation Española de Cajas de Ahorros. Madrid.
- BOTZAN, M.; LEIN K. e VOGEL, A. 1992 - Historische Sperrenbauten in Rumänien. *In Historische Talsperren*, 2, p. 371-379. Verlag K. Wittwer. Stuttgart.
- CABALLERO ZOREDA, L. e SANCHEZ RAMOS, F. J. 1982 - Presas romanas y dados sobre poblamientos romano y medieval en la provincia de Toledo. *Noticiario Arqueológico Hispanico*, nº 14. Madrid.
- CALVET, Y. e GEYER, B. 1992 - *Barrages Antiques de Syrie*. Maison de l'Orient Méditerranéen, Lyon.
- CARVALHO, J. Silva e FERREIRA O. da Veiga 1954 - Algumas lavras auríferas romanas. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 9 (1-4), p. 20-46.
- DIAS, J. Lopes 1966 - *Miscelania de Cartas & Documentos Albicastrenses*. E. A. Império. Lisboa.
- DOMERGUE, C. 1986 - L'eau dans les mines d'or romaines du nord-est de l'Espagne. In *L'Homme et L'Eau en Méditerranée et au Proche Orient*, III (L'Eau dans les Techniques). Travaux de la Maison de l'Orient, 11, p. 109-119.
- DOMERGUE, C. 1987 - *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Publications de la Casa de Velazquez, Série Archeologie Vili, Tome II. Diffusion De Boccard, Madrid.
- FÉLIX, José M. 1969 - *Vila de Rei e o seu concelho*. 2.^a edição 1985, Câmara Municipal de Vila de Rei.
- FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, José A. 1984 - *Catálogo de noventa Presas y Azudes Españoles anteriores a 1900*. Comission de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo. Madrid.

- GARBRECHT, G. 1991 a - Vier antike Talsperren in Analolien. In *Historische Talsperren*, 2, p. 91-100. Verlag K. Wittwer. Stuttgart.
- GARBRECHT, G. 1991b - Der Staudamm von Resafa-Sergiopolis. In *Historische Talsperren*, 2, p. 237-248. Verlag K. Wittwer. Stuttgart.
- GARCIA, J. M. 1979 - Epigrafia e Romanização de Castelo Branco. *Conimbriga*, 18, p. 149-167.
- GARCIA, J. M. e LEITÃO, M. 1982 - *Inscrição romana do Monte de S. Martinho — Castelo Branco*. Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Castelo Branco.
- HENRIQUES, F. e CANINAS, J. 1990 - Notícias várias. *Alto Tejo*, 3, p. 4.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. e HENRIQUES, A. 1985 - Represa da Lameira. *Informação Arqueológica*, 5, p. 11-12.
- HIPÓLITO, M. de Castro 1960/61 - Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*, 2/3: 1-166.
- JPBB 1944 - *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*. Voi. 1. Ed. da Junta de Província da Beira Baixa (JPBB). Castelo Branco.
- LANDEIRO, J. M. 1938 - *O concelho de Penamacor, na história, na tradição e na lenda*. 2.^a edição 1982, Tip. Jornal do Fundão.
- LEITÃO, M. 1983 - Tapada do Cabeço. *Informação Arqueológica*, 3, p. 10.
- LEVEAU, P. 1987 - Aménagements hydrauliques et utilisation de l'eau dans l'Agriculture autours de Caesarea de Maurétanie (*Cherchel, Algérie*). In *L'Homme et L'Eau en Méditerranée et au Proche Orient*, IV (L'Eau dans l'Agriculture), p. 45-56. Maison de l'Orient. Lyon.
- LIANDI, Z. 1991 - Talsperren und Wehre im alten China. In *Historische Talsperren*, 2, p. 110-130. Verlag K. Wittwer. Stuttgart.
- LOBATO, J. Rodrigues 1982 - Esboço monográfico da parte nordeste da freguesia de Penamacor - zona da Presa e da Arrancada à luz dos anos trinta. *Actas e Memórias do 1º Coloquio de Arqueologia e de Historia do Concelho de Penamacor* (Penamacor, 1979), p. 163-121.
- MARQUES, A. H. Oliveira 1978 - *Introdução à Historia da Agricultura em Portugal*. Edições Cosmos. Lisboa.
- NAVARRO, P. 1989 - Obras Hidráulicas e Implantação Rural Romana en la Campiña de Cordoba. In: *El Agua en Zonas Aridas: Arqueologia e Historia. Actas del I Coloquio de Historia e Medio Fisico* (Almeria, 14-16 Dec. 1989), p. 361-404. Instituto de Estudios Almerienses. Almeria.
- OLEIRO, D. 1952 - *Abrantes, Cidade Florida*. Abrantes.
- PROENÇA, F. Tavares de 1905 - *Notice sur deux monuments épigraphiques*. Coimbra.
- PROENÇA, F. Tavares de 1910 - *Archeologia do districto de Castelo Branco*. Leiria
- QUÍNTELA, A.; CARDOSO, J. e MASCARENHAS, J. 1986 - *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos. Lisboa.
- QUÍNTELA, A.; CARDOSO, J. L. e MASCARENHAS, J. M. 1991 - *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e*

- caracterização. Aditamento ao estudo de 1986.* Relatório para a Direcção-Geral dos Recursos Naturais. Lisboa.
- ROCHA, A. Santos 1909 - Tesouro funerario da Lameira Larga. Epoca luso-romana. *O Arqueólogo Português*, S. I, 14, p. 44-49.
- SALVADO, Pedro 1980 - Marcas de oleiro em tégulas romanas da estação arqueológica do triângulo - Mércules, Sant'Ana, São Martinho. *Estudos de Castelo Branco*, Nova Série, 6.
- SCHNITTER, N. J. 1988 - The evolution of embankment dams. *Water Power & Dam Construction Handbook* 1988.
- SCHWARZ, S. 1936 - Arqueologia mineira. *Bol de Minas*. 1933, p. 35-38.
- SILVA, J. Candeias 1979 - Testemunhos da presença romana na Orca (Fundão). *Actas das I.ªs Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa*, p. 118-131.
- SILVA, J. Candeias 1986 - Alferrarede Arqueológica. *Jornal de Alferrarede*, Nov. 1986.
- SILVA, J. Candeias, 1991 - Contribuição das fontes medievais para a investigação arqueológica. Alguns exemplos recolhidos nos antigos concelhos de Castelo Novo e Alpedrinha. *Comunicação às I.ªs Jornadas Arqueológicas da Beira Interior*. Castelo Branco (em publicação).
- VASCONCELOS, J. Leite de 1917 - *Na Beira Baixa*. *O Arqueólogo Português*, S. I, 22, p. 297-344.
- VASCONCELOS, J. Leite de 1920 - Estudos sobre a época do Ferro em Portugal. *O Arqueólogo Português*, 24, p. 99 -107.
- VENTURA, F. 1989 - La Agricultura de Regadio durante la Antigüedad Tardia en el Sur de la Peninsula Iberica, *In El Agua en Zonas Aridas: Arqueología e Historia. Actas del I Coloquio de Historia y Medio Físico* (Almeria, 14-16 Dici. 1989), p. 407-418, Instituto de Estudios Almerienses. Almeria.
- VITA-FINZI, C. 1961- Roman dams in Tripolitania. *Antiquity*, vol. XXXV, p. 14-20. Londres.

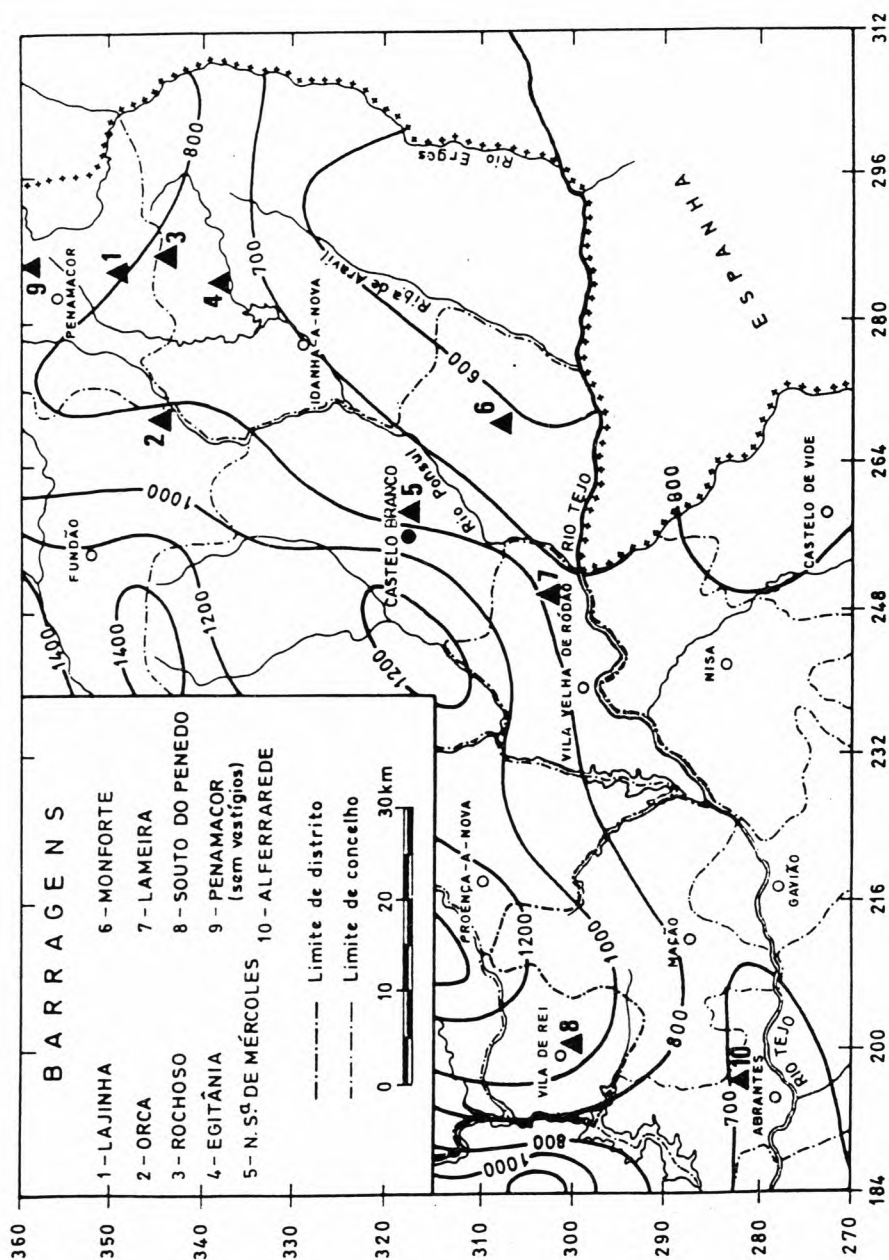


Fig. 1 - Localização das barragens estudadas e isolinhas da precipitação anual média

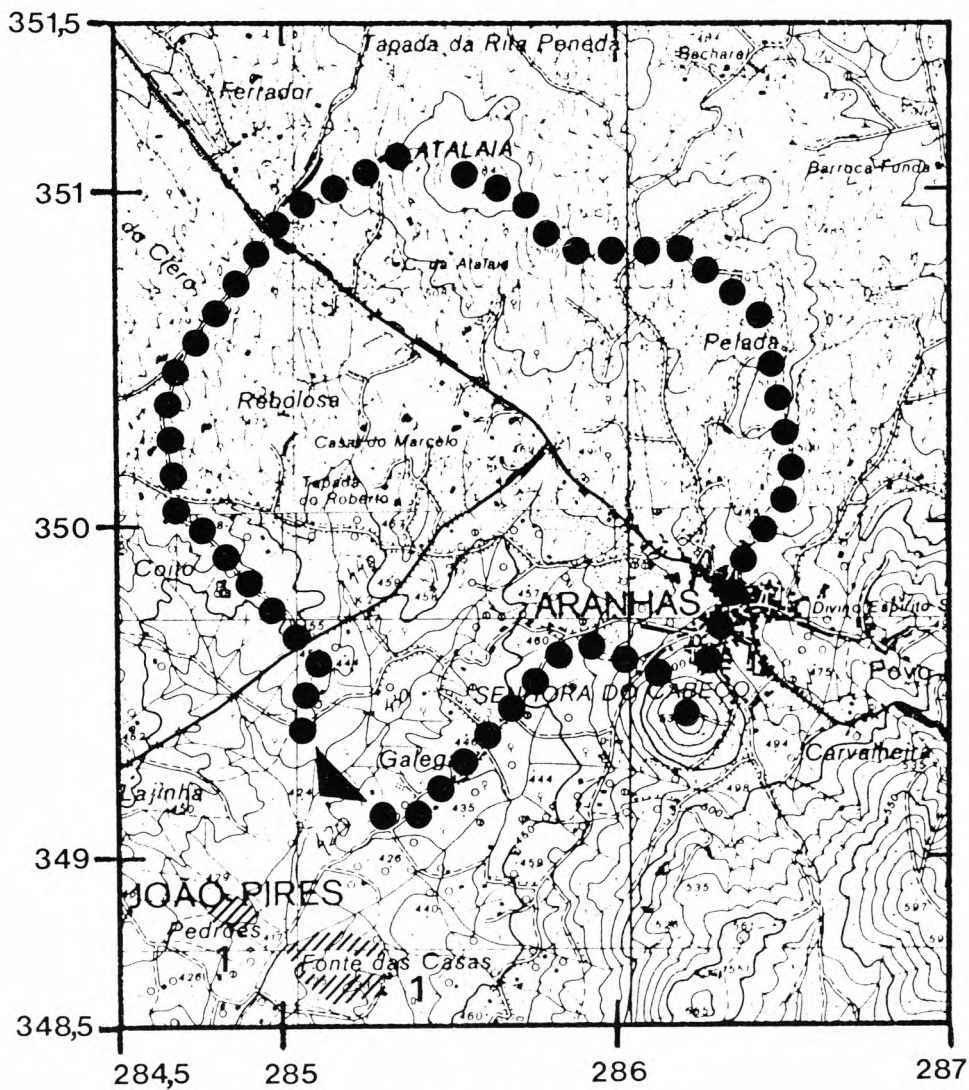


FIG. 2 – Barragem da Lajinha (Penamacor).
Localização e bacia hidrográfica

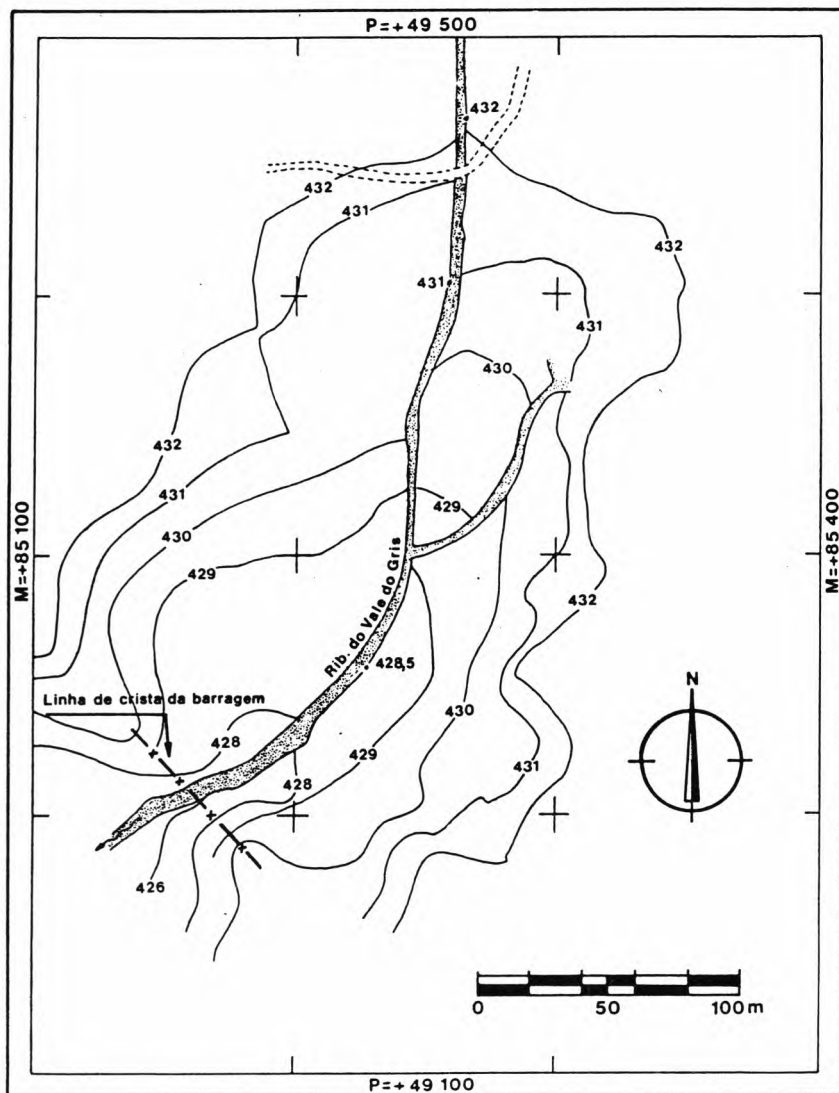


FIG. 3 – Barragem da Lajinha (Penamacor). Planta da albufeira

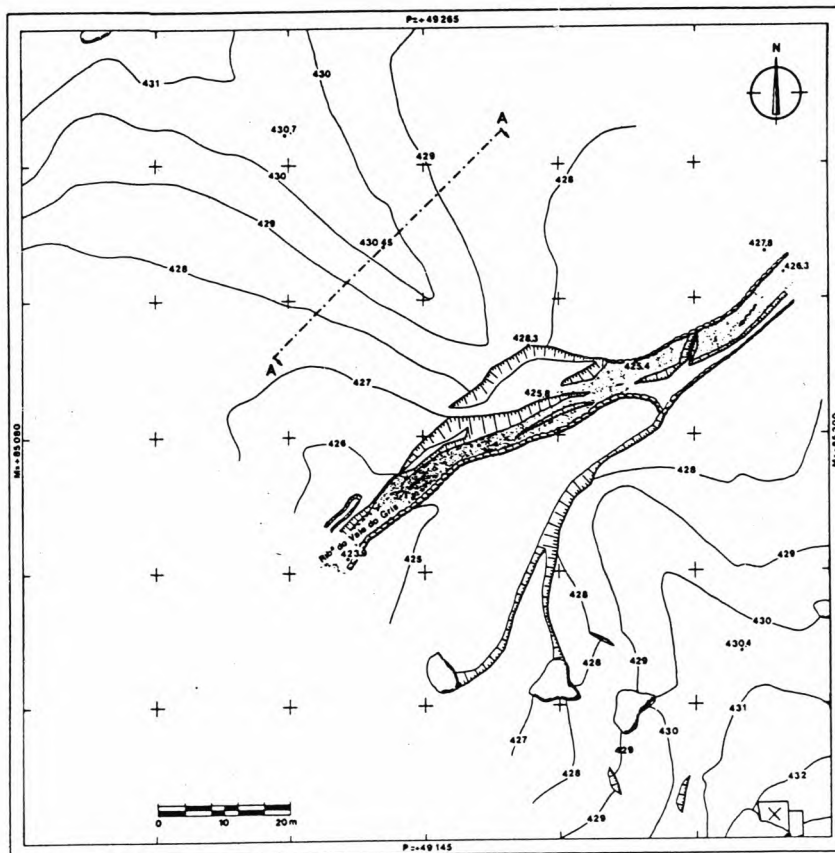


FIG. 4 – Barragem da Lajinha (Penamacor). Planta da barragem

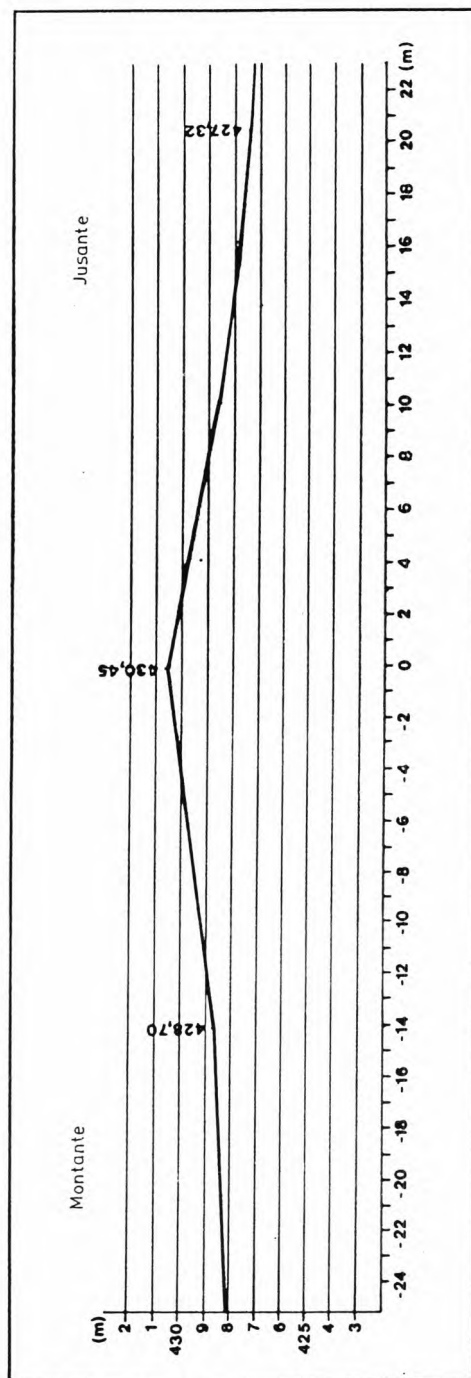


FIG. 5 – Barragem da Lajinha (Penamacor). Perfil A-A localizado na Fig. 4

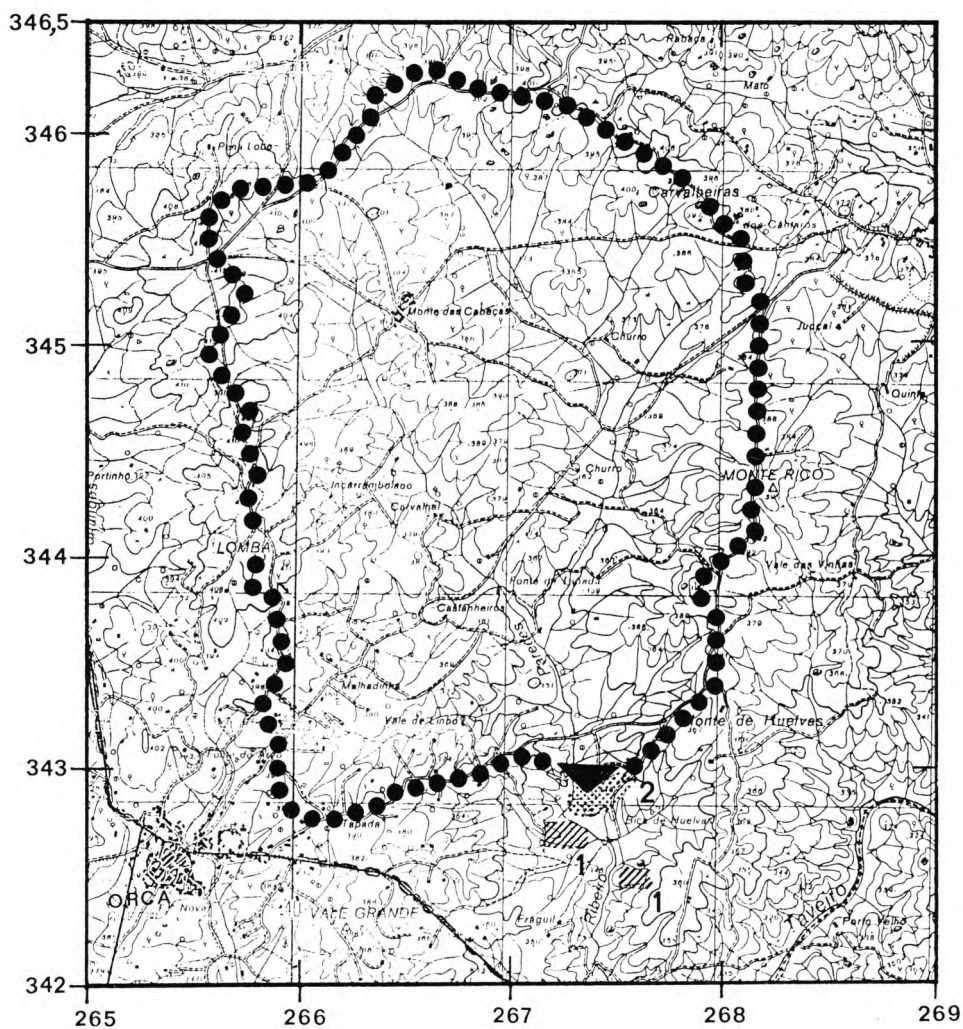


FIG. 6 – Barragem da Orca (Fundão). Localização e bacia hidrográfica
 1 – Villa 2 – Vestígios de mineração

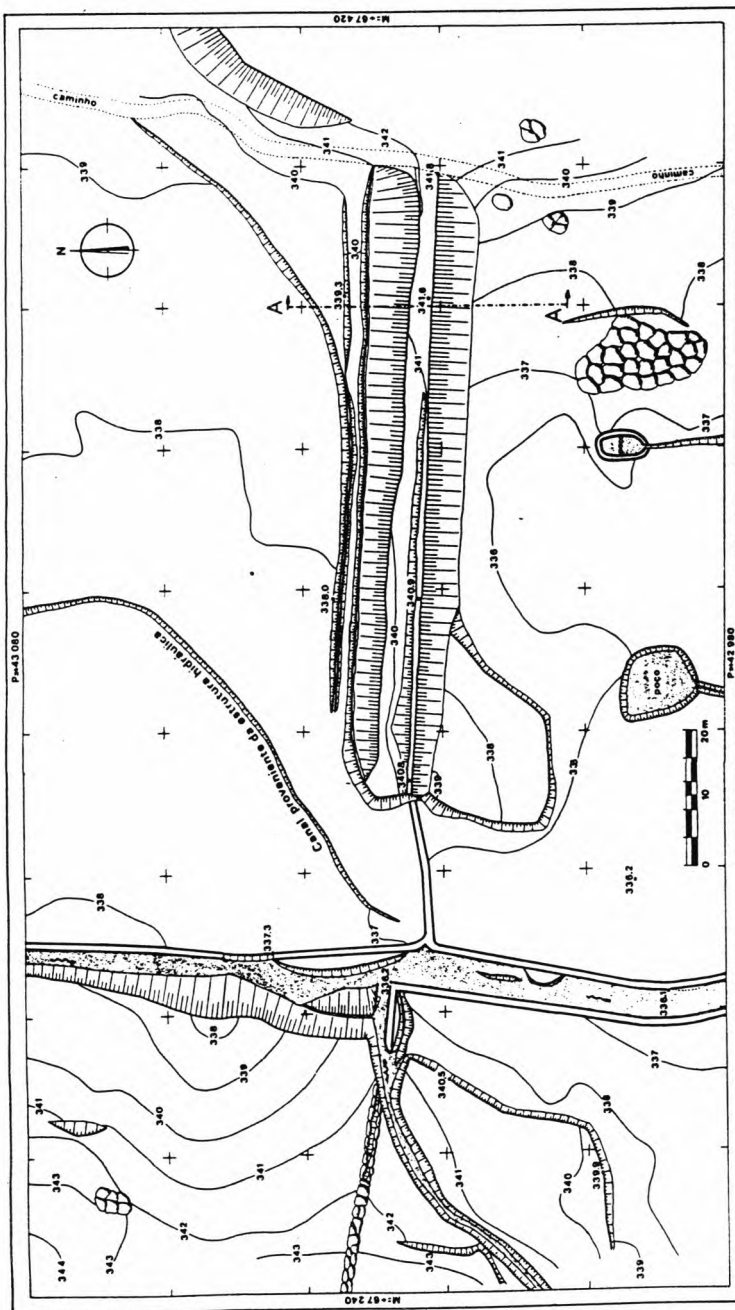


Fig. 8 – Barragem da Orca (Fundão). Planta da barragem

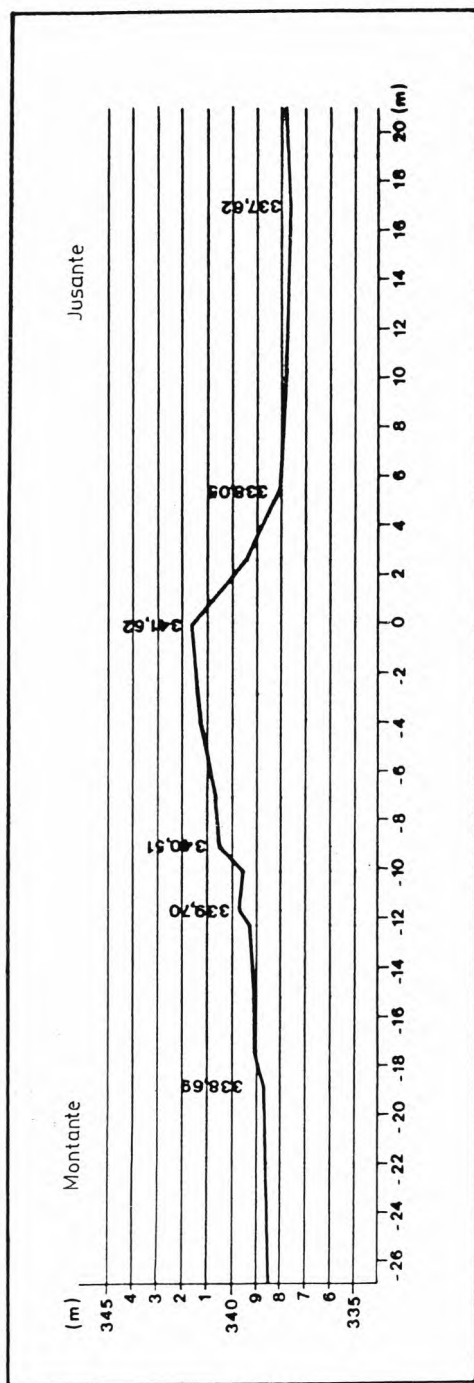


Fig. 9 – Barragem da Orca (Fundão). Perfil A-A localizado na Fig. 8

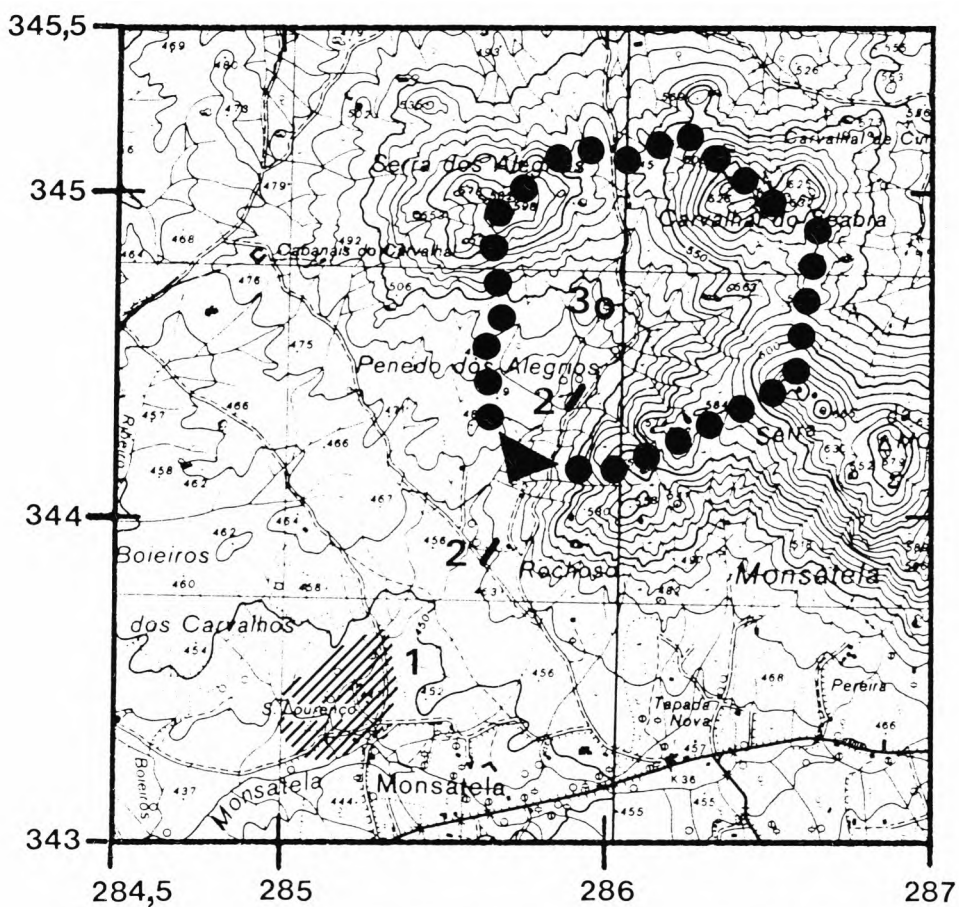


FIG. 10 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Localização e bacia hidrográfica
 1 – Villa 2 – Troço da caleira, 3 – Fonte

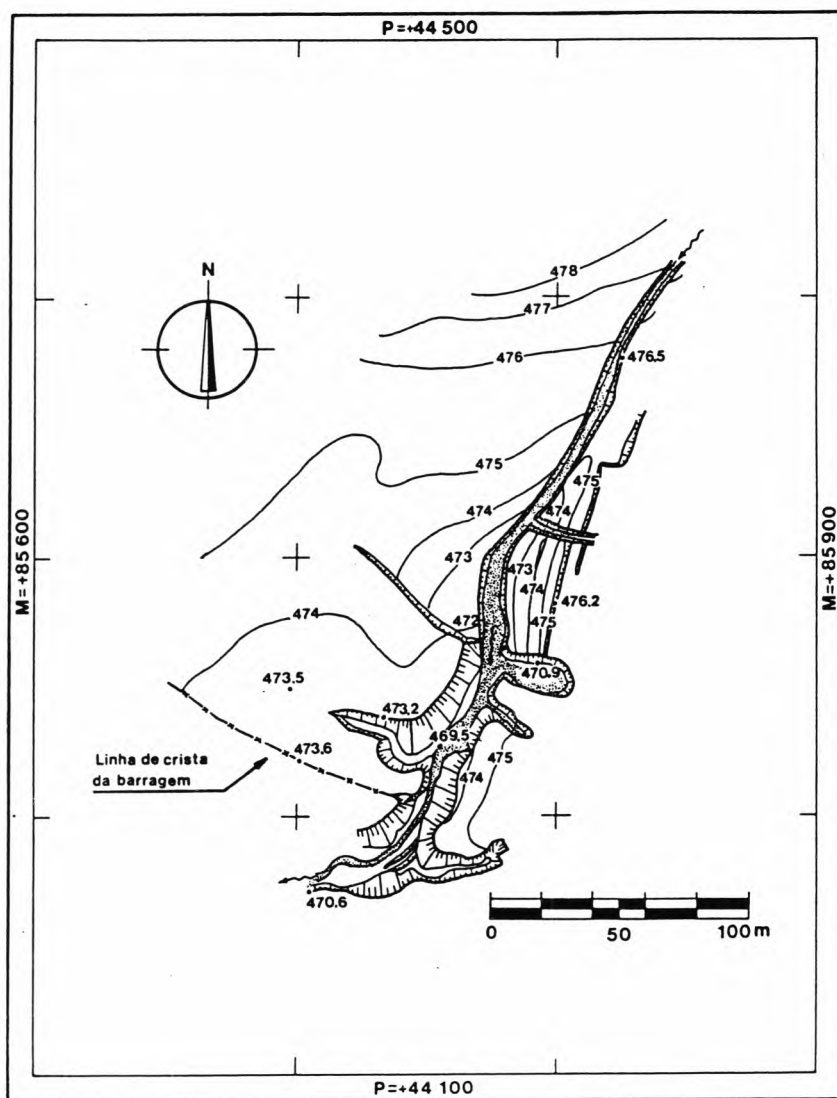


FIG. 11 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Planta da albufeira

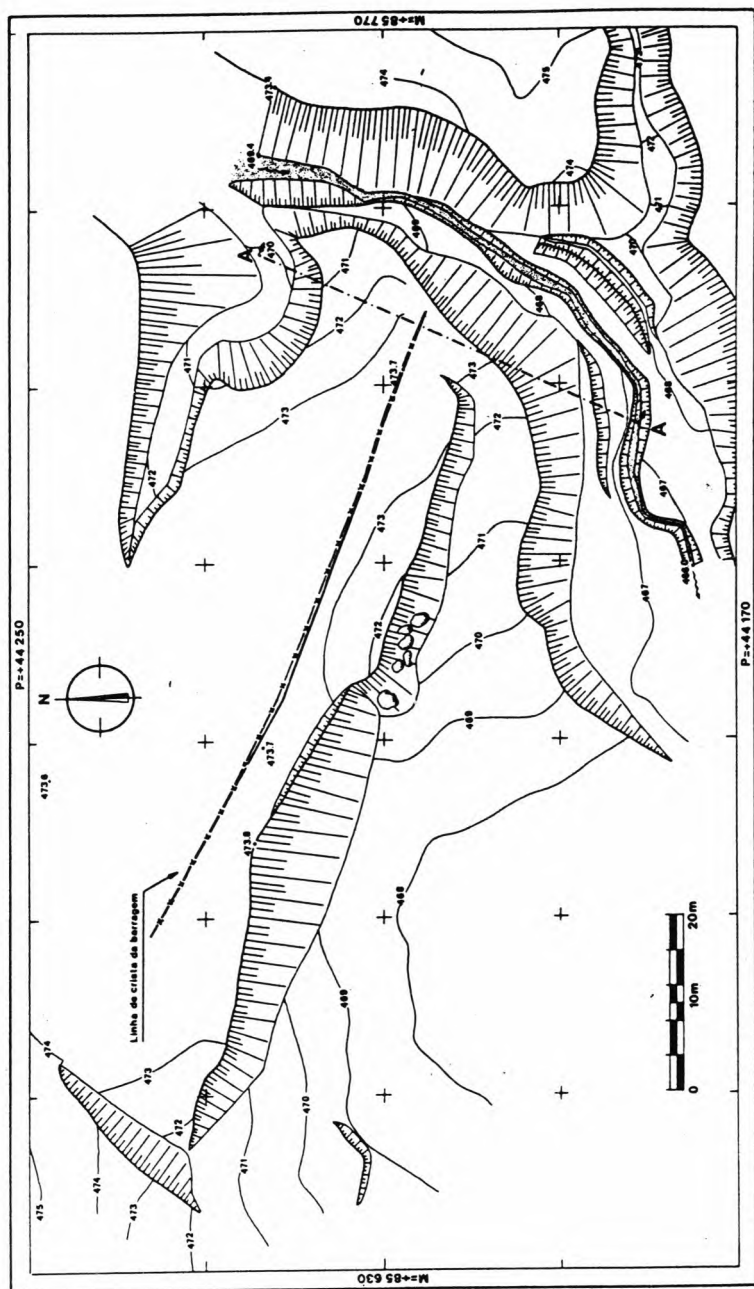


FIG. 12 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Planta da barragem

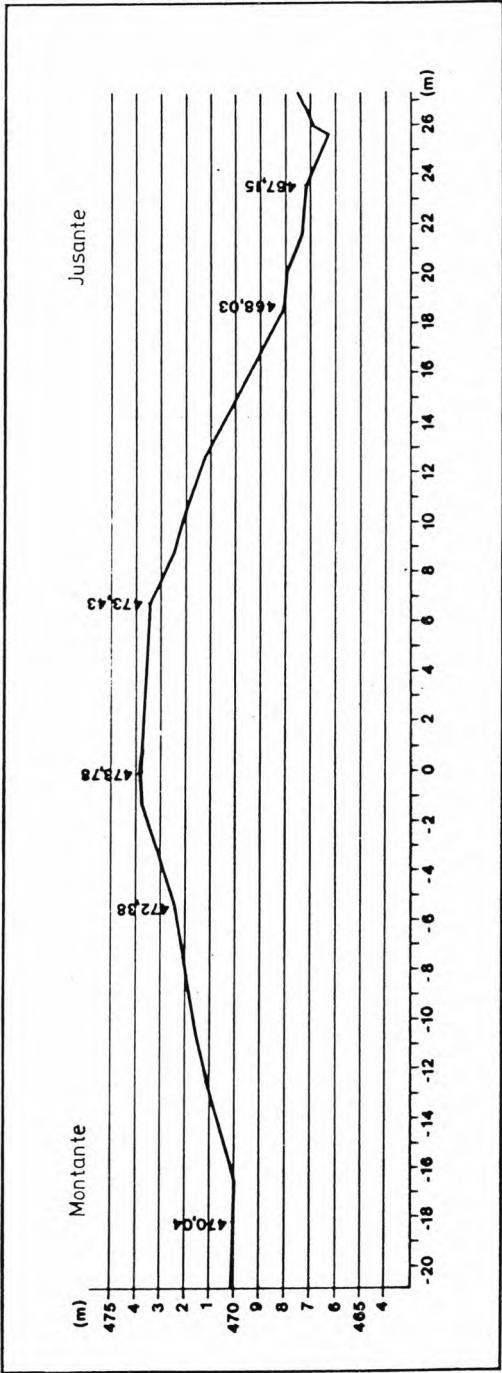


FIG. 13 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Perfil A-A localizado na Fig. 12

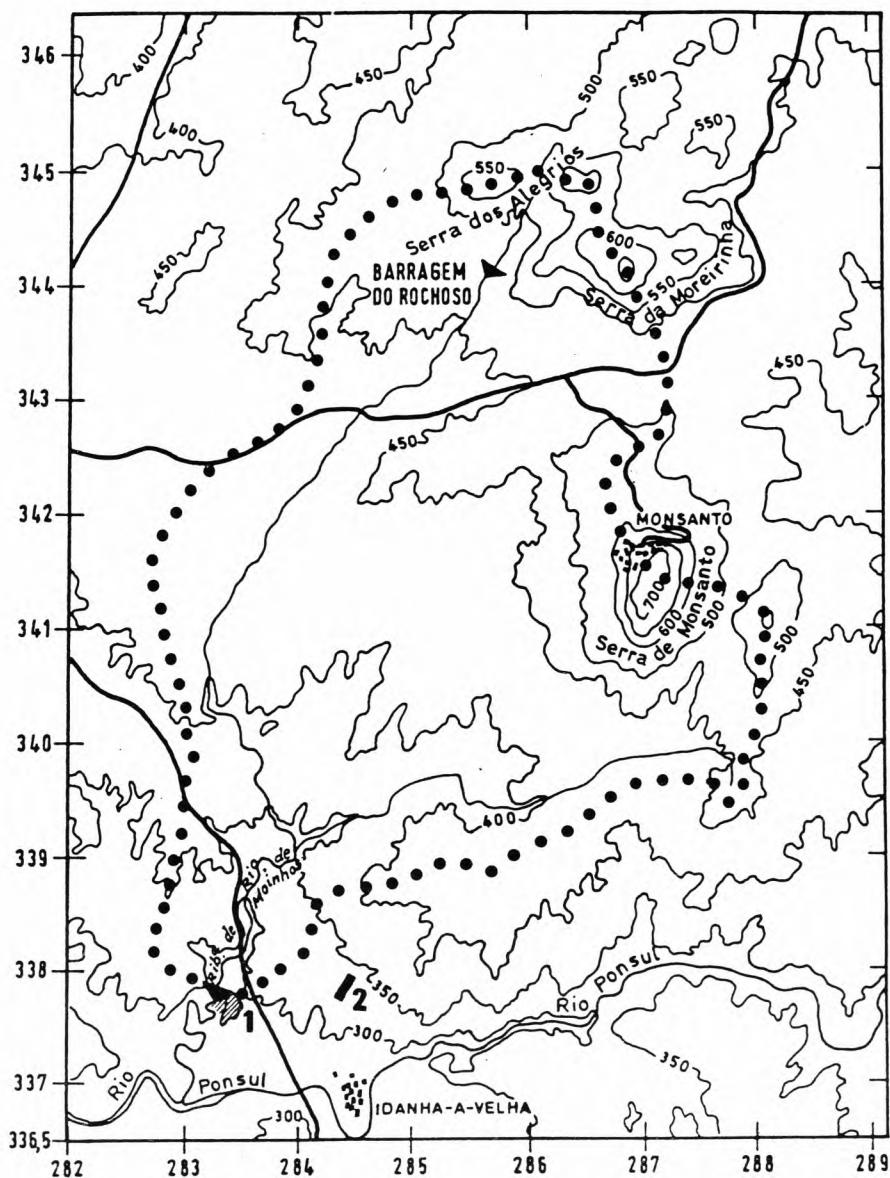


FIG. 14 – Barragem da Egíptia (Idanha-a-Nova). Localização e bacia hidrográfica
 1 – Villa 2 – Vestígios de mineração

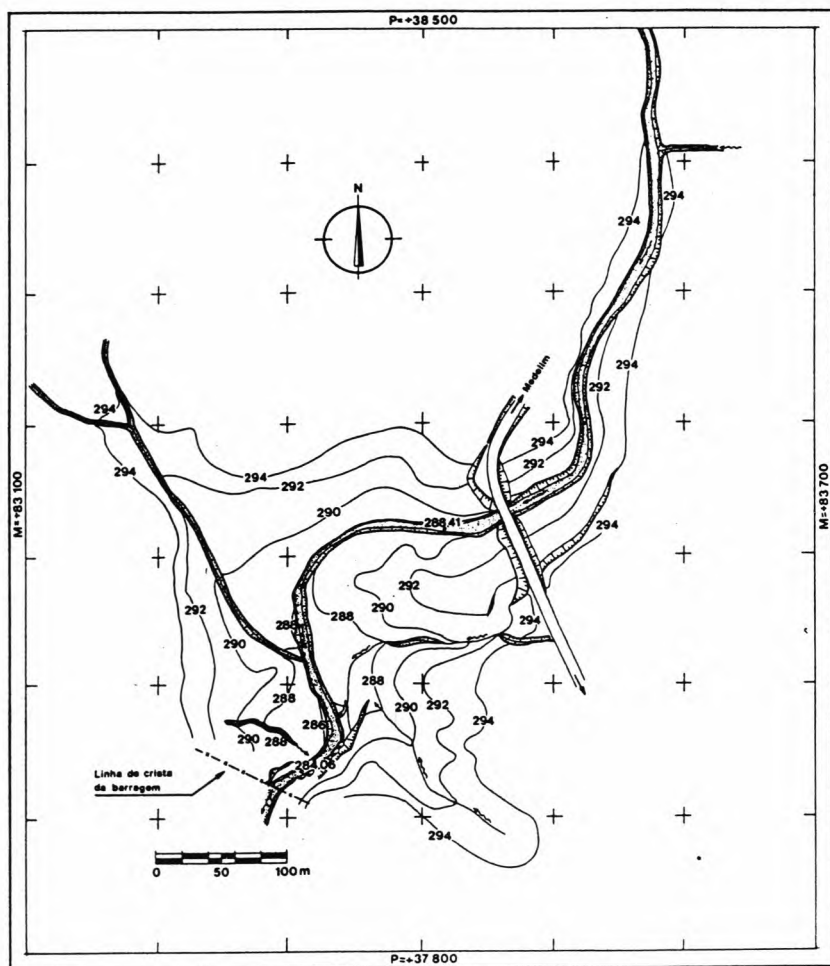


FIG. 15 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Planta da albufeira

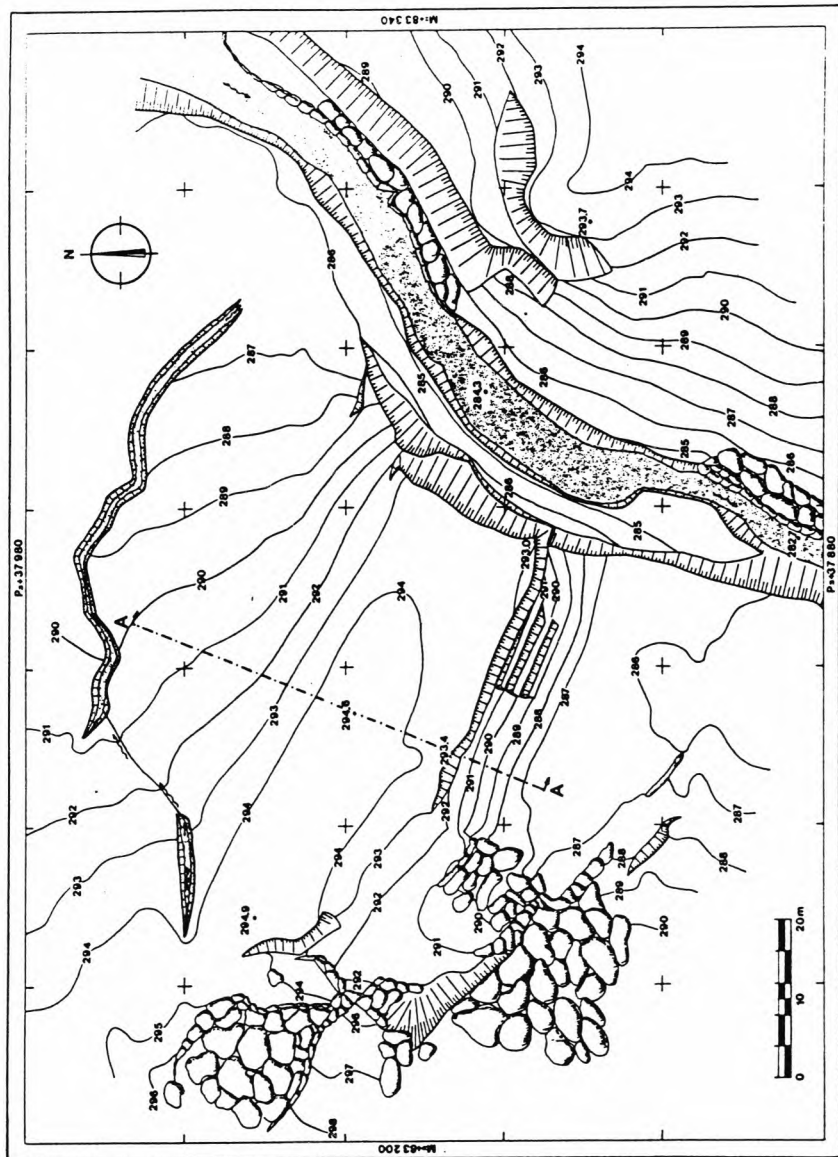


FIG. 16 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Planta da barragem

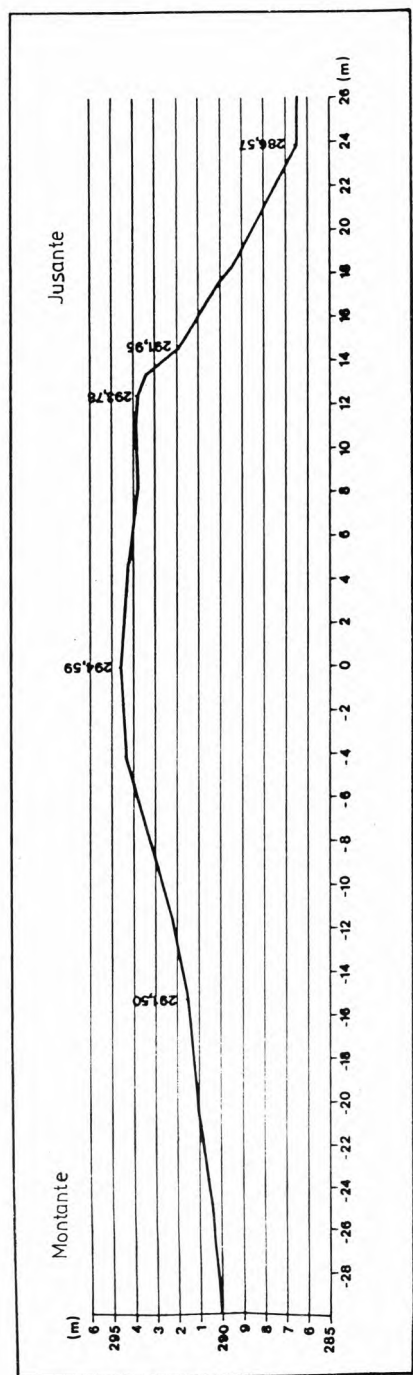


FIG. 17 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Perfil A-A localizado na Fig. 16

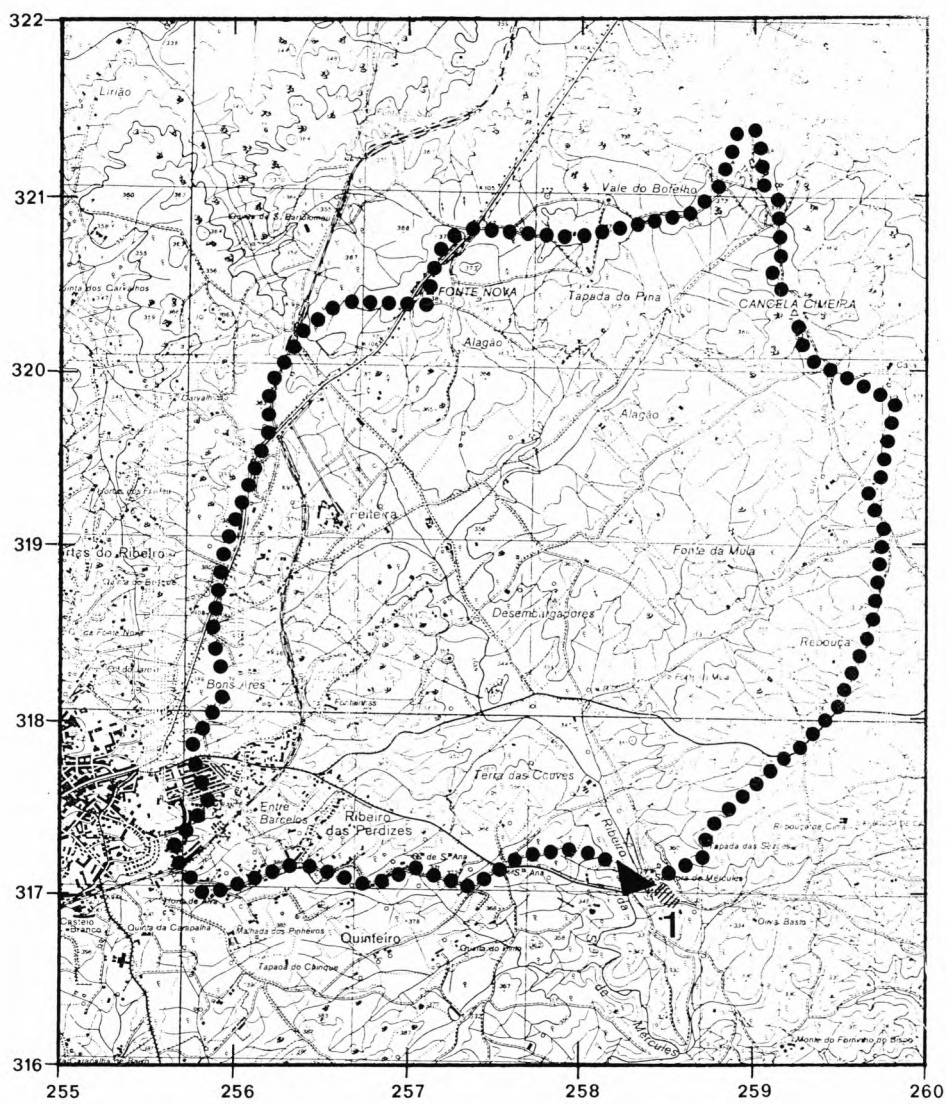


FIG. 18 – Barragem da Nossa Senhora de Mércules (Castelo Branco). Localização e bacia hidrográfica

1 – Vestígios romanos

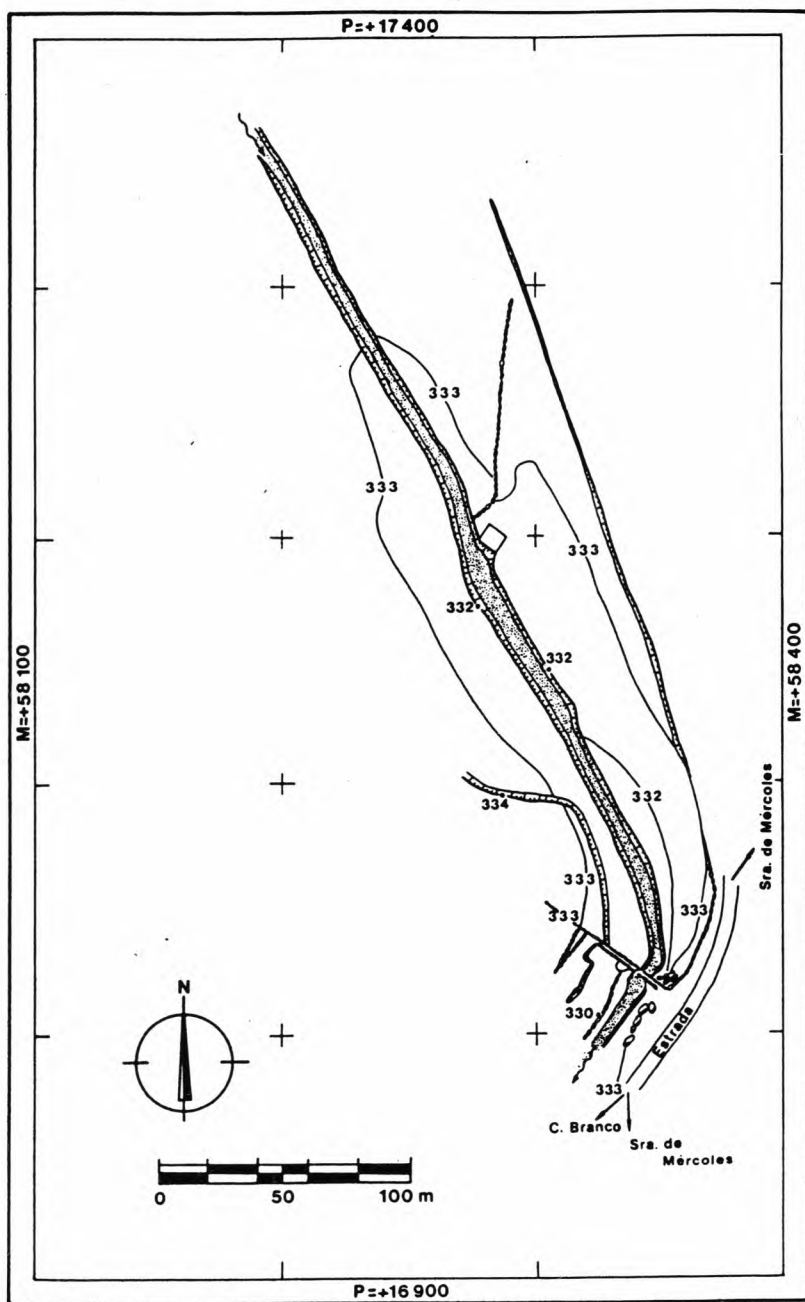


FIG. 19 – Barragem da Nossa Senhora de Mércules (C. Branco). Planta da albufeira

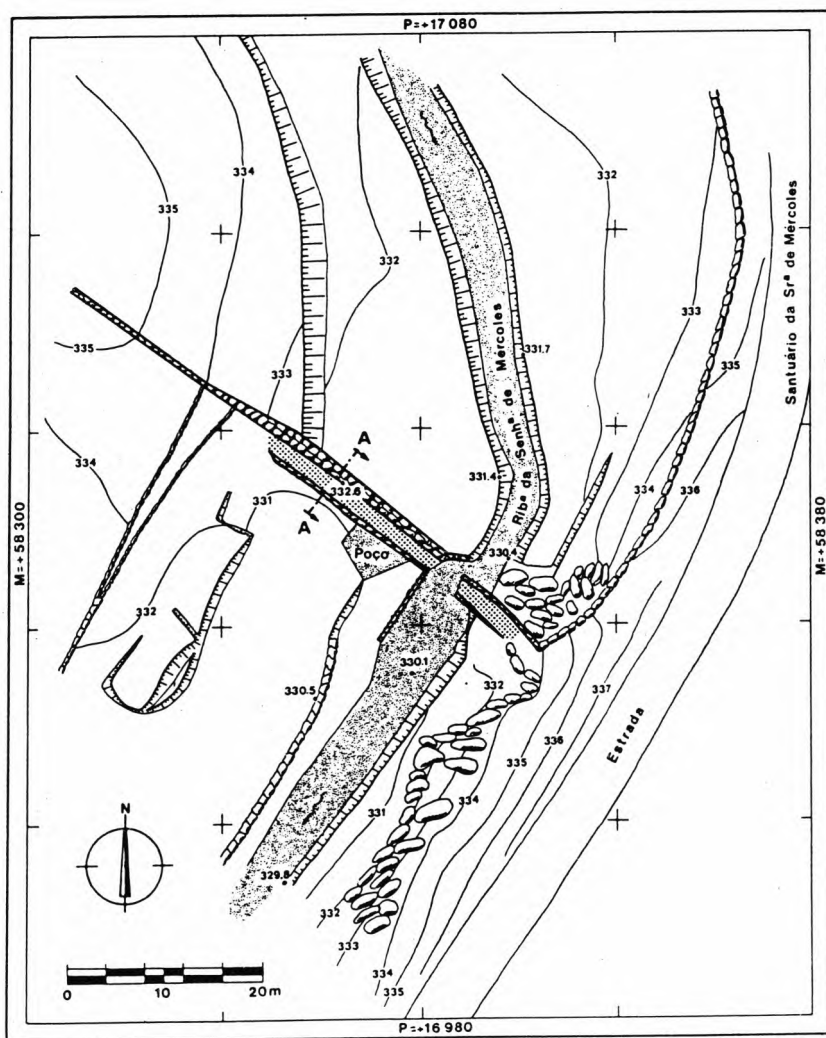


FIG. 20 – Barragem da de Nossa Senhora de Mércoles(Castelo Branco). Planta da barragem

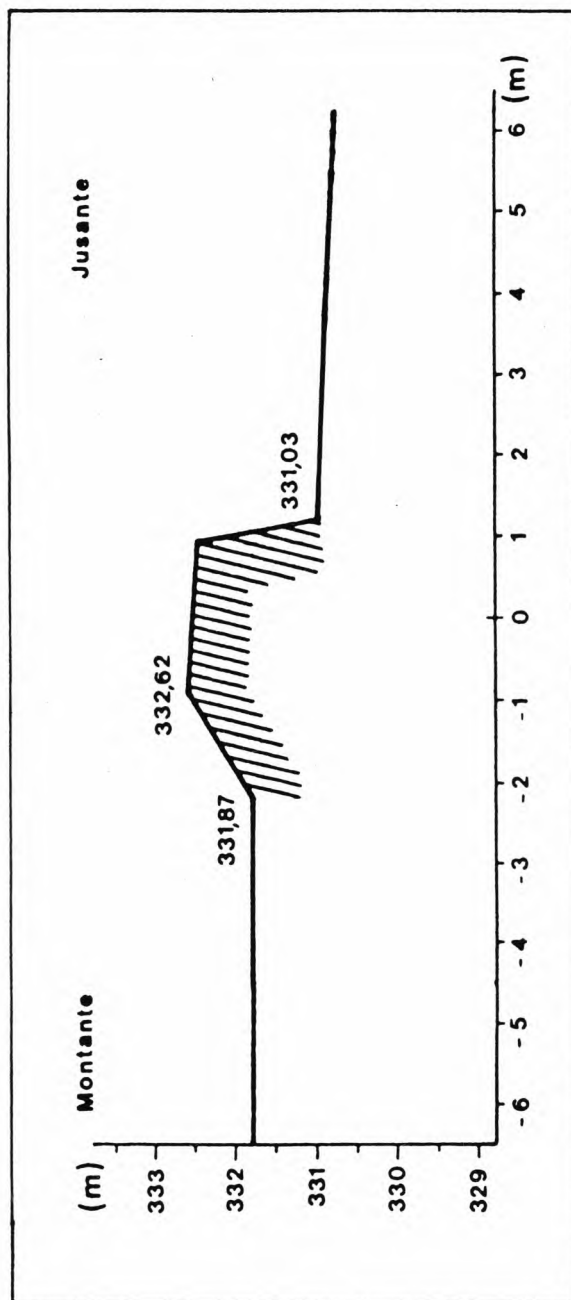


FIG. 21 – Barragem de Nossa Senhora de Mércules (Castelo Branco). Perfil A-A localizado na Fig. 20

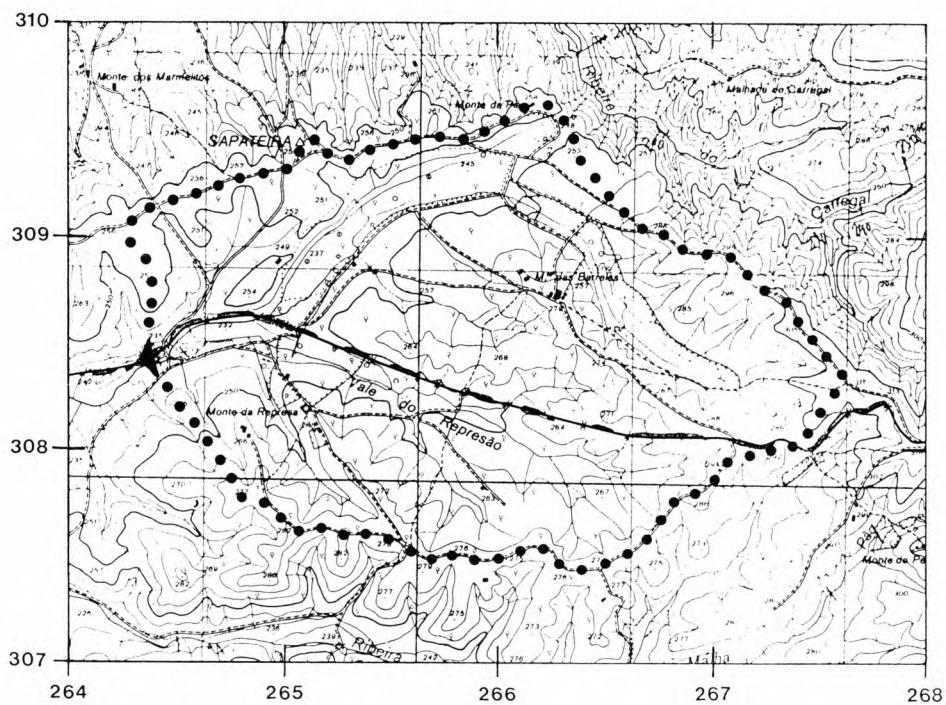


FIG. 22 – Barragem de Monforte (Castelo Branco). Localização e bacia hidrográfica

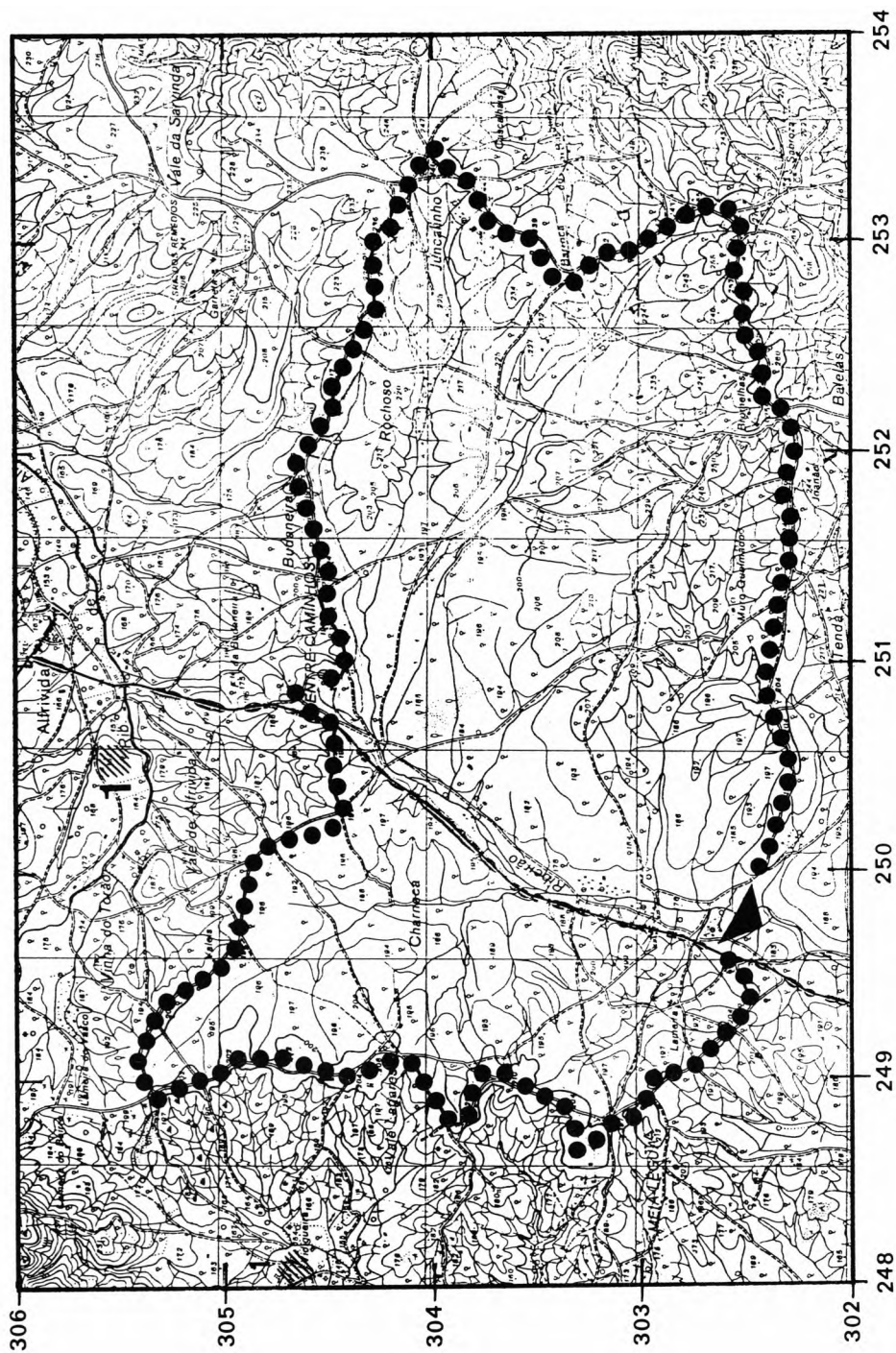


FIG. 23 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Localização e bacia hidrográfica
1 – *Villa*

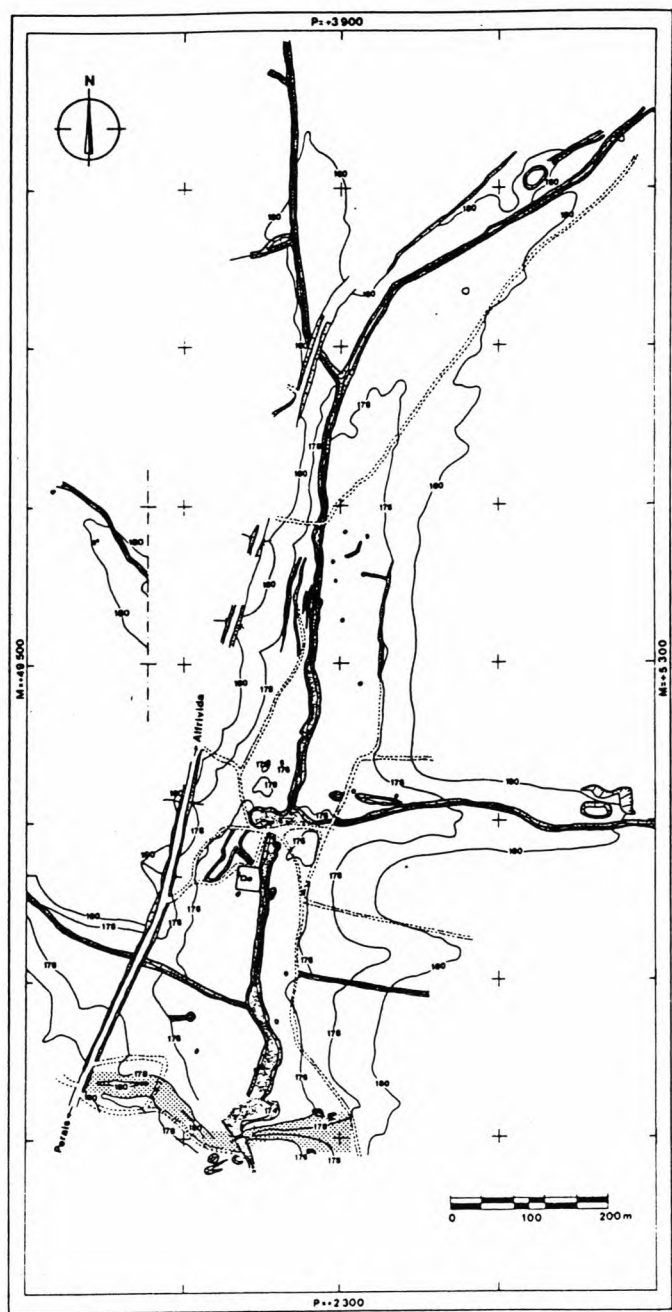


FIG. 24 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Planta da albufeira

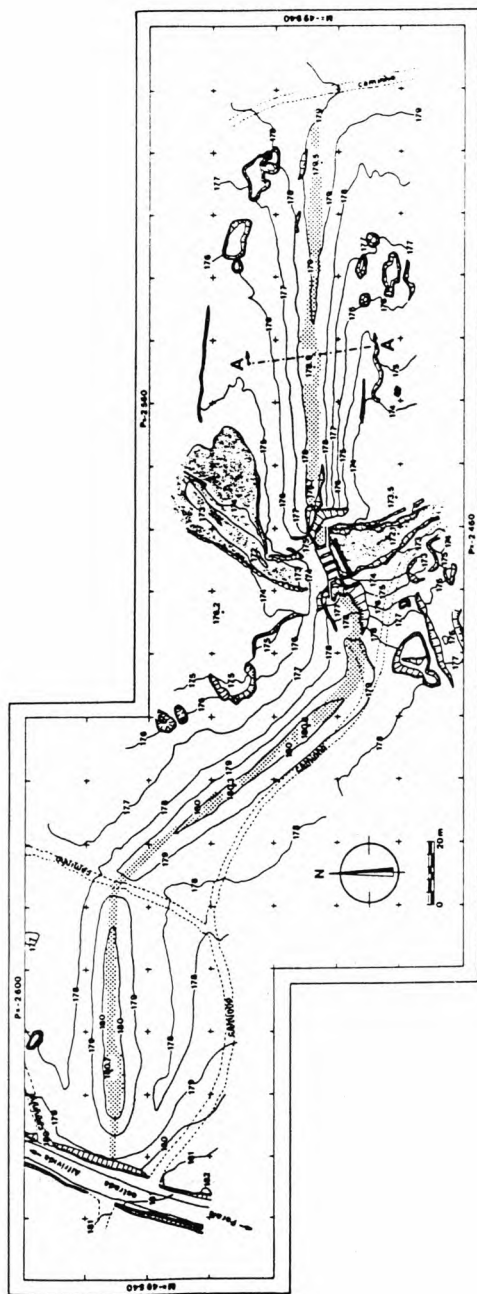


FIG. 25 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Planta da barragem

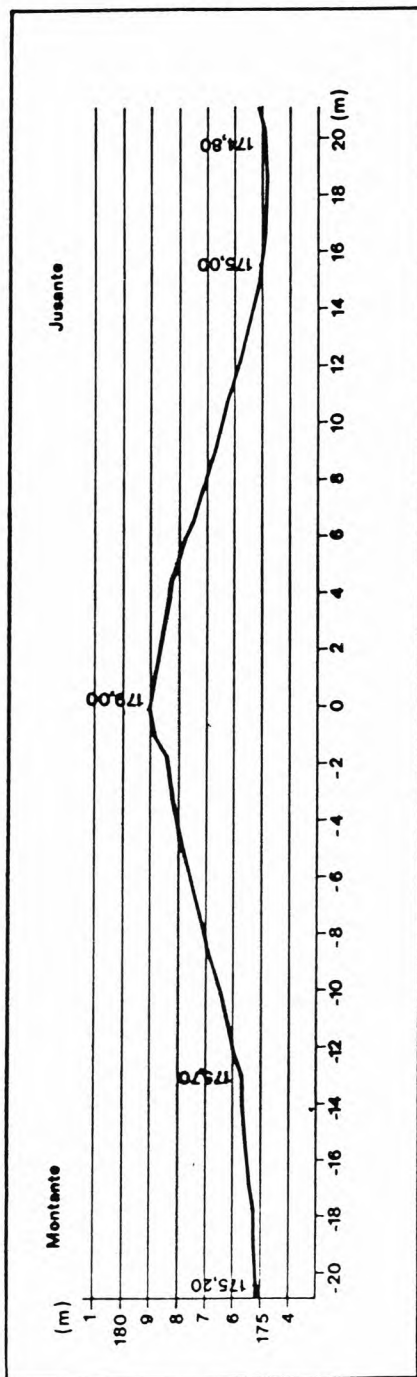


FIG. 26 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Perfil A-A localizado na Fig. 25

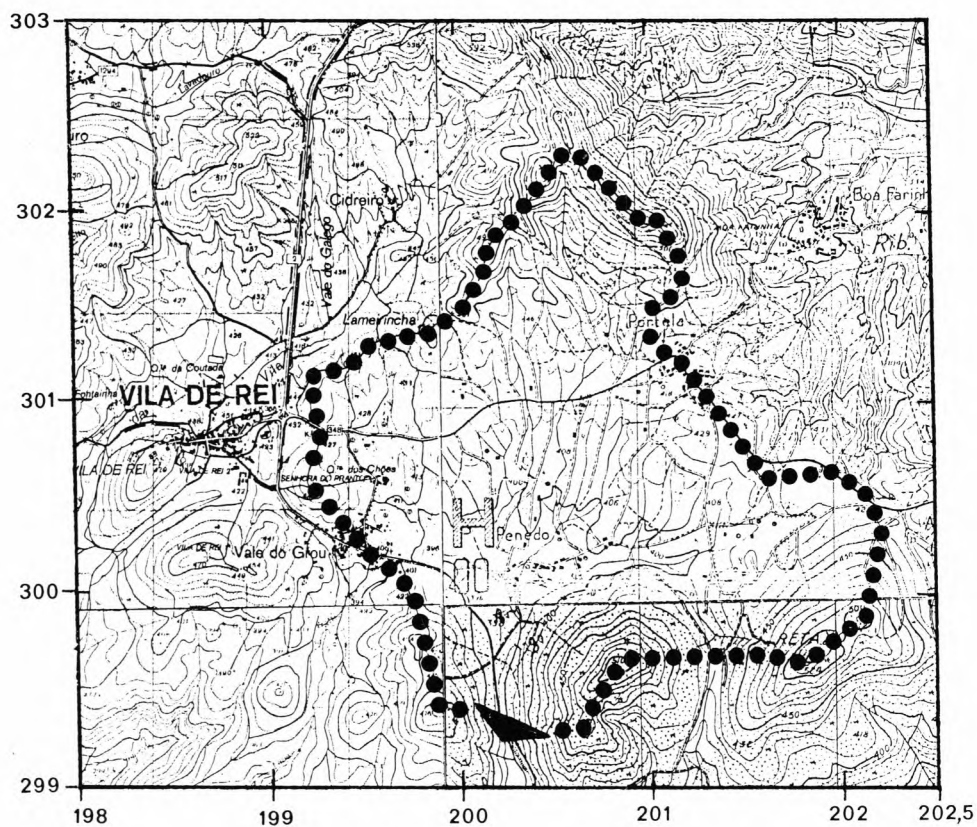


FIG. 27 – Barragem do Souto do Penedo (Vila de Rei). Localização e bacia hidrográfica

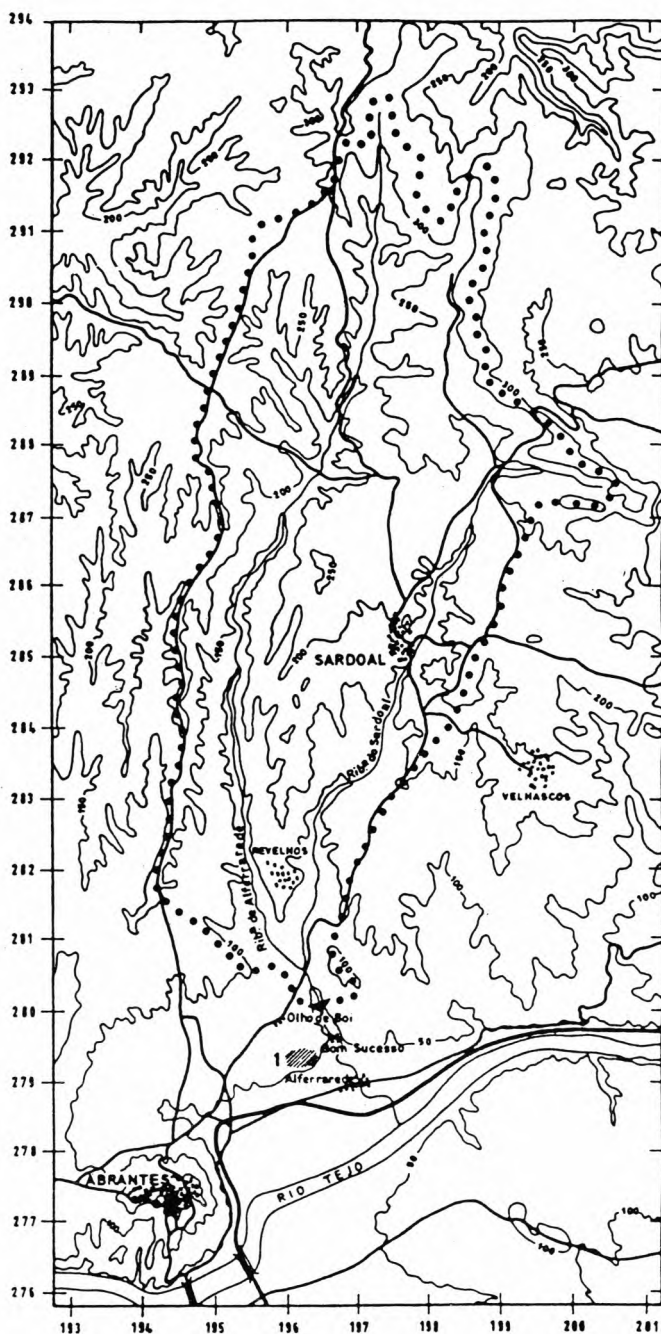


FIG. 28 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Localização e bacia hidrográfica
1 – Villa

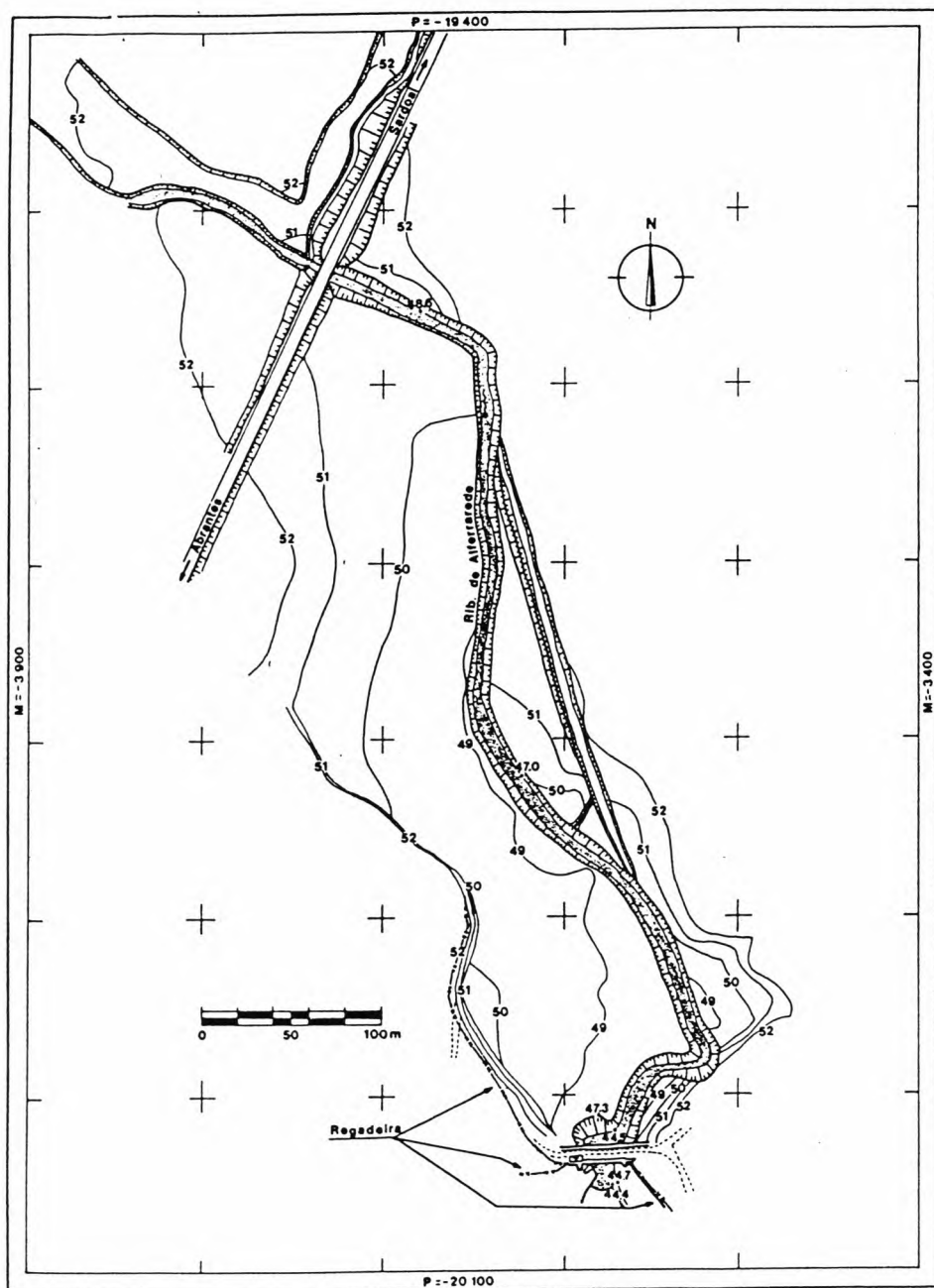


FIG. 29 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Planta da albufeira

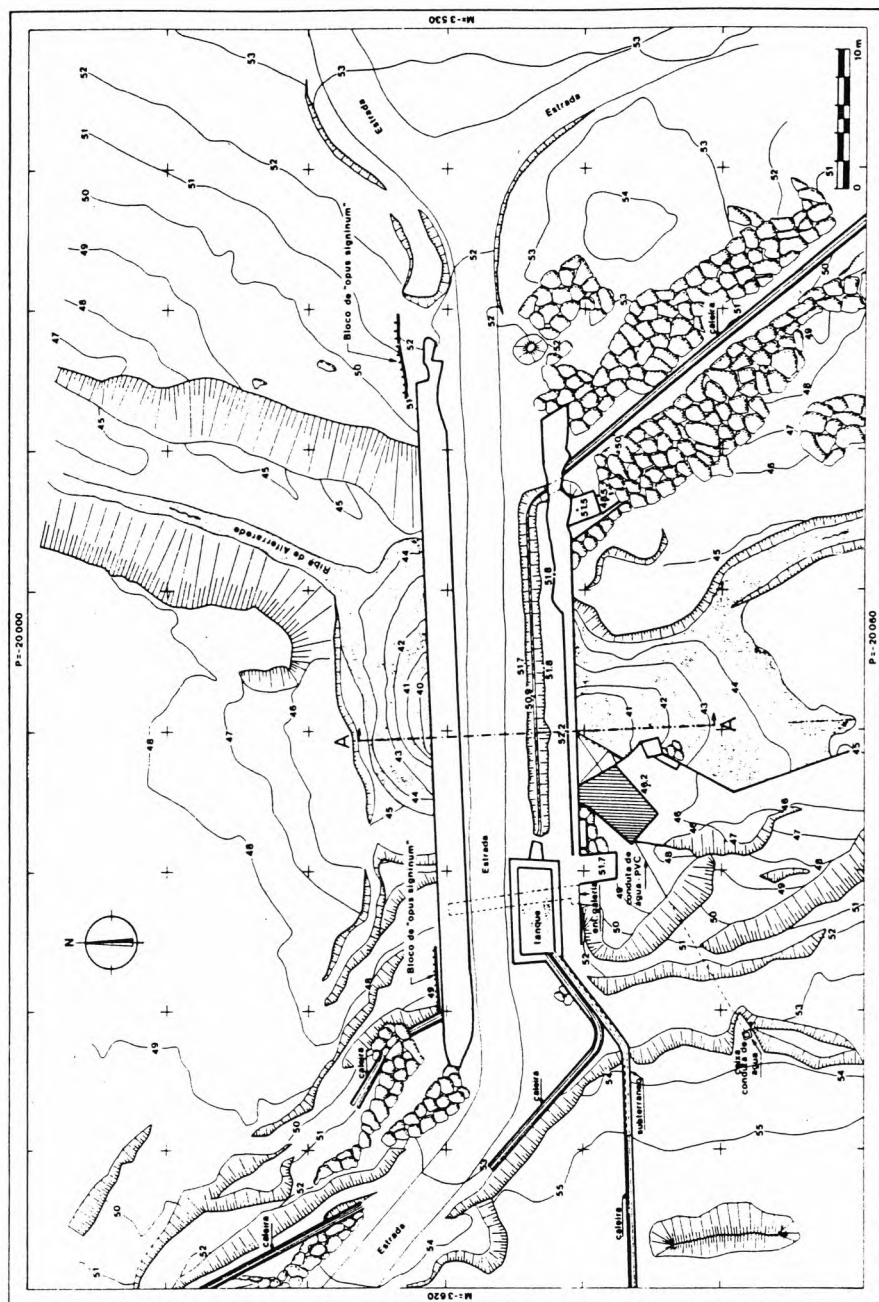


FIG. 30 – Barragem de Alferrade (Abrantes). Planta da barragem

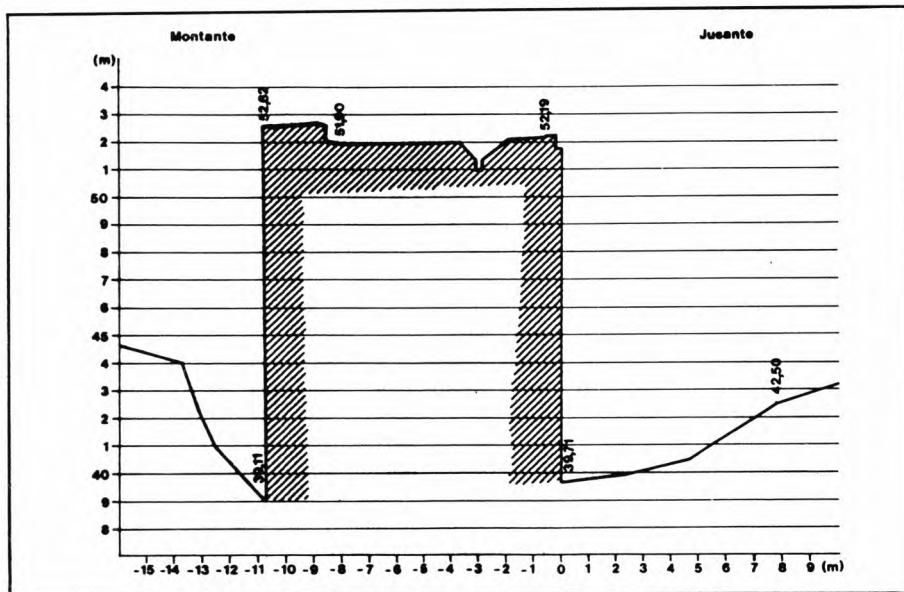


FIG. 31 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Perfil A-A localizado na Fig. 30

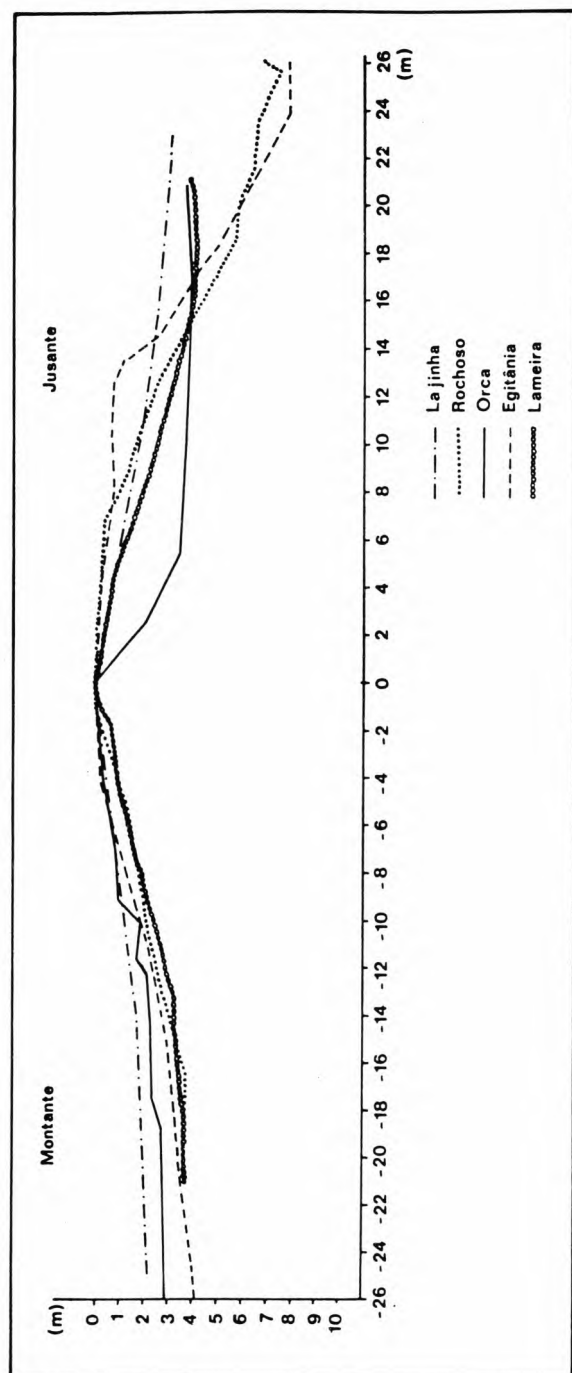


FIG. 32 – Perfis transversais das barragens de terra estudadas

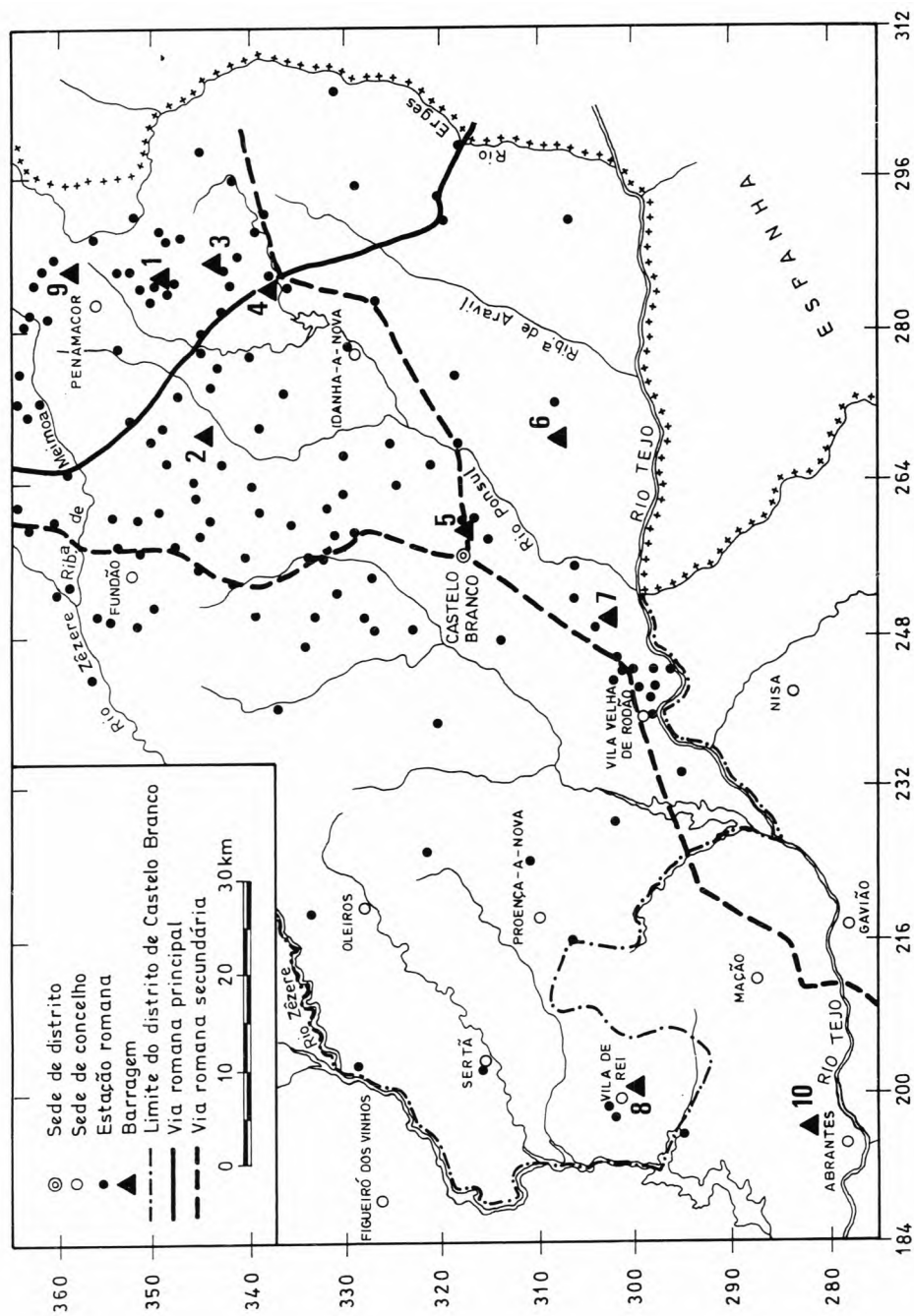


Fig. 33 – Estações e vias de comunicação romanas (ALARCÃO 1988a e 1988b, adaptação) e barragens estudadas

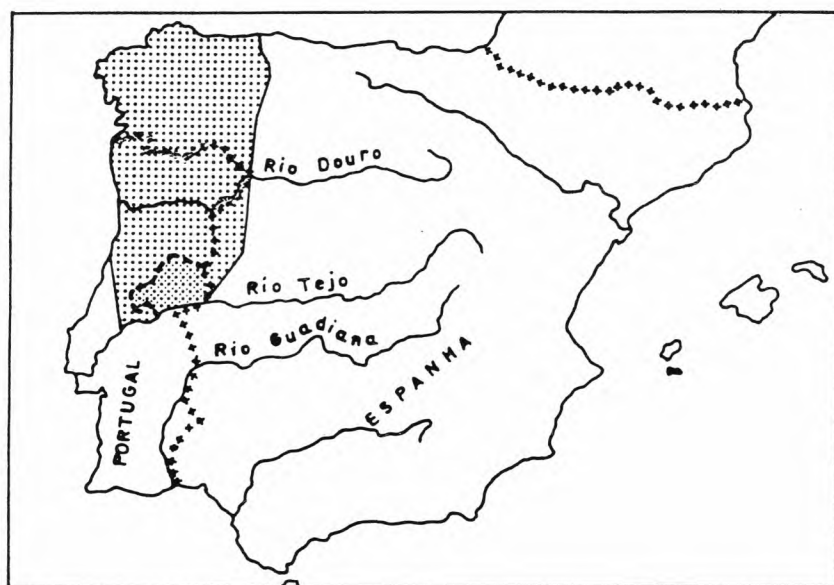


FIG. 34 – Região aurífera do Noroeste da Península Ibérica minerada pelos romanos, com delimitação do distrito de Castelo Branco (adaptação da Fig. 1 de DOMERGUE 1986)



Foto 1 – Barragem da Lajinha (Penamacor). Panorâmica da margem direita, vista de jusante

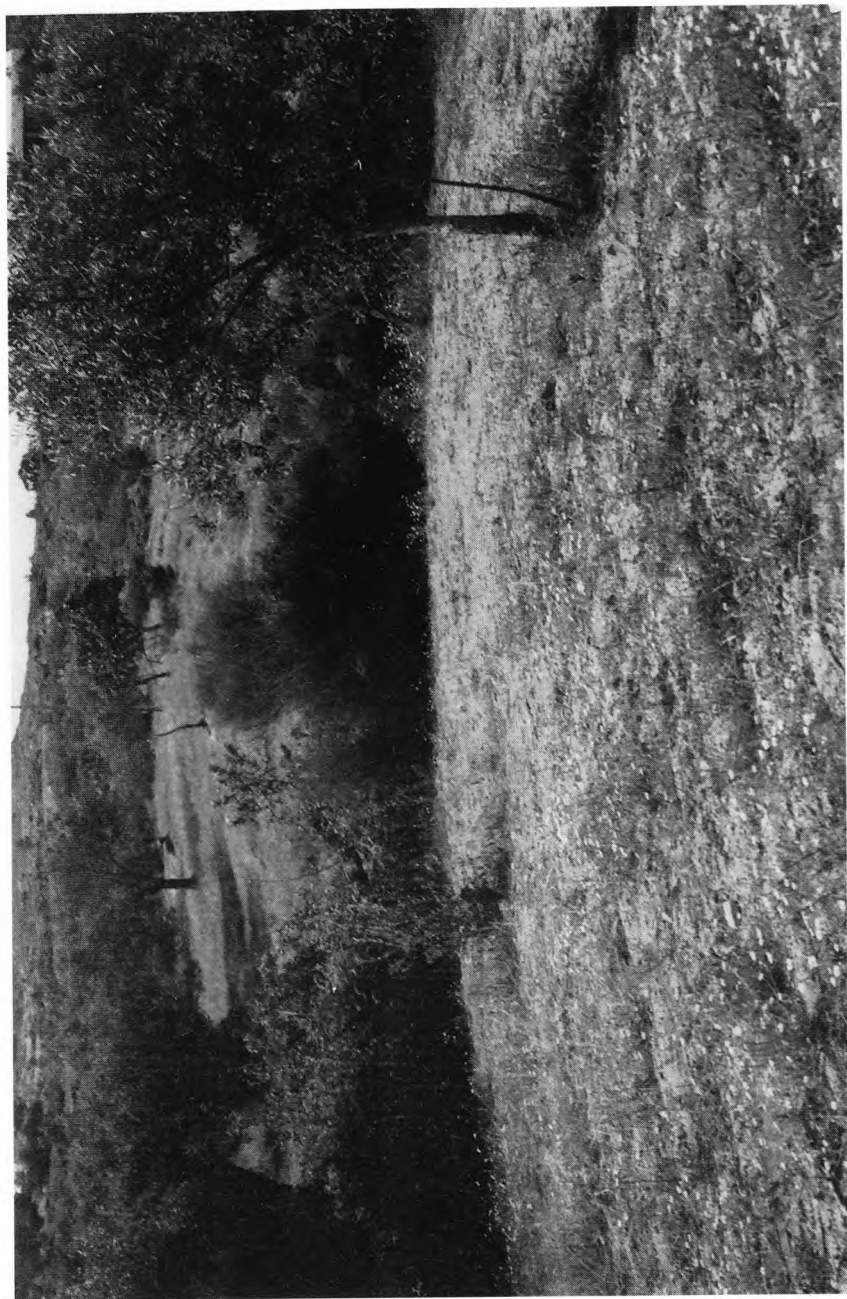


FOTO 2 – Barragem da Lajinha (Penamacor) Vista do topo da barragem obtida da margem esquerda



FOTO 3 – Barragem da Orca (Fundão). Vista geral do aterro na margem esquerda, de jusante, notando-se a escarpa da brecha



FOTO 4 – Barragem da Orca (Fundão). Vista da brecha na margem esquerda



Foto 5 – Barragem da Orca (Fundão). Vista do pormenor da estrutura do aterro na brecha, evidenciando a execução do aterro por camadas



Foto 6 – Barragem da Orca (Fundão). Fotografia aérea vertical, reconhecendo-se a barragem (a) e a zona de movimentação de terras (b)



FOTO 7 – Barragem da Orca (Fundão). Vista parcial da área da antiga albufeira, asso-
reada, obtida da margem esquerda, notando-se a estrutura hidráulica com poço



FOTO 8 – Barragem da Orca (Fundão). Pormenor da estrutura hidráulica, com lajeado,
poço e tanque



FOTO 9 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Vista geral do aterro na margem direita, observando-se na zona central o talude de jusante, coberto de mato, e o de montante, com pendente mais suave, em pousio



FOTO 10 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Margem direita vista de jusante



FOTO 11 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Fonte provavelmente romana, a cerca de 500 m a montante da barragem, que alimentava a *villa* de S. Lourenço



FOTO 12 – Barragem do Rochoso (Idanha-a-Nova). Caleira de granito, junto do encontro esquerdo da barragem



Foto 13 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Coroamento do aterro na margem direita



FOTO 14 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Vista de jusante, notando-se à direita o início do talude da brecha



FOTO 15 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Talude da brecha, da margem direita, observado da margem esquerda



Foto 16 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova).
Pormenor da estrutura do aterro

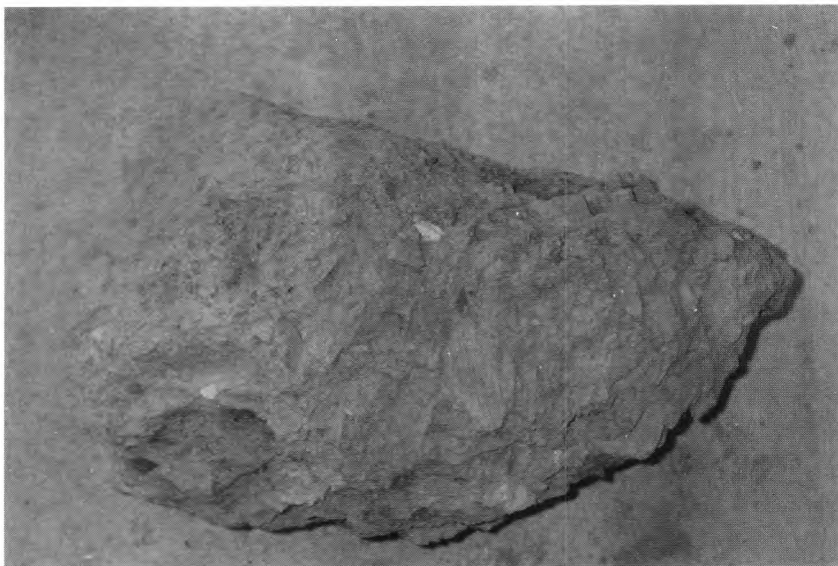


FOTO 17 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Bloco desmoronado do aterro



FOTO 18 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Troços de caleira fotografados no adro da torre de menagem de Idanha-a-Velha



Foto 19 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Plataforma na margem esquerda onde abundam vestígios romanos à superfície.
Nota-se na parte superior direita o talude de jusante da barragem do troço da margem direita

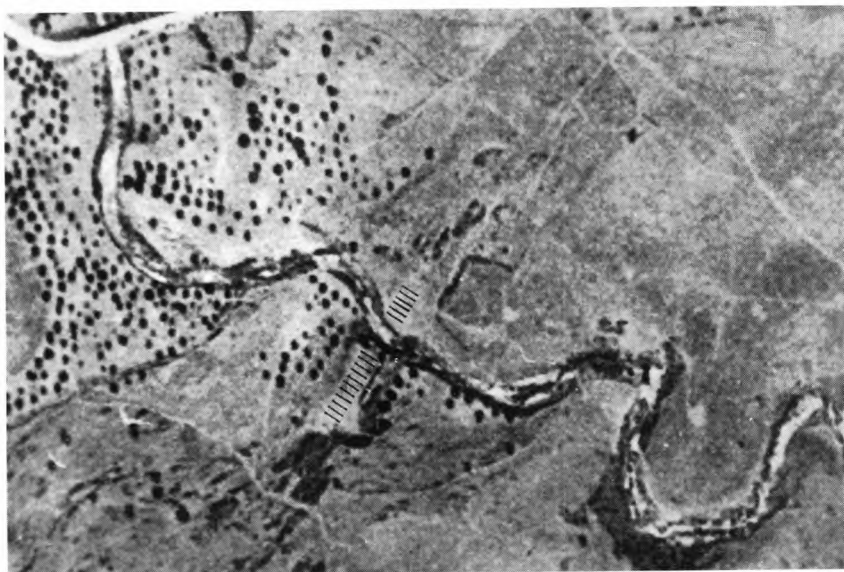


FOTO 20 – Barragem da Egitânia (Idanha-a-Nova). Fotografia aérea vertical, reconhecendo-se a barragem (tracejado)



FOTO 21 – Barragem de Nossa Senhora de Mércules (Castelo Branco)



FOTO 22 – Barragem de Monforte (Castelo Branco). Vista geral do aterro obtida para a margem direita



FOTO 23 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Vista do aterro, obtida de jusante na margem esquerda



FOTO 24 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Vista da brecha e da estrutura recente de betão, a partir do aterro na margem direita



FOTO 25 – Barragem da Lameira (Vila Velha de Ródão). Estrutura do aterro, aparente no talude da brecha na margem esquerda, notando-se uma moeda de 31 mm de diâmetro



FOTO 26 – Barragem do Souto do Penedo (Vila de Rei). Resto do muro no topo do penedo



FOTO 27 – Barragem de Alferrarede (Abrantes).
Vista do paramento de montante, antes
da desmatação



FOTO 28 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Vista do coroamento
e do paramento de montante, obtida da margem esquerda.
Nota-se, em primeiro plano, um bloco de *opus signinum*, que
pertenceria à primitiva barragem romana



FOTO 29 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Vista do paramento de montante, notando-se, próximo do extremo da margem direita, restos de muro de *opus signinum* da primitiva barragem romana



FOTO 30 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Vista do paramento de jusante a partir da margem esquerda, notando-se, restos de moinho e caleira adossada ao muro, a meia altura



FOTO 31 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Vista de jusante, notando-se em primeiro plano a saída de uma galeria transversal à barragem



FOTO 32 – Barragem de Alferrarede (Abrantes). Vista de jusante, notando-se, em primeiro plano, uma caleira de construção recente e, em último plano, a albufeira assoreada

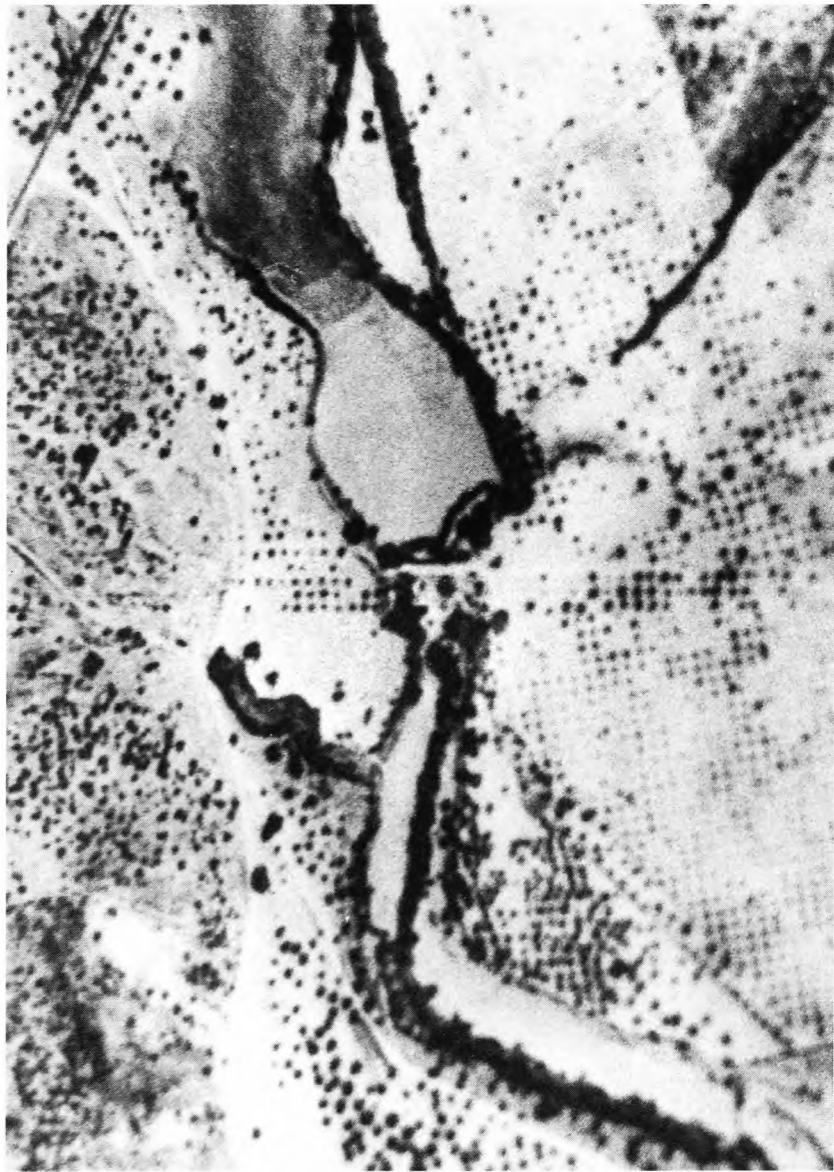


Foto 33 – Barragem de Alferrarede (Abrantes).

Fotografia aérea vertical, mostrando a barragem e, à direita, a albufeira assoreada

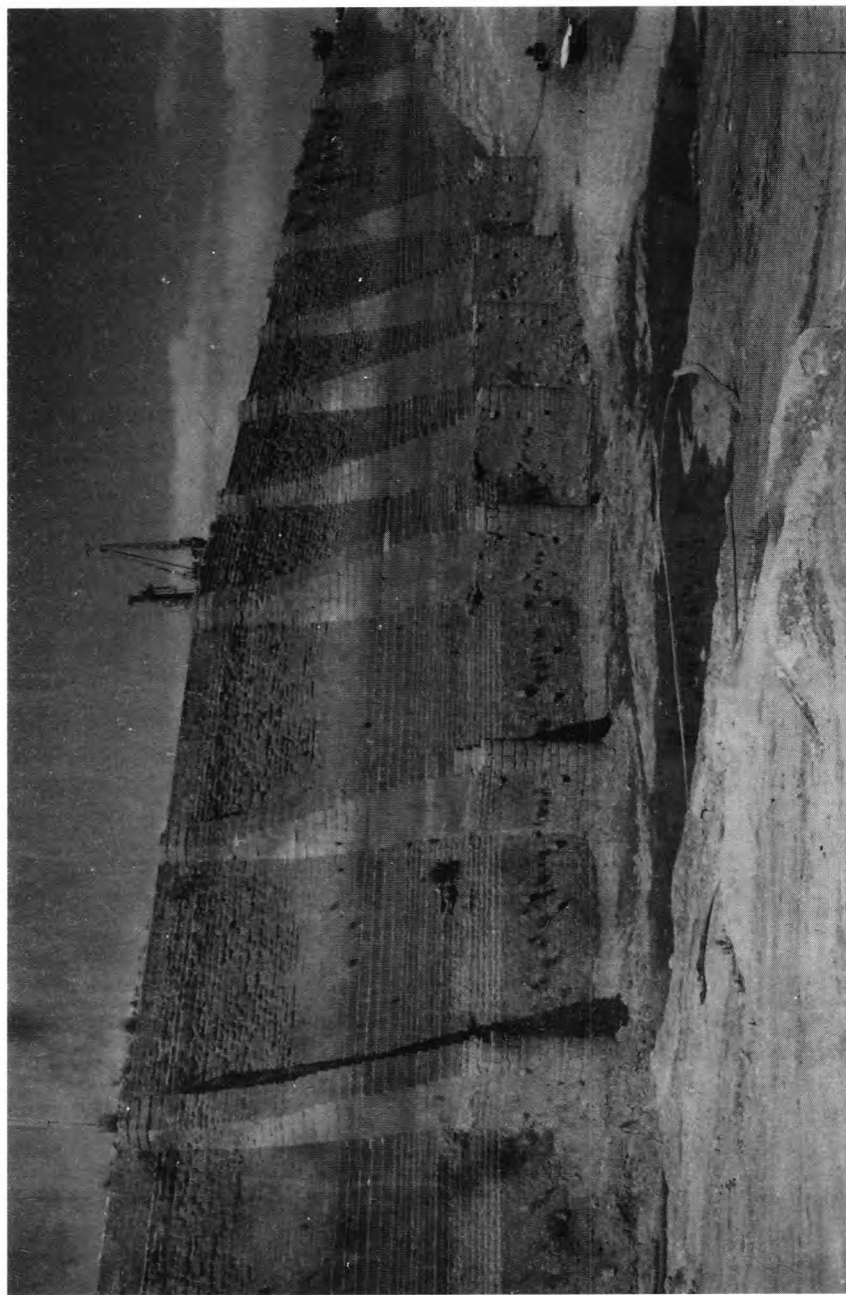


Foto 34 – Barragem de Proserpina. Vista do paramento de montante, com a albufera vazia e desassoreada em 1992

MANUEL SALINAS DE FRÍAS

Professor da Universidade de Salamanca

LOS TEONIMOS INDIGENAS CON LA MENCIÓN “DEUS, -A”

EN LA EPIGRAFIA HISPANA

“Conimbriga” XXXIV (1995) p. 129-146

RESUMO: Conjunto de observações sobre a temática em epígrafe, com a esperança de contribuir para uma compreensão melhor das realidades religiosas na Hispânia Romana e da sua tradução epigráfica. Conclui-se que a menção *deus, dea*, não implica necessariamente a persistência dum culto indígena.

RÉSUMÉ: Un ensemble d’observations dont l’objectif est donner une contribution à une meilleure compréhension des réalités religieuses dans *Y Hispania Romana* et leur traduction épigraphique. On conclut que la mention *deus, dea*, n’est pas un signe évident de la persistance d’un culte indigène.

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS TEONIMOS INDIGENAS CON LA MENCION “DEUS, -A” EN LA EPIGRAFIA HISPANA (J)

La intención original de estas líneas había sido la de realizar un estudio sobre las inscripciones hispanas que mencionan los términos *deus* y *dea* y el problema de la denominada *interpretatio* indígena. El desarrollo de nuestra propia investigación, sin embargo, reveló que éste era un objetivo demasiado ambicioso. Lo que sigue, por consiguiente, es una serie de observaciones sobre el conjunto de las inscripciones hispanas en que los teónimos, y en particular los teónimos indígenas, van acompañados de los términos *deus* y *dea*. Este conjunto ha dado origen a una teoría, inicialmente expuesta por D. Vaglieri⁽²⁾ pero que fue Lambrino quien popularizó extraordinariamente entre los investigadores hispanos, según la cual lo que subyace bajo dichos teónimos es la existencia de un culto y una divinidad indígena que han sido asimilados, muy frecuentemente, a otros romanos. La mera mención de los términos *deus* y *dea* en un epígrafe se convierte así en un indicio o traza de indigenismo religioso en las inscripciones. Esta idea ha sido manejada a menudo indiscriminadamente, de una manera que a nuestro entender contribuye poco a clarificar el conocimiento de las religiones antiguas de la Península Ibérica. Es por ello por lo que queremos presentar el conjunto de observaciones siguientes, con la esperanza de contribuir a una mejor comprensión de las realidades religiosas en la

(1) Este artículo se redactó inicialmente como una comunicación al *VI Coloquio sobre Linguas e Culturas Paleo-hispánicas*. Causas ajenas a nuestra voluntad nos impidieron participar en él. Agradecemos ahora la acogida que la revista *Conimbriga* le otorga en sus páginas.

(2) S. v. “deus”, en el *Dizionario epigrafico di Antichità romana*, dirigido por E. de RUGGIERO, II,2, 1910.

Hispania romana y de su traducción epigráfica. Especialmente, hemos intentado una comparación entre lo que conocemos en el ámbito romano y lo que conocemos en el ámbito indígena, puesto que de dicha comparación puedan tal vez deducirse los márgenes más seguros del conocimiento de dichas religiones.

1. Como hemos dicho, dentro de la teonimia peninsular hispánica existe un conjunto particular formado por aquellos casos en que los nombres de los dioses van acompañados de los términos *deus*, en masculino, o *dea*, en femenino. Quien primero reparó en esta clase de menciones como algo con una característica peculiar fue Scarlat Lambrino. Como es conocido de todos, al estudiar los cultos indígenas Lambrino distinguió tres etapas en su proceso de romanización. Una primera etapa contemplaba la yuxtaposición e identificación de una divinidad indígena y otra romana entre las cuales los adoradores creían percibir puntos de semejanza; por ejemplo, *Cosus Mars*. Una segunda etapa contemplaba la substitución del teónimo indígena por la palabra *deus* o *dea* (por ej. *deus Mars*) que era, según él, inútil para un dios romano y que por consiguiente delataba a la antigua divinidad indígena suplantada por él. Y finalmente la tercera etapa consistía en la substitución total del dios indígena por el romano, ahora ya sin la mención de *deus*, en la misma región o localidad ⁽³⁾. La base de este fenómeno vendría dada por la práctica de la *interpretatio* tanto por parte de indígenas como de romanos.

La teoría de Lambrino hizo fortuna tan rápidamente que la suposición de que en cualquier caso la mención de *deus* o *dea* en las inscripciones hispanas enmascara una divinidad indígena ha sido asumida por de casi todos los investigadores, quienes la han aceptado sin criticar ni sus supuestos metodológicos ni los casos concretos propuestos por Lambrino.

Más recientemente, sin embargo, se han propuesto otros enfoques que suponen una cierta rectificación de la opinión general. En el III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas J. Untermann presentó una lista de casos en que los teónimos indígenas aparecían acompañados de un apelativo latino del tipo *deus*, *dominus*, *Lar*, *genius* o, menos frecuentemente, *Iupiter*, *Mars* u otra divinidad romana. La conclusión a que llegaba Untermann era que en el área de su estudio estos términos llenaban un campo semántico que en la lengua indígena

(3) SCARLAT LAMBRINO, "Les cultes indigènes sous Trajan et Hadrien", *Les empereurs romains d'Espagne*, Paris 1975, 232.

llenaban términos como *Bandi-*, *Bandu-*, *Cosu*, *Nabla*, *Reue* sin que existiera, sin embargo, una correspondencia exacta entre una lengua y otra⁽⁴⁾. Más recientemente, J. d’Encarnação ha demostrado que la sola mención de los términos *deus*, *-a* en las inscripciones no significa por sí misma que nos hallemos en presencia de una divinidad indígena, ya que dicha mención puede acompañar tanto a divinidades indígenas, romanas u orientales, como referirse a aquellas que, por estar depositado el epígrafe en su santuario, no aparecen explícitamente en la inscripción⁽⁵⁾.

En la hipótesis de Lambrino, y esto es lo importante, si en la Península Ibérica encontramos *deus Mars*, *deus Iupiter*, *deus Mercurius* es porque, y sólo porque, el término *deus* encubre la presencia de una divinidad indígena. Ello sería aceptable si, y sólo si, la evolución del teónimo indígena al teónimo puramente romano se diera *in situ*, es decir en el mismo lugar o en un entorno geográfico reducido. Pero, para seguir con uno de los ejemplos propuestos por el mismo Lambrino, las inscripciones que relacionan *Mars* con *Cosus* proceden de Braga (C/L II, 2418: *Cosusus Deus Mars*), de Santiago de Compostela (C/L II, 5071: *Cosus Mars*) y de Mongón, cerca del cabo de La Nao en la costa Levantina (C/L II, 5960: *Mars Semnus Cosus*), es decir muy lejos de los dos anteriores emplazamientos, si bien es cierto que se trata de una dedicatoria realizada por un miembro de una *vexillatio* de la *Legio VII Gemina*. De la consideración de los tres epígrafes, y suponiendo que la dedicatoria de Mongón está hecha por un militar desplazado hasta allí pero que porta consigo las creencias y los valores adquiridos en la tierra de su unidad de origen, lo que podemos deducir es que en *Galaecia* se daba una identificación entre el dios indígena *Cosus* y el Marte romano, pero no que el culto de Marte o su personalidad terminaran suplantando la de *Cosus*. Sencillamente, no tenemos ninguna base para afirmarlo.

2. La hipótesis de Lambrino se basa en dos supuestos. El primero de ellos es que el término *deus* es inútil para un dios romano. Para ser

⁽⁴⁾ J. UNTERMANN, “LOS teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas” *Actas del III coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, (Lisboa 1980), Salamanca 1985, 358.

⁽⁵⁾ J. ENCARNÇÃO, “Omissão dos teónimos em inscrições votivas” *Actas del IV coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, *Veleia* 2-3, 1987, 303-310; “Interpretatio romana. Matériaux pour l’étude de l’acculturation religieuse en Lusitanie” *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca 1993, pp. 281-287.

cierta esta suposición haría falta que los propios romanos no aplicasen nunca esta palabra a sus propios dioses. La más breve consideración muestra que esta suposición es falsa. Tenemos en primer lugar el hecho de que algunas divinidades específicamente romanas sólo eran mencionadas en compañía del apelativo *dii*, como es el caso de los *Di Manes*, *Di Penates* y, más esporádicamente, *Di Lares*. Tenemos también el caso de la *Dea Dia*, mencionada en las letanías del colegio de los Arvales, y ya dentro del ámbito epigráfico, un largo elenco de inscripciones en que divinidades genuinamente romanas, como *Saturnus*, *Apollo*, *Mercurius*, *Mars*, *Hercules*, *Fortuna*, *Ops*, *Tellus*, o *luno*, aparecen acompañadas por los términos *deus* y *dea* ⁽⁶⁾. En un documento muy antiguo, como es la *devotio* de los Decios, se enumeran Jano, Júpiter, Marte, Quirino, Belona, Lares, Dioses Novensiles, Dioses Indigetes, y los dioses bajo cuya potestad estaban los romanos y sus enemigos (Liv. 8,9,9).

Este uso de los términos *deus* y *dea* de daba también en la lengua literaria y, hemos de suponer, en el lenguaje cotidiano también. De los muchos ejemplos recogidos en el *Thesaurus linguae latinae* ⁽⁷⁾ señalaremos algunos de Varrón por ser erudito aficionado a las cosas religiosas. Así, en *de ling. lat.* 5,46 dice: *is deus (Vortumnus) Etruriae princeps*; en 6,21: *Volturnalia a deo Volturmo*; y en 1,36: *Fauni dei Latinorum, ita ut et Faunus et Fauna*. Otros ejemplos de este uso son también Plauto, *Bacch.* 255: *Volcanus, Luna, Sol, Dies di quattuor*, y *Stich.* 393: *Hercules qui deus sis*; Propertio, 4,2,34: *Faunus sum deus*; Cicerón, *Verr.* 2, 49: *tenes apud Tenedios... sanctissimus deus, nat. deor.* 3,43: *si Nymphae deae sunt*; Valerio Sorano, *Carm.* frg. 4: *Iuppiter omnipotens rerum regumque reparator (...) deus unus et idem*; y Virgilio, *Aen.* 4,510: *deos Erebumque Chaosque tergeminaeque Hecatem*.

Dentro de la Península Ibérica, no parece tampoco que la mención *deus* encubra una divinidad indígena cuando encontramos en Valencia ('*CIL* II, 3726) una inscripción dedicada a *Asclepio deo* por *L. Cornelius Hyginus*, sevir augustal cuyo cognomen nos remite a un origen oriental y cuyo status y contexto geográfico y social no muestra la menor traza

(6) Cf., por ejemplo, *CIL* V, 4854: *di sancti Hercules et Iunones*; *CIL* VI, 23.37: *deo sancto Apollini pacifero*, 467: *deus sanctus numen deus magnus Liber Pater*, 480: *deus sanctus Mars*, 30978: *deus Mercurius*, 531: *virgo victrix sancta dea Nemesis*, 2826: *deus Saturnus patrius*, 769: *dea Tellus*, 771: *dea sanctissima Terra mater*, 537: *dea Nortia*; *CIL* IX, 684: *dea Ops*; *CIL* XI, 2685: *dea Nortia magna*.

(7) *Thesaurus linguae latinae*, Munich 1900, sv. "deus".

de indigenismo. Ni tampoco es el caso de una inscripción de Velilla, Zaragoza (*CIL* 11,3849) en que Lucio y Cornelia, conquescentes, consagran un predio, probablemente el mismo en el que se erigió su sepultura, *sacre Dive Diane*. En el caso de la *dea* o *Diva Fortuna* (*CIL* 11,3026, Alcalá H.) estamos frente a una pura expresión clásica; y en las dedicatoria a *Isis dea* (*CIL* 11,3387) y *deus invictus Mithras* (*CIL* 11,5366 *Italica*, dedicada por un tal *Secundinas*) no haya nada que remita o pueda hacer pensar en una divinidad indígena identificada con Mitra o Isis. Por el contrario, estas dedicatorias muestran que la denominación *deus* o *dea* puede acompañar indistintamente a teónimos indígenas, grecorromanos u orientales sin que ello indique que en cada caso bajo dicha denominación se encubre una divinidad autóctona. O ¿qué pensar entonces de la mención de los *dei deaeque* en la *Lex Urson.* 11,1,8?. Fijémonos en una inscripción dedicada a *deus Mars* (*CIL* 11,1472) por *Septimenus r(ei) p(ublicae) A(stigitanae servus)*, es decir por un *servus publicus* de la muy romanizada capital del *conventus Astigitanus*, perteneciente a la Bética. No hay nada en la inscripción que nos permita relacionar la dedicatoria con una supuesta divinidad indígena sino, totalmente al contrario, con el culto muy extendido y bien atestiguado en esta provincia del Marte romano ⁽⁸⁾. Lo mismo sucede con otra inscripción dedicada *Marti domino* por la *respublica Murg(itanorum)* (*ILER*, 252). Dos inscripciones dedicadas a Silvano, divinidad itálica, son también reveladoras a este respecto. Una (*ILER* 310, Porcuna) está dedicada *Numini sancto deo Silvano* por *Succesianus Augu(sti) ser(vus)*; otra (*CIL* 11,5388 Sevilla) está dedicada por *Q. M(arcus?) Theseus*, probablemente un liberto, *deo Silvano*. Tampoco en ninguno de ambos casos la ubicación geográfica ni el status social de los dedicantes autorizan a pensar en un ámbito de religiosidad indígena por el mero hecho de mencionarse en ellos la palabra *deus*. De la misma manera sucede con un árula de Barcelona (*CIL* II, 4499) dedicada *d(is?) d(eabusque?) Silvanis* por el muy romanizado en su onomástica *M. Antonius Crescens*. Algunos de estos casos, efectivamente, a pesar de figurar en el *CIL* no fueron recogidos por Lambrino; por otra parte, se habrá observado que para comprender el epígrafe como manifestación de un acto religioso es necesario tener en cuenta las dos partes que se implican en él: la divinidad a que se dedica y el dedicante

⁽⁸⁾ J. RODRÍGUEZ CORTÉS, *Sociedad y religión clásica en la Bética romana*, Salamanca 1993, pp.76-81; once epígrafes dedicados a Marte en la provincia.

que hace la ofrenda. Hasta ahora los estudios sobre religiones indígenas sólo han tenido en cuenta los nombres de las divinidades, pero han prestado muy poca atención a los dedicantes que ofrecían las inscripciones, su estatus jurídico, su procedencia geográfica, etc.

3. El segundo supuesto de la hipótesis de Lambrino viene dado por la presunción de que es necesario restituir, al lado del denominativo *deus*, el nombre de una divinidad indígena. Ello sería válido si pudiéramos comprobar que en las lenguas indígenas lo habitual, si no lo obligado, era acompañar el nombre de las divinidades con algún término propio derivado del i.e. **deiwos*, el término común indoeuropeo para referirse a la noción de "dios". Sin embargo, no parece que esto sea lo corriente. La consulta de las listas de teónimos realizada por Untermann en aquel anterior Coloquio muestra precisamente lo contrario; es decir, que las denominaciones compuestas por *deus*+teónimo son una minoría en comparación con las denominaciones en que el teónimo aparece solo o acompañado por uno o varios adjetivos, que hemos de considerar sin duda como epítetos.

El ámbito más apropiado para hacer esta comprobación parece ser sin embargo el de aquellos textos en lengua indígena que parecen contener teónimo. Podemos esperar que en ellos se nos muestre la manera propia de los indígenas de referirse a sus dioses. Para referimos a textos seguros, tomaremos solamente en consideración tres de ellos bien conocidos: la inscripción de Cabeço das Fráguas, la gran inscripción de Peñalba de Villastar y el bronce celtibérico de Botorrita.

La inscripción de Cabeço das Fráguas menciona tres teónimos sobre los que no hay dudas: *Trebopala*, *Trebarune* y *Reue*, y tal vez un cuarto, *Laebo*, anteceditos por acusativos que deben referirse a las ofrendas hechas a estas divinidades. En los cuatro casos, los teónimos aparecen solos, sin ningún denominativo del tipo **deiwos*⁽⁹⁾.

⁽⁹⁾ La inscripción, también lusitana, de Lamas de Moledo menciona una donación: *doenti* "dant" con su acusativo *angom lamaticom* y dativo *crouceai macareaicoi* que puede referirse al nombre de una divinidad si *crouceai* lo relacionamos con *crougin*, en una inscripción de Mosteiro da Ribeira en que aparece *Crougintoudodadigoe* (BRAH LVIII, 394). Tovar interpretaba el segundo elemento, *teudodadigoe*, como equivalente a otros en inscripciones lusitanas: una de Talaván que menciona a *Munidi Eberobrigae Toudopalandiagae* (BRAH, 64, 1914, 306), y al propio teónimo *Trebopala*. Todos ellos expresarían la idea de una piedra sagrada propia del pueblo, de la tribu (*trebopala*) o de la nación (**teutopala*). Cf. A. TOVAR, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos" *Actas de III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, 1985, pp. 232-237 y nota 36.

La inscripción grande de Peñalba de Villastar, como es sabido, registra una dedicatoria a Lug, *Lugus*, mencionando en dos ocasiones el nombre del dios en dativo sing., *Luguei*. En ambos casos también, el nombre del dios aparece sin ningún género de denominativo.

De la misma manera, la inscripción celtibérica de Botorrita parece contener la mención segura de dos divinidades, que De Hoz restituye como *Togoits* y *Samicios*, expresadas ya desde la fórmula inicial:

Tiris[:]com.bertunetacam:Tocoitoscue:Sarnicio:cue: sua:combalces: ne litom

y que se repiten varias veces en la inscripción. En ninguno de los casos, sin embargo, parece que *Togoitos* y *Samicios* aparezcan acompañados de una palabra de signifique “dios” o “divinidad”⁽¹⁰⁾.

4. En esta situación, pensamos que tal vez el análisis de los dedicantes de las inscripciones a divinidades que llevan el denominativo *deus* podría aclarar este problema al ser una variable que hasta ahora no se ha tenido en cuenta.

Para ello realizamos una encuesta tomando como base la lista proporcionada por Untermann a la que añadimos algunas inscripciones aparecidas posteriormente u otras no incluidas por él a pesar de su notoria pertinencia, como es el caso de la inscripción *CIL* II, 814, de La Oliva de Plasencia, dedicada *Dis Laribus Gapeticorum gentilitat(is)*. El conjunto de la muestra nos dio un total de casi un centenar de inscripciones, 94 exactamente, en las que aparece expresa o abreviada la denominación *deus*, *-a*. De estas 94 inscripciones, 60 están dedicadas a la divinidad indígena *Endovellicus* con distintas fórmulas: *deus Endovellicus*, *deus sanctus Endovellicus* o *Endovellicus* simplemente. La lista hubiera sido más larga si hubiésemos incluido aquellas inscripciones en que por cualquier razón, lo más frecuentemente pérdida parcial del epígrafe, ha desaparecido el nombre de la divinidad. El conjunto de inscripciones dedicadas a *Endovellicus* sesga evidentemente la muestra y por ello merece un tratamiento aparte que dejaremos para otra ocasión. No obstante, queremos hacer dos observaciones por su inmediata evidencia. En primer lugar, la fórmula más habitual de mencionar este dios en las inscripciones es la de *Endovellicus*, con 35 casos, frente a la de *deus*

(10) DE HOZ, J. “La epigrafía celtibérica”, *Epigrafía hispánica de época romano-republicana*, Zaragoza 1986, 87.

Endovellicus, con 19, y la de *deus sanctus Endovellicus*, que sólo aparece en 4 ocasiones. De acuerdo con estos datos, parece que la forma normal de mencionar la divinidad por parte de sus devotos era la de el nombre del dios solamente, como sucede en los textos e inscripciones en lengua indígena, y en este caso habríamos de ver el desarrollo de fórmulas como *deus* o *deus sanctus* como algo aportado por la romanización de estas poblaciones; es decir no como un elemento que indica la pervivencia de un culto o divinidad indígenas, sino todo lo contrario, que indica la romanización de dicho culto. En segundo lugar, la inmensa mayoría de los dedicantes presentan una onomástica latina, no indígena y solamente en un par de ocasiones podemos pensar en una onomástica mixta (*IRCP*, 487: *Antubellicus Priscus*; 496: *Helvia Avita*). Todo ello lo que parece indicar es que nos hallamos en un estadio muy avanzado de romanización, cuando gran parte de la población ha perdido o abandonado su onomástica original para adoptar otra de origen latino.

Desde el punto de vista social, es muy difícil clasificar este conjunto de dedicantes. En un par de ocasiones se trata de individuos pertenecientes al orden ecuestre (C/L 11,131: *Sextus Cocceius Craterus Honorinus, eques Romanus*, y 140: *Sitnia Q.f. Victorina ex visu Q. Sitoni equestris patris*); hay también varios esclavos (3-4) y podemos sospechar la existencia entre ellos también de algunos libertos (*IRCP* 488: *Hermes [...] P.[l]ib(ertus)*\ 490: *L.Calpurnius Andronicus?*; 540: *..Aus [N]arcisus*). Pero la gran masa de los dedicantes está constituida por individuos de onomástica latina, muy frecuentemente portadores de tria nomina en el caso de los hombres y duo nomina en el caso de las mujeres, que no indican sin embargo ningún otro elemento (tribu, ordo, etc.) que nos permitiera establecer su adscripción social. La solución que nos parece más aceptable es suponer que estos individuos pertenecen mayoritariamente a la plebe urbana o rústica, que debía constituir el grupo de población más numeroso en Lusitania meridional durante el Alto Imperio, entre la cual el culto de *Endovellicus*, con rasgos premonitorios, salvíficos y médicos, debía tener gran aceptación.

El resto de los epígrafes dedicados a divinidades indígenas acompañadas del término *deus* suma 36 casos. De ellos, en 22 ocasiones el dedicante lleva onomástica latina; sólo en 6 casos la onomástica del dedicante es indígena inequívocamente; y en 8 ocasiones no es posible determinar si el dedicante lleva nombre indígena o latino con seguridad, bien porque no aparezca expreso o porque haya desaparecido de la inscripción. Hemos incluido dentro de los dedicantes indígenas aquellos

casos en que se trata de un colectivo como el *ordo Zoelarum* en la inscripción CIL 11,2606 (*.DeoAerno ordo Zoelar(um) ex voto*), o CIL 11,814 (*Dis Laribus Gapeticorum gentilit(atis)*). La conclusión que se desprende es que la denominación *deus, -a* parece algo vinculado más bien a la latinización, lingüística, cultural y religiosa, que a una pervivencia del elemento indígena.

Dentro de este conjunto de inscripciones destacan por su relativa abundancia, aunque mucho menor que la de los epígrafes de *Endovellicus*, las inscripciones dedicadas a *Dea sancta Turibrigensis Ataecina*.

Será preciso recordar, a este respecto, que los dos casos concretos analizados por Lambrino como prueba de su teoría eran los de *Iupiter Solutorius Eaecus* y *Ataecina Proserpina*. En el primer caso, teníamos una serie de inscripciones, procedentes en su mayor parte del norte de Extremadura, dedicadas a *Iupiter Solutorius* y un epígrafe en la misma región dedicado a *Deo Eaeco* ⁽ⁿ⁾. El nexo entre unos y otro vendría dado por un epígrafe de Poza de la Sal, que Lambrino situaba nada menos que en la Extremadura española, dedicado *Iovi Solutorio Eaeco*. El error geográfico explica que pasara desapercibido el hecho de que se intentaba conectar la inscripción a *deo Eaeco* y la serie de *Iupiter Solutorius* a través de un epígrafe de la provincia de Burgos, a más de 400 kms. de distancia de Coria y de Cáceres. Por otra parte, la revisión de las inscripciones de Poza de la Sal hecha por M.L. Albertos y J.A. Abásolo demostró que la inscripción de Poza de la Sal era en realidad una inscripción funeraria, dedicada a *Cneo Avito Saeco*, y elimina cualquier posibilidad de relacionar el culto de *Eaecus* con el de *Iupiter Solutorius* ⁽¹²⁾. Algo muy importante, además, es el hecho de ninguna inscripción está dedicada a *deo Iovi Solutorio*, lo que hubiera sido coherente con la hipótesis de Lambrino. Ello no obstante, el culto de Júpiter Solutorio se da en un contexto claramente indígena; si tenemos

(n) J.SALAS, J.A.REDONDO y J.L.SÁNCHEZ ABAL, “Un sincretismo religioso en la Península Ibérica: Júpiter Solutorio Eaeco”, incluyen dos inscripciones más; una de Brozas (n.º 1): *Cilius/Caenonis/f Apulus/Eaco/v.s.l.m.*, y otra de Alcántara publicada anteriormente por M. BELTRÁN (n.º 4): *Balaesu/ deae/ animo/ libes vo[t]/um victoria/ solvit*, en la que proponen leer: *Balaesu/s C. l(ibertus) Eae[co]/ animo/ libes vo[tum]/ v(ovit) victoria/ solvit*. A partir de la fotografía suministrada por ellos mismos, preferimos la lectura de Beltrán, ya que ni hay espacio para restituir Eae[co], ni *Victoria* es antropónimo frecuente en el CIL II.

(12) ABÁSULO, J.A. y ALBERTOS, M.L. “Acerca de unas inscripciones de Poza de la Sal” *BSAA* XLII, 1976, pp. 393-395.

en cuenta que la onomástica de los dedicantes es mayoritariamente indígena y que su estatuto social parece ser el de peregrinos.

En el caso de la *Dea Sancta Turibrigensis Ataecina*, como parece ser su titulación completa, se hará notar que la asimilación de Ataecina a Proserpina viene dada en un único texto (*CIL* 11,462), una lápida de mármol que es una especie de imprecación y en la que no figura el nombre del dedicante, hallado en Mérida, donde había al parecer un culto popular a Ceres y Proserpina. En base a él Hübner restituyó las abreviaturas de *CIL* II, 461, una inscripción de Aldea de Cárdenas, cerca de Mérida, como *D(eae) S(anctae) A(taecinae) P(roserpinae)*. En el resto de los epígrafes Ataecina aparece como *Dea Sancta Turibrigensis*, *Dea Sancta*, *Sancta*, o *Dea Sancta Ataecina Turibrigensis*. En la mayoría de las ocasiones los dedicantes presentan una onomástica latina (*L. Iuventius Iulianus*, *Nonius PFlorius Venustus*, *Valerius Rufus Caepio*, etc.), aparecen varios esclavos (*Artemas*, *Claudi Martilini servus*; *Victorinus*, *servus Corneliae Severae*; y *Diadumenus*, *servus Caesaris nostri*) y, solamente en una ocasión aparece una dedicante con onomástica indígena: *Crastena Vitalis (filia)*, en una inscripción de Herguijuela, Cáceres, *Sanctae sacr(um)*, que razonablemente podemos suponer que es una dedicatoria a Ataecina. El mismo nombre, en forma masculina, *Crastuno*, se documenta en San Esteban de Gormaz y Barcebalejo⁽¹³⁾.

El culto de Ataecina, originariamente un culto propio de la ciudad de *Turibriga* o *Turobriga*, por alguna razón extendió su fama y su influencia fuera de los límites del *territorium* de esta ciudad hasta el punto de que en el Imperio parece haber sido adoptado en *Augusta Emérita*, de la cual o de cuyo entorno proceden varios epígrafes. Estaríamos tentados de sospechar que es esta adopción, en un marco específicamente romano, y su asociación con Proserpina lo que ha potenciado precisamente dicho culto. Es de destacar que, contrariamente a la teoría de Lambrino, *CIL* II no recoge ninguna inscripción a *Dea Proserpina*, salvo aquellos epígrafes en que Proserpina y Ataecina se asocian; y, por el contrario, las expresiones *dea sancta* y *domina* se asocian expresamente al teónimo indígena Ataecina como muestra de su compenetración con lo romano y no de ninguna supervivencia o enmascaramiento de culto indígena ya que, al mantenerse el teónimo, dicho uso sería puramente redundante.

⁽¹³⁾ M.^a L. ALBERTOS, *La onomástica primitiva de Hispania, Tarraconense y Bética*, p. 98

En conclusion, el estudio de los teónimos hispanos acompañados de la denominación *deus, -a* muestra que, contra la opinión admitida habitualmente, la utilización de dicho denominativo no indica por sí misma la pervivencia o subyacencia de un culto indígena. Su uso se da tanto con teónimos romanos como indígenas, pero sobre todo con estos últimos y, por consiguiente, constituirían una mera redundancia si su función fuese la de enmascarar a una divinidad autóctona en trance de fusión con otra romana. Por otra parte, el uso de *deus* + teónimo no es extraño tampoco al latín ni a la religión romana; y, por el contrario, en los escasos textos en lenguas paleohispánicas que mencionan divinidades éstas aparecen citadas sin un término equivalente al latino *dea, -us*. Es este uso del teónimo solo lo que parece característico de las lenguas paleohispanas según el estado actual de nuestros conocimientos, y por el contrario la utilización de términos como *deus*, *deus dominus* o *deus sanctus* lo que parecen indicar es un creciente grado de romanización.

APENDICE I⁽¹⁴⁾
 DEUS,-A + TEONIMO INDIGENA

Ref.	Teónimolat.	Dedicante					
		onomástica			status		
		ind.	eq.	pl.	lib.	se.	per.
CIL.II,2606	Deo Aerno			x			x
II,5651	“	x					x ?
E.83	“	x					x ?
II,462	Dea Ataecina						
II,605	“						
II,sup.42	“	x					x
II,5298	“	x					x
II,5999	“	x			x		
II,461	“						
RPH,143	“	x			x		
E.116	“	x			x		
AEA,1970,144	“	x			x		
AEA,1970,146	“		x?				x ?
AEA,1982,161	“	x				x	
IRCP,95		x			x		
A,57	D.D.Segidiaeco	x			x		
II,5552	D.D.Cusu						
	Neneoeco	x			x		
E,166	D.D.Neneoeco	x			x		
II,5563	Deo Durbedico		x				x
A.58	Deo Eniragillo		x				x

(¹⁴) A las abreviaturas habituales de revistas y repertorios epigráficos se

añadirán las siguientes:

A = Albertos, M.L. *Organizaciones s up rajami liares en la Hispania*

Antigua, Valladolid 1975.

E = Encarnação, J.d' *Divindades indígenas sob o domínio romano em*

Portugal, Lisboa 1975.

Ep.Astorga = Mañanes Pérez, T. *Epigrafía y numismática de Astorga romana y su entorno*, Salamanca 1982.

F. Fernández= Fernández Gómez, F. *El santuario de Postoloboso (Candeleda, Avila)*, Madrid 1974.

II = *CIL* II

IRCP = Encarnação, J.d' *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra 1984.

RPH = Blázquez J.M. *Religiones primitivas de Hispania*, Madrid 1962.

Symbolae Mitxelena = Melena, J.L. "Salama, Jálama y la epigrafía latina del antiguo corregimiento" *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*, Vitoria 1985, pp. 475-530.

II,814	Dis Laribus				
	Gapeticorum gentilitatis		x		x
II,2628	Deo Mentoviaco	x		x	
<i>RPH</i> ,107	Mentoviaco		x?		x ?
E,291	Deo Tueraeo		x		x
II,2636	Deo Vaco				
	Donnaego	x		x?	
<i>RPH</i> ,100	Deo Vestio				
	Alonieco	x		x?	
II,129	Deus				
	Endovellicus	x		x?	
II,130	“				x
II,131	“	x		x	
II,133	“	x			x
II,136	“	x		x	
II,139	“	x		x	
II,5203	“	x		x	
II,5204	“	x		x	
II,5206	“	x		x	
II,5207	“	x		x	
II,6266	“	x		x	
II,6269c	“				
II,6369	“				
II,6330	“		x		x
<i>Arq.Port.</i> , 1951,58	“	x		x	
<i>IRCP</i> ,513	“	x		x	
<i>IRCP</i> ,512	“	x		x?	
<i>IRCP</i> ,520	“	x			x ?
<i>IRCP</i> ,530	“			x?	
<i>IRCP</i> ,532	“	x?		x?	
II,137	Deus Sanctus				
	Endovellicus	x		x	
II,6265	“	x		x	
II,6267b	“		x		x
II,6269b	“	x		x?	
II,127	“	x		x	
II,128	“	x		x	
II,132	“	x		x	
II,134	“	x		x	
II,135	“	x		x	
II,138	“	x		x	
II,140=5201	“	x		x	
II,141	“	x		x	
II,142	“	x		x	
II,5202	“	mixta			x ?

II,5208	“	x		x	
II,5209	“				
II,6265	“	x			x?
II,6267	“	mixta?	x		
II,6267a	“	x		x	
II,6268	“	x		x	
II,6269	“	x		x	
II,6269a	“	x		x?	
II,6331	“	mixta?	x?		
BEP,1951,101	“	x		x	
BEP,1951,101	“	x		x	
BEP,1951,25	“	x		x	
BEP,1951,16	“	x		x	
BEP,1951,12	“	x		x	
IRCP,491	“	x		x	
IRCP,501	“	x		x	
IRCP,502	“	x		x	
IRCP,505	“	x		x	
IRCP,509	“	x		x?	
IRCP,524	“	x		x	
IRCP,536	“	x			x
IRCP,540	“	x			x?
IRCP,543	“	x		x?	
IRCP,498	-	x			x
IRCP,506		x		x?	
II,432	D.D.				
	Conimbrigensium	x	x?		
II,763	Deo Eaeco	x			x ?
BRAH,1965,140	Dibubus				
	Pinionesibus	x			x
<i>Symb.Mitxelena</i>	Deo O.				
479	Salamati	x			x ?
BSAA,1976,395	Suttunio Deo	x		x	
II,2395	Diis(numinis)				
	Lapitearum	x		x?	
F.Fernandez,216	Deo Vaelico	x		x	
F.Fernández,218	Deo Velico			x?	x ?
F.Fernández,221	D(eo)V(aelico)	-			
F.Fernández,225	“	-			

APENDICE II
DEUS,-A SOLAMENTE (SIN TEONIMOS)

Ref.	Teónimo	Dedicante				status		
		onomástica						
		lat.	ind.	eq.	pl.	lib.	ser.	p e r.
II,325	Dibus	-						
II,5731	“	-						
II,4456	Dibus deabusq.	x			x?			
II,3025= <i>ILER</i> ,345	Deae D(eanae?)	x			x			
<i>EAE</i> 54,1966								
= <i>ILER</i> ,524	Deabus debus		x?					x ?
<i>Zephyrus</i> III,54	Dibu et debu		x					x
<i>AEA</i> ,1970,137	Dis deabusq.+ Mercurio et Manibus	x?			x?			
<i>Epig.Astorga</i> , nº2	Diis deabusq.	x		x				
<i>Epig.Astorga</i> , nº11	Diis deabusq. +IOM+Iunoni+ Minervae	x		x				
J.Encarnação, <i>Veleia</i> 1987,305	Deae	x?			x?			

APENDICE III
DEUS+TEONIMOS ROMANOS U ORIENTALES

Ref.	Teónimo	Dedicante						
		onomástica			status			
		lat.	ind.	eq.	pl.	lib.	ser.	p e r .
<i>Zephyrus</i> 1952,61	I.M.Deo		x?					x?
<i>ILER</i> ,5996	Kautopates Deo	x			x			
<i>Zephyrus</i> 1952,59	Deae Nem...si	x			x?			

SONIA MARÍA MARTÍNEZ (0)
Universidade de León

LOS DIFERENTES ARTES Y OFICIOS
EN EL NOROESTE HISPANORROMANO (?)
“Conimbriga” XXXIV (1995) p. 147-168

RESUMEN: En este artículo se quiere ofrecer una vision global de los diferentes artes y oficios, tanto los realizados por personas de condición latina como indígena, que aparecen en los restos epigráficos de los tres *Conventus* noroccidentales hispanorromanos. Se identificarán a partir de su denominación como tal o bien por los motivos decorativos que decoran el monumento.

ABSTRACT: In this article I would like to offer an overview of the diferrent arts and crafts of the three *Conventus* in the North West of the Iberian Peninsula as evidenced by the epigraphic remains. Those created by Latin as well as indigenous artists are considered. To this end the extant epigraphy was reviewed in order to identify references to the nomenclature of these arts and crfts. The decorative motives of the monuments in question are also considered.

(0) Becaria en el Departamento de Estudios Clásicos, sección Historia Antigua en la Universidade de León, y en curso de realización de la Tesis Doctoral.

(2) Agradecemos la revisión del manuscrito y las apreciaciones realizadas por el Dr. D. José d'Encarnação de la Universidad de Coimbra. Todo lo reflejado en el texto es responsabilidad de la autora.

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS DIFERENTES ARTES Y OFICIOS EN EL NOROESTE HISPANORROMANO

La presencia romana en el Noroeste hispano trajo consigo el cambio en los usos y costumbres no sólo de la población recién llegada sino también de la ya establecida.

A lo largo de siete siglos, el cuadrante noroccidental hispano, fue el escenario de la coexistencia de dos culturas, la latina ó alóctona y la indígena o autóctona; esta convivencia mutua determinó la paulatina integración y asimilación de los elementos que definían a sendas culturas.

La progresiva implantación de diferentes grupos poblacionales de origen latino en el Noroeste hispanorromano motivó la creación de nuevas infraestructuras que respondiesen a las necesidades del momento y de la población existente; de esta manera va surgiendo una progresiva especialización en los diferentes órdenes de la vida.

La Epigrafía hispanorromana constituye una fuente de primera mano que nos informa, entre otras muchas cosas, de la especialización y dedicación exclusiva de determinadas personas, ya sea a través del texto epigráfico propiamente dicho ⁽³⁾, ya a través de las representaciones que decoran el soporte.

A partir de los testimonios epigráficos hallados en el Noroeste y referidos a las tres demarcaciones conventuales ⁽⁴⁾, esto es, *C. Bracaraugustanus*, *C. Asturum* y *C. Lucensis* se han analizado los diferentes artes y oficios existentes en cada uno de ellas: piedra,

⁽³⁾ Un trabajo pionero y único en este terreno lo constituye la obra de H. Gimeno Pascual, *Artisanos y técnicos en la Epigrafía de Hispania*, Barcelona, 1988 (= Gimeno, *Artisanos*).

⁽⁴⁾ Cf. N. Santos Yanguas, "Los Conventus Jurídicos del Noroeste peninsular", *B.I.D.E.A.*, nº 115, Oviedo, 1985, pp. 599-620.

cerámica, construcción, tejidos, cuero/piel, higiene y profesión no definida ⁽⁵⁾.

El objetivo al que se pretende llegar no es otro que el de ofrecer una visión lo más ilustrativa y sintética posible de lo que supuso la progresiva especialización de la población hispanorromano noroccidental a fin de satisfacer las necesidades perentorias del momento.

CONVENTUS BRACARAUGUSTANUS

Artesanos en General

El término apropiado para designarlo en lengua latina es el de *artifex* tiene un sentido muy amplio que engloba a todo individuo que está en posesión de un *ars*, es decir, del conjunto de conocimientos técnicos y de la habilidad para la práctica de un oficio ⁽⁶⁾; por tanto no se aplica exclusivamente al campo de la artesanía, sino también a otros ⁽⁷⁾; a veces se emplea el término *faber*, que designa a la persona que trabaja sobre material duro, confundándose en su denominación con *artifex*, pues va a ser usada indistintamente. Por ello *artifex*, lo era tanto un *faber*, cualquiera que trabajaba un material duro, como un *opifex*, un trabajador manual⁽⁸⁾.

Dos son las menciones que encontramos referidas a actividades artesanales en este *Conventus*:

Inscripción votiva ⁽⁹⁾ realizada sobre la *caetra* de un guerrero *galaico-minhoto* ⁽¹⁰⁾ y encontrada en las afueras del Castro de Santa Comba. Está dedicada por los *artifices* de las comunidades de los

⁽⁵⁾ Bajo tal denominación se recogen aquellos ejemplos que dado el estado de conservación de la pieza dificulta su interpretación y ulterior adscripción a una profesión concreta.

⁽⁶⁾ Vitrubio, *De Architectura*, 1,1,3; Séneca, *De Beneficiis: Epistulae ad Lucilium* 4, 21, 3.

⁽⁷⁾ Quintiliano, *De Institutione Oratoria*, 2, 14, 5.

⁽⁸⁾ Gimeno, *Artesanos*, p. 5.

⁽⁹⁾ Cf. C. A. Ferreira de Almeida, “Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto”, *Arqueologia*, n° 3, Porto, 1981, pp. 111-116 con foto (= Ferreira, *Guerreiro*).

⁽¹⁰⁾ Sobre su representatividad en el Noroeste peninsular refiérase la obra de F. Calo Lourido, *A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa*, La Coruña, 1994, 2 vols en especial el vol. II, pp. 668-692 (= Calo, *Arte*).

Calubrigenses⁽ⁿ⁾ y de los *Abianis*. La mención de *artifex*, sin profesión expresa, lleva a la consideración de una artesanía poco desarrollada todavía ⁽¹²⁾, de ahí la existencia de artesanos itinerantes, lo que correspondería con cuadrillas, que se irían desplazando de un lugar a otro realizando el trabajo encomendado y según las necesidades del momento.

Todos estos trabajos estarán relacionados con la cantería básicamente.

Es importante resaltar cómo se asocian dos comunidades indígenas para erigir una estatua de un guerrero *galaico-minhoto*. Ello nos puede llevar a preguntarnos el porqué del hecho. En primer lugar se debe dejar claro que se produce una simbiosis entre el soporte del monumento y los encargados de erigirlos, ambos de la misma cultura, la indígena. Se sirven de un elemento de su idiosincracia para realizar una dedicatoria, pero, ¿a quién?. Supuestamente dando gracias por los trabajos realizados en el lugar al jefe de la comunidad, ya que según es posible notar no existe divinidad expresa, sino que se trataría más bien de un monumento honorífico a favor de aquél, representado a través del mejor exponente del mundo galaico-minhoto, la estatua-menhir aludiendo a su condición guerrera.

La inscripción se encuentra realizada sobre la *caetra* ⁽¹³⁾, como se viene haciendo normalmente en todas las inscripciones donde se sirven de este tipo de soporte, esto es, del guerrero *galaico-minhoto*.

Algunos hechos podemos avanzar: primero, se sirven de un soporte indígena, a pesar de encontrarnos en época imperial; segundo, son dos comunidades autóctonas ¿itinerantes? las que se encargan de erigir el monumento; tercero, bajo el término *artifices*, se englobarían el *architectus* y el *lapidarius* ⁽¹⁴⁾.

⁽ⁿ⁾ Serán los habitantes de *Calubriga*, que está atestiguada como ciudad de los *Gigurri* (AE, 1981, n° 526) y situada en el *Conventus Asturum*.

⁽¹²⁾ Gimeno, *Artesanos*, p. 9.

⁽¹³⁾ Éste se corresponde con el escudo típico del mundo celta hispano (Estrabón III, 3, 6 y Diodoro de Sicilia V, 34, 6-7).

⁽¹⁴⁾ Por lo general son escasas las piezas en que aparece el término *artifex* de forma genérica, sin especificar la profesión realizada (Gimeno, *Artesanos*, n° 2, pp. 9-10, alude a otro ejemplo procedente de la ciudad de Segóbriga y correspondiente a un resto musivario).

Dentro de este colectivo de artesanos en general, es preciso incluir una inscripción votiva ⁽¹⁵⁾ procedente de Santa Cruz de Lima. Su estado de conservación impide hacer una correcta interpretación del texto epigráfico siendo sólo posible leer las primeras líneas. Lo anecdótico se centra en los siguientes aspectos: comienza el texto con los términos *EX OF* seguido en genitivo de un nombre masculino *Elpidius R(—)*, la divinidad venerada es *LO.M.* y el resto del texto es imposible saberlo dado que se encuentra perdido.

Las dificultades se centran en determinar cómo es preciso entender correctamente la dedicatoria, tanto en lo que respecta a la persona/as allí representada/as como a la actividad a la que se dedicaría /an.

Normalmente cuando aparece el término *EX OF*, se da una clara relación de dependencia entre el objeto y el productor, es decir, en un mosaico es posible que aparezca trazado con *tesselas* el nombre del artista que lo realizó ⁽¹⁶⁾; en una cacerola de hierro fundido quien fue el taller que la creó ⁽¹⁷⁾; en una escultura quien fue quien la esculpió ⁽¹⁸⁾; o en una cerámica la estampilla del taller cerámico correspondiente ⁽¹⁹⁾.

Lo realmente llamativo en la inscripción que nos ocupa, se centra en determinar a qué responden las siglas *EX OF*. En principio podemos determinar de forma contundente que se trata de una dedicatoria a la divinidad *LO.M.* ⁽²⁰⁾, pero, ¿por quién?, dos posibles soluciones: por los operarios que trabajarían en el taller (*officina*) de *Elpidius R(—)* ? ó por el propio *Elpidius R(—)* ?. De ser la primera, estaríamos ante una nueva dedicatoria colectiva sin dedicante expreso conservado ya que

⁽¹⁵⁾ Cf. L. dos Santos - P. Le Roux - A. Tranoy, "Inscrições romanas do Museu Pío XII em Braga", *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, Braga, pp. 183-205 en especial n° 3, p. 185, lám. I, fig 3 (= *IRMPXII*).

⁽¹⁶⁾ *Velerius perfecit* leemos en un mosaico hallado en Cabra (A. García Bellido, "Nombres de artistas en la España romana", *A.E.A.*, vol. XXVIII, n° 91, Madrid, pp. 3-19 y en especial p. 11) (= Bellido, *Artistas*).

⁽¹⁷⁾ *Ex ofAseeli (sic) Uter Felix in deo* leemos en un mango de cacerola hallado en la villa romana de La Cocosa, cerca de Badajoz (Bellido, *Artistas*, p. 19).

⁽¹⁸⁾ *Ex officina G(ai) Auli Fi(di)* se ve en un togado acéfalo hallado en Mérida (Bellido, *Artistas*, p. 7).

⁽¹⁹⁾ Sería absurdo dar una referencia concreta cuando existen miles, un ejemplo para que sea ilustrativo lo representa la lectura de *Materni* en un fragmento de fondo de copa procedente de la ciudad de Astorga (T. Mañanes Pérez, *Astorga romana y su entorno. Estudio arqueológico*, Valladolid-Astorga, pp. 155-156, fig. 16, n° 2).

⁽²⁰⁾ Sobre esta divinidad y culto en el Noroeste véase A. Tranoy, *La Galice Romaine*, París, 1981, pp. 315-321 (= Tranoy, *Galice*).

habría desaparecido de la pieza por la fractura en el texto, de haber existido. De darse la segunda situación, sería un particular quien se encargaría de erigirlo. Tanto en una como en otra situación sería la primera vez que se tiene constancia de esta forma de intitulación en un epígrafe votivo en el Noroeste encabezado por el nombre de la oficina ⁽²¹⁾.

De nuevo la duda surge en determinar con qué tipo de taller se correspondería, dedicado a la piedra ?, al metal ?, con lo cerámico ?... entre otros. Dado que se trata de una inscripción votiva realizada sobre un ara nos inclinamos a pensar que fuese un taller de cantería el encargado de erigirla, dedicado a la creación de piezas de tipo artístico, ya que se sirven de la materia prima a su alcance para honrar a la divinidad; desechamos que se trate de un taller de otra naturaleza, pues de lo contrario recurriría a la materia con la que trabajan normalmente para erigir el monumento.

Desde el punto de vista onomástico, se trata de un individuo de nombre latino, atestiguado en algún caso más en el propio *Conventus* ⁽²²⁾.

Piedra

Son dos las inscripciones de las que se tiene constancia, una funeraria y otra votiva. Y en ambos casos se trata de un *lapidarius*. Se refiere a aquellos individuos que se dedican al trabajo de la piedra, tanto en lo que compete a su extracción ⁽²³⁾ de la cantera como a su trabajo fuera de ella ⁽²⁴⁾, básicamente tallado ⁽²⁵⁾ y/o preparación del soporte para recibir una inscripción ⁽²⁶⁾.

⁽²¹⁾ En la Lusitania, concretamente en *Conimbriga* se ha constado un altar votivo donde se le *Ex officina Flavvi Tuci filii* (Étienne, R.- Fabre, G.-Alarcão, J., *Fouilles de Conimbriga*, vol. II, 1976, n° 21, pp. 43-44).

⁽²²⁾ Existe en otra inscripción votiva donde se menciona a un *Elpidius Evelpistus* (AE, 1983, n° 552).

⁽²³⁾ Aunque este trabajo también era desarrollado por los *exemptores* y *lapicidinarii*.

⁽²⁴⁾ Daremberg-Saglio, voz *lapidarius*.

⁽²⁵⁾ Cuando decimos tallado hacemos alusión a las diferentes formas que puede adquirir la piedra dependiendo de su uso o dedicación.

⁽²⁶⁾ A partir de este momento pasaría a manos del *quadratararius*, quien se encargaría de trazar el texto epigráfico.

La inscripción funeraria procede de Afife ⁽²⁷⁾. Se trata de dos individuos indígenas los que allí aparecen, *Peleius* y [*M ? fureta i²**], ¿matrimonio, compañeros?, que aparecen reflejados en una placa. La pieza en sí es muy simple tanto en continente como en contenido. El soporte es sencillo, sin decoración y con una *ordinatio* también sencilla. No hay invocación a los Dioses Manes, ni fórmulas de consagración final. *Peleius*, que es *lapidarius*, es recordado por su ¿cónyuge? *Mureta*⁽²⁹⁾. Ambos nombres son indígenas. Otro elemento de la inscripción muy importante es el verbo “*efficere*”, concordando con *Mureta*, y que significa “hacer completamente”; es raro su uso en el lenguaje epigráfico y pudiera tener el sentido en este contexto para surgir un vínculo laboral entre dedicante y fallecido ⁽³⁰⁾.

Es preciso notar que el lugar de aparición del epígrafe se debe poner en relación con la existencia de canteras de piedra en la zona de Porriño, próxima al lugar del hallazgo, ya atestiguada su explotación desde los primeros momentos de la dominación romana en la zona⁽³¹⁾-

También sería preciso aclarar la condición jurídica de las dos personas allí reflejadas, libres ó liberto-esclavos; a juzgar sólo por la existencia de un elemento en su onomástica debemos decir que serías dificultades se presentan, pues es imposible precisar con todo lujo de detalle el *status* jurídico. Nos inclinamos a pensar que se tratase de personas libres indígenas, aunque tampoco es posible desechar la posibilidad de que fueran dos esclavos indígenas, pues carecemos de bases sólidas para confirmar una u otra hipótesis.

El siguiente ejemplo con el que contamos es el de una inscripción votiva procedente de Lousada⁽³²⁾. El dedicante *Reburinus*, tiene la profesión de *lapidarius*, y realiza una dedicatoria a la divinidad de las

⁽²⁷⁾ Cf. A. Viana, “Un lapidarius de Afife (Viana do Castelo)”, *III C.A.N.*, Zaragoza, 1955, pp. 525-528, fig. 1 (= Viana, *Lapidarius*).

⁽²⁸⁾ Es difícil precisar el carácter si masculino o femenino de este nombre, pues es la primera vez que aparece.

⁽²⁹⁾ Cf. Martins, M. - Silva, Armando C. F., “A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde)”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 1, 1984, p. 40, nota 29 apuntan la posibilidad de que *Epeicius* (según ellos) sea el cantero que contruyó el muro, [*mjureta effecit*].

⁽³⁰⁾ Cf. Gimeno, *Artesanos*, p. 23.

⁽³¹⁾ Cf. A. M^a Canto de Gregorio, “Avances sobre la explotación del mármol en la España romana” *A.E.A.* voi. L-LI, n^o 135-138, Madrid, pp. 165-188 y en especial p. 183.

⁽³²⁾ CIL II 2404.

¿*Ninfas? Castaecisi*⁽³³⁾). Se trataría de una persona esclava seguramente, a juzgar por el nombre y su dedicación ⁽³⁴⁾.

Es importante destacar el carácter indígena de todo el monumento, pues tanto dedicante como divinidad lo son.

Cerámica

Es única la referencia existente al trabajo cerámico como profesión expresa ⁽³⁵⁾, amén de las alusiones en los grafitos existentes ⁽³⁶⁾ y los cuales no tocamos en nuestro estudio ⁽³⁷⁾; se trata de un dolium depositado en el Museo de Guimarães ⁽³⁸⁾.

Tejido

Es el sector que mayor número de inscripciones presenta en general ⁽³⁹⁾, y en el *Conventus Bracaraugustanus*, en particular.

Todas las referencias que aquí presentamos son de epígrafes de naturaleza votiva.

Inscripción ⁽⁴⁰⁾ dedicada a *Marte Tarbucelis*, por la familia de los *Coporici* hijos de los *Materni* que tienen la profesión de *Fullones* ⁽⁴¹⁾.

⁽³³⁾ Sobre el culto a las Ninfas en el Noroeste peninsular son de destacar los trabajos de: J. R. dos Santos Júnior - M. Cardozo, "Ex votos ás Ninfas em Portugal", *Zephyrus*, vol. IV, Salamanca, pp. 21 ss; D. Díez de Velasco, "Balnearios y dioses de las aguas termales en la Galicia Romana", *A.E.A.*, vol. LVIII, n° 151-152, pp. 69-94 y A. I. de Sá Caessa, "As Ninfas. Divindades locais ? (A propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo)", *Instituto de investigação científica tropical*, Lisboa, 1990, pp. 143-149.

⁽³⁴⁾ Cf., J. Mangas Manjarrés, *Esclavos y libertos en la España romana*, Madrid, 1971, p. 121 (= Mangas, *Esclavos*).

⁽³⁵⁾ Hacemos referencia a él porque alude a una inscripción de tipo votivo y se refiere a una actividad económica desarrollada en la zona.

⁽³⁶⁾ Bajo la fórmula *Ex of*

⁽³⁷⁾ Para este particular refiérase *T.S.H. Terra Sigillata Hispanica*, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, vol. I, n° 2, 1983 (Serie monografías).

⁽³⁸⁾ Se trata de un grafito inscrito en dos fragmentos pertenecientes a un gran *dolium*, procedente de la Citânia de Briteiros, y depositado en el Museo Martins Sarmiento de Guimarães que presenta la siguiente inscripción: Maxum[i]/nis Catur[o] / / figulus ho[c] / munus dedit (M. Cardozo, "Escavações na Citânia de Briteiros. Campanha de 1951", *Rev. Guimarães*, voi. LXI, fase. 3-4, Guimarães, pp. 405-486, en especial pp. 463-464). (= Cardozo, *Citânia*).

⁽³⁹⁾ Gimeno, *Artesanos*, pp. 39-45.

⁽⁴⁰⁾ *IRMPXII*, n° 14, p. 192, Lám. V, fig. 16-17.

⁽⁴¹⁾ Ellos son los que poseen la *ars fullonica*, muy bien descrita por Plinio, *Nat. Hist.* VII, 196. Se trata de una profesión de origen orientai, donde los griegos eran unos

Éstos corresponderían con los bataneros actuales, y son los que intervienen en la última fase de la elaboración de la materia prima y en el acabado de los paños por medio del lavado, blanqueamiento y enfurtido, aunque también trabajan sobre ropas usadas ⁽⁴²⁾. Realizar este trabajo requiere de una inversión inicial para poner en marcha el proceso de fabricación, por ello puede que se trate o bien de empresas públicas o bien privadas de individuos con un alto poder adquisitivo ⁽⁴³⁾. En el caso que nos ocupa pudiera tratarse de una empresa de tipo familiar la que trabaja y se especializa en el producto, la familia de los *Coporici*, lo que pudiera indicar una tradición familiar en este tipo de actividades; sería de tipo indígena según los elementos de la onomástica.

Inscripción ⁽⁴⁴⁾ procedente de Caldas de Vizela. El lugar de aparición, región acuifera por excelencia, viene condicionado por la cantidad de agua que es necesaria para el proceso de elaboración del producto. Por ello se ve la clara dependencia entre el medio y la actividad profesional.

Se trata de un particular, *Flavus Flavini*, que es *fullo* y hace la dedicatoria *Genio Laquiniensi* ⁽⁴⁵⁾. De nuevo es un indígena quien tiene la profesión de *fullo*, suponemos que estaría acoplado a alguna asociación o taller local, ya que no pensamos que pudiese tratarse de un trabajo individual, pues son varias las fases a seguir en el proceso de realización del producto, y obliga a contar con varias personas durante toda la elaboración.

El *fullo* es una de las profesiones reguladas por la ley y así aparece recogida en las de *Vipasca* (*Lex Metallis Vipascensis*)⁽⁴⁶⁾.

grandes expertos. Sobre los diferentes procesos y labores desarrolladas por los *fullones* es preciso remitirse a la voz *fullonica* del D-S.

⁽⁴²⁾ Cf. Gimeno, *Artesanos*, p. 39.

⁽⁴³⁾ Cf. Gimeno, *Artesanos*, p. 40.

⁽⁴⁴⁾ CIL II 2405.

⁽⁴⁵⁾ Sobre la significación y contextualización de la divinidad: J. M^a Blázquez Martínez, *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid, 1975, p. 102

⁽⁴⁶⁾ Alude a las *Tabernarum fulloniarum* y sobre su particular en las mencionadas leyes véase A. D'Ors Pérez-Perix, *Epigrafía jurídica de la España romana*, Madrid, 1953, pp. 97 ss (=D'Ors, *Jurídica*); C. Domergue, "La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca", *Conimbriga*, vol. XXII, Coimbra, pp. 1-205 y José d'Encarnação, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, pp. 787-789.

Cuero y Piel

La mención expresa a un especialista de esta índole la encontramos en una inscripción funeraria procedente de Várzea do Douro ⁽⁴⁷⁾. Un indígena, de nombre *Flavo* y de profesión *sutor*.

Se entiende por *sutor* el que cose los zapatos ⁽⁴⁸⁾ aunque por extensión se aplica a toda aquella persona que se dedica a la confección de los mismos. Los talleres de los *sutores* eran las *sutrinae* ^{i⁴⁹} y Vitrubio nos las muestra instaladas al margen del ámbito doméstico ⁽⁵⁰⁾. Su condición como tal y legislación aparece recogida, entre otras disposiciones también en las *Leyes de Vipasca* ⁽⁵¹⁾.

¿Hierro? ó ¿Madera?

Dentro del conjunto de inscripciones funerarias referidas al C. *Bracaraugustanus*, es preciso aludir a un ejemplo que, a pesar de no presentar oficio específico, sin embargo, es preciso determinar que se trataría de un artesano, relacionada su actividad con el trabajo del ¿hierro? ó ¿madera?

Se trata de una lápida funeraria aparecida en la ciudad de Braga ⁽⁵²⁾ y perteneciente al conjunto de la *Necrópolis de la Vía XVII* ⁽⁵³⁾. La indicación de que corresponde con un artesano relacionado con el trabajo de una de las dos materias primas apuntadas anteriormente lo determinan los motivos decorativos que presenta la lápida: en el cuerpo superior una *situla* y en el

⁽⁴⁷⁾ Cf. D. de Pinho Brandão, “Inscrição lusitano-romana inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses)”, *Rev. Guimarães*, voi. LXXI, Guimarães, 1961, pp. 135-140 (= Pinho, *Inscrição*).

⁽⁴⁸⁾ Gimeno, *Artesanos*, p. 46. Con el término genérico de *sutor* se designa a la persona que trabaja el cuero, pudiendo ser su campo de actuación muy amplio (Cf. Daremberg-Saglio).

⁽⁴⁹⁾ Y ello son los poseedores del *Ars Sutrinae*.

⁽⁵⁰⁾ Vitr. VI, *Praefi* 1.

⁽⁵¹⁾ En la mencionada Ley se alude al arriendo de la zapatería de Vipasca. Esa industria también se hallaba en régimen de monopolio, lo que procuraba un beneficio económico al Fisco. Aquel monopolio comprendía: el calzado (*calciamenta*), las correas (*boramente*), las tachuelas (*clavi*), y en general, todo lo que deben vender los *sutores*: D’Ors, *Jurídica*, p. 95 y también refiérase a lo dicho en la Nota 43.

⁽⁵²⁾ CIL II 2431.

⁽⁵³⁾ Cf. P. Le Roux - A. Tranoy, “Les nécropoles de Bracara Augusta. B. Les inscriptions funéraires”, *Cadernos de Arqueología*, nº 6-7, Braga, pp. 183-230 en especial p. 193 (= Le Roux-Tranoy, *Necrópoles*).

inferior *malleus, securis y fascis*. El cuerpo central está ocupado por la cartela que alberga el texto epigráfico: *Agathopodi T Satri Zethus conservus*.

De qué oficio se trataría según los útiles aparecidos en el monumento funerario, sería la pregunta; a nuestro juicio son dos las profesiones por las que nos inclinamos, bien pudiera tratarse de un carpintero ⁽⁵⁴⁾ *-faber tignarius-*, dedicado tanto a la realización de útiles de madera, como a la de aserrador en el campo, ó por el contrario pudiera tratarse de un herrero ⁽⁵⁵⁾ *-ferrarius-*. Dado que los útiles esculpidos en la lápida no nos permiten decantarnos por uno u otro oficio y el resto de elementos de tipo epigráfico que aparecen en la lápida no nos ayudan tampoco, preferimos apuntar las dos posibles soluciones.

Lo único que podemos dejar claro es que se trata de un esclavo, *Agathopus*, posiblemente de la casa de *Titus Satrius*, ciudadano romano, y que es un compañero de *verna*, quien le erige el monumento, *Zethus*, también esclavo ⁽⁵⁶⁾ y ambos de origen oriental ⁽⁵⁷⁾.

CONVENTUS ASTURUM

Construcción

Conocemos un único ejemplo relacionado con la construcción encontrado en este *Conventus*, procedente de Boñar⁽⁵⁸⁾. Se trata de una inscripción votiva dedicada a una divinidad acuática por parte de *Lucius Ulpus Sexti filius Alexis*, de profesión *aquilegus*. Existe una clara relación de dependencia entre el monumento, inscripción votiva; el lugar del hallazgo, una zona de montaña y manantial de aguas “La Cálida”; la divinidad, *Fonti Saginiensi Genio Broccf* el dedicante, *L Ulpus Sexti filius Alexis*, liberto de ascendencia ⁽⁵⁹⁾; y su especialización, *aquilegus*.

⁽⁵⁴⁾ Tranoy, *Galice*, p. 242.

⁽⁵⁵⁾ Cf. Le Roux-Tranoy, *Necrópoles*, p. 194.

Mangas, *Esclavos*, p. 188.

⁽⁵⁷⁾ Mangas, *Esclavos*, p. 58.

⁽⁵⁸⁾ Cf. F. Diego Santos, *Inscripciones romanas de la provincia de León*, León, n° 60, pp. 76-77, Lám. LUI (= *IRPLE*).

⁽⁵⁹⁾ Ello es posible detectarlo a través de los elementos de su onomástica. Cf. Mangas, *Esclavos* p. 247.

El *aquilegus*, en el mundo romano designa dos cosas: aquella persona que descubre y capta un curso fluvial subterráneo ⁽⁶⁰⁾ y quien es técnico especialista en obras hidráulicas, dígame la construcción de acueductos ⁽⁶¹⁾.

Es la única referencia que tenemos de este tipo de actividad en todo el Noroeste peninsular. El hecho de que aparezca una dedicación a una divinidad de carácter acuático por parte de un “ingeniero hidráulico” y en un paraje de ambiente acuoso, denota la conexión de todos los elementos: paraje, divinidad, soporte, dedicante y profesión, lo que lleva implícito la forma en que se tiende a venerar y adorar aquellas divinidades más relacionadas con la actividad profesional desempeñada, sería a modo de santo y seña de la respectiva ocupación.

La profesión es ejercida por una persona de condición liberta imperial, lo que implicaría su desplazamiento al lugar, posiblemente desde la propia capital del Imperio, donde habría adquirido los conocimientos técnicos. Es de origen oriental, pues el *cognomen* Alexis así lo indica.

Una vez más se constata que la población griega se ocupó de las actividades de mayor relevancia y transcendencia dentro de la vida social romana, aunque su uso no fue exclusivo ⁽⁶²⁾.

CONVENTOS LUCENSIS

Construcción

La única referencia que se tiene es de un *architectus*, de nombre G. *Sevius Lupus Aeminiensis Lusitanus*.

La importancia de este especialista aparecido en una inscripción votiva ⁽⁶³⁾ realizada en roca natural radica en varios hechos a la vez; por

⁽⁶⁰⁾ Cf. *De re rust.* II, 2, 20.- T. Livio, XLIV, 32 ss.- Séneca, *Nat. Quaest.* III, 15, 7.- Plinio, *Nat. Historia*, XXVI, 16. - Pallad. IX, 8.- - Vitruv., Vili, 1.

⁽⁶¹⁾ Cf. Plinio, *Epist.* 10, 37, 3 y 38.

⁽⁶²⁾ La presencia de personas de origen griego trabajando para la élite romana no es extraña, pues sabemos que “la mayoría de los artistas que trabajaron en Roma fueron griegos” (Cf. E. Gombrich, *Historia del Arte*, Barcelona, 1954, p. 87) y por extensión los veremos repartidos por el resto de provincias imperiales.

⁽⁶³⁾ Cf. G. Pereira Menaut, *Corpus de Inscripciones Romanas de Galicia. Provincia de A Coruña*, Santiago de Compostela, 1991, nº 2, pp. 27-28 (= Pereira, *Corpus*).

un lado, nos informa de quién fue el constructor del faro de Hercules, posiblemente un *architectus militaris* en ejercicio ⁽⁶⁴⁾, sito aquél en un lugar de excelentes condiciones geográficas ⁽⁶⁵⁾ que facilitaría las orientaciones y navegación marítima por la costa galaica ⁽⁶⁶⁾; segundo, se trata de un ciudadano latino, de origen lusitano, *Aeminiensis*, para más señas ⁽⁶⁷⁾, quien supuestamente lo ha erigido; tercero, realiza la dedicatoria a una divinidad, *Marte*, no relacionada con la navegación ó el comercio propiamente dicho y aplicándole el epíteto de *Augusto*, por lo que es posible considerar que Marte sea el protector del emperador reinante a causa del epíteto que le acompaña, y que la construcción del faro sea una empresa oficial realizada por cuenta del Estado ⁽⁶⁸⁾ aunque tampoco debe desecharse la posibilidad de referirse a *Augusto* bajo la advocación de *Marte*, o a *Marte* sincretizado con Augusto o quizá a la existencia de un *Marte Augustizado* ⁽⁶⁹⁾.

Es probable que la Torre se levantara en tiempos de Augusto, como un medio de orientar las naves romanas hacia el puerto de *Brigantium* a donde llegarían en busca del estaño de Britania y del oro del Noroeste hispano ⁽⁷⁰⁾.

La profesión de *architectus* en el mundo romano era de suma importancia dada la gran cantidad de edificios tanto públicos como privados que en Roma y sus provincias se realizaron, casi siempre eran de grandes dimensiones y con un claro fin propagandístico.

⁽⁶⁴⁾ Cf. P. Le Roux, “ Le phare, l’architecte et le soldat. L’inscription rupestre de La Corogne (CIL II 2559)”, *Miscellanea Graeca e Romana*, vol. XV. *Studi pubblicati dell istituto italiano per la storia antica*, Roma, 1990, pp. 133-145, y en especial p. 137 (= Le Roux, *Phare*).

⁽⁶⁵⁾ En la parte más alta que está a 105 m. sobre el nivel del mar.

La estructura que se ve al exterior en la actualidad es fruto de una restauración muy similar del original realizada en el año 1791, manteniéndose la fábrica romana en el interior.

⁽⁶⁶⁾ Cf. Orosio, *Adversus paganum*, 1, 2, 33: “.. ubi Brigantium Gallaeciae civitas sita altissimum farum et inter pane a memorandi operis ad speculum Britaniae erigit”.

⁽⁶⁷⁾ De la ciudad de *Aeminium*, que ocupó el lugar de la actual Coimbra (Cf. J. Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fase. 2º, Warminster, 1988, p. 89 y Bellido, *Artistas*, p. 14.

⁽⁶⁸⁾ Cf. Le Roux, *Phare*, p. 137.

⁽⁶⁹⁾ C. Torres Rodríguez, “El culto al emperador en Galicia”, *C.E.G.*, vol. XII, Santiago de Compostela, 1952, pp. 197-230 y en especial p. 225.

⁽⁷⁰⁾ Dion Cassio, XXXVII, 53.

El *architectus* era muy bien considerado y tenían gran renombre ya que se trataba de personas que se ocupan de la realización teórica del proyecto para la construcción de un edificio. Exigía unos conocimientos técnicos y teóricos perfectos, y con un buen dominio de las reglas geométricas. Fue tan significativa la profesión que Vitrubio escribió una monografía al respecto, *De Architectura*.

Higiene

Son aquellas profesiones que tienen que ver con el aseo personal y la coquetería, nos estamos refiriendo a los peluqueros-barberos, *tonsores* y *ornatrices* ⁱ¹¹⁾, especialistas en el peinado ⁽⁷²⁾, y quienes, según Marciano ⁽⁷³⁾, requerían una habilidad manual y una preparación especial para desarrollar su trabajo.

El único testimonio con el que contamos en todo el Noroeste es a través una dedicatoria funeraria, con *damnatio memoriae* en tres líneas del texto epigráfico, perteneciente al *C. Lucensis* ⁽⁷⁴⁾, concretamente a la capital conventual, *Lucus Augusti*.

El estado de conservación de la pieza impide realizar una buena *interpretatio* del texto epigráfico. Lo único que podemos apuntar es que se trata de una dedicatoria funeraria a varias personas, y entre ellas aparece una, *Philtates*, que tiene la profesión de *ornatrix* ⁱ¹⁵⁾, del resto de personas mencionadas en el epígrafe no podemos saber cuál sería su condición; en principio pensamos que también pertenecen a la misma familia, y con el desempeño de actividades similares aunque tampoco existe una argumentación sólida que nos permita corroborarlo.

Podría ser el patrono/patrona de la casa en la que trabajan, quien se encarga de la realización de la dedicatoria, pues ninguna familia de clase baja-media, se permitiría el lujo de disponer entre los miembros de su casa de un peluquero para uso exclusivo. La aparición del

⁽⁷¹⁾ Cf. Gimeno, *Artesanos*, p. 50.

⁽⁷²⁾ Sobre los diferentes peinados y su tratamiento es muy ilustrativo el capítulo referido a éstos en la obra de J. Guillén, *Urbs Roma. Vida y costumbres de los romanos. La vida privada*, vol I, Salamanca, 1988 (3ª Ed.), pp. 301-311.

⁽⁷³⁾ Cf. *Dig.*, 32, 1; 65, 3.

⁽⁷⁴⁾ Cf. F. Arias Vilas - P. Le Roux - A. Tranoy, *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Lugo, 1979, n° 32, pp. 58-59, Pl. XII (= *IRPLu*).

⁽⁷⁵⁾ Era una profesión desempeñada normalmente por esclavos, casi siempre de origen oriental.

epígrafe en la capital, *Lucus Augusti*, indicaría el renombre y solvencia económica de determinadas familias residentes en la misma.

En el caso que nos ocupa nos estamos refiriendo a un peluquero de uso particular, que sirve en una determinada casa; sin embargo, contamos con la referencia expresa de cómo era la actividad realizada y cómo la debía llevar a cabo por medio de una de las disposiciones aparecidas en las Leyes de Vipasca⁽⁷⁶⁾, y donde se hace una alusión a las competencias de esta profesión. Es preciso advertir que son dos formas diferentes de ver el oficio; en este segundo supuesto, sería para uso exclusivo de una comunidad, frente al ejemplo que nos ocupa, que sería de carácter privado.

CONCLUSIONES

Llegados a este punto es preciso hacer las siguientes apreciaciones, una vez realizado el cómputo general de todas las ocupaciones manuales a las que se dedica la población del NO peninsular, así pues, nos encontramos con la siguiente realidad:

1º. - Desde el punto de vista de las diferentes actividades profesionales refrendadas por la epigrafía contamos con las siguientes: *Profesión no especificada*: 2; *Artifex* 1; *Lapidarius*: 2; *Architectus*: 1; *Aquilegus*: 1; *Sutor*: 1; *Fullo*: 2 (individual y comunidades) y *Ornatix*: 1.

2º. - Siguiendo el esquema de la distribución conventual el cómputo quedaría reflejado: C. *Asturum*: 1 (*aquilegus*) ; C. *Bracaraugustanus*: 8 (*fullo*-2-, *sutor*, *lapidarius*-2-, *artifex*-1-, *Profesión no especificada*-2-); C. *Lucensis*: 2 (*architectus*, *ornatrix*).

Se nota una mayor ocupación en el C. *Bracaraugustanus*, centrada básicamente en actividades manuales, en oposición al C. *Asturum* y *Lucensis*, donde son profesiones que requieren una preparación teórica y académica.

⁽⁷⁶⁾ Más que de peluquero propiamente dicho se hace referencia al monopolio de la barbería (*tonstrinum*), pero que incluye no sólo el cuidado de la barba, sino de todo el pelo en general (*Lex Vipasc.*, Cap. I, 4-5 : D'Ors, *Jurídica*, y refiérase igualmente a lo dicho en la Nota 43).

Los hallazgos esporádicos en zonas tan dispares dentro de la propia demarcación conventual, impide regionalizar, o concentrar las zonas de producción y especialización de un determinado producto, aunque siempre es posible establecer una clara dependencia entre el lugar del hallazgo, la profesión desempeñada y los recursos energéticos de la zona; ello es fácilmente reconocible entre el *aquilegus* de Boñar, cerca de las fuentes manantiales ó el *lapidarius* de Afife, cerca de las canteras de Porriño ó en los *fullo/nes* establecidos próximos a lugares donde existe abundante agua.

3º. - En lo que se refiere al carácter alóctono de los diferentes profesionales, es preciso apuntar la existencia de griegos, uno en el C. *Asturum* (*aquilegus*), otro en el C. *Lucensis* (*ornatrix*) y otro en el C. *Bracaraugustanus* {profesión no especificada pero en claro relación con el hierro ó madera) y de lusitanos, uno en el C. *Lucensis* (*architectus*), todas las demás personas son indígenas salvo un latino.

4º. - La mayoría de los profesionales son oriundos del lugar excepto los mencionados en el apartado anterior y se presenta no sólo de forma individual sino en comunidades, testimonio de lo esto último lo constituyen los *Coporici*, los *Materni*, los *Calubrigenses* ó los *Abianis*.

Por todo ello es posible interpretar la autoctonía de las profesiones, se sirven de personal propio del lugar para el desempeño de las mismas.

5º. - En lo que respecta a la condición jurídica de los diferentes profesionales, nos encontramos con un mosaico muy variado, pudiéndose distinguir las tres posibles variantes: esclavos (*lapidarius Reburinus*, *ornatrix*, *ferrarius* ó *faber tignarius* ?), liberto (*aquilegus*) y libres (resto).

Así mismo se percibe una clara distinción entre la necesidad de adquirir unos conocimientos teórico-técnicos, lo que correspondería con una formación académica (<*architectus*, *aquilegus* y *ornatrix*) y los que no precisan de ella (*artifex*, *fullo*, *sutor*, *lapidarius*, profesión no especificada ?). Las primeras generalmente son realizadas por latinos o griegos y las segundas por indígenas.

6º. - El total de inscripciones identificadas en las que aparezcan profesionales son 12 de las cuales 8 son votivas y 4 funerarias.

En lo que se corresponde con las votivas es preciso aclarar que las divinidades son variadas, y no existe una clara relación de dependencia entre dedicante y profesión realizada, salvo para el *aquilegus*, donde venera a las Ninfas. El abanico de posibilidades con el que nos hemos encontrado ha sido: No existe divinidad expresa: 2 (*Artifices Calubrigenses et Abianis* y *Maxuminis Caturo*); Latina: 2 (*Marti Aug sac tIO M*); Latino-indígena : 4 (*¿Ninfas? Castaecis, Fonti Saginiensi Genio Brocci, Marti Tarbucelis* y *Genio Laquiniensi*).

Respecto de las inscripciones funerarias apuntar simplemente que se trata de placa (*Peleius*) y de tres estelas (*Agathopus, Philtates* y *Flavus*). Presentando fórmulas latinas (éstas dos últimas) o sin ella (*Agathopus* y *Peleius*).

T. - Desde el punto de vista onomástico predominan los nómima indígena (*Coporici-Materni, Flavus Flavini, Calubrigenses et Abianis, Reburinus, Maxuminis-Caturo, Flavo, Pelcius-Mureta* ?) frente a la latina (*G Sevius Lupus Aeminiensis Lusitanus, Elpidius R(—)*) con reminiscencia oriental (*L Ulpius Sexti f Alexis*) u oriental propiamente dicha (*Philtates, Agathopus*).

8º. - La relación ocupación-personas dedicadas es muy significativa, desde el momento que contamos con agrupaciones, por ejemplo la de los *fullones Coporici Materni*, que nos puede estar indicando la existencia de una empresa de tipo familiar, ya que como se apuntaba más arriba para desempeñar este oficio era necesario un capital inicial previo dado que eran muchas las fases en la elaboración, lo que redundaría en un incremento inicial de los costes de inversión, si es preciso hablar en estos términos y referidos a este momento histórico; o el hecho de que dos comunidades indígenas los *Calubrigenses* y *Abianis* indiquen su nombre se puede deber también a la existencia de otros pueblos indígenas que realizarían las mismas actividades (77).

9º. - El no haber aparecido otras profesiones como la relacionada con la joyería-metales ó alimentación (78), no es preceptivo de que no

(77) Calo Lourido, *Arte*, vol. II, p. 818.

(78) Gimeno, *Artesanos*, p. 8, ofrece una relación de todas las posibles profesiones artesanas y técnicas aparecidas en la Hispania romana.

existiesen en el Noroeste, sino más bien de que no se han encontrado restos alusivos a las mismas, pero ello no excluye su aparición en un futuro.

10°. - La cronología de las piezas está entre los siglos II y III, de ahí que sea preciso referirse a la importante producción artesanal en las referidas fechas.

11°. - La importancia de las actividades manuales, tanto para satisfacer las necesidades básicas como por motivo de embellecimiento u ornato, no era tan bien considerada entre la sociedad romana como era de suponer ya que “en tiempos del mayor florecimiento del arte y del reconocimiento más completo de sus productos como, por ejemplo, en la antigüedad, era frecuente que los artistas recibieran la menor consideración personal; se contaban entre la servidumbre y figuraban como obreros hábiles o como parásitos ingeniosos.... se adoran a las imágenes de los dioses, pero se despreciaba a los autores que las crearon. Se sabe la relación directa que existía entre este menosprecio y las precarias condiciones económicas en que tenían que trabajar los artista en la antigüedad”⁽⁷⁹⁾.

En síntesis, las diferentes actividades profesionales también estuvieron presentes en el quehacer diario de la población indigeno-romana del NO peninsular lo que prenota una especialización en la producción de los productos, lo que permitiría un crecimiento y mejora de las condiciones económicas del lugar en clara consonancia con la realidad imperial del momento.

CORPUS EPIGRÁFICO

Conventus Bracaraugustanus

Artífices

Artífices / Calubrigens/es • et • Abianis (sic) / faciendum) • c(uraverunt) •

⁽⁷⁹⁾ Cf. A. Hauser, *Sociología del arte*, vol. I, Madrid, 1975, p. 214.

Guerrero galaico-minhoto acéfalo que presenta en el *cae tra* fijado el texto epigráfico. Apareció en el Castro de Santa Comba, freguesia de Refojos, concelho de Cabeceiras de Basto, Braga.

Ferreira, *Guerreiro*, pp. 111-116 con foto.

[E]x ■ officina) • Elp(idii) / R(—) I(ovi) O(ptimo) M(aximo) /

Ara votiva encontrada en el atrio de la iglesia de Santa Cruz de Lima, concelho de Ponte de Lima, Viana do Castelo.

IRMPXII, n° 3, p. 185, Lám. I, fig. 3.

Lapidarius

Peleius / [I]Japidarius / [M?]ureta • effecit

Placa funeraria procedente del Castro de S. Antonio, Afife, concelho de Viana do Castelo, Porto.

Viana, *lapidarius*, pp. 525-528 con foto.

Rebur/rinus / lapida/rius • Ca/staecis / v(otum) • l(ibens) • [s(olvit)] / m(erito)

Ara votiva (?) procedente de Santa Eulália de Barrosas, freguesia de Lousada, concelho de Guimarães, Braga.

CIL II 2404.

Ceràmica

Maxum[i]/nis Caturfo] / figulus ho[c] / munus dedit

Grafito inserito en dos fragmentos pertenecientes a un gran *dolium*, procedente de la Citânia de Briteiros, concelho de Guimarães, Braga.

Cardozo, *Citânia*, pp. 463-464.

Tejido

Coporici / Materni / ex voto / Marti Tar/buceli • fu/l(l)ones

Ara votiva procedente de Montariol, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, Braga.

IRMPXII, n° 14, p. 192, Lám. V, fig. 16-17.

v(otum) l(i)b(ens) s(olvit) m(erito) / Genio L/aquini/e(n)si
Flav(us) Flavini (filius) /fullo
Ge(nio) • La(quinensi)

Ara votiva procedente da, freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela, concelho de Guimarães, Braga.

CIL II 2405.

Cuero/Piel

D(is) M(anibus) s(acrum) / Flavo sutor/i tetu/dum (sic) / posu/[it

- - - / -----

En L 2: Nexo AV

Estela funeraria procedente de “Quinta da Rúa” en la freguesia de Várzea do Douro, concelho de Marco de Canaveses, Porto.

Pinho, *Inscrição*, pp. 135-140.

¿Hierro? ¿Madera?

Agathopodi / T(iti) • Satri / Zethus / conservus

Estela funeraria procedente de la ciudad de Braga, posiblemente de la *Necrópolis de la Vía XVII*.

CIL II 2431.

CONVENTOS ASTURUM

Construcción

Fonti Sagfiniensi Genio] / Brocci • L(ucius) Ulp(ius) • S(exti) f(ilius) / Alexis • aquilegus / v(otum) • s(olvit) • l(ibens) • m(erito)

Procedente de la fuente llamada “La Cálida” en una roca junto al manantial de aguas termales en el lugar de “Salona”, Boñar, Ayto. de Boñar, León.

*IRPL*e, nº 60, pp. 76-77, Lám. LUI.

CONVENTOS LUCENSIS

Construcción

Marti / Aug(usto) • sacr(um) / G(aius) • Sevius ; Lupus / architectus / Aeminiensis / Lusitanus • ex • vo(to)

Inscripción realizada en roca viva sobre cartela rebajada y distante unos 11 m de la Torre de Hércules, en dirección sur, yendo hacia La Coruña.

Pereira, *Corpus*, nº 2, pp. 27-28, con foto.

Conimbriga, 34 (1995) 147-168

Higiene

(hedera) D(is) (hedera) M(anibus) (hedera) / Phil • ta • tes / or •
na • tricis / C[-----] / CA[----] / C0[-----] / d o - mo - August(is) / Tau •
ri • nis • / con • ser • vi / eius

Estela funeraria encontrada reutilizada en el muralla de Lugo.
IRPLu, n° 32, pp. 58-59, PL XII.

SABINO PEREA YÉBENES

Doctor en Historia Antigua. Universidad Complutense de Madrid

EPÍGRAFE GRIEGO DE TA VIRA (*CIL* II 5171; *IG* XIV 2542)

¿UNA FAMILIA PALEOCRISTIANA?

“Conimbriga” XXXIV (1995) p. 169-183

RESUMEN: Revisión de la lectura del epitafio procedente de Tavira, al sur de Portugal, *CIL* II 5171 ; *IG* XIV 2542. El examen de la fórmula epigráfica, así como la onomástica y la iconografía del ara, aportan elementos objetivos suficientes para sospechar que se trata de una familia paleocristiana recién instalada en este extremo de la Península Ibérica en un ambiente pagano

SUMMARY: The reading of the epitaph *CIL* II 5171, *IG* XIV 2542, from Tavira - Southern Portugal - is here reviewed. An examination of the epigraphic as well as the onomastic and iconographic formulas bring sufficient objective elements to light to suggest that we are dealing with a Paleo-Christian family recently settled in the pagan environment of this far corner of the Iberian Peninsula.

(Página deixada propositadamente em branco)

EPÍGRAFE GRIEGO DE TAVIRA (C/L II 5171;/G XIV 2542), ¿UNA FAMILIA PALEOCRISTIANA?

Entre los meses de junio y julio de 1861 Hübner recorría el sur de Portugal con el mismo propósito que le movió antes a viajar por España: acumular toda la documentación epigráfica que fuese capaz para la elaboración del segundo volumen del *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Antes de la edición definitiva del C/L, Hübner publicó, en aquel mismo año 1861, las anotaciones de campo de su viaje en las Actas de la Academia berlinesa, notas más tarde traducidas al portugués y publicadas en Lisboa. En ambos lugares se edita esta inscripción que trato (¹), encontrada unos pocos años antes, en 1856, en la Quinta Torre de Ares (concelho Tavira; distrito de Faro) donde según todos los indicios debe ubicarse la antigua Balsa. El texto quedaría incorporado al suplemento del C/L II con el núm. 5171, y luego al repertorio de *Inscriptiones Graecae*, vol. XIV, de Kaibel con el núm. 2542.

Nuestro estudio se centra en dos aspectos concretos: primero, la fijación del texto, estableciendo una nueva lectura para la edad del

(¹) Sobre el viaje de Hübner, P. Le Roux, “E. Hübner ou le métier d’epigraphiste” en *Epigraphie Hispanique*, Paris 1984, p. 20. Las publicaciones aludidas son, respectivamente, *Monatsberichte der Königlichen Berliner Akademie der Wissenschaften*, 1861, p. 752 y *Noticias Archeológicas de Portugal* (Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, série IV, 1861) publicado en Lisboa, 1872, p. 32-33. El ara, dice Hübner, estaba en la casa que poseía en Tavira el Sr.Veiga, erudito local que escribió un interesante libro sobre las antigüedades halladas en la zona, donde ubicó ya la antigua Balsa: Estácio da Veiga, *Povos Balseases: Sua Situação Geographico-Physica Indicada por Dous Monumentos Romanos recentemente Descobertos na Quinta da Torre dAres distante Seis Kilómetros da Cidade de Tavira*, 1866; en pp. 25-28 publicó, aunque con muchos errores, el epígrafe.

difunto; y en segundo lugar, mostrar la posibilidad de que se trate de una familia paleocristiana. Este segundo aspecto, más que quedar plenamente demostrado, lo presento a discusión, ya que puede argüirse, con toda legitimidad, que la forma del ara es “típicamente pagana”. Hay elementos, sin embargo, que deben ser explicados y contextualizados: la iconografía - equivocada en la edición del *CIL* -, el origen minorasiático de los progenitores del difunto, el empleo de términos y la disposición epigráfica idéntica y típica de numerosas inscripciones cristianas preconstantinianas. El resultado general permite, al menos, albergar la sospecha que se trata de gentes cristianas recién llegadas a un lugar “pagano”. Tal hecho puede parecer excepcional, pero es que este epitafio en lengua griega, en extremo occidental del continente y del Imperio romano, es indudablemente excepcional.

I. El texto

Se trata de un ara de caliza granítica, cuyas dimensiones son: 55 X 25 X 23 cm.; expuesta en el Museo Nacional portugués de Arqueología y Etnología (inv. E-6405), donde, en 1990, pude examinarla personalmente. En su parte frontal contiene una inscripción funeraria en lengua griega, y grabados a ambos laterales (véase dibujo). Gámer la ha descrito recientemente con suma precisión⁽²⁾: “Grabaltar. Graner Kalkstein. Zylindrische Pulvini, von Blättern umhüllt und durch balteus umfaß. Pulvinusrosetten, Volutengiebel mit Blattrelief im Tympanom. Rundfocus, Profilgerahmte Inschrift. Leistengerahmte Nebensieten, im Feld der linken Nebenseite Taube, recht Traube. Als Deckprofil Leiste, cyma recta, Faszie, Leiste, Ablauf; als Fußprofil Faszie, cyma recta, Leiste. Sockel.” Aunque el epitafio ha sido publicado varias veces ⁽³⁾, la mayoría de las ediciones limitan a

⁽²⁾ G. Gámer, *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*, Mainz am Rhein 1989, p. 181 sub ALG.18 y lám. 97 c-d, buenas fotografías, aunque ninguna muestra el lateral con el racimo de uvas. No transcribe el texto de la inscripción.

⁽³⁾ J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa 1913, pp. 443-446; A. Mendes Correia, “O domínio romano” en *Historia de Portugal*, vol. I, Barcelos 1928, p. 255; S. Lambrino, “Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos” *O Arqueólogo Português* N. S. 4 (1962) p. 298; J. Mendes de Almeida y F.Bandeira, “Varia epigraphica” *Rev. Guimarães* 77,1967, pp. 52-58; J. Mendes de Almeida, “As inscrições gregas do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia” *Arqueologia* (Porto), 13, 1986, p. 173.

transcribir el texto y a dar una versión moderna. Creo oportuno recordar algunas afirmaciones acerca de este monumento: advertir el error de Hübner en el *CIL* a propósito de las figuras grabadas en los laterales del ara: pues no se trata de una *patera* (lado izquierdo a vista del espectador) y *uva*, en singular (al lado derecho) sino, respectivamente, de una **PALOMA** y un **RACIMO DE UVAS**; este mismo autor dató el epígrafe en el siglo I d. C. Por su parte, Leite de Vasconcelos atribuyó a la simbología de la paloma y las uvas un carácter báquico, opiniones ambas que no compartimos.

Leemos así la inscripción:

XEPETE.		Χέρετε.		¡Salve!
EYHNOC		Εὐηνός		Eveno
KAI ANTIOXEIC	3	καὶ Αντιοχεῖς	3	y Antióquide
ΙΔΙΩ ΤΕΚΝΩ		ἰδίῳ τέκνῳ		a su querido hijo
TATIANΩ		Τατιανῳ		Tatiano,
ΓΛΚΙΤΑΤΩ	6	γλνκιτατῶ	6	el más dulce de todos,
ZHCANTI		ξήσαντι		que vivió
ENIAYTON		ἐνιαυτὸν		un ano
KAI HMEPAC K̄	9	καὶ ἡμέρας κ̄	9	y veintitrés días,
MNHMHC Γ		μνήμης γ		a su memoria
XAPEIN.		χάρειν		(lo hicieron)
XEPETE.	12	Χέρετε.	12	¡Salve!
[T]AYTA		[T]αὔτα		¡Así (es la vida)!.

Particularidades:

- No existen abreviaturas.
- Punciones intersilábicas sólo en lin. 1.
- Letras mal conservadas: N en lin. 2; I en lin. 6 (quizás deba leerse Y); segunda H en lin. 10; T en lin. 10; primera A en lin. 13.
- No existen letras ligadas por razones estéticas, sino, en algunos casos, debidas al defecto de cálculo del lapicida; más acusadas en XE, al final de lin. 3, y AI en lin. 4. Aunque el lapicida procura el modelo de letra capital cuadrada se observa la tendencia hacia la escritura cursiva: obsérvense especialmente las letras omega y épsilon, ambas, en todos los casos, minúsculas del tamaño de capitales, y son evidentes las dificultades técnicas del grabador en el cálculo de la longitud de líneas, quizás por la poca práctica en la traslación de signos griegos. En

lin. 7, C en lugar de Σ, sustitución muy frecuente en epigrafía. En las líneas 2, 3 y 9 las letras desbordan el campo epigráfico. Especialmente significativo es el final de la lin. 9 en la que el lapicida, sin espacio material para inscribir la cifra KΓ, graba el segundo signo en la línea siguiente, bajo la K, también fuera del campo epigráfico. El signor Γ se ve, algo fracturado, pero claro examinando directamente el monumento; en esta posición los primeros editores (p. e. Hübner) consignaban una iota, y otros la omiten. La iota no puede ir tras el numeral K ni, como letra, al final de la línea 10, de la que se encuentra desligada posicionalmente dando en todo caso un error de concordancia (¡MNHMHCI!) y ortográfico tras la sigma ç final del sustantivo. Nuestra lectura, por tanto, fija en un año y 23 días la edad del niño difunto.

- Patología vocálica dialectal: iotacismo en lin. 6: γλυκίτατω por γλυκύτατο; hipercorrección caligráfica en lin. 3, Αντιοχεις por Αντιοχις, y en lin. 11 χόφειν por χάριν debida posiblemente a la tendencia fonética paroxitónica; formas contractas (cierre vocálico) en lin. 1 y 12, frecuentes en habla coloquial y saludos. A esta última deformación “de uso” cabe añadir que se el epígrafe se crea en un lugar lingüísticamente latino y que es comprensible dicha contracción del diptongo griego ai (latín *ae*) transcrito en su valor fonético “e”.

- Falta la primera T en lin. 13. Perdido el ángulo inferior izquierdo del monumento, no puede reconstruirse con seguridad la última línea. Es posible que allí hubiera escrito únicamente Ταυτα ya que no hay espacio para la expresión funeraria ⁽⁴⁾ Ο’ βίος ταυτα, aunque remite al mismo significado.

- Las exclamaciones o saludos escritos en las líneas 1, 12 y 13 están puestas en boca del difunto y dirigidas a los que pasan y se detienen ante el monumento escrito. Son muy frecuentes en epitafios paganos y cristianos en lengua griega ⁽⁵⁾, y a veces aparecen en inscripciones latinas como préstamo de fórmulas epigráficas griegas.

⁽⁴⁾ W. M. Calder, “Studies in Early Christian Epigraphy.II” *JRS* 14, 1924, 87 núm.5.

⁽⁵⁾ I. Kajanto, *A Study of the Greek Epitaphs of Roma*, Helsinki 1963, p.39 y 18.

En epigrafía griega funeraria el superlativo ὙΔΚΥΟΟΤΟÇ (*dulcissimus*), aquí en lin. 6, es la expresión afectiva más frecuente entre miembros de la misma familia ⁽⁶⁾.

La onomástica balsense delata la presencia de un considerable número de gentes griegas: el epitafio, con fórmula D.M.S., de **Caturica Agatamera** (*CIL* II 14); el epitafio de **Aemilia Chaeridis** por su esposo, con onomástica latina, **C. Flavius Relatus** (*CIL* II 5168); el epitafio de **Albia Nereis** (*CIL* II 5169); **Rutilius Antigonus**, **Titus Manlius Eutyches**, **L. Meclonius Cassius**, **Publicius Alexander** (*C/L* II 4989 y 5161), **Sycecale**, **Tricisma**, **Psalceades**⁽⁷⁾, afluencia onomástica, quizá producto, como se ha sugerido, “de la situación marítima y cosmopolita de Balsa” ⁽⁸⁾. Destaco dos hechos, que son ciudadanos libres, y que integran en relación matrimonial o de amistad con romanos también libres; se trata posiblemente de las primeras generaciones de griegos inmigrantes. En el epígrafe de Tavira, los padres tienen nombre griego mientras el del hijo, Tatiano, es de origen itálico-sabino ⁽⁹⁾. La onomástica del hijo, sin duda nacido ya en Hispania, es síntoma de su condición de emigrados recientes y supone un notable intento integrador. El resultado del estudio de los epitafios griegos paganos de Roma, debido a Kajanto, es definitivo: la práctica mayoría de los dedicantes o de los difuntos no han nacido en Roma; de los 84 casos de forasteros 43 proceden de Asia Menor y el resto se reparten los orígenes sirio, egipcio, griego o siciliano ⁽¹⁰⁾. No existen en Hispania otros epígrafes que citen, en lengua griega, estos mismos nombres del epígrafe de Tavira. En el *CIL* sólo consta un **Euenus** con grafía latina; se trata de un liberto privado que alcanzó el sevirado en Barcino (*C/L* II 4534: **M. Cornelius L. lib. Euenus lililí Aug.**). Por

⁽⁶⁾ Kajanto, *Study...*, 1963, p. 33 y 35.

⁽⁷⁾ La lectura de estos tres últimos *cognomina* femeninos se debe a J. d'Encarnação, “Ara funerária de Tavira” FE 29, 1988, núm. 33.

⁽⁸⁾ *HEp.* 2, 1990, 789.

⁽⁹⁾ Tatianus es desconocido en Hispania. *Cfr.* “TITIANII” en Tarraco, T. Fl. Titianus leg. Augg. pr. pr. (et) Postumia Siria (coniux) eius... (*C/L* II4076 = *RIT*34; y *CIL* II 4118 = *RIT* 135, el mismo personaje); en Bracara, Vegetium Titianum (*C/L* II 2381); en Segovia, Titiana (A. L. Hoces, *Gerión* 7, 1989, 265-267). Tatiano es un nombre muy difundido entre las gentes paleocristianas: I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Roma 1982, p. 157.

⁽¹⁰⁾ Kajanto, *Study...*, 1963, p. 2-4.

su parte el cognomen de etimología geográfica **Antiocis** tiene mayor representación en la epigrafía latina de Hispania: una liberta en Corduba (*CIL* II 2223: **Liciniae L. 1. Antiochini** - sic -), una mujer libre también en Corduba (*CIL* II 2292: **Marcia Antiocis**) y una libre en Norba (*CIL* II 712: **Cornelia Antiocis**). Esta misma proporción se da en la onomástica de Roma, bien estudiada por Solin: hasta el siglo III mucha menor frecuencia del nombre **Euenus** que el de **Antiocis/Antiochis**, y en ambos casos la proporción de libres y libertos es del 50 %⁽ⁿ⁾. Esta estadística unida al hecho de que aparezcan sólo con *cognomina* aumenta la probabilidad de que **Euenus** y **Antioquide** fueran libertos, estatuto rarísimamente expresado en la epigrafía cristiana ⁽¹²⁾. La frecuencia onomástica nos sitúa, con la debida prudencia, no más tarde de finales del siglo III, momento en que se produce el abandono progresivo de los *tria nomina* y de la indicación de filiación y estatuto personal en las inscripciones. En Roma, el 64 % de los epitafios, en lengua griega, de la gente sencilla lleva un solo nombre, el *cognomen* del sistema onomástico latino ⁽³⁾, y su estatuto personal es el de esclavos o libertos de origen oriental ⁽⁴⁾.

II. ¿Una familia paleocristiana?

En los tres primeros siglos del Imperio romano es evidente y continuado el intercambio de elementos paganos y cristianos en todos los ámbitos de la vida pública y privada, y de la religión. Dichas interferencias son patentes en las inscripciones, vehículo artístico e

(n) H. Solin, *Die Griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, Berlin-New York 1982, p. 476 para el nombre Euenus (con grafía griega, *IG* XIV 1831); p. 207-208 para el nombre Antiochis (tres casos con grafía griega de los siglos II-IV), y tb. F. Bechtel, *Die Historischen Personennamen des Griechischen bis zur Kaiserzeit*, Hildesheim 1964 repr, p. 551. W. Froehner, *Les Inscriptions grecques du Musée du Louvre*, Paris 1865 p. 311 mim. 275 recoge el epitafio, procedente de Siria, de una Antiochis inequívocamente cristiana.

⁽¹²⁾ F. Grossi, *Trattato di epigrafia cristiana latina e greca del mondo romano occidentale*, Roma 1920, p. 102 ss.

⁽¹³⁾ I. Kajanto, *Onomastic studies in the early Christian inscriptions of Rome and Carthage*, Helsinki 1963, p. 10; Id. *Study*, 1963, p. 3.

⁽¹⁴⁾ Kajanto, *Study*, 1963, p. 6.

ideológico, que muestran a veces signos, símbolos y estructuras sintácticas epigráficas comunes ⁽¹⁵⁾, que son sólo contradictorias en apariencia, pues frecuentemente partimos, *a priori*, de modelos de análisis posteriores, “fuera del tiempo en que se producen los hechos”. La práctica epigráfica demuestra, por ejemplo, que entre los cristianos de los siglos III y IV era muy frecuente el uso de nombres con etimología profana heroica o mitológica (p. e. **Euenus**) ⁽¹⁶⁾. Estas y otras modas fueron combatidas por los apologetas cristianos (Tertul. De idol. XX; Agustín, XCIII, 3). En las inscripciones cristianas preconstantinianas del denominado “primer periodo” los conceptos cristianos se transmiten sutilmente entre las formas paganas del lenguaje o del arte, de modo que “resero gli epitaffi cristiani del tutto simili a quelli dei pagani, nei quali non apparisce segno alcuno religioso, onde non é possibile, dalla sola analisi del testo, distinguere gli uni dagli altri” ⁽¹⁷⁾, o como dice Février para dicho primer periodo: “n’y a certainement pas encore une “epigraphie chrétienne”, “une onomastique chrétienne” ou une “iconographie chrétienne”, mais une epigraphie ou une onomastique des chrétiens, une iconographie des chrétiens très étroitement liée à l’émergence d’images et de formes nouvelles ou renouvelées, de même il n’y a pas des “rites chrétiens” ou même une “mort chrétienne”, il y a au lile siècle la mort des chrétiens et des rites et des monuments que ne différencient guère cette communauté de ceux qui l’entourent” ⁽¹⁸⁾. En el mismo sentido se expresa el remitente anónimo de la carta al alejandrino Diognetas (siglo III): “Los cristianos no se distinguen de otros hombres ni por el país, ni por el lenguaje, ni por los vestidos... su género de vida no tiene nada de singular” (*Ad.Diognetum* 5). Por ello, es preciso dictaminar tras un análisis pluridireccional; y a lo dicho añadimos unas reflexiones sobre el contenido del monumento.

Las exclamaciones de salutación, en caso vocativo, son muy frecuentes en inscripciones cristianas preconstantinianas, como la citada

⁽¹⁵⁾ A modo de ejemplo, sobre los elementos iconográficos utilizados en la epigrafía cristiana del siglo II-III, véase W. M. Calder, “Early Christian Epitaphs from Phrygia” *Anatolian Studies* 5, 1955, 25-31.

⁽¹⁶⁾ Numerosos ejemplos en Grossi, p. 80.

⁽¹⁷⁾ Grossi, p. 446.

⁽¹⁸⁾ P. A. Février, “Le culte des morts dans les communautés chrétiennes durant le lile siècle” *Atti IX Congr. di Arch. Christ.*, Roma 1985, Città del Vaticano 1987, p. 274.

Ο' βίος ταυτα, χάρις ου τφ Κυρίω και τφ Χριστή (IG I 524 Catania), o bien simplemente Χαίρε (/G IV 9689) ⁽¹⁹⁾. Esta última exclamación, en efecto, aparece en epígrafes paganos - la epigrafía cristiana no puede sustraerse a los usos epigráficos de su tiempo -, pero tenía un especial significado entre los cristianos: Μνήμης Χάριν o simplemente Χάρις presenta a veces en la letra inicial un criptograma que representa la forma de la cruz ⁽²⁰⁾. Es el caso de numerosos epitafios cristianos de Frigia; uno de ellos, de Gediz, datado a finales del siglo II concluye precisamente con estas palabras que recuerdan el epígrafe de Tavira: Ευτυχή γλυκύτατα μνήμης χάριν ⁽²¹⁾. Χάριν y Χαίρετε, cuyo significado preciso verbal es “¡Alegraos!”, era el saludo usado por las comunidades cristianas preconstantinianas, quizás como contraseña, para indicar la alegría de un encuentro entre los miembros de la familia cristiana (*Hechos* XV, 23, XXIII, 26; Sant. I, 1.). Aparece en inscripciones, no más tarde del siglo III, en la fórmula Ἐν Κυρίῳ Χαίρειν (“Alegrarse en el Señor”) ⁽²²⁾, frase que inmediatamente nos remite a la carta de Pablo a los filipenses (*Phil.* IV 4; III, 1): Χαίρετε ἐν Κυρίῳ πάντοτε πάνιν, ἐρῶ} Χαίρετε (*Gaudete in Domino semper, iterum dico gaudete*) es decir “Como cristianos estad alegres, os lo repito, estad siempre alegres” ⁽²³⁾. En los epitafios dicha expresión de alegría indica el encuentro con Cristo en el momento inmediato tras la muerte, que los cristianos conmemoraban como un auténtico *dies natalis* ⁽²⁴⁾. Los cristianos de los primeros siglos estaban familiarizados con el lenguaje evangélico en lengua griega. Las comunidades de griegos en el occidente latino hablante transliteraban a esta lengua palabras y conceptos relativos a su fe y a su liturgia ⁽²⁵⁾, creando, poco a poco, un lenguaje

⁽¹⁹⁾ Grossi, 1920, p. 229; Kajanto, *Study*, 1963, p. 18.

⁽²⁰⁾ M.Guarducci, *Epigrafi Greca, IV: Epigrafi sacre pagane e cristiane*, Roma 1978, p. 313 nota 1; Calder, 1924, p. 87 núm.4, p. 90 núm.6, p. 91 núm.10; Calder, 1955, p. 35 y lám. Ib y 2c; M.Guarducci, “Dal gioco letterale alia crittografia mística” *ANRWII*. 16. 2 (1978), p. 1768 ss.

⁽²¹⁾ Calder, 1955, pp. 33-34 y lám. II 2. El hombre que aparece en el relieve lleva en su mano izquierda un racimo de uvas.

⁽²²⁾ G. B.De Rossi, “I monumenti cristiani di Porto” *BAC* 4, 1866 p. 41 (del siglo II-III); Id., “Notizie. Iscrizione di Porto” *BAC* 7, 1869, p. 48 (del siglo III); Grossi, p. 229.

⁽²³⁾ Trad. de J. Mateos y L.Alonso Schokel.

⁽²⁴⁾ E. Thylander, *Etude sur Vepigraphie latine*, Lund 1952, p. 2-6.

⁽²⁵⁾ Chr. Mohrmann, “Les emprunts grecs dans la latinité chrétienne”, *Vig. Chr.* 4, 1950, p. 211.

especial sometido a cierta *disciplina Christiana* surgida del lenguaje coloquial alimentado por las lecturas comunes, en el entorno familiar y en las celebraciones religiosas, de los escritos apostólicos (26).

La expresión ἰδεῖν τέκνω en lin. 4 denota una especial relación de afecto a los hijos más pequeños. Es muy frecuente en inscripciones cristianas. A modo de ejemplo, traemos éste epitafio conservado en el Museo Vaticano que muestra una estructura muy similar a las primeras líneas del epígrafe de Tavira: Ζώσιμος καὶ Εὐνείκη τῷδεῖο τέκνω Εὐρεῖκῳ... (CIG IV 9846), en el que puede verse un anaforismo del bautismo, de una relación de filiación divina, es decir “amado hijo de Dios”, *puer Dei*, τέκνον Θεοῦ (IG IV 9727) (27).

El término γλυκώτατος en los epitafios cristianos constituye la expresión afectiva por antonomasia hasta finales del siglo III (28). Es precisamente en este momento cuando se afirma en los epitafios cristianos la norma de hacer constar la edad exacta de los niños difuntos, en años, meses, días, y a veces las horas que indican tácitamente el instante de la *depositio*, pues los cristianos querían ser inhumados y no cremados, práctica que, sólo a partir del siglo III, y muy lentamente, se va generalizando, aunque su difusión temporal y espacial para cada provincia cubre etapas inseguras y distintas (29).

Como apuntaba, que se trate de un ara puede ser el principal argumento para rechazar toda relación con la ideología cristiana (30), pero insistimos en que se trataría de una familia paleocristiana

(26) B. I. Knott, “The Christian ‘Special Language’ in the Inscriptions” *Vig. Chr.* 10, 1956, p.66.

(27) Otros ejemplos en Aigrain: R. Aigrain, *Manuel d’Épigraphie Chrétienne*, II: *inscriptions grecques*, Paris 1913, p. 70 núm. 91 (Roma, Sta. Priscila: representación de paloma y texto: “a su querido hijo Filemón, que ha vivido 2 años con sus padres; ruega por nosotros a los santos), p.70 núm. 90 = CIG IV 9574 (Roma; repres.paloma y texto: “Dyonisios, niño inocente, reposa aquí entre los santos”); p. 58 núm 76 = IG XIV 2346 (De Aquileia; segunda mitad del siglo III; repr.corona; texto: “Aurelia Maximiana a su querido hijo Asclepiodote, el más dulce de todos, que ha creído en Dios y ha vivido un año con sus padres”); etc.

(28) Grossi, p. 176; Guarducci, p. 306: “numerosi epiteti di lode che non di rado si aggiungono, negli epitafi, ai nomi dei trasspassati. Di tali epiteti alcune, per esempio *ῥίτατος* (*fidelis*) e il comunissimo *γλυκώτατος* (*dulcissimus*), ricorrono anche negli epitafi greci cristiani”.

(29) Février, pp.214-215.

(30) En Tavira, en el mismo lugar donde se halló nuestra inscripción se encontraron otras lápidas cristianas más tardías: E.Hübner, *Inscriptiones Hispaniae*

aislada inserta en el modo de vida pagano y que a la hora de levantar un monumento funerario en la oficina lapidaria local se somete al catálogo disponible en el taller y a las costumbres del momento. En realidad, sólo el soporte epigráfico es pagano. Las expresiones **D(is) M(anibus)** o su correspondiente en lengua griega Θ(εοῖ) K(αταχθονίῳ) son habituales en los epitafios paganos de Roma⁽³¹⁾. En el epígrafe de Tavira la ausencia de tal fórmula tópica presente en epitafios contemporáneos del mismo lugar, así como la ausencia de cláusulas de delación sepulcral familiar sometidas a derecho, es una circunstancia que, aunque como todos sabemos nada prueba por sí sola, debe tenerse en consideración ante la posibilidad de encontrarnos ante gentes que, en la medida que pueden, actúan en consecuencia a su ideología cristiana. El soporte “pagano”, por tanto, en nuestra opinión, sólo denota su carácter paleocristiano y excepcional en Hispania (tan excepcional e inequívoco como puede ser su grafía griega), pero no basta para descalificar el contenido general que remite a modos cristianos de expresión verbal y simbólica. El rastreo de las inscripciones cristanas preconstantinianas de Hispania es un tema pendiente de investigación, y sin duda tal investigación deberá someterse a criterios más eclécticos ⁽³²⁾, pues no hay una epigrafía cristiana - pero sí cristianos - antes del siglo IV ⁽³³⁾.

Christianae, Berlin 1871, 210 “prope Taviram (in agro Balsensi) in loco dicto a fonte salgada”, y 299 (= J. Vives, *Inscripciones cristianas de la Espana romana y visigoda* = *ICERV*, Barcelona 1969, p. 79), que a nuestros efectos sólo tienen interés como apoyo a la idea que el lugar fue cristianizado y que la necrópolis romana primitiva fue utilizada como cementerio cristiano. Sobre la necrópolis romana, A. Viana, “Balsa y la necrópolis romana de As Pedras d’el Rey” *Arch. Esp. Arq.* 25, 1952, 261 ss. A veces las aras paganas eran reutilizadas por los cristianos; dos ejemplos hispanos en J.Vives *ICERV* 309 (Alcalá de los Gazules); y 317 (Xátiva): Athanasivs ep(is)c(opu)s septimo anno consecrationis suae erexit hoc altare.

⁽³¹⁾ Kajanto *Study*, 1963, p. 9-12.

⁽³²⁾ A.Ferma, “L’epigrafia cristiana prima di Costantino” *Atti IX Congr. di Arch. Christ.*, Roma 1975, Città del Vaticano 1987, p. 603: “Nelle Spagne non troviamo iscrizione cristiane che si possa dire preconstantiniane, sebbene sia moho probabile che alcuna di esse si celi fra quelle di stile indifferente giunte sino a noi...”

⁽³³⁾ Cfr. el epígrafe de Tarragona *RIT* 233: *Ceioniae Maximae quae / et Achoristae lib(ertae) Plautiae Divi / Veri sororis animae sanctis/simae dulcissimae innocentissirnae, arnatrici conparis*, etc. Es una placa datada, sin duda, entre el año 198-209, por la mención imperial L. Sep. Augg. nn., pero que presenta una inusual iconografía: dos palomas que sostienen una guirnalda en el pico. Formaba parte de un sarcófago (*RIT* 830) de la primitiva necrópolis cristiana de Tarraco.

En los bajorrelieves funerarios griegos se representaba el alma de los difuntos bajo forma de palomas bebiendo de la fuente Mnemosyne. Según la ley mosaica (*Exodo* 13, 3; 13, 11; *Levit.* 5, 7; 12, 8), la ofrenda de “un par de tórtolas o dos pichones” tenía un carácter purificador tras el nacimiento del varón primogénito (*Lucas* II, 22-24). Los cristianos tomaron posiblemente de la tradición judía este símbolo añadiendo a su significante primero de pureza e inocencia un significado más complejo como símbolo de una nueva vida en Cristo. La paloma puede considerarse símbolo de Cristo mismo en rituales de paso tan “carismáticos” para los cristianos como son el bautismo o el momento de la muerte ⁽³⁴⁾, y su representación en epitafios es muy frecuente junto a racimos o cestos de uvas ⁽³⁵⁾. La imagen de la paloma en epitafios de niños muy pequeños es una señal de pertenencia a la comunidad cristiana, y de que el pequeño había sido bautizado (veoc|)G)Ticn;òç) tal como se deduce claramente de un epígrafe romano de una niña fallecida a la edad de un año y cinco meses (*CIG* 9810) ⁽³⁶⁾. Las representaciones del orante y/o de la paloma se introdujeron en los epitafios romanos a finales del siglo II ⁽³⁷⁾. Formaban parte del numeroso repertorio simbólico que las comunidades cristianas asimilaron de la imagería pagana contemporánea ⁽³⁸⁾. Esta afirmación concierne también a la figura que aparece en el lado opuesto de este ara: el racimo de uvas. En las creencias paganas, las uvas, y la vendimia, podían relacionarse con el culto de Venus, de Baco, o formaban parte de los misterios isíacos, contexto de religiones salvíficas de donde lo toman las comunidades cristianas personificando en Cristo toda la

⁽³⁴⁾ Tert. *De bapt.* 8; Cyprian. *De unitate Ecclesiae* 9; Cyrill.Alex., *De adoratione in spiritu et ventate* 15; Prud., *Peristephanon* 3,161-172; Ambros. *De Isaac vel anima* 4,34; Agust., *Ioan.Evang.Tractatus* 6,2,12; Greg.Nyss. *Adversus eos qui differunt baptismum* (PG 46,421). Véase P. Seethaler, “Die Taube als Bild des Heiligen Geistes” *Erbe und Auftrag* 37, 1961, 183-194, y J.Poeschke, “Taube”, en E.Kirschbaum, ed: *Lexicon der christlichen Iconographie* V, 1972, cols. 241-244.

⁽³⁵⁾ O.Marucchi, *Christian epigraphy* [Milano 1910; Cambridge 1911], repr.Chicago 1974,p.65; E.Kirschbaum *et alii*, *La tumba de San Pedro y las catacumbas romanas*, Madrid 1954, p.297.

⁽³⁶⁾ Aigrain, p. 94.

⁽³⁷⁾ F. Sühling, “Taube und orante” *Römische Quartalschrift* 39, 1931, 333-354; E. Kirschbaum, pp. 295-297.

⁽³⁸⁾ Véase en general sobre este proceso, A.Grabar, *Christian Iconography. A study of its origins*, Princeton, N. J., 1968, espec. 31-54.

carga mística (*³⁹), y por extension como símbolo de la unidad eclesial (⁴⁰). Al igual que la paloma, las uvas son metáfora de iniciación a Cristo, al bautismo o al catecumenado (Cyrill. Jer. *Catech.* 1) y unido a la paloma, viene a decir Thomas, expresa la beatitud del alma virtuosa en la vida que comienza para el cristiano en el momento mismo de la muerte (⁴¹). Una explicación más sencilla, pero igualmente posible, respecto a las uvas es que su representación puede tener también un valor de recordatorio, latréutico, oblativo, pues era frecuente entre la iglesia primitiva hacer ofrendas con frutos de la tierra, dependiendo de cada estación del año (*Didaché* XIII 3-4). La representación de las uvas, por tanto, induce a pensar que el pequeño Tatiano murió en la época del año cuando maduran las uvas o se hace la vendimia, es decir en septiembre u octubre.

*

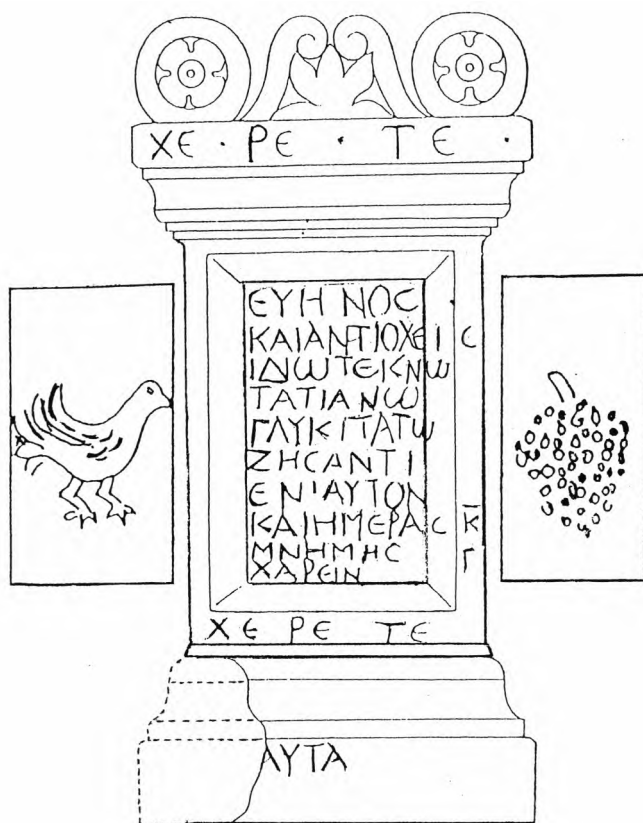
Si se dan por válidos estos argumentos y se acepta para este epígrafe la calificación condicional de “cristiano”, se pueden matizar algunas cuestiones sobre los primeros momentos del cristianismo en Hispania. En efecto, por este documento no puede ni debe afirmarse que en esta zona suroccidental de Hispania, a mediados del siglo III, hubiera grupos de cristianos llegados desde oriente por vía marítima que actuaran como focos difusores de esta religión. Sirve, sin embargo, para argumentar que, cuando el cristianismo se estableció en algunos puntos meridionales de la Bética o núcleos romanizados de Lusitania, podía haber pequeños grupos o familias inmigrantes de origen oriental,

(³⁹) R.Eisler, “Orphisch-Dionysische Mysteriengedanken in der christlichen Antike” *Vortr.Warb.* 1922/1923, 2; cfr. D. Maliardo, “La vite negli monumenti cristiani di Napoli e della Campania” *RAC* 25, 1949, 73 ss; G.Schreiber, “Die Weinlese in der kirchlichen Kultur” *Perennitas, Festschr.Michels*, 1963, 107-214; O.Nussbaum, “Die große Traube Christus” *JbAC* 6, 1963, 136-143.

(⁴⁰) H.Lother, *Realismus und Symbolismus in der altchristlichen Kunst*, 1931, 39. Recuérdese, en el evangelio de Juan XV 1-17, la frase de Cristo: “Yo soy la vid y vosotros los sarmientos”. Sobre la simbología de la vid en este pasaje: A.Jaubert, “L’image de la Vigne (Jean 15)” *Oikonomia. Homm. Cullman*, Hamburgo 1967, 93-99, H.van den Bussche, “La vigne et ses fruits {Jean 15,1-8}” *BVC* 26, 1959, 12-18, y B.Schwank, “Ich bib der wahre Winstock” *SeinSend* 28, 1963, 244-258.

(⁴¹) A.Thomas, *Lexikon,W.co\A95* “in der Grabeskunst Trauben in Verbindung mit der Taube Symbole der Tugend, bes.der Gottesliebe oder auch des jenseitigen glücklichen Lebens seien”. Véase también F. Sühling, *Die Taube als religiöses Symbol im christlichen Altertum*, Friburgo 1930, 181 ss.

cuya religión/religiosidad cristiana permanecía larvada y temerosa en un mundo cívico y religioso dominado por el paganismo, pero que, en determinado momento, estas gentes orientales, grecohablantes, pudieron actuar como receptores y aceleradores del cristianismo que como ideología religiosa (teología) llegaba a Hispania, con toda probabilidad, de la mano del pujante clero africano.



J. GÓMEZ-PANTOJA

Professor Titular da Universidade de Alcalá de Henares

RELECTURA DE UN EPIGRAFE
DE SAN ESTEBAN DE GORMAZ, SORIA
“Conimbriga” XXXIV (1995) p. 185-189

RESUMEN: Esta breve nota corrige la lectura de un epitafio latino descubierto en San Esteban de Gormaz, Soria. Se ignora el paradero de la inscripción y el texto sólo era conocido por el relato de un testigo de 1931 ; ahora, la nueva versión ha sido posible gracias al hallazgo en el archivo personal de F. Fita de una carta de 1912 conteniendo una transcripción independiente.

SUMMARY: This brief note offers a corrected reading of a Roman tombstone from San Esteban de Gomaz, Soria, Spain. Previous editions of the text resulted in anomalous reading and no checking was possible since stone is lost. My note benefits from a letter of 1912 discovered in F. Fita's files and containing a better rendering of the inscription.

(Página deixada propositadamente em branco)

RELECTURA DE UN EPÍGRAFE DE SAN ESTEBAN DE GORMAZ, SORIA

La lápida, hoy desaparecida, sólo se conocía por lo que de ella dice un culto turista de hace sesenta años (O- Esa noticia proporciona las dimensiones del epígrafe, su situación entonces y una transcripción del texto difícilmente inteligible y que más parece una interpolación:

CALNV S. A. EMILI
AELITA NIONIS F.
ANN. XX CANTA
BRA SOROR QUI
NA SOROR H. S.
FLORVS TECVLA
AVSTICA D. S. P. E C.

Estudiosos posteriores han resaltado las anomalías de la tradición pero ante la imposible autopsia de una pieza en paradero desconocido, sólo cabía normalizar lo recibido. Como esos intentos no han resultado muy afortunados ⁽²⁾, hace apenas un año propuse la siguiente relectura del epígrafe ⁽³⁾:

(¹) P. Artigas, “Por tierras de gesta. San Esteban de Gormaz”, *BSEE*, 40, 1932, p. 41.

(²) C. García Merino, “Un olvidado núcleo de población hispanorromano: San Esteban de Gormaz”, *Hispania Antiqua* 7, 1977, pp. 185-7: *Calnu(s) s(ervus) Aemiliae Litanionis filius) an(norum) XX Cantabra soror, Quinta soror h(ic) s(unt). Florus, Tecula (?) Rustica d(e) s(ua) p(ecunia) f(aciendum) c(uraverunt)*. Por su parte, A. Jimeno, *Epigrafía romana de la provincia de Soria*, Soria, 1980, p. 122, propuso *Calnus (?) Aemilia Elitanionis filia) ann...* etc, y prefirió entender el nombre de una de las dedicantes como *Tecula Austica*.

(³) J. Gómez-Pantoja, “Viejas piedras, nuevas lecturas. Incripciones latinas de San Esteban de Gormaz, Soria”, en C. Saéz y J. Gómez-Pantoja, *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*, Alcalá 1994, pp. 214-5.

*Calvus • Aemili / æ • Litanionis • f(ilius) • / ann(orum) • XX
Canta/bra soror QuiVfita soror h(ic) • s(epulti) [s(unt)] • / Florus,
fecula, / Rustica d(e) • s(ua) • p(ecunia) • f(aciendum) • c(uraverunt)*

Recientemente, sin embargo, entre la correspondencia inédita de F. Fita⁽⁴⁾, he encontrado un memorial del 7 de agosto de 1912 enviado por Andrés Serrano, Jefe de Telégrafos de San Esteban de Gormaz. Entre otras noticias de diversa consideración sobre las antigüedades del lugar, aparecen los párrafos que transcribo literalmente:

“Hará unos diez años se extrajo de la muralla de tierra del Castillo en la que servía de cimienta una magnífica losa con la inscripción siguiente:

CAIVS AEMILI
AE LITANIONIS.F
ANN XX CANTA
BRA SORO ROVI
NA SOR&R.HSS
TLORV// TECVLA
AVSTICA OSIEO

Está colocada en el pavimento del primer tramo de la escalera de la casa de D. Faustino Espinar, vecino de esta villa. Mandé que la copiaran con toda fidelidad y no sé si habrán alterado alguna letra.....”

Además de los datos sobre el lugar de aparición de la pieza, la carta del ilustrado y sensible telegrafista permite, en mi opinión, recuperar con bastante seguridad el texto original del epígrafe, que no sería otro que:

*Calus • Aemili/ce • Litanionis • f(ilius) • / ann(orum) • XX.
Canta/bra soror, OvP/na soro h(ic) • s(epulti) s(unt) • /F^ lor[s],
Tegula, /Mustica ^d(ep• ^uap^piecunia^f^ficiendumj • ^c(uraveruntjl*

⁽⁴⁾ Este trabajo ha sido posible gracias a la gentileza de Luis García Iglesias, que me introdujo en el archivo Fita y obtuvo para mí la autorización de los PP. Jesuitas para publicarlo.

Calus es mejor que el irregular *Caius* y aunque en casos así no puede descartarse la haplogía de *Calvus*, nótese que el mismo nombre aparece también en un reciente hallazgo de Villamesías, Cáceres⁽⁵⁾. Sobre *Litanion*, el testimonio de Serrano ratifica lo avanzado en mi artículo y constituye una solución más lógica que el aventurado *Elita* de Abascal ⁽⁶⁾. El raro *Ovina* está, según parece, documentado en una inscripción de Cárquere (Resende, Viseu) ⁽⁷⁾ y no resulta un forzamiento excesivo de la tradición corregir *Tegula* por *Tecuta*: en realidad así lo apunté con dudas por falta de paralelos que, en realidad, sí parece haber;⁽⁸⁾ y aunque no existiesen, nada obsta a un nombre de esas características, especialmente en el ambiente rural o servil del que parece proceder la inscripción. Finalmente, y a salvo de mejor juicio, *Rustica* es una opción más explicable y satisfactoria que el extraño *Austica* de Serrano y Artigas.

⁽⁵⁾ J. L. Gamallo y H. Gimeno "Inscripciones del norte y suroeste de la provincia de Cáceres: revisión y nuevas aportaciones", *CUPAUAM* 17, 1990, p. 284 y el comentario de A. U. Stylow, *HEp* 4, 1994, 257.

⁽⁶⁾ J. M. Abascal, *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia 1994, p. 351.

⁽⁷⁾ HAE 244.

⁽⁸⁾ H. Solin y O. Salomies, *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*, Hildesheim 1988, p. 410.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ EDUARDO REIS COUTINHO

Licenciado em Teologia

MOEDAS HISPANO-ROMANAS DO MONTE FIGUEIRÓ

“Conimbriga” XXXIV (1995) p. 191-204

RESUMO: Publicam-se quinze moedas hispânicas encontradas ao acaso das lavras em Monte Figueiró, um castro do concelho de Ansião.
A reduzida área em que as moedas foram recolhidas permite suspeitar de um pequeno tesouro.

ABSTRACT: Fifteen Hispanic coins found by chance when ploughing in Monte Figueiró, a pre-Roman hill-fort in Ansião county, are published here. The reduced area where the coins were found leads to the suspicion they may correspond to a small treasure.

(Página deixada propositadamente em branco)

MOEDAS HISPANO-ROMANAS DO MONTE FIGUEIRÓ

Embora os trabalhos de batida de campo pelo concelho de Ansião se considerem genericamente concluídos, a tarefa de compreensão dos dados obtidos, a sistematização dos materiais encontrados e a coordenação interpretativa daí resultante ainda aguardam algumas ultimações.

De facto, tal cuidado é exigido no âmbito do rigor científico que lhes é devido no enquadramento administrativo de Conimbriga, bem notório pela proximidade geográfica e pelas condições naturais da paisagem.

Uma premente necessidade foi a prospecção, que desvelou novos horizontes à arqueologia da região, fazendo relegar concepções simplistas, cujo motivo radicava na diminuta investigação local. Com vários anos dedicados à pesquisa no terreno, surgiram inúmeros achados de superfície, identificaram-se muitas estações e foi possível recuperar algum espólio já disperso e pronto para venda.

A par do volume de materiais recolhidos em investigações periódicas, existe uma porção complementar que, recentemente, tem vindo a ser desvelada, como é o caso de certos objectos em bronze e cerâmica, por vezes guardados quando razoavelmente conservados e sugestivos.

Reconheceu-se também, pelo contacto com a população dos lugares, o vulgar aparecimento de moedas, das quais se destaca uma pequena quantidade numária hispano-romana, surgida dispersa na proximidade de um muredo^(*) da plataforma do Monte Figueiró, situado a 18 Kms a SE de Conimbriga.

(*) Esta designação é um regionalismo usado para referir os muros mais ou menos alinhados e constituídos com as muitas pedras soltas retiradas do solo nas épocas de lavras.

Dando notícia dessas moedas descobertas por ocasião de cultivos agrícolas ali levados a efeito até finais de 1978, aquando da preparação das terras para sementeiras de trigo, fica testemunhada a presença de pecúlios monetários ligados à época do domínio romano na região municipal daquela cidade.

Outro aspecto de interesse diz como o achado permite aceder ao conhecimento mais alargado da efectiva circulação de numerário produzido nas oficinas peninsulares e chegado até estes espaços.

O MONTE FIGUEIRÓ

Este local ⁽²⁾ é a estação arqueológica de maior diversidade material do termo meridional de Conimbriga, pela singularidade manifestada na grande variedade de espólio, desde o Neolítico à Idade Média, numa continuidade de ocupações, que serão futuramente tratadas no momento apropriado.

Morfológicamente, os terrenos adjacentes apresentam a comum característica que configura o núcleo da estrutura principal: à volta dele dispõem-se bacias deprimidas e solos onde o calcário forma tratos salientes e linhas de relevos com estratos à vista no dorso escavado, o lapiás.

Pobre e densamente pedregoso, ali a topografia cársica salienta a carência de água e a rarefacção das culturas, a vegetação rasteira, esparsa e original, e constitui-lhe o traço mais vigoroso. Todavia, quem

(2) A designação Monte Figueiró deve preferir-se a outras menções toponímicas por ser a mais conforme à tradição, que remonta ao séc.XII:

- Na delimitação de Penela, consignada por carta de foral de Novembro de 1137, a linha divisória a Poente é indicada pelo circuito que *uadit a figueiroa*. Cf. PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, *Leges et Consuetudines*, I, Olisipone MDCCCLVI, 374; e SALVADOR DIAS ARNAUT, *Ladeia e Ladera*, Coimbra 1939, LXXI.

- Nos limites da herdade de Alvorge, doada por Dom Afonso Henriques ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em Fevereiro de 1141, tal menção aparece deveras explícita quando referida *per cacumen montis figueirole*. Cf. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Forais Antigos*, maço 12, n.º 3; e SALVADOR DIAS ARNAUT, *op. cit.*, XX.

Inequivocamente, os compreensíveis arcaísmos designam-no sem a complexidade que o tempo lhe juntou depois da formação do casal estabelecido nas imediações do sopé, a partir do aforamento de 1224.

galgar os ásperos declives ⁽³⁾ que o limitam ou subir os carreiros norte e sul - velhos de séculos - que, trilhados, levam à cumeada, encontra, na parte alta, grandes extensões aráveis, apenas molemente onduladas, favoráveis à expansão da agricultura.

A necessidade da população, de há décadas a esta parte, foi chamando à cultura regular de sequeiro aquelas terras elevadas e maninhas, numa tenacidade de aproveitamento agrário, lavrando campos de pedras onde o cereal medra a custo e a oliveira ponteia com geométrica representação pelas encostas de parco desenvolvimento vegetal, mesmo assim utilizado na prática do pastoreio.

Em notável predomínio cresce o tomilho silvestre, o *Thymus zygis*, vulgarmente conhecido por Erva de Santa Maria; e, das matas de carvalhos de outrora, resta, como veneranda memória, um no cimo do monte e a pequena mancha de exemplares novos junto à povoação de Trás de Figueiró.

Os vestígios arqueológicos de maior representação - principalmente mós manuais, pesos de tear, pedaços de *dolia*, *tegulae* e cerâmica comum - estendem-se ao longo do planalto, em ligeiro declive segundo o sentido longitudinal, à cota de 370 metros de altitude média, cujo ponto central está referenciado na grandeza 173,75 de longitude e 334,25 de latitude, a partir das coordenadas hectométricas de Gauss, registadas na folha 263 dos Serviços Cartográficos do Exército, à escala de 1/25.000, de 1947.

Este sítio arqueológico pertence à freguesia de Alvorge, concelho de Ansião e distrito de Leiria, e oferece um admirável panorama de largos horizontes visuais.

É, por conseguinte, ponto estratégico dominante a todo o extenso vale agrícola de Póvoa de Pêgas às granjas de Santiago da Guarda, impondo-se eminente pelo seu inconfundível perfil trapezoidal, facilmente identificado na linha de silhuetas orográficas.

Dele se avista Zambujal, Rabaçal, os Germanelos ⁽⁴⁾, Castelo Ventoso, Alcamouque, Casas Novas, Rabarrabos, as cristas do

⁽³⁾ O Monte Figueiró é de acesso muito difícil, impraticável pela encosta do Levante, escarpada, cheia de calhau desprendido dos estratos geológicos; embora menos íngreme nas outras, ambas estão seccionadas por muros, formando socalcos, para aproveitamento dos solos com cultivos adequados.

⁽⁴⁾ Esta designação medieval, atribuída aos dois montes semelhantes que se elevam na Ladeia, o do castelo de Germanelo e o Jerumelo, tem plena justificação quando são vistos a partir do Monte Figueiró, o único local que os posiciona bem

Espinhal, Torre de Vale de Todos, Lagoa do Castelo, Monte Alvão, as serranias de Sicó e o povoado de Alvorge.

Como a profundidade dos solos é mínima, devido aos afloramentos rochosos na generalidade do planalto - de si bastante erodido - a realização de trabalhos agrícolas traz à superfície toda a sorte de objectos que o revolvimento das terras vai partindo ou danificando.

Desse modo, qualquer batida efectuada após as lavras do Outono e as colheitas da Primavera foi pródiga em achados colhidos ao longo dos anos.

Os bronzes hispano-romanos agora dados a conhecer foram-nos revelados pelo senhor Augusto Saraiva Luís, de Vale Florido, a quem se devem os contactos com os achadores e a recolha das moedas seguidamente apresentadas.

AS MOEDAS

O conjunto numismático aqui tratado procede, sem excepção, de achados superficiais que particulares foram reunindo ao longo de várias épocas, por ocasião de trabalhos agrícolas, o que, à partida, lhes retira componentes estratigráficas relacionáveis, que muito contribuiriam para datações precisas.

Os exemplares recolhidos no decurso desses anos somam um total de 15 peças, situadas entre o séc. II a. C. e o governo de Augusto/Tibério, e pertencem a diferentes séries nas cunhagens peninsulares de bronze.

O catálogo é apresentado de acordo com critérios que as aproximam por inscrições no mesmo grupo linguístico: sucessivamente as de escrita fenícia, indígena e latina, entretanto dispostas a partir da alfabetação dos respectivos centros emissores, porque a seriação cronológica torna-se bastante difícil.

Na identificação das divindades - considerando o sistema religioso dos Fenícios e o culto prestado na então cidade de *Gadir* - prefere-se mencionar *Melkart* para a representação do exemplar hispano-fenício de Gades, em lugar de Hércules, bem como as do panteão latino nas mais romanizadas.

“germanelos”, demonstrando-se, assim, o ponto privilegiado de observação e a singular importância que deteve até à Idade Média.

Após a cronologia, igual relevo merecem os dados inerentes ao módulo, peso e eixo, como características físicas distintas.

As referências bibliográficas reportam-se às publicações técnicas de maior implantação nesta matéria e, por vezes, aos artigos específicos que possam elucidar certas perspectivas de grande acuidade.

Finalmente, transfere-se para observações tudo quanto de completo pareça oportuno neste domínio e seja esclarecedor das datas propostas, principalmente acerca das atribuições sustentadas por distintos autores.

Grupo Fenício

Gades

1. As

Á - Cabeça de Melkart, à esquerda, coberta com pele de leão.

Atrás, [clava] sobre o ombro esquerdo.

Orla de pontos.

ÍÍ - Dois atuns, à esquerda.

Entre as cabeças, crescente externo com ponto central; entre as caudas, a letra fenícia *aleph*.

Em cima, inscrição fenícia *MP X*; em baixo, *'GDR*.

Orla de pontos.

Cron: Séc. III a I a. C.

Mód: 25 mm. Peso: 7,83 gr. Eixo: 10.

Bibl: FERNANDO ALVAREZ BURGOS, *La Moneda Hispanica desde sus orígenes hasta el siglo V*, Madrid 1992, 167/1050; LEANDRE VILLARONGA, *Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetatem*, Madrid 1994, 89/57 ⁽⁵⁾.

Obs: VIVES, 74/1.

GUADÁN, *Las Monedas de Gades*, n.º 52-58 (206-45 a.C.), e GIL FARRÉS, *La Moneda Hispánica*, 1297 (47-44 a. C.).

(5) É dever de justiça exprimir alguns especiais agradecimentos: à Senhora Dr.^a Adília Moutinho Alarcão, pela gentileza e disponibilidade do Museu Monográfico de Conimbriga, que limpou e tratou estas moedas; à Senhora Dr.^a Maria Isabel Sousa Pereira, pelo salutar acolhimento e notável pedagogia durante anos dispensados sobre estes e demais assuntos da arqueologia; e ao Dr. José da Silva Ruivo, pelas indicações bibliográficas mais recentes e pelo acompanhamento e muitas sugestões prestadas ao longo destes estudos numismáticos.

Malaca

2. As

Á- Cabeça barbada de Vulcano, de tipo simples, à direita, coberta com gorro tronco-cónico.

Atrás [tenaz]; à frente, inscrição neo-púnica externa, invertida, *MLK*, bastante sumida.

í(- Busto radiado de Hélios, de frente.

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 22-21 mm. Peso: 5,43 gr. Eixo: 12.

Bibl: BURGOS, 217/1351; e VILLARONGA, 101/12.

Obs: VIVES, 85/6-7; 86/6, 10, 15; 87/6 (repetidas).

GIL FARRÉS, 1430 (desde 63 a. C.).

Grupo Indígena

Bevipo

3. Semis

Á- Duas espigas verticais.

À frente, grafema toponímico *O*.

Orla de pontos.

í(- Hipocampo, à esquerda, e contramarca S.

Orla de pontos.

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 22 mm. Peso: 5,40 gr. Eixo: 11.

Bibl: BURGOS, 205; e VILLARONGA, 135/12 B.

Obs: A. MARQUES DE FARIA, *A Numária de Cantnipo*, in *Conimbriga* (XXVIII) 1989, 94 (séc. II a I a. C.).

4. Semis

Á- Duas espigas verticais.

À frente, grafema toponímico *O*.

í(- Hipocampo, à esquerda, e contramarca S.

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 19 mm. Peso: 5,94 gr. Eixo: 9.

Bibl: BURGOS, 205; e VILLARONGA, 135/12 B.

Obs: FARIA, 94 (séc. II a I a. C.).

Bolskan

5. As

A- Cabeça barbada, à direita.

Atrás, um delfim.

Orla de linha.

íí - Ginete lanceiro, à direita.

Atrás, símbolo astral de cinco pontas.

Em baixo, inscrição ibérica *BOLSKAN*.

Orla de linha.

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 24-23 mm. Peso: 8,86 gr. Eixo: 3.

Bibl: BURGOS, 240/1505; e VILLARONGA, 211/8.

Obs: VIVES, 43/4.

6. As

A- Cabeça barbada, à direita.

Atrás, um delfim.

Á - Ginete lanceiro, à direita.

Atrás, símbolo astral de cinco pontas.

Em baixo, inscrição ibérica *BOLSKAN*.

Cron: 80-72 a. C.

Mód: 23-22 mm. Peso: 6,92 gr. Eixo: 1.

Bibl: BURGOS, 240/1505; e VILLARONGA, 212/15.

Obs: VIVES, 43/4.

7. As

A- Cabeça barbada, à direita.

Atrás, um delfim.

ǃ - Ginete lanceiro, à direita.

Atrás, símbolo astral de cinco pontas.

Em baixo, inscrição ibérica *BOLSKAN*.

Cron: 80-72 a. C.

Mód: 23-22 mm. Peso: 6,21 gr. Eixo: 3.

Bibl: BURGOS, 240/1505; e VILLARONGA, 212/14.

Obs: VIVES, 43/4.

Castulo

8. As

A- Cabeça viril, à direita, com diadema.

À frente, mão vertical.

tí - Esfinge, à direita.

No exergo, inscrição ibérica [KASTYLO].

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 26-25 mm. Peso: 9,20 gr. Eixo: 10.

Bibl: BURGOS, 104/543; e VILLARONGA, 336/39.

Obs: MARIA PAZ GARCIA-BELLIDO, *Las Monedas de Castulo...*, Série VI^a, grupo V (?), (165-80 a.C.).

Sekaisa

9. As

Á- Cabeça viril, à direita.

Atrás, delfim.

íí - Ginete lanceiro, à direita.

No exergo, inscrição ibérica *SEKAISA*.

Cron: Séc. I a. C.

Mód: 21,5 mm. Peso: 5,90 gr. Eixo: 9.

Bibl: BURGOS, 267/1685; e VILLARONGA, 236/41.

Obs: LEANDRE VILLARONGA, *Numismatica Antigua de Hispania*, Barcelona 1979, 181, distingue o grupo dos “dois golfinhos” nos n.^{os} 583-585, com peso médio de 8,36 gr e cronologia da época Sertoriana.

Grupo Latino

Carteia

10. Semis

Á- Cabeça feminina, à direita, com coroa de torres.

Atrás, tridente; à frente, inscrição interna *CARTEIA*.

íí- Neptuno despido, de pé, à esquerda, apoiando pé direito numa rocha, com delfim na mão direita e tridente na esquerda.

À frente, *DD*.

Cron: Séc. I a.C. ao séc. I d.C.

Mód: 21 mm. Peso: 6,68 gr. Eixo 2.

Bibl: BURGOS, 99/509-510; e VILLARONGA, 420/71.

Obs: VIVES, 129/2; e *Roman Provincial Coinage*, 122, com cronologias de finais do séc. I a. C. aos inícios do séc. I d. C. Também BURGOS a situa no reinado de Augusto (27 a. C. a 14 d. C.).

Corduba

11. Quadrante

Á- Cabeça de Vénus, à direita.

Atrás, três glóbulos; à frente [CN.IVLLL.FQ].

ÍI - Cupido despido, de pé, à esquerda, sustendo cornucopia na mão esquerda e símbolo na direita.

À esquerda, três glóbulos verticais; à direita [CORDVBA].

Cron: Séc. II a I a. C.

Mód: 18 mm. Peso: 6,31 gr. Eixo: 6.

Bibl: BURGOS, 249/1558; e VILLARONGA, 401/1.

Obs: VIVES, 118/1; e GIL FARRÉS, 1263 (antes de 49 a. C.).

Lepida Celsa

12. As

Á- Cabeça de Palas, à direita, com elmo.

À frente, inscrição ascendente COL.VIC.IVL.LEP.

Orla de pontos.

ÍI - Touro saltando, à direita, para investir.

Em cima PR.ILVIR; em baixo, PSALPA.M.FVLVI.

Orla de pontos.

Cron: Séc. I a. C.

Mód: 29 mm. Peso: 13,70 gr. Eixo: 6.

Bibl: BURGOS, 113/505; e VILLARONGA, 224/23.

Obs: *Roman Provincial Coinage*, n.º 264, propõe uma cronologia de 44-36 a. C., no entanto BURGOS atribue a cunhagem a 50-30 a. C.

Murtilles

13. As

Á- Sável, à direita.

Em cima, MVRTI[L].

]£ - Espiga, à direita.

Em cima, entre linhas LA PD E.

Cron: Séc. II-I a. C.

Mód: 35-33 mm. Peso: 26,87 gr. Eixo: 1.

Bibl: BURGOS, 222/1380; e VILLARONGA, 377/3.

Obs: VIVES, 109/3; e GIL FARRÉS, 1456 (47-44 a.C.).

VILLARONGA classifica esta moeda no grupo dos asses de 31,5 gr (séc. II a. C.).

Obulco

14. As

Á- Cabeça feminina, à direita.

À frente, inscrição interna *OBVLCO*.*í*(- As inscrições *LAI MIL* e *M.IVNI*, ao centro e separadas por linhas.

Em cima, arado, à esquerda; em baixo, espiga, à esquerda.

À frente das inscrições, de cima para baixo [*AID*].

Orla de pontos.

Cron: Séc. II-I a. C.

Mód: 27 mm. Peso: 11,16 gr. Eixo: 3.

Bibl: BURGOS, 227/1414; e VILLARONGA, 348/49.

Obs: VIVES, 96/6; e GIL FARRÉS, 430 (120-90 a. C.).

15. Semis

Á- Cabeça de Apoio, à direita.

À frente, inscrição interna *0[B]VI*.*í*(- Touro, à direita.

Em cima, crescente.

Cron: Séc. I a.C.

Mód: 19-18 mm. Peso: 5,18 gr. Eixo: 3.

Bibl: BURGOS, 229/1435; e VILLARONGA, 352/81.

Obs: VIVES, 98/4 (séc. I a. C); e GIL FARRÉS, 1465 (67 a. C.).

CONCLUSÃO

Apesar de as moedas terem sido recolhidas ao longo de vários anos, o lugar da descoberta circunscreve-se a uma área de cinco metros quadrados, o que permite pôr a hipótese de pequeno ocultamento, cujo contentor seria de material perecível (tecido ou couro), ou qualquer recipiente cerâmico que charruas, arados e enxadas partiram e fragmentaram sem que fosse identificado como tal. O conjunto original seria maior ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ De modo algum pode circunscrever-se como quantitativo total, pois há seguras notícias de cerca de uma dúzia de moedas com touros e cavalos - entre outras figuras - ter sido oferecida, na Bélgica, por um emigrante de Alvorge ao patrão, por ser

Estes numismas ocultados representam um aforro muito modesto. Todavia, revelam grande variedade de procedências, representadas por uma, duas ou três peças do mesmo tipo, sem diferente denominação.

Também elucidativo será verificar que respeitam: ao vale fértil do Ebro e do Jalon, na Celtibéria; às ricas campinas meridionais da Ulterior ou Bética; e ao Sul da Lusitânia, expressivamente documentado pelos excelentes locais situados próximo de rios, como *Myrtilis*, ou portos costeiros, como *Bevipo*, que reflectem importantes núcleos de comércio, demonstrado por estes singulares vectores da economia.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Forais Antigos*, maço 12, nº 3.

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, *Leges et Consuetudines*, I, Olisipone MDCCCLVL

Estudos

ALARCÃO, Jorge, *A Cidade Romana em Portugal. A Formação de Lugares Centrais em Portugal, da Idade do Ferro à Romanizado*, in *Cidades e História*, Lisboa 1992.

-----, *O Domínio Romano*, in *Nova História de Portugal. I. Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa 1990.

ARNAUT, Salvador Dias, *Ladeia e Ladera*, Coimbra 1939.

BURGOS, Fernando Alvarez, *La Moneda Hispanica desde sus origenes hasta el siglo V*, Madrid 1992.

BURNETT, A, et alii, *Roman Provincial Coinage*, I, London-Paris 1992.

FARIA, A. Marques de, “A Numária de Cantnipo”, in *Conimbriga* (XXVIII), Coimbra 1989.

FARRÉS, O. Gil, *La Moneda Hispanica en la Edad Antigua*, Madrid 1966.

GARCÍA-BELLIDO, Maria Paz, *Las Monedas de Cástulo*, in *Numisma* 138-143, Madrid 1976.

GU ADAN, A. M. de, *Las Monedas de Gades*, Barcelona 1963.

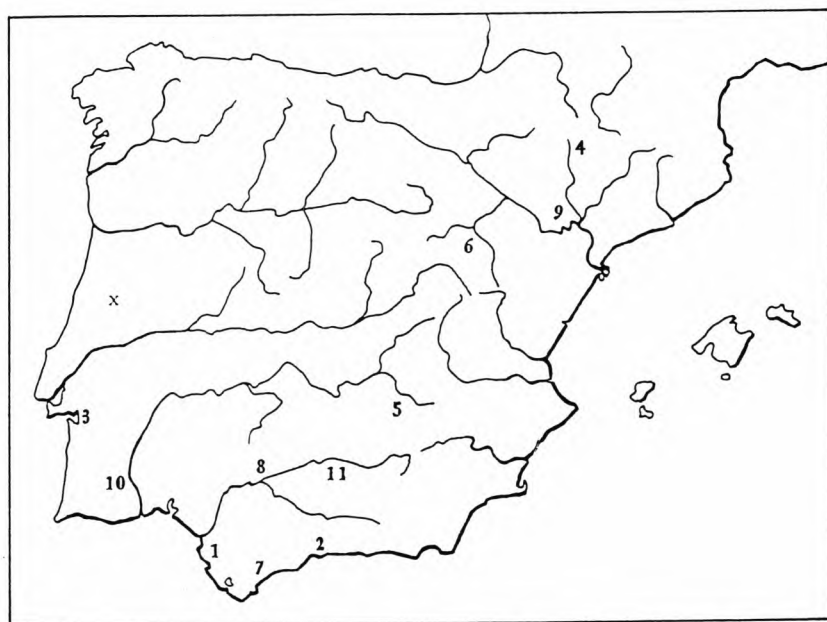
baixo o preço que receberia numa feira numismática. Posteriormente, ouviram-se descrições de duas outras moedas com “círculos num lado e cabeça de homem no outro”; parece tratar-se do célebre escudo redondo (*caetra*), no reverso de asses, característico do numerário batido nos centros itinerantes que acompanhavam o exército romano quando operava no Noroeste da Hispânia, entre 26-25 a. C., durante as campanhas contra os Calaicos, Astures e Cántabros.

TRISTAN, Francisca Chaves, *Numismatica Antigua de la Ulterior*, in *Numisma* 162-164, Madrid 1980.

VILLARONGA, Leandre, *Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetatem*, Madrid 1994.

— *Numismatica Antigua de la Hispania*, Barcelona 1979.

VIVES Y ESCUDERO, A, *La Moneda Hispanica*, Madrid 1924-1926.



Localização dos centros emissores representados no achado monetário

X Monte Figueiró

1 Gades

2. Maláca

3. Bevipo

4. Bolskan

5. Castulo

6. Sekaisa

7. Carteia

8. Córdoba

9. Lépidia Celsa

10. Murtilles

11. Obulco

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

FONTANA F., *La villa romana di Barcola, a proposito delle villae maritimae della Regio X*, Rome, 1994.

Cette monographie consacrée à une villa suburbaine et “maritime” des environs immédiats de Trieste (Istrie) constitue le 4ème volume des *Studi e ricerche sulla Gallia cisalpina*, collection dirigée par G. Bandelli et M. Verzar Bass.

Elle s’inscrit dans un programme de recherches de l’Université de Trieste et affronte un sujet difficile: de la villa, fouillée en 1887, rien n’est visible sur le terrain et le matériel recueilli - mosaïques, monnaies, céramique, marques sur briques - n’est accessible qu’en partie au *Museo civico* de Trieste.

Les trois rapports de fouilles et les plans dus à l’inventeur, A. Puschi, constituent la base de la réflexion de l’A., qui donne ainsi un bon exemple de ce que peut être une “fouille d’archives” éclairée par l’esprit critique de l’archéologue et de l’historienne qu’est F. Fontana.

L’ouvrage analyse successivement l’histoire de la découverte (pp. 15-25) le plan de la villa (p. 16-78) le matériel archéologique (pp. 79-146) les trois phases de construction (pp. 157-167) la côte triestine (pp. 171-196) et trace un tableau de comparaisons avec les villas maritimes en Italie (pp. 201-211). Une conclusion (pp. 217-230), et une bibliographie (pp. 231-270) complètent l’ouvrage, qui comprend en outre 65 figures et un plan hors texte.

L’A. démontre d’abord la cohérence de l’ensemble que les éditeurs précédents considéraient comme deux villas séparées, la *villa della statua* et la villa à palestine et nymphée. La villa de Barcola est une luxueuse villa maritime dont la première implantation peut être attribuée au deuxième quart du 1er s. av. J.-C., la deuxième phase à l’époque augustéenne et la troisième au deuxième quart du 1er s. ap. J.-C. (cf. fig. 39, 40 et 41). Elle appuie son analyse chronologique sur l’étude des mosaïques, qu’elle situe dans leur contexte architectural et qui ont l’avantage d’être visibles, pour la plupart, au *Museo civico* de Trieste, comme le donne à voir la couverture de l’ouvrage. Après les études, anciennes, de M. E. Blake et celles, récentes, de M. Donderer (*Die Chronologie der römischen Mosaiken in Venetien und Istrien bis zur Zeit der Antonine*, Berlin, 1986) à ce sujet, peut-être eût-il fallu publier ces mosaïques d’une manière différente? les dessins

au trait d'A. Puschi ont le mérite de donner la composition d'ensemble de ces 54 pavements, dont 31 ont un décor géométrique, mais ils ne donnent aucun détail et les rares photographies des mosaïques dans l'ouvrage de F. Fontana sont des vues de détail.

On se demande pourquoi les nombreux fragments exposés au Musée n'ont pu être photographiés de manière satisfaisante afin de permettre la réalisation de montages photographiques - un puzzle facile à réaliser, dans ce cas. On est d'autant plus surpris que, dans l'ouvrage de M. Donderer cité *supra*, de bonnes photographies sont publiées.

Dans ces conditions, le lecteur ne peut se faire une idée de la partie conservée par rapport à la partie visible à la découverte et, surtout, il ne peut apprécier la beauté du style - sévère - ni les effets optiques recherchés dans ce type de composition et bien analysés par l'A. dans le texte.

Du point de vue méthodologique, on regrette que les descriptions ne reprennent pas la terminologie acceptée internationalement dans ce domaine - celle du *Décor géométrique*, par C. Balmelle *et alii*, Paris, 1985. Elles se limitent aussi au tableau central et ignorent le reste du tapis. On aimerait aussi savoir, systématiquement, si l'analyse et la date proposées concordent avec celles de M. Donderer, ou si une divergence n'existe que dans un cas, le n° 51, p. 124, où elle est justifiée par l'A.

Par ailleurs, il fallait naturellement publier les plans d'A. Puschi. Mais une mise au net de ces plans, réunis, avec une indication plus visible des numéros et des lettres de situation des pièces aiderait le lecteur à suivre plus facilement les descriptions de l'A.

Ces remarques n'ôtent rien à la qualité de l'ouvrage qui tient essentiellement dans la relecture, attentive et critique, d'un ensemble exceptionnel daté de la fin de la République à 50 ap. J.-C.

L'A. consacre une partie importante de son étude au contexte historique, économique et social de cette villa maritime, comparable aux plus beaux exemples découverts dans le Latium et en Campanie. En particulier, les pages consacrées aux propriétaires virtuels de la villa, *P. Clodius Quirinalis*, préfet de la flotte de Ravenne à la fin du règne de Claude, puis *Calvia Crispinilla*, "*magistra libidinum*" de Néron sont tout à fait éclairantes sur l'importance de ces édifices à la fin de la République et au I^{er} s. de l'Empire.

On voit donc que l'étude de F. Fontana est très informée, très suggestive, mais qu'elle aurait peut-être gagné, en ce qui concerne les mosaïques, à être présentée d'une manière plus raisonnée, dans la description, et plus sensible, dans l'illustration, à la qualité technique de ces documents. L'A. ne pose pas non plus le problème de l'exécution de ces mosaïques par un atelier précis (venu d'Aquilée ou de Rome?).

JANINE LANCHÀ

MORAND, Isabelle, *Idéologie, culture et spiritualité chez les propriétaires ruraux de VHispânie romaine*, Paris, De Boccará, 1994.

Apoiada num *corpus* de 138 mosaicos de *villae* hispano-romanas, a autora pretende analisar a ideologia dos grandes proprietários rurais da Península Ibérica. A análise estilística dos mosaicos, tendo em vista a definição de influências e de cronologias, não é isso que lhe interessa; é de uma análise semiótica que se trata: os mosaicos exprimem ideias, e são estas que Isabelle Morand pretende examinar. As comparações judiciosas a que frequentemente recorre têm exactamente por fim esclarecer o significado de uns mosaicos através de outros.

Talvez à obra faltem as referências à expressão filosófica ou literária das ideias. São ocasionais e nada sistemáticas, e por isso mesmo insuficientes, essas referências. Na filosofia e na literatura encontramos uma expressão mais discursiva e por isso mais clara ou menos ambígua da cosmogonia, da ética e da religião, e a obra ganharia com ser acompanhada de um confronto entre expressão filosófica e literária e expressão plástica. Mas a autora é sensível ao significado múltiplo dos temas, à variedade de leituras de que um mesmo tema é passível. “Uma mesma imagem pode ser utilizada a diferentes níveis, sendo o contexto iconográfico em que se situa aquele que permite precisar-lhe o valor” (p. 201).

Se os temas têm um significado, a própria disposição e articulação dos motivos no espaço não é destituída de sentido, como a autora demonstra, por exemplo, com a análise de alguns mosaicos representativos das musas: colocando Pêgaso no centro de uma composição com as musas em posição radial, exprimir-se-ia a ideia de que a filosofia ou a sabedoria está acima das musas ou constitui o resultado do cultivo das artes e das ciências; por outras palavras, o saber conduz à sabedoria.

A obra analisa, em duas partes, a ideologia do mundo e a ideologia do *ego*.

A ideia que os primeiros mosaicos transmitem é a de que o mundo é eterno e ordenado, harmonioso, porque feito de elementos que se não contrapõem para criar o caos, mas se complementam para trazerem *fecunditas* e *felicitas*. Tais mosaicos assumem uma composição centrada e rotativa: têm um painel central, circular ou octogonal, e motivos acompanhantes cuja percepção directa implica que o observador se desloque rente aos muros, em torno da sala, olhando das paredes para o centro do pavimento. Os temas dionisiacos ou marinhos do quadro central exprimiriam a ideia de fecundidade e felicidade da Natureza, porque Baco é por excelência o deus que traz consigo tal fertilidade e porque esta deriva da água; mas Baco e Vénus contêm ainda uma alusão à vitória sobre as forças contrárias à harmonia cósmica, sobre o caos. Se o tema dionisiaco tem frequentemente um significado funerário, de vitória sobre a morte, justifica-se ainda aqui a sua presença quando se pretende exprimir a eternidade do cosmos.

As estações e os ventos são, normalmente, os motivos acompanhantes destes mosaicos. Se eles são “manifestações da harmonia cósmica”, exprimem ao mesmo tempo a ideia da circularidade ou reversibilidade do tempo.

A visão do senhor rural é uma visão optimista: triunfos e cortejos, dionisiacos ou marinhos, representam os deuses vitoriosos; frutos, flores, pássaros e peixes traduzem a abundância da Natureza, eventualmente representada nalguns

mosaicos por uma figura feminina, em busto ou de corpo inteiro, com a cornucopia da abundância ou outros sinais da fecundidade, figura que Isabelle Morand interpreta como “dispensatrice des richesses”.

Se os mosaicos exprimem uma visão do mundo, por outro lado reflectem a ideia que o *dominus* pretendia dar de si mesmo, a sua normativa étnica: a ideia de um senhor cultivado (donde a preferência pela representação das Musas e, ocasionalmente, pela de cenas da *Iliada* e da *Odisseia* ou da dramaturgia antiga), senhor que vivia numa atmosfera de paz (donde a predilecção pelo tema de Orfeu encantador dos animais).

Contraditoriamente, outros mosaicos apresentam temas que parecem glorificar o *furor*, *mania*, o êxtase, o delírio, a paixão. Na realidade, não se trata de uma glorificação do estado passional, mas de uma demonstração de que o homem é feito de *ego* e *alter ego*, de inteligência e alma: se a primeira segue a sabedoria, a alma pode ser desviada pela paixão e cair no *furor*, na inquietação, no sofrimento. A paixão é todavia um estado transitório e a *virtus* “é a força que opõe, à queda na paixão, a recusa de se deixar dominar por ela” (p. 267).

Final, as ideias que os mosaicos das *villae* exprimem não correspondem a uma ideologia, a uma cultura e a uma espiritualidade próprias dos proprietários rurais da Hispânia romana: são ideias de qualquer cidadão romano de bom nível socioeconómico e sociocultural.

Integrada numa corrente, que é já ampla, de autores a quem os mosaicos interessam sobretudo como documentos para a história da cultura, Isabelle Morand produziu uma obra de sólida hermenêutica.

JORGE DE ALARCÃO

GIMENO PASCUAL, Helena, *Artisanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania*, Publicación de la Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 1988. N.º 8 da série «FAVENTIA. Monografies». 98 pp. Sem ilustrações. ISBN: 84-7488-396-2.

Também no domínio do estudo das profissões detém a epigrafia papel fundamental. Nos textos votivos, a indicação da profissão por parte do dedicante revestir-se-á, sem dúvida, duma forma de reconhecimento à divindade: o exercício daquela profissão trouxe prestígio, permitiu a acumulação de riqueza, fomentou bem-estar - e o devoto agradece a bênção recebida. Nos textos funerários - de longe, os mais abundantes neste tipo de informação - a alusão à profissão exercida prende-se preferentemente com o prestígio social adquirido.

Um enorme campo de investigação a palmilhar. Não admira, portanto, que para o recente XI colóquio *L Africa Romana* (Cartago, Dezembro de 1994) se haja escolhido como tema «A ciência e as técnicas nas províncias romanas da África do Norte e no Mediterrâneo». O recurso aos monumentos epigráficos foi fundamental, como se verá nos textos a publicar nas actas.

Quanto à Península Ibérica - depois de artigos vários que abordaram, de modo especial, as profissões liberais - este trabalho de Helena Gimeno, que tem

passado um pouco despercebido, constitui, não há dúvida, a primeira grande síntese acerca dos artesãos e dos técnicos documentados na epigrafia romana de Hispânia.

Trata-se da sua dissertação de licenciatura e há que louvar, antes de mais, a circunstância de ter sido publicado, embora, evidentemente, a Autora possa confessar hoje, como confessa, de que o faria agora doutra maneira. É natural, que investigação é isso mesmo: caminhada. Mas o louvor justifica-se cabalmente: primeiro, pelo que ele significou de incentivo para quem o fez (e oxalá o exemplo fosse seguido por muitas universidades, detentores de excelentes trabalhos de pesquisa feitos pelos seus estudantes - de todos os níveis - e incapazes de criarem condições para a sua publicação!); depois, porque este catálogo se impunha. Se verificarmos, depois, que se trata, de facto, duma pesquisa séria, metodologicamente correcta, indispensável ponto de partida para ulteriores investigações, mais razão se dará ao elogio.

Depois de uma introdução em que expõe, com clareza e sucintamente, os critérios adoptados - inclusão de todas as menções de ofícios «que refi ictam a participação na criação duma obra tangível para a qual se requeira uma habilitação profissional, ou seja, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos e a utilização de instrumentos». E, pois, algo de muito preciso.

Constitui a primeira parte do livro (pp. 7-51) o catálogo dos ofícios atestado nas inscrições, agrupados em função da matéria-prima trabalhada (joalharia e metais, pedra, cerâmica, técnicas construtivas, têxteis, couro e pele) ou da actividade fundamental (alimentação e higiene). Na segunda parte (pp. 62-76), esboçam-se as conclusões, subdivididas nos seguintes temas: limites cronológicos, os campos do artesanato, os testemunhos mencionados pela primeira vez na literatura ou na epigrafia, a distribuição das referências em função da divisão administrativa, repartição geográfica por sectores e, finalmente, aspectos sociológicos ligados aos artesãos. Entre a primeira e a segunda parte, incluem-se diversos apêndices documentais (entre os quais se inserem as referências profissionais contidas numa das tábuas de bronze de Aljustrel) e indicam-se, por fim, as fontes literárias e a bibliografia consultada, com a respectiva lista de abreviaturas. Completam a obra índices de ofícios, dos *nomina* e *cognomina*, dos topónimos e de *notabilia*. Em aditamento, quatro pequenos textos, de interpretação problemática.

São comentadas, ao todo, 73 inscrições (sem contar as dos apêndices). Apresenta-se de cada uma o texto; caracteriza-se a epígrafe no essencial e comenta-se, sobretudo, a informação que se prende com o tema. Um comentário cuidadoso, bem documentado, fazendo apelo a outras referências de índole literária, por exemplo. Aliás, cada um dos capítulos apresenta uma introdução que dá logo um panorama do que se conhece no domínio em causa.

De particular interesse se revestem, todavia, as conclusões. Aponta-se a escassez de menções epigráficas de ofícios artesanais na Península: em 10 000 textos revistos, só em 67 essa menção existe, totalizando 73. E, dentre estas, só em 51 há a menção explícita do nome do artesão. Também se conclui que a quase totalidade das menções se circunscreve ao Alto Império; as alusões datáveis do século III ou posteriores são honoríficas e dizem respeito a uma colectividade.

Registam-se 35 ofícios diferentes e é curiosa também a comparação que a autora faz com o que se sabe do mundo romano. Assim, por exemplo, «das 32 menções que conhecemos para joalheiros, ourives e prateiros no mundo romano, atestam-se na Península 9» (p. 66); em relação aos trabalhadores das minas, a proporção é de 11 para 3; quanto aos trabalhadores da pedra, 34 para 4; de ceramistas, 13 para 1 (de Briteiros). No sector ds construção, há 52 testemunhos no mundo romano e «faltam quase todas as especialidades na Península» (p. 68).

Debruça-se ainda a autora sobre o facto de essas referências não terem uma localização predominantemente urbana, como seria de esperar, concluindo que a escassez de informação epigráfica se deve buscar em «razões de tipo sociocultural ou de hábitos epigráficos» (p. 73), no que estamos inteiramente de acordo. Predomina a placa, como tipo de monumento, o que indicia tratar-se de epígrafes destinadas a mausoléus ou edifícios funerários de certo vulto, o que leva a autora a pensar que estaremos frequentemente em presença de «pequenos empresários» (p. 75). Embora se documentem diversas condições sociais, predominam os libertos; a mulher está ausente, salvo raras excepções: uma *lintearia* em Tarragona, uma *sarcinatrix* em Córdova, uma *ornatrix* em Cádiz e outra em Lugo (p. 76). E afirma Helena Gimeno, a terminar:

«É possível que os testemunhos de artesãos não estejam escritos nas lápides e seja preciso ir buscá-los noutros locais».

Cremos que sim: a menção do ofício numa inscrição prende-se directamente com o prestígio alcançado e, em textos votivos, com uma atitude de reconhecimento perante a divindade, se o exercício da actividade artesanal lhe trouxe grandes benesses. Na maioria dos casos, o artífice impor-se-á na comunidade 'assinando' os seus trabalhos - mas as marcas de fabrico, o *instrumentum* constituem outro capítulo, que Helena Gimeno não abordou. Como também excluiu - o que é compreensível nesta fase da elaboração dos *corpora* epigráficos peninsulares - a possibilidade de identificação dos artífices mediante elementos decorativos característicos.

Mas nem tudo se deve abarcar duma só vez e a obra de Helena Gimeno permite-nos desde já ficar a saber que, no que respeita ao território actualmente português, excluindo as referências das tábuas de bronze de Aljustrel (que regulamentam, como se sabe, o exercício de várias profissões - os *sutrini*, sapateiros, os *tonstrini*, barbeiros, os *scaurarii* e *testarii*, exploradores de escórias de minério e de pedra - dentro do distrito mineiro de *Vipasca*), são os seguintes os ofícios epigraficamente documentados:

- *artifices* em geral, no escudo do guerreiro de Refojos de Basto (nº 1);
- o *lapidarius* de Santa Eulália de Barrosas, Lousada (nº 23);
- o *marmorarius* do santuário de Endovélico (nº 27);
- Caturão, um *figulus* (ceramista) de Briteiros (nº 31);
- um *tector* (especialista em revestimentos) na *civitas Igaeditanorum* (nº 36);
- *fullones* (pisoeiros) em Montariol (S. Vítor, Braga - nº 56) e um em Caldas de Vizela (nº 55); é profissão a que também se refere a legislação mineira de Aljustrel.
- e, finalmente, um *sutor* (sapateiro) em Várzea do Douro (nº 63).

Embora documentado na Coruña, há, como se sabe, um *architectus* natural de *Aeminium* (Coimbra) - nº 37. A discussão mais completa sobre a epígrafe foi feita por Patrick Le Roux («Le phare, l'architecte et le soldat: l'inscription rupestre de la Corogne (CIL II 2559)», *Miscellanea Greca e Romana* - XV, Roma, 1990, 133-145), que reitera a convicção de que *Gaius Sevius Lupus* é, na verdade, o arquitecto do farol da Coruña, obra que terá executado «no quadro duma missão confiada pelo poder imperial ao exército» (p. 145).

Enfim, sobre este tema dos ofícios muito há, pois, para dizer - e o livro de Helena Gimeno Pascual, breve no tamanho, reveste-se, porém, do maior interesse por haver discutido a totalidade das referências epigráficas peninsulares. Na sua qualidade de trabalho pioneiro, é, como atrás dizia, impressindível ponto de partida para a investigação que, neste domínio, se quiser fazer.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CORELL, Josep, *Las Inscripciones Romanas de la Safor*, Ediciones Clásicas S. A., Madrid, 1993, 155 pp., ilustr. ISBN: 84-7882-096-5.

Integrado na série de publicações do Departamento de Filologia Clássica da Universidade de Valência - a que foi dado o nome de Tyris e cujo aparecimento Marc Mayer saúda, com entusiasmo, no prólogo - a obra constitui o repositório de todas as inscrições latinas conhecidas provenientes da região designada La Safor, isto é, o extremo sudeste da província espanhola de Valência, abarcando uma área de 428,5 km² (cf. o mapa inserto na p. 119).

São, ao todo, 38 monumentos epigráficos de que ressalta, logo à primeira vista, um traço comum: quer pela tipologia quer pela onomástica, documentam uma população que aí se instalou nos primórdios da nossa era e se manteve alheia a possíveis contactos com gentes vizinhas. Na verdade, os monumentos são exclusivamente de índole funerária, predominam as esteias lisas de topo arredondado e abundam gentílios e cognomes (nomeadamente de etimologia grega) que só ali se testemunham à escala peninsular (v. g.: *Asmenos*, *Asterope*, *Constitutus*, *Damalis*, *Esychus*, *Mystes*, *Nicostratus*, *Paelignus*, *Pancarpe*, *Potens*, *Saufei*, *Strobilus*, *Talpicus*...). Prefigura-se, pois, uma população de comerciantes e de agricultores, com seus escravos e libertos.

Não traz o volume novidade de maior ao nível de leituras, interpretações ou dados inéditos. Detém, no entanto, o sumo interesse de reunir toda a documentação epigráfica existente e de possibilitar, por isso, a conclusão acima apontada.

Em comentário ao meu *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais* (Cascais 1994), escreveu amavelmente Giancarlo Susini: «Ci si augura che ogni contrada del mondo antico possa disporre di simile compendio, pur accanto ai necessari e tradizionali cataloghi» (*Epigraphica* 56 1994 267). Ora aqui está também, na obra de José Corell, a concretização do voto formulado.

Na introdução, faz-se a história da investigação epigráfica local, caracteriza-se o contexto geográfico e histórico, traça-se logo uma panorâmica do material a estudar. Seguem-se o rol das abreviaturas bibliográficas usadas e a bibliografia.

Os monumentos são apresentados por ordem geográfica: de sul para norte e de leste para oeste; em cada povoação, seguiu-se a ordem alfabética dos gentílicos. Dá-se de cada monumento (além do número e da indicação se está ou não ilustrado): a descrição, local de achado e paradeiro actual, dimensões, bibliografia (por ordem cronológica), a leitura interpretada (mantendo a disposição linear original e grafando com maiúscula o que vem na pedra), tradução, variantes de leitura, comentário paleográfico e comentário histórico, com proposta de datação (baseada em critérios válidos).

A conclusão (pp. 110-116), clara e sucinta, faz o balanço da investigação efectuada e salienta aspectos relativos ao material (local); à tipologia dos monumentos (total ausência de placas e a já referida abundância de esteias); à cronologia (confirmando-se, também aqui, a hipótese que lancei em 1981 - vide *Épigraphie Hispanique*, Paris, 1984, pp. 297-300) - de que a esteia antecederia a ara e a placa e que estas predominam em ambiente urbano, inexistente em Safor); à onomástica, designadamente na sua vertente de índice social (3 escravos, 30 libertos, 27 *ingenui*); para terminar afirmando:

«A epigrafia e a arqueologia parecem, pois, indicar que Safor, uma comarca de grandes recursos naturais e dotada de boas comunicações por terra e por mar, teve, na época romana, uma estrutura socioeconómica de base fundamentalmente agrária, embora também industrial e comercial».

Vêm, depois, as ilustrações e os (sempre muito úteis) índices epigráficos; a tábu de correspondências (talvez se pudessem também ter incluído todas as referências a ILER, mesmo que já figurassem nas correspondências do CIL); o rol dos lugares de achado e de conservação e a procedência das fotografias.

Agradou-me o livro, que, pela clareza e simplicidade, pode, sem dúvida, apresentar-se como monografia epigráfica exemplar. A capa, a cores, está igualmente bem conseguida, com a reprodução dum dos monumentos mais significativos do conjunto. Sublinharia, por conseguinte, dois ou três aspectos em que ele, por isso mesmo, propicia troca de opiniões.

Em primeiro lugar, gostaria de ter visto melhores fotografias. Hoje em dia, já há fotógrafos capazes de fazer um bom trabalho, impressores que sabem ter gosto em utilizar o papel mais adequado e, neste aspecto, o livro de J. Corell pode melhorar substancialmente, se a peça for 'isolada' com fundos neutros no momento da fotografia, se lhe for dada uma iluminação conveniente. Aliás, também se não compreende bem qual o critério usado para a sequência das fotos: porque não se seguiu a ordem do catálogo?

De resto, também essa ordem se poderá discutir, atendendo à circunstância de se tratar de um pequeno território e de, finalmente, se ter verificado que a sua população, ao tempo dos Romanos, detivera grande homogeneidade.

Quanto a essa população, permitir-me-á o Autor que dele discorde quando declara: «Em geral, trata-se, segundo parece, de gente indígena, ainda que não falte um ou outro vindo doutros pontos de Hispânia e talvez também do estrangeiro». Creio que não, como já atrás referi. A onomástica - sobejamente o vai demonstrando ao longo dos comentários ao catálogo - é, na sua maioria, alheia à Península, como o é a utilização da estela de topo semicircular ou a iconografia do nº 18. As gentes que aportaram a Safor vieram da Península Itálica, logo nos

primórdios da colonização, e por ali se quedaram, agricultores, nessa fértil Horta de Gândia, que o botânico setecentista Cavanilles ainda chegou a considerar «um dos recintos mais preciosos do reino» das Espanhas (p. 5). Não se misturaram com a população indígena, se é que ela existiu; pelo menos, a epigrafia não tem traços de uma qualquer aculturação. Se nem deuses eles adoraram!...

Alguns dos textos merecerão também referência especial, pelas suas inusitadas características.

Assim, no nº 9, regista-se o cognome grego *Phiale* (com a grafia *Piale*), que restitui numa epígrafe de Évora (CIL II 5194, IRCP 394), onde também surge mal grafado (*Pialeh*). *Thymele* (nº 17) é cognome a relacionar com *Thymelicus*, documentado numa placa de monumento sepulcral familiar do concelho de Fundão, no *conventus Emeritensis* (HEp I 1989 673).

Notável, o formulário final, em dístico elegíaco, do nº 18 (ILER 5744, CLE 1457) - *Quisquis in has partes quisquis percurris in illas precor uti dicas s(it) (ibi) t(erra) l(evis)* - que merece da parte de J Corell o oportuno comentário: «*Percurro* parece ter aqui o sentido intensivo de “andar afadigado”. O dístico é, pois, uma súplica ao transeunte, afobado pelas preocupações da vida, para que se lembre do defunto e lhe deseje a paz», acrescentando que a expressão sugere, ainda, que o monumento «se encontrava à beira de uma via pública» (p. 67).

Inusitada, a fórmula *T(itulum) FA(ciendum) Q(uravit) D(e) <S(uo)>* - sintoma, segundo Corell, de um lapicida inexperiente (nº 19). Poderá também pensar-se que houve regravação dum texto original mal compreendido.

O nº 25 é, em meu entender, dada a forma, a ausência de alisamento nas faces laterais e posterior assim como as dimensões conservadas - (73) x (100) x 32 -, o bloco arquitectónico para figurar num edifício sepulcral. J. Corell não o refere expressamente e, inclusive, apresenta como critério de datação na Iª metade do século II o «tipo de monumento». Preferiria atribuir-lhe uma datação ainda do século I e a menção única do nome do defunto, sem quaisquer formulários, aponta justamente no sentido de o bloco identificar o jazigo da família de *Gn. Numisius Numisianus*, existente na sua *villa*. De resto, eu poria este monumento em paralelo com o nº 20, que também é um bloco e ostenta apenas o nome do defunto, *P. Talpicius Rusticus*; o Autor data-o da primeira metade do século I d. C. - proposta que se me afigura correcta.

A propósito do nº 29, em que a fórmula final (h. s. e. s. t. t. l.) antecede o nome do defunto, cita o Autor, como paralelo, com base na informação de Hübner (CIL II, p. 1176), CIL II 453. Trata-se de uma interessante inscrição rupestre proveniente de Capinha (Fundão), sobre cuja autenticidade tive ocasião de recentemente me debruçar (cf. *Trebaruna* 3 1994 43-53).

Refira-se, ainda, a presença de uma liberta de dois patronos (nº 36), embora tanto os manuscritos como a cópia do monumento desaparecido possam suscitar dúvidas de interpretação.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

NAVARRO CABALLERO, Milagros, *La Epigrafia Romana de Teruel*, Teruel, 1994. 189 p. + XVI de estampas. ISBN: 84-86982-44-8.

Numa edição conjunta do Instituto de Estudios Turolenses (da Diputación Provincial de Teruel); do Departamento de Ciencias de Antigüedad, Arqueología (da Universidad de Zaragoza); e do Centre Pierre Paris (Université de Bordeaux III) - a obra, abreviadamente designada por *E. R. Ter.*, constimi o fruto nº 1 do projecto P. E. T. R. A. E. para a Península Ibérica.

Antevisto por Robert Étienne no VII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (Constanza, 1977) - cf. *Conimbriga* 16 1977 83-88 - e formalmente anunciado no IX, em Sofia (1987), este programa de registo e tratamento informático dos monumentos epigráficos, elaborado e aperfeiçoado por Alain Bresson, propõe a organização de uma gigantesca base de dados - a abarcar todo o mundo romano - que venha a permitir não só publicações como esta mas também o manuseamento rápido de informações susceptíveis de eficazmente virem a melhorar a apreciação dos monumentos epigráficos na sua vertente essencial de documentos culturais.

O livro de Milagros Navarro não é, porém, um mero catálogo epigráfico na linha das *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo* (Paris, 1979), da autoria de F. Arias Villas, P. Le Roux e A. Tranoy, e das *Inscriptions Romaines de Catalogne* (volumes I, II e III - Paris, 1984, 1985 e 1991), da autoria de G. Fabre, M. Mayer e I. Rodà, que se inseriam no mesmo projecto de preparação de *corpora* epigráficos peninsulares surgido com o volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976). Para já, não foi editado em Paris e em língua francesa; depois, embora tenha auferido de ampla colaboração dos investigadores do Centre Pierre Paris, é da exclusiva responsabilidade da sua autora. Para além, todavia, desta diferença formal, a obra representa parte significativa do trabalho *La Epigrafia Romana dei Conventus iuridicus Caesaraugustanus*, que foi a dissertação de licenciatura da Autora; detém, por isso, um alcance maior.

Justifica-se, assim, que, depois do rol das abreviaturas utilizadas, da bibliografia (pp. 13-22) e da pormenorizada descrição dos princípios adoptados (que são os do programa P. E. T. R. A. E.), a Autora se demore numa introdução (pp. 33-74), onde analisa o contexto em que as epígrafes foram encontradas: a geografia antiga - os povos e as cidades - e a história da ocupação romana, tudo com base nas fontes literárias, epigráficas e arqueológicas; e onde faz circunstanciada resenha dos estudos epigráficos que antecederam este volume.

Estuda-se um total de 49 monumentos (aos textos da montanha escrita de Peñalba de Villastar, que são 17, foi atribuído o nº 27 seguido de letras de A a Q), incluindo quatro anepígrafos. E poderia pensar-se que era pouco para um livro. De facto, sê-lo-ia se, a propósito de cada peça, se não procurasse carrear toda a informação disponível, quer a nível da história da peça em si (em que circunstâncias foi encontrada, por onde andou, quem a publicou e como...) quer a nível da sua pormenorizada descrição e cuidadoso comentário paleográfico e histórico.

Talvez resida aqui, diga-se desde já, um problema de 'legibilidade': o facto de se terem querido manter as entradas do programa informático à maneira de

ficha («suporte», «material», «estado de conservação do monumento», «elementos decorativos», «lugar da descoberta», «contexto local», etc.) torna a leitura menos corrida, menos prática. Veja-se, por exemplo, que no(s) parágrafo(s) que antecedem as referências bibliográficas, se incluem: «datação do texto», «justificação da data», «escrita», «estilo da escrita» e comentário paleográfico, tudo seguido. Na bibliografia, curiosamente, é até incluída a citação do próprio livro - um dado que, decerto, se deve ter na conta de distração, embora seja apenas aí que se indica o número da ilustração correspondente.

O texto é apresentado em capitais, tal como está na pedra, seguido da leitura interpretada, em minúsculas (com o respectivo desdobramento); segue-se-lhe o «aparato crítico», ou seja, a discussão da leitura com apresentação das diferentes versões propostas ao longo dos tempos; só depois vem a tradução (sem que, todavia, se traduzam para vernáculo os antropónimos latinos); as «observações» são o comentário histórico (as referências bibliográficas vão inseridas no texto sem o recurso a notas de rodapé).

Nas conclusões (pp. 165-173), faz-se o natural balanço da investigação desenvolvida quanto à tipologia dos monumentos, às características linguísticas e onomásticas dos textos, o contributo desta epigrafia para a reflexão histórica local - aspectos que um quadro sinóptico (pp. 170-173) melhor deixa visualizar.

Há um índice geral de palavras que aparecem nas inscrições, os habituais índices epigráficos, a lista de correspondências (só quatro textos estavam inéditos), 0 quadro das proveniências (a completar com o mapa inserto na p. 74). As fotos são, no geral, pouco contrastadas, com iluminação deficiente.

Compartilhamos, por conseguinte, a sensação de frustração que não deixou indiferente a autora (p. 165): teve para analisar uma «divisão administrativa actual que nada tem que ver com a existente na época antiga», de modo que se viu constrangida a descrever «a epigrafia criada durante quatro séculos numa porção do terreno hispano incluída dentro da *prouincia Hispania Citerior*»... Ainda por cima, num número escasso em demasia: 25 textos funerários, 2 votivos e 2 honoríficos (e destes últimos nenhum subsiste já). Pouco se pode, pois, concluir daqui.

Documenta-se a aculturação das gentes locais aos hábitos romanos: na montanha de Peñalba veneraram uma divindade indígena, *Lug*, à maneira dos Romanos; com os colonizadores assinaram pactos de hospitalidade logo no século I a. C. (uma *tessera* em forma de golfinho, a n.º 12, celebra um pacto com os Metelinos, uma outra, o n.º 28, de bronze, em forma de duas mãos justapostas, palma com palma, documenta um outro com Públio Turúlio, da tribo Mécia); foram inscritos, alguns, na tribo Galéria; adoptaram, na sua maioria, a antroponímia latina.

Para além das duas *tesserae*, que são documentos importantes, há mais alguns que interessará salientar.

Em primeira lugar, a ocorrência de dois epitáfios iguais, os n.ºs 16 e 17, facto que provocou a natural confusão nos autores que os estudaram. Milagros Navarro põe um definitivo ponto final na discussão: trata-se de blocos destinados a serem colocados em duas paredes do mesmo edifício funerário, em memória de *Marcus Domitius Proculus*, muito provavelmente um (o n.º 17) na fachada, por conter a

saudação HAVE PROCLE (um curioso vestígio, aliás, da linguagem oral), e a outro nas traseiras. Um edifício sito na propriedade agrícola dos *Domitii*, cujo estatuto económico inclusive se documenta pela existência de outros monumentos (n.ºs 15 e 18) e pela circunstância de, numa das epígrafes, o gentílico estar em sigla, o que denota, como muito bem salienta Milagros Navarro (p. 116), a sua notoriedade local. Um caso a juntar, portanto, à problemática dos epitáfios repetidos. A Autora não lhe dedicou, como é natural, grande atenção, porque já bastante se escreveu a este propósito e, aqui, a razão da duplicação é evidente: a colocação em paredes diferentes do mesmo edifício sepulcral. Mas talvez venha a propósito referir alguma bibliografia produzida sobre o assunto, depois da já clássica comunicação apresentada pelo saudoso Sebastián Mariner Bigorra ao III Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (A 11 /..., Roma, 1959, 207-211) intitulada «Il problema degli epitaffi ripetuti e le sue derivazioni». Francisco Beltrán Lloris pôde confirmar que CIL II 3848 e 3849 eram mesmo dois monumentos diferentes: cf. *Epigrafia Latina de Saguntum y Su Territorio*, Valência, 1980, n.ºs 219 e 221. Giancarlo Susini salientou a importância das inscrições repetidas para detectar os tipos de oficina epigráfica: cf. *Epigrafia Romana*, Roma, 1982, 76. Carmen Castillo voltou a reflectir sobre o tema, a propósito de duas lápides funerárias de Córdoba: cf. «Un trienio de epigrafia latina en Hispania: logros y perspectivas», *Unidad y Pluralidad en el Mundo Antiguo* (Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos), Madrid, 1983, 117-119 e 125.

Outro problema curioso é colocado pelo texto n.º 20, uma dedicatória a Hércules feita por duas personagens cuja identificação precede o teónimo: *Aquilus et Nigrinus Corneli*. Apesar de, no título, se mencionar que se trata da «oferenda de dois escravos a Hércules» (p. 124), a Autora refuta essa opinião na página seguinte, considerando os dedicantes membros da *gens Cornelia*. E baseia a sua opinião na pesquisa de Mercedes Oria Segura (*Habis* 20 1989 263-273), que chegou à conclusão que, na Península Ibérica, os adoradores de Hércules eram «italicos ou viviam em ambiente muito romanizado e eram homens livres» (p. 125). Estaríamos, assim, perante uma excepção, a única detectada em território peninsular.

Confesso que também sou avesso a excepções; neste caso, porém, o que mais importa não é a normalidade: são as regras epigráficas, segundo as quais o vínculo jurídico se declara não através do gentílico mas do *praenomen*. Vejamos, para o confirmar, uma epígrafe semelhante: o altar votivo a uma *Tutela*, procedente de Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães. Os dedicantes identificam-se assim: *Pompei Clitus Corinthus Calvinus*. A primeira hipótese aventada ia no sentido de considerar *Pompei* o patronímico. Cheguei a partilhar essa opinião (cf. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, 294-296). Alain Tranoy (*La Galice Romaine*, Paris, 1981, 305) preferiu incluí-los na classe dos libertos; aliás, um cognome como *Corinthus* ajustar-se-ia bem à onomástica dum escravo; *Clitus*, nome dum conhecido general da Macedónia, também se poderia integrar de preferência na antroponímia grega: identifica, aliás, seis escravos e libertos no conjunto da epigrafia de Roma (cf. Heikki SOLIN, *Die Griechischen Personennamen in Roma - Ein Namenbuch*, Berlim, 1982, 215).

Sendo, portanto, *Pompeius* um gentílico e precedendo os cognomes, não se pode deixar de concordar com Alain Tranoy (cf. também José Manuel GARCIA, *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991, 366).

O paralelismo é evidente: em ambos os casos, um gentílico comum, no plural, apesar de surgir em diferente posição. As regras epigráficas confirmam, portanto, a interpretação de Milagros Navarro: estamos perante libertos (e não escravos) que, devido ao modo de identificação escolhido, omitiram aqui o seu *praenomen*, decerto o mesmo, por ser o do seu patrono.

Não quereria, porém, terminar esta apreciação a uma obra primogénita - cuja 'família' desejamos ver rapidamente acrescentada - sem me congratular com a referência, na p. 64, a João Baptista Labaña, um cartógrafo português ao serviço de Filipe II, que, no decurso duma viagem pelo reino de Aragão, foi anotando no seu itinerário tudo quanto lhe pareceu de interesse. Aos seus apontamentos se ficou a dever, assim, o conhecimento de duas inscrições de Albarracín e dos blocos de Calomarde. Mais uma vez, os manuscritos antigos ao serviço da Epigrafia.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

OJEDA TORRES, Juan Matías, *El Servicio Administrativo Imperial Equestre en la Hispania Romana durante el Alto Imperio: I. Prosopografía*. N.º 2 da coleção «Publicaciones Ocasionales» de KOLAIOS (Asociación Cultural para el Estudio de la Antigüedad), Sevilha, 1993. 283 pp. ISBN: 84-605-0019-5.

Propõe-se o Autor contribuir para a determinação do que foram as linhas mestras da administração provincial durante o Império romano, desde Augusto a Galieno, na Península Ibérica. Uma tarefa que, como bem assinala, pressupõe, depois duma recolha exaustiva do material (sobretudo epigráfico) disponível, a sua análise pormenorizada. Daí que a primeira preocupação de Ojeda Torres se tenha centrado no cuidadoso levantamento de todos os dados prosopográficos referentes a cavaleiros cuja acção aqui se documentou.

Após ter clarificado os conceitos de «ordem equestre» e de «ordem senatorial», Ojeda Torres sublinha a importância que detinha para o escol municipal o ingresso na carreira equestre, através do exercício da *praefectura fabrum*. Só, porém, nos finais do século I da nossa era se começou a escalonar melhor um *cursus* cujas fases nem sempre se lograram determinar com nitidez, designadamente no que respeitava ao vencimento auferido ou ao tempo de exercício fixado para cada função.

O catálogo estabelecido pelo Autor contém o currículo de 64 cavaleiros de cuja actividade administrativa na Península - 73 cargos, no total - se encontra eco nas fontes consultadas. Os quadros apresentados nas pp. 26 a 39, devidamente comentados e referentes aos séculos I, II e III, são logo deveras elucidativos, a permitir algumas conclusões: só a partir dos Flávios é que se torna possível tentar uma sistematização dos cargos de acordo com a remuneração auferida; sistematização que, de resto, nunca se poderá considerar única e definitiva, pois é legítimo supor que a rigidez nunca terá sido regra a cumprir.

Interessante será verificar, desde já, que, no século II, são quatro as funções documentadas:

- o procurador *ad ripam Baetis*, que Ojeda Torres considera dever entender-se «como uma função a longo prazo e não uma missão pontual sem continuidade, já que a navegabilidade do rio era primordial para a economia da Bética e, portanto, as obras para a construção dos diques e canais (...) não podiam estar em mãos de iniciativas particulares desconexas» (p. 30);

- o procurador encarregado de cobrar os 5% de imposto sucessório na Bética e na Lusitânia, por um lado, na Hispânia Citerior, por outro;

- finalmente, o ajudante do prefeito da anona em tudo o que respeita ao azeite hispânico e africano, um cargo que poderá não ter sido extraordinário mas sim normal, porquanto havia que «apagar das despesas do transporte e as indemnizações devidas pela venda obrigatória ao Estado» (p. 30).

A partir de Septímio Severo, esses cargos mantêm-se e documenta-se também um outro (como sinal dos tempos!), o de procurador da *familia gladiatoria* em toda a Europa Ocidental, exercido, por exemplo, por *L. Didius Marinius* (o n.º 59 do catálogo). Cessa, todavia, então, o do procurador do *kalendarium Vegetianum* na Bética, «função específica para a administração dos rendimentos dos bens da família dos *Valerii Vegetii*» (p. 23).

No que toca à origem dos cavaleiros mencionados, é nítido o predomínio de itálicos e, também, de hispânicos, estes de modo particular na Bética, como é natural, dadas as características ímpares da sua população: dos dezasseis casos com naturalidade conhecida aqui documentados, há dois do Oriente, três africanos, um de Roma e dez da Península (oito da Bética e dois de Cástulo) (p. 35). Uma prova, como muito bem conclui o Autor, de como a política romana soube aproveitar ao máximo as eficazes potencialidades que lhe eram oferecidas pela fina-flor «local plenamente integrada no *modus vivendi* romano» (p. 36).

Os dados obtidos não-de ser cotejados, depois, com o que se sabe da política geral de Roma, porque a história dos grandes homens não pode desgarrar-se do seu contexto; são, em certa medida, produtos de um meio e não podem agir sem o apoio de clientelas. E esse um dos objectivos que se anuncia para o segundo volume da obra. No entanto, algumas pistas já o Autor enuncia agora. Ao verificar, por exemplo, que se documenta uma alta percentagem de funcionários imperiais equestres entre o reinado de Cómodo e o começo do principado de Caracala, ou seja, desde os finais da dinastia dos Antoninos até aos primeiros anos dos Severos, Ojeda Torres não hesita em conotá-la com «as profundas reformas de descentralização administrativa» levadas a cabo por Septímio Severo, que tanto apoiou os cavaleiros em detrimento da classe senatorial conservadora, assim como com «o aumento da pressão fiscal para solucionar os problemas de abastecimento e de salário dos soldados» que o mesmo imperador aumentou substancialmente para recompensar os seus apoiantes (p. 38).

Constitui o catálogo o cerne da obra em apreço. As carreiras estão ordenadas por província e cronologicamente. A cada cavaleiro - citado, sempre que possível, pelo nome completo - foi atribuído um número de referência, seguindo-se: a enumeração dos cargos ocupados; a datação; as fontes em que foi beber-se a informação; o reportório bibliográfico; o currículo ordenado de acordo com a sua

natural progressão (incluindo os cargos municipais e militares ocupados e as honras recebidas); a leitura das inscrições e respectivo comentário.

L. Marcus Optatus foi *primus praefectus Asturiae*, um cargo cujas exactas características funcionais se desconhecem: por isso, Ojeda Torres lhe reservou o I apêndice; contém o II apêndice quadros que elucidam graficamente acerca da progressão, cargo por cargo, do *cursus* de cada cavaleiro.

Para facilitar a consulta, além do índice geral, preparou o Autor um índice onomástico e um rol dos cargos documentados, ordenado por províncias e cronologicamente.

Por fim, antecedida da lista de abreviaturas, a bibliografia consultada.

São do maior interesse os estudos prosopográficos, na medida em que eles permitem, como se disse, um esclarecimento cada vez maior das malhas de que o poder central se serviu para, ao longo dos séculos, manter coeso e funcional todo um sistema administrativo em tão amplo território. António Caballos Rufino fez, recentemente, idêntica investigação a propósito dos senadores hispano-romanos: *Los Senadores Hispanorromanos y la Romanización de Hispania (siglos I-III): /. Prosopo grafia*, 2 vol., Eija, 1990. Leonard A. Curchin debruçou-se, por seu turno, sobre o escol das cidades peninsulares: *The Local Magistrates of Roman Spain*, Toronto, 1990. A nível mais geral, Segoulène Demougin escreveu, em 1992, *Prosopo graphie des Chevaliers Romains Julio-Claudiens (43 av. J.-C. - 70 ap. J. - C.)*. Importa saber o mais exactamente possível quem foram os homens-chave, para, depois, melhor se gizar o quadro da governação e do poder. E o papel da classe equestre tem-se revelado cada vez de maior interesse histórico, de forma que se tornou perfeitamente compreensível a realização, em Outubro de 1995, na Bélgica, de um colóquio internacional subordinado ao tema «A ordem equestre: história duma aristocracia (século II a. C. - século III d. C.).»

Não podemos, pois, deixar de aplaudir a iniciativa e aguardar que ela tenha o necessário seguimento. Permita-se-me, por isso, que faça ainda alguns comentários, com vista, inclusive, a um salutar debate de ideias.

São pouquíssimas as gralhas tipográficas, o que é notável num livro deste teor. Deixando de parte alguns parêntesis que faltam aqui e ali, anotemos a título de exemplo:

- na p. 132, l. 5, deverá ler-se *M(arci) fi ilio*;
- na p. 161, A. Coelho y F. Da Silva é uma só pessoa : Armando Coelho Ferreira da Silva; e deve ser citado pelo último apelido (SILVA);
- na p. 166, l. 5, Remos é com maiúscula;
- na p. 182, interrogo-me se CIL III 6753 não deverá considerar-se dedicado *B(onae) F(ortunae)* e também gostaria de ver explicitado o conteúdo do cargo *praepositus XX libertatis*, que não vem indicado no currículo do cavaleiro, sintetizado na página seguinte.

Uma questão de ordem formal: citam-se, no comentário à biografia de cada *eques*, os textos em que se apoiam as afirmações, mas, de um modo geral, essa referência é feita de tal forma que o leitor menos atento poderá não se aperceber que se trata de fontes já referidas para a personagem em apreço. Exemplifico: a nota 5 da p. 172 refere CIL XIV 4500, que integra a documentação aduzida na p. 169; o mesmo se diga em relação à nota 10 da p. 173.

Outra questão, meramente formal, prende-se com a bibliografia. Certamente o Autor teria poupado tempo e espaço se houvesse optado por incluir por extenso, no final ou no princípio, toda a bibliografia citada ao longo do volume quer no rol das obras referentes a cada personagem quer a que relegou para notas de rodapé. Assim, além de esse estratagema lhe possibilitar uma forma de citar mais sintética, evitaria que nos questionássemos sobre o critério que presidiu à exclusão, na bibliografia final, de autores a que alude, por exemplo, em notas. Creio, além disso, que a sua pesquisa terá sido exaustiva, embora, também aqui, haja sempre a possibilidade de acrescentar mais um nome: v. g., no caso de *P. Cominius Clemens*, uma das epígrafes que se lhe refere foi igualmente estudada por Fulvio Mario BROILO (*Iscrizioni Lapidarie del Museo Nazionale Concordiese di Portogruaro (Ia. C. - III d. C.)*, I, Roma, 1980, pp. 37-39).

Na p. 14, afirma Ojeda Torres, com base numa obra de Segoulène Demougín, que alguns cavaleiros iniciavam a sua carreira como centuriões, o que, dito desta maneira, pode, quiçá, induzir em erro. Creio que se trata da velha questão do *primipilus*, o primeiro centurião da primeira coorte duma legião, que tem sido considerado o limiar da carreira equestre para quem provém da actividade militar, problema que foi superiormente abordado por B. Dobson, em vários trabalhos, um deles citado pelo Autor, outro, que foi publicado em *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* (Berlim, II, 1, 1974, pp. 392-434), intitulado «The significance of the centurion and “primipilaris” in the Roman army and administration».

É preciso - não nos cansamos de repetir - que alguém, um dia, faça um rol, de qualquer tipo que seja, para que se possa verificar se ele está, ou não, completo. Neste, se não erro, faltará apenas a menção a C. *Iulius Celsus*, atestado num texto patente no Museu de S. Miguel de Odrinhas (Sintra); uma omissão que, de certo modo, se justifica porque a sua «história» (apesar de referida na p. 24 da minha *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1987) foi contada por Scarlet Lambrino numa revista quase desconhecida em Espanha: *Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, Lisboa, nova série, 16, 1952 (um artigo publicado autonomamente, pela Coimbra Editora, em 1953, sob o título *Les Inscriptions de São Miguel d'Odrinhas*, em que a análise da epígrafe ocupa as pp. 13-21). Além de *procurator provinciae Lusitaniae*, após lhe terem sido atribuídas funções de menor categoria, C. *Iulius Celsus* exerceu um cargo palatino (a prefeitura «a libellis et a censibus») tendo ascendido, por *adlectio*, à categoria senatorial.

Vamos aguardar, pois, com o maior interesse o II volume, de integração histórica desta prosopografia. A onomástica - pela grande repercussão que têm os nomes das personagens ilustres - merecer-lhe-á, decerto, acurada reflexão. Nomes como *Besius* e *Betuinianus* (n.º 5), *Sentinianus* (n.º 29), *Truttedius* (n.º 54), *Tuesianus* (n.º 19) são, pela sua raridade, passíveis de fornecer relevantes informações; o caso das adopções também. Por outro lado, os textos votivos mostrar-nos-ão como a religião estará impregnada, também aqui, de profunda intencionalidade política.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

ÍNDICE GERAL

JORGE DE ALARCÃO — <i>Para uma epistemologia da arqueologia</i>	5
JOÃO LUÍS CARDOSO — <i>O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio</i>	33
ANTÓNIO DE CARVALHO QUÍNTELA, JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ MANUEL MASCARENHAS — <i>Barragens romanas do distrito de Castelo Branco e Barragem de Alferrarede</i>	75
MANUEL SALINAS DE FRÍAS — <i>Los teonimos indigenas com la mención "Deus-A " en la epigrafia hispana</i>	129
SONIA MARÍA MARTÍNEZ — <i>Los diferentes artes y oficios en el noroeste hispanor romano</i>	147
SABINO PEREA YÉBENES — <i>Epígrafe griego de Tavira (CIL II5171; IG XIV 2542) ¿ Una familia paleocristiana ?</i>	169
J. GÓMEZ-PANTOJA — <i>Relectura de un epígrafe de San Esteban de Gormaz, Soria</i>	185
JOSÉ EDUARDO REÍS COUTINHO — <i>Moedas hispano-romanas do Monte Figueiró</i>	191
Recensões Bibliográficas.....	203

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica
G.C. - Gráfica de Coimbra
Depósito Legal n.º 93223/95

